

DESENVOLVIMENTO DO MASTERPLAN DE TURISMO (2020-2030)

ILHA DE SÃO NICOLAU, CABO VERDE

Master Plan Draft



Ministério do
Turismo e Transportes



Ministério
das Finanças

natureza urbana

NIPPON KOEI LDC 



DESENVOLVIMENTO DO MASTER PLAN DE TURISMO (2020-2030) PARA AS ILHAS DE SANTO ANTÃO, SÃO VICENTE E SÃO NICOLAU, CABO VERDE

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

UNIDADE DE GESTÃO DE PROJECTOS ESPECIAIS

NOME DO PROJETO: COMPETITIVIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Crédito Nº: IDA-58010-CV

DESENVOLVIDO POR:

Natureza Urbana Planeamento Integrado Ltda - www.naturezaurbana.net

Nippon Koei Latin América and The Caribbean Co., Ltd - www.nklac.com

EQUIPE TÉCNICA:

Pedro Paes Lira - Coordenador e especialista em planeamento do turismo

Luciana Sagi - Especialista em planeamento e marketing de turismo

Ana Camila Sanches - Especialista no conceito do produto e infraestrutura

Laís Pimentel - Especialista em desenvolvimento de masterplan

Gleicielly Prado - Especialista ambiental e social

EQUIPE APOIO:

Manoela Muniz - Arquiteta Urbanista

Julia Ximenes - Arquiteta Urbanista

Tiago Martinelli - Arquiteto Urbanista

Laura Figueiredo - Arquiteta Urbanista

Julia Marini - Arquiteta Urbanista

Carolina Passos - Arquiteta Urbanista

Sérgio Fernandes - Especialista em Turismo

Fernanda Hümmel - Especialista em Estudo de Mercado Turístico

Novembro de 2019



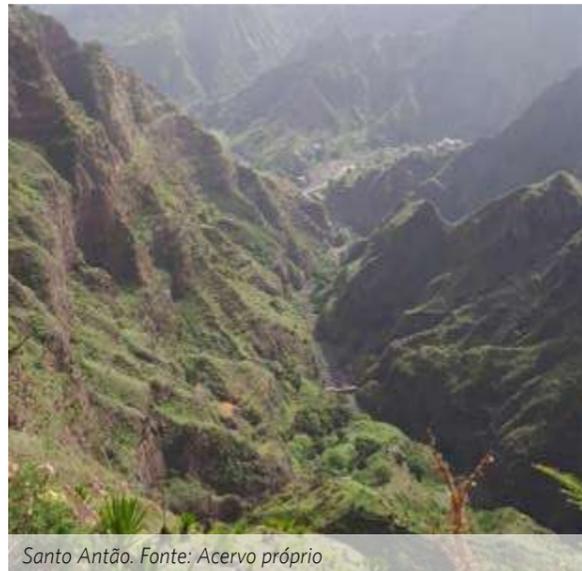
SUMÁRIO

1. METODOLOGIA	7	3.2. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (CONCEITO)	118
1.1. ORGANIZAÇÃO DO MASTER PLAN DRAFT	10	3.2.1. LINHAS NORTEADORAS	118
1.2. SISTEMA TURÍSTICO - SISTUR	11	3.2.1.1. SUSTENTABILIDADE	119
2. DIAGNÓSTICO	13	3.2.1.2. ECONOMIA CIRCULAR	122
2.1. CABO VERDE	17	3.2.1.3. FORTALECIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO POR MEIO DE EXPERIÊNCIAS ÚNICAS E ATRATIVAS	123
2.1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL	17	3.2.1.4. DIRETRIZES	126
2.1.2. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA	18	3.2.2. SEGMENTOS E PRODUTOS TURÍSTICOS POTENCIAIS	127
2.1.3. ANÁLISE DO MERCADO TURÍSTICO	20	3.2.3. BENCHMARKING	129
2.1.3.1. POSICIONAMENTO NO TURISMO MUNDIAL	20	3.2.3.1. COSTA RICA	130
2.1.3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ILHAS	24	3.2.3.2. NOVA ZELÂNDIA	132
2.1.3.3. ACESSIBILIDADE E CONEXÃO INTERILHAS	26	3.2.3.3. FERNANDO DE NORONHA	134
2.1.3.4. DEMANDA TURÍSTICA REAL DE CABO VERDE	28	3.2.3.4. AÇORES	136
2.1.3.5. MERCADOS EMISSORES E TENDÊNCIAS	34	3.2.3.5. ILHAS MAURICIO	138
2.1.3.6. MARKETING E PROMOÇÃO	38	3.2.3.6. CONSIDERAÇÕES	140
2.2. ILHAS DO NORTE	40	3.2.4. SUGESTÕES DE PRODUTOS TURÍSTICOS	142
2.3. ILHA DE SÃO NICOLAU	42	4. PROPOSTAS	145
2.3.1. AMBIENTE SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL	42	4.1. GOVERNANÇA	150
2.3.2. STAKEHOLDERS E GOVERNANÇA	46	4.2. PROMOÇÃO DO TURISMO	158
2.3.3. ANÁLISE DA DINÂMICA DO TURISMO	53	4.3. CAPACITAÇÃO	164
2.3.3.1. RECURSOS, EXPERIÊNCIAS E ATRATIVOS TURÍSTICOS	53	4.4. CULTURA & IDENTIDADE	182
2.3.3.2. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	75	4.5. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	196
2.3.3.3. ANÁLISE DE INFRAESTRUTURA URBANA E OUTROS SERVIÇOS DE APOIO AO TURISMO	78	4.6. INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	204
2.3.3.4. DEMANDA TURÍSTICA NA ILHA DE SÃO NICOLAU	82	4.7. TRANSPORTE	242
2.3.4. ORDENAMENTO TERRITORIAL	92	4.8. INFRAESTRUTURA BÁSICA	246
2.3.4.1. ESQUEMA REGIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (EROT, 2010)	93	4.9. SEGURANÇA	248
2.3.4.2. DIRETIVA NACIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (DNOT, 2013)	96	5. PLANO DE IMPLANTAÇÃO	251
2.3.5. SITUAÇÃO ATUAL DE MARKETING E PROMOÇÃO	98	5.1. RESPONSABILIDADE PELA COORDENAÇÃO DO MASTER PLAN	253
2.3.6. CICLO DE VIDA DO DESTINO TURÍSTICO	100	5.2. MODELO DE IMPLANTAÇÃO	256
3. VISÃO DE FUTURO	103	5.2.1. ESTADO	260
3.1. PROJEÇÃO DA DEMANDA DO TURISMO	104	5.2.2. PRIVADO	262
3.1.1. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PROJEÇÕES DE DEMANDA	104	5.2.3. PARCERIA PÚBLICO PRIVADA	264
3.1.1.1. CONDICIONANTES EXTERNAS	105	5.2.4. TERCEIRO SETOR	267
3.1.1.2. CONDICIONANTES INTERNAS	107	5.3. PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS	276
3.1.1.3. POSSÍVEIS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO PARA SÃO NICOLAU	115		

1. METODOLOGIA



O Governo da República de Cabo Verde recebeu da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial um crédito para elaboração de Projetos de Desenvolvimento Turístico que visam a criação das condições necessárias para aumentar o investimento e a diversificação dos produtos do setor turístico do país.



Santo Antão. Fonte: Acervo próprio

O Turismo é tido como um dos pilares centrais da economia de Cabo Verde e vem apresentando em constante crescimento nos últimos anos. O Programa de Governo da IX Legislatura estabeleceu diversas metas para o setor, dentre as quais destacam-se:

- Atingir 1.0 milhão/ano de turistas estrangeiros até 2021, e 3.0 milhões/ano em 2030 (GOPEDS);
- Crescer as receitas por turista acima da média dos seus principais concorrentes;
- Chegar em 2021 no top 30 dos países mais competitivos do mundo em matéria de turismo e top 5 na África;
- Promover as externalidades positivas do turismo, abrangendo a agricultura, as pescas, a cultura e o desporto;
- Adotar estratégia de extensão turística, dando atenção ao desenvolvimento de novos segmentos como Turismo de Montanha/Ecológico, Cruzeiro e de Eventos/Negócios;
- Reforçar a articulação entre o Turismo e o Ambiente, visando criar e promover a sustentabilidade no sector.

Tendo em vista o alcance destas metas de Governo, **o objetivo deste presente trabalho é desenvolver os Master Plans de Turismo das Ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau (2020-2030)** visando identificar as particularidades, potencialidades e necessidades de cada ilha para um desenvolvimento turístico sustentável e coerente com o território e demandas socioeconômicas, e assim poder diversificar os produtos turísticos oferecidos pelo país.



Carbeirinho, São Nicolau. Fonte: Acervo próprio

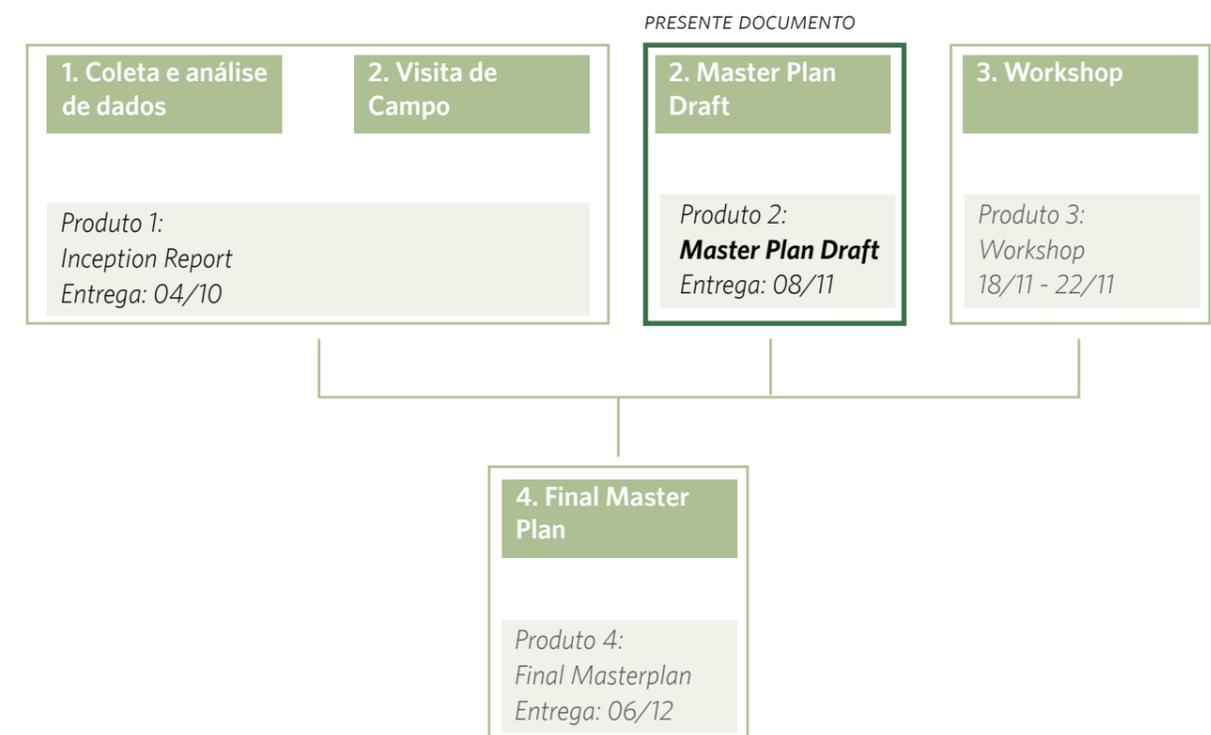


Mindelo, São Vicente. Fonte: Acervo próprio

A execução do **MASTER PLAN DE TURISMO DA ILHA DE SÃO NICOLAU** está organizada em 5 etapas:

- 1 - **Coleta e análise de dados** de documentos de entidades competentes e fontes secundárias para identificação de informações relevantes para a elaboração do trabalho;
- 2 - **Visita de Campo** para conhecimento do território e identificação dos desafios e potencialidades locais, além de reuniões com os principais atores locais;
- 3 - **Master Plan draft**, que apresentará a primeira versão do Master Plan para o desenvolvimento do turismo nas ilha;
- 4 - **Workshop**, no qual a equipe apresentará o Master Plan Draft aos principais atores que atuam no turismo das ilhas e ao Ministério do Turismo para recolha de comentários e sugestões;
- 5 - **Master Plan Final**, que apresentará a versão final do trabalho, focando no desenvolvimento e detalhamento das propostas e seus mitigação de seus impactos socioambientais e econômicos.

A seguir é apresentado o fluxo do trabalho com as etapas, produtos e datas previstas para as entregas.



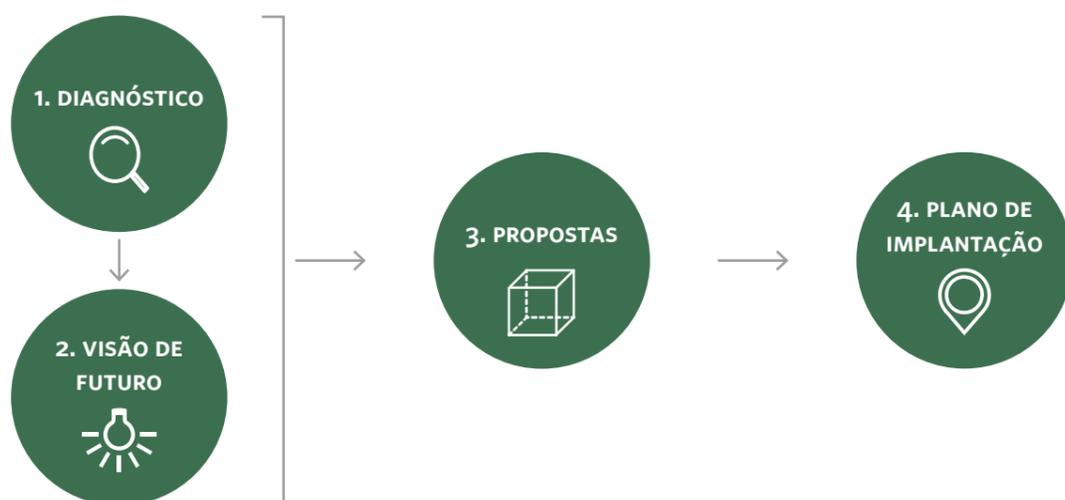
1.1. ORGANIZAÇÃO DO MASTER PLAN DRAFT

Este presente documento, denominado **PRODUTO 2: MASTER PLAN DRAFT** tem como objetivo apresentar a versão preliminar do **Master Plan de Turismo da ilha de São Nicolau (2020-2030)**, o diagnóstico e propostas concretas, criativas e factíveis de serem implementadas a curto, médio e longo prazo. Elas foram desenvolvidas de maneira sensível às características particulares da ilha e seus recursos turísticos, sendo confrontadas com os possíveis impactos socioambientais a elas vinculados (a análise dos impactos socioambientais dos projetos será entregue no Master Plan Final). Dessa maneira, se deseja um desenvolvimento sustentável e coerente com as questões locais.

O produto está organizado da seguinte maneira:

- 1. Diagnóstico:** apresenta o diagnóstico que foi realizado por meio das visitas de campo e análise de documentação, fazendo a caracterização do território em diferentes escalas (Cabo Verde, Ilhas do Norte e ilha de São Nicolau) e temáticas pertinentes ao desenvolvimento do turismo (ambiente social, econômico, ambiental, governança, oferta e demanda turística, infraestruturas, entre outros). A intenção do diagnóstico é buscar entender o contexto atual do turismo da ilha e identificar os principais desafios a serem vencidos e as potencialidades a serem melhor trabalhadas.
- 2. Visão de Futuro:** traz a análise da projeção da demanda do turismo para a ilha, a partir de diferentes cenários de crescimento, e o conceito idealizado de turismo, tanto em termos da segmentação turística potencial, quanto às linhas de produtos turísticos desejáveis de serem melhor desenvolvidos.
- 3. Propostas:** capítulo que apresenta as propostas elaboradas para o desenvolvimento do turismo na ilha, que estão organizadas entre ações e projetos. As ações tratam de diretrizes gerais, de abrangência macro. Já os projetos demonstram de maneira objetiva quais são as principais frentes a serem trabalhadas para o desenvolvimento do turismo na ilha, apresentando, de maneira detalhada, como podem ser implementadas através da descrição das diretrizes, benchmarking, entidades envolvidas, responsáveis e cenário de implantação.
- 4. Plano de Implantação:** apresenta os responsáveis pela coordenação do Master Plan de Turismo da ilha, além dos modelos de implantação propostos para os projetos, a relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a priorização dos projetos.

Estruturação do documento



1.2. SISTEMA TURÍSTICO - SISTUR

O conceito de sistema aplicado ao turismo é utilizado em processos de planejamento territorial com foco na sustentabilidade e integração, uma vez que entende que há uma série de unidades temáticas que devem ser consideradas, que há dependência e relação entre esses diversos elementos.

Por um lado, tem-se a oferta turística (atrativos, equipamentos e serviços ligados ao setor) e do outro lado tem-se a demanda (formada por pessoas com diversas características e motivações, que são influenciadas por uma série de fatores externos). Como base de sustentação há a chamada superestrutura, formada pela infraestrutura básica e urbana, ordenamento e legislação, bem como a governança em si do destino.

Cada uma destas unidades irá influenciar a outra. Por exemplo, a falta de regramentos ou fiscalização irá afetar o ordenamento de espaços turísticos, que poderão adotar padrões irregulares de construção ou de inadequação no tratamento de resíduos o que, além de gerar impactos negativos ao meio ambiente, irá afetar a percepção do turista sobre a qualidade dos serviços ofertados. O comportamento do turista e sua percepção também afetam as atividades e experiências que serão “moldadas” enquanto produtos turísticos que, se não considerarem os valores identitários locais, poderá acarretar a desconstrução de espaços sociais, criando “não lugares”, por exemplo. Os diversos interesses e atores ligados à operação do turismo também possuem uma grande influência em toda esta dinâmica.

Assim, todos estes elementos estão conectados em uma cadeia complexa, sendo extremamente relevante adotar uma análise multicriterial no âmbito do Master Plan de Turismo, justamente para que se busque considerar o máximo de aspectos que influenciam e são influenciados pelo turismo, de modo a se ter um processo que foque na sustentabilidade e competitividade do destino em questão.

Sistema Turístico



Fonte: Saji, 2010 adaptado de Beni 2004

2. DIAGNÓSTICO



Para entender o contexto e a relevância turística da Ilha de São Nicolau, faz-se necessário um estudo com abordagem em múltiplas escalas e temáticas que através de uma perspectiva matricial as questões analisadas são permanentemente cruzadas entre si. Dessa maneira se tem uma melhor leitura do território, pois são identificadas e analisadas as relações e as influências diretas e indiretas dos diferentes aspectos relacionados ao turismo da ilha.

O diagnóstico foi organizado em 4 escalas de análise: (1) o país - Cabo Verde, (2) a região das Ilhas do Norte, (3) a Ilha de São Nicolau e (4) a oferta e demanda turística da ilha. Na escala de **Cabo Verde** foram analisados temas de contextualização geral do país e as diferenças entre as ilhas em termos sociais, econômicos e turísticos. Na escala da região formada pelas **Ilhas do Norte** se buscou entender as relações e dinâmicas existentes entre elas, de modo a fortalecer o polo turístico e facilitar a implantação de algumas intervenções conjuntas. A escala da **Ilha de São Nicolau** teve como foco a caracterização da ilha, análise dos stakeholders locais e governança, situação atual de marketing e promoção, ciclo de vida do destino turístico, além do além do levantamento e avaliação da **oferta e demanda turística** contida na análise da dinâmica do turismo da ilha, perpassando pelos recursos, experiências, atrativos, infraestrutura e equipamentos turísticos e infraestrutura urbana e outros serviços de apoio ao turismo.

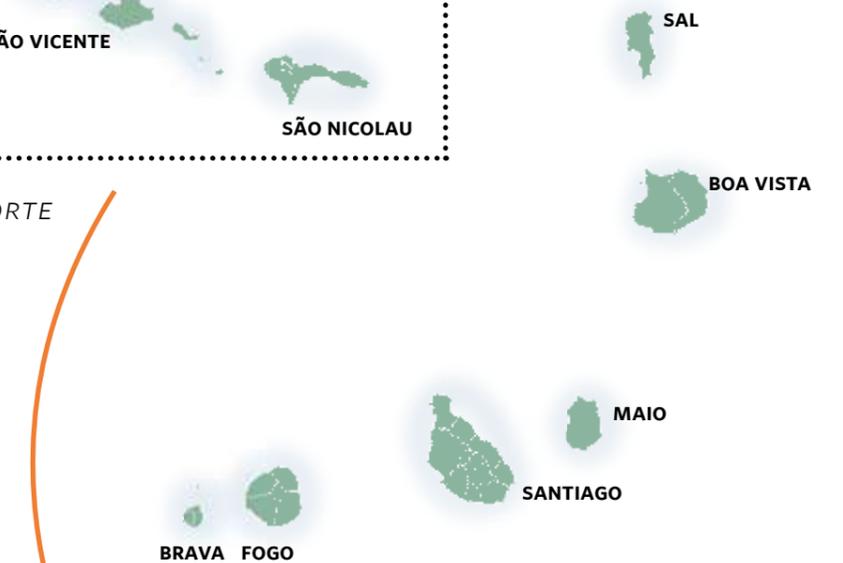
Além das temáticas acima mencionadas, vale destacar que foi realizada uma pesquisa de mercado da ilha de São Nicolau, com a intenção de auxiliar na compreensão do que os turistas querem e esperam do destino turístico (demanda).

A partir desta metodologia, que considera diferentes escalas e temáticas, é possível identificar as potencialidades a serem fortalecidas e os desafios a serem vencidos, dando uma base coesa para construção das propostas do Master Plan de Turismo, apresentadas no capítulo 4 do documento. Sendo assim, as estratégias e diretrizes propostas para o desenvolvimento do turismo da ilha visam responder aos desafios e às oportunidades apontadas no diagnóstico, construindo um plano sustentável e coerente com a demanda turística do local.

1 ● CABO VERDE



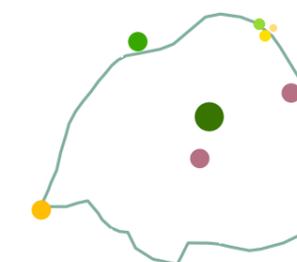
2 ● REGIÃO DAS ILHAS DO NORTE



3 ● ILHA DE SÃO NICOLAU



4 ● OFERTA E DEMANDA





2.1. CABO VERDE

2.1.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Cabo Verde é um país insular de 4 mil km² formado por um arquipélago composto por dez ilhas de origem vulcânica localizadas na região central do Oceano Atlântico, a cerca de 500 quilômetros da costa ocidental africana.

O país tem se destacado no turismo mundial por conta de suas excelentes praias, pelo mar transparente, clima ameno, pela possibilidade de praticar esportes náuticos, pelas belas paisagens naturais, pelo ecoturismo, entre outras diversas características que atraíram mais de 760 mil turistas no ano de 2018. O setor de turismo tem sido bastante impulsionado no país tanto por políticas públicas que visam o fortalecer de maneira sustentável, quanto pela criação de incentivos fiscais e aduaneiros para incentivar novos investimentos. Como resultado, observa-se que a atividade vem registrando crescimento superior a 8% ao ano, com tendência crescente para uma taxa média anual de mais de 10% durante os últimos dois anos, mais que o dobro da taxa mundial (República de Cabo Verde, 2019).

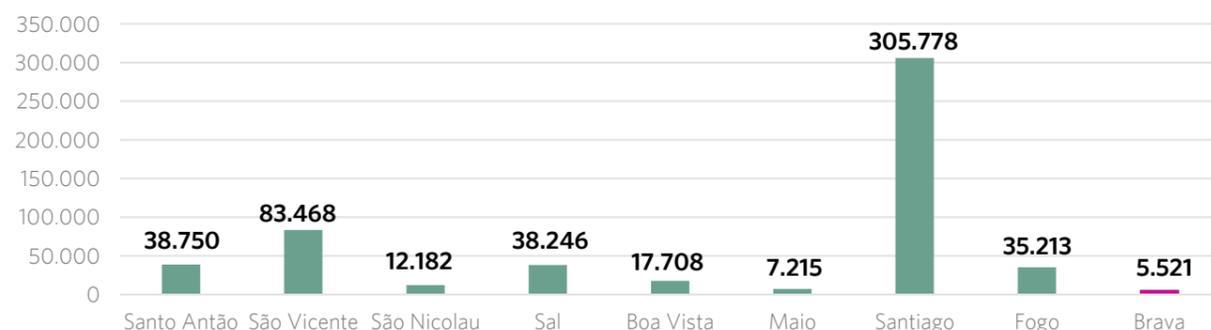
Os principais destinos turísticos de Cabo Verde são as ilhas Sal e Boa Vista, que recebem 76,7% do total de turistas estrangeiros do país. Essas ilhas oferecem hotéis de classe média a alta e instalações de resort, que são do tipo “all inclusive”. Nas demais 7 ilhas, incluindo Santo Antão, São Vicente e São Nicolau (Ilhas do Norte), há um número limitado de turistas. Com exceção das Ilhas de Santiago, Sal e Boa Vista, as demais ainda não desenvolveram muitos empreendimentos hoteleiros, instalações turísticas e infraestrutura de transporte devido a falta de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento do setor de turismo. Além disso, as demais ilhas possuem características únicas e diferentes como destino turístico, que estão mais relacionadas com o turismo natural e cultural.

De acordo com o documento Grandes Opções do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo Sustentável (GOPETS, 2018), é necessário descentralizar e diversificar o setor de turismo de Cabo Verde para reduzir o impacto nas Ilhas de Sal e Boa Vista devido a concentração de turistas e garantir uma maior sustentabilidade do turismo nessas ilhas. Dessa maneira, espera-se manter um maior equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e o meio ambiente, assim como a contribuição e divisão econômica dos lucros turísticos entre o setor privado local e as populações de cada ilha. Neste sentido, é salutar um olhar para as Ilhas do Norte de modo que possam se consolidar como destinos turísticos em bases mais sustentáveis. Assim, é indispensável formular plano de desenvolvimento de turismo com foco no aprimoramento de produtos turísticos, proteção do patrimônio cultural e natural, e fortalecimento da governança e instrumentos de gestão.

2.1.2. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

Cabo Verde apresenta um número pequeno de população, com mais de 544.000 habitantes em 2018 (INE, 2010), espalhada em nove ilhas separadas até 300 km por mares turbulentos. Cerca de 85% da população está concentrada em quatro ilhas: Santiago (56,2%), São Vicente (15,3%), Santo Antão (7,1%) e Sal (7%). A ilha Brava representa apenas 1,0% da população do país (INE, 2010).

Projeção demográfica da população por concelho em 2018



Fonte: INE 2010. "Resumo das projeções demográficas da população por concelho, 2010 a 2030." Praia.

A elevada emigração e rápida queda na taxa de natalidade, levou Cabo Verde a uma transição demográfica mais rápida do que no resto da África. A população imigrante é estimada entre 750.000 e 1.000.000 de pessoas, sendo que muitas saíram antes de 1975, ano da independência do país. Nos últimos 30 anos, mais de 100.000 cabo-verdianos, que representa um quinto da população atual, migraram para o exterior. A maioria teve como destino Portugal, França e Estados Unidos (Banco Mundial, 2018). Os migrantes apresentam papel importante no desenvolvimento de Cabo Verde por meio dos recursos financeiros que liberam na economia local através de remessas e investimentos estrangeiros. Segundo o Banco Mundial (2018), cerca de 17% das pequenas empresas turísticas pertencem a ex-emigrantes.

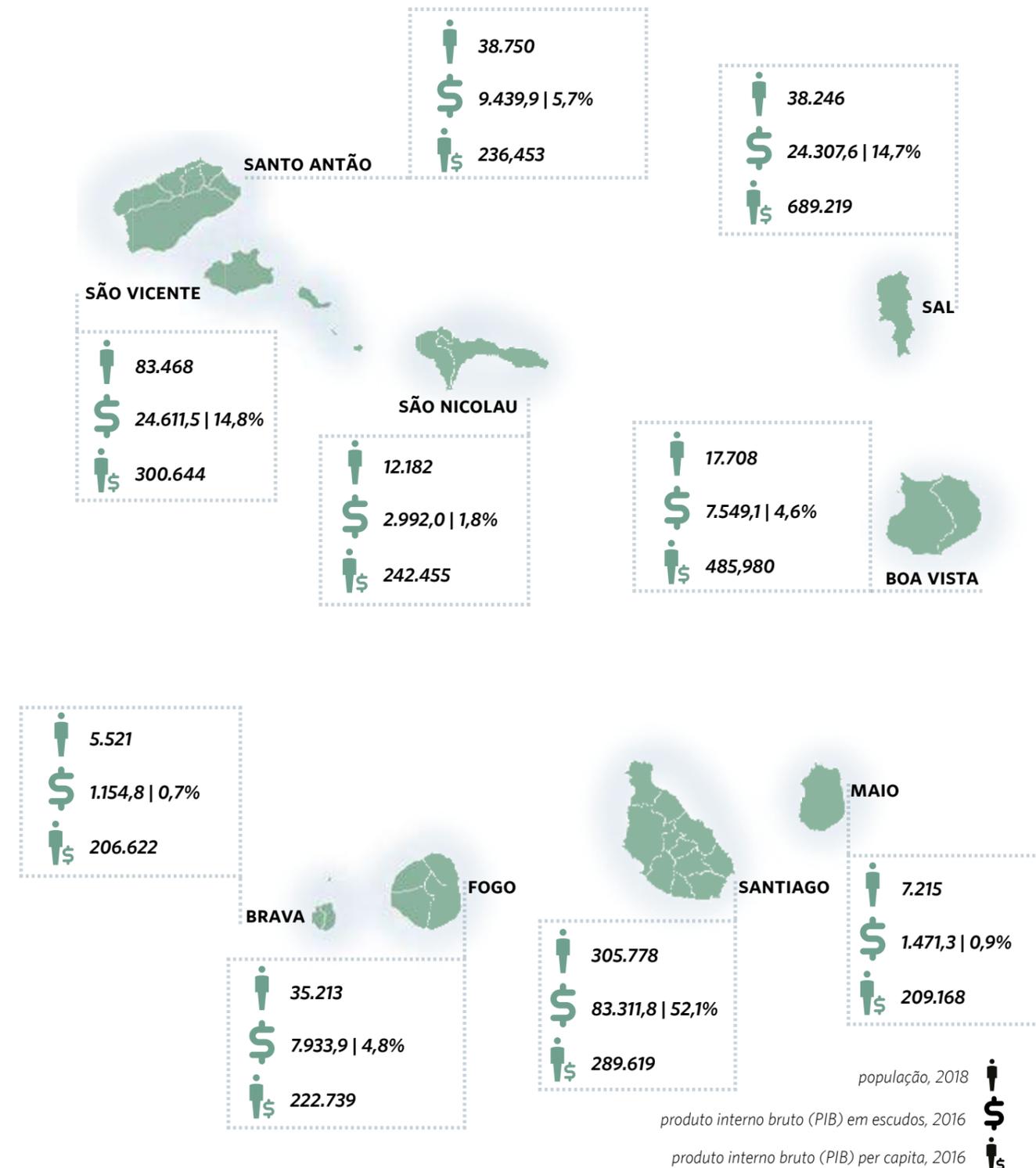
O país é relativamente urbanizado, com cerca de 66% da população vivendo em áreas urbanas (Banco Mundial 2018), sendo o segundo país mais urbanizado na África. A urbanização tem sido impulsionada pelas secas frequentes e a criação de empregos nas atividades relacionadas ao turismo nos centros urbanos.

A economia de Cabo Verde depende em grande parte do setor de serviços, dominado pela indústria do turismo, que responde por aproximadamente 70% das atividades econômicas e 65% da participação da força de trabalho (Banco Mundial, 2018). O comércio, hotéis e restaurantes (suportado pelo setor do turismo) são responsáveis por cerca de 23% dos postos de trabalho, seguido pela administração pública e serviços públicos (19%). Os dados indicam a importância que o turismo exerce no crescimento do país e por isso a importância de planos como este, que buscam as potencialidades específicas de cada ilha de modo a desenvolver ainda mais a economia local.

Em termos do Produto Interno Bruto, as ilhas que apresentaram um maior peso na estrutura econômica do país em 2016 foram Santiago, São Vicente e Sal, com 52,1%, 14,8% e 14,7%, respectivamente. Entre as ilhas com menor contribuição está Brava, sendo de apenas 0,7% o que representa 1.165 milhões de escudos (INE, 2018).

As ilhas que apresentaram o maior PIB per capita em 2016, foram as ilhas do Sal e da Boa Vista, destacando-se significativamente das outras. As ilhas do Fogo, Maio e Brava são as que apresentaram o menor PIB per capita de Cabo Verde (INE, 2018).

População e PIB



Elaborado por Natureza Urbana;

Fontes: INE. 2018. "Produto Interno Bruto por Ilha, ano 2016." Praia, 28 de Setembro.

INE 2010. "Resumo das projeções demográficas da população por concelho, 2010 a 2030." Praia.

Banco Mundial. 2018. "República de Cabo Verde: Ajustando o Modelo de Desenvolvimento para revitalizar o Crescimento e Fortalecer a Inclusão Social."



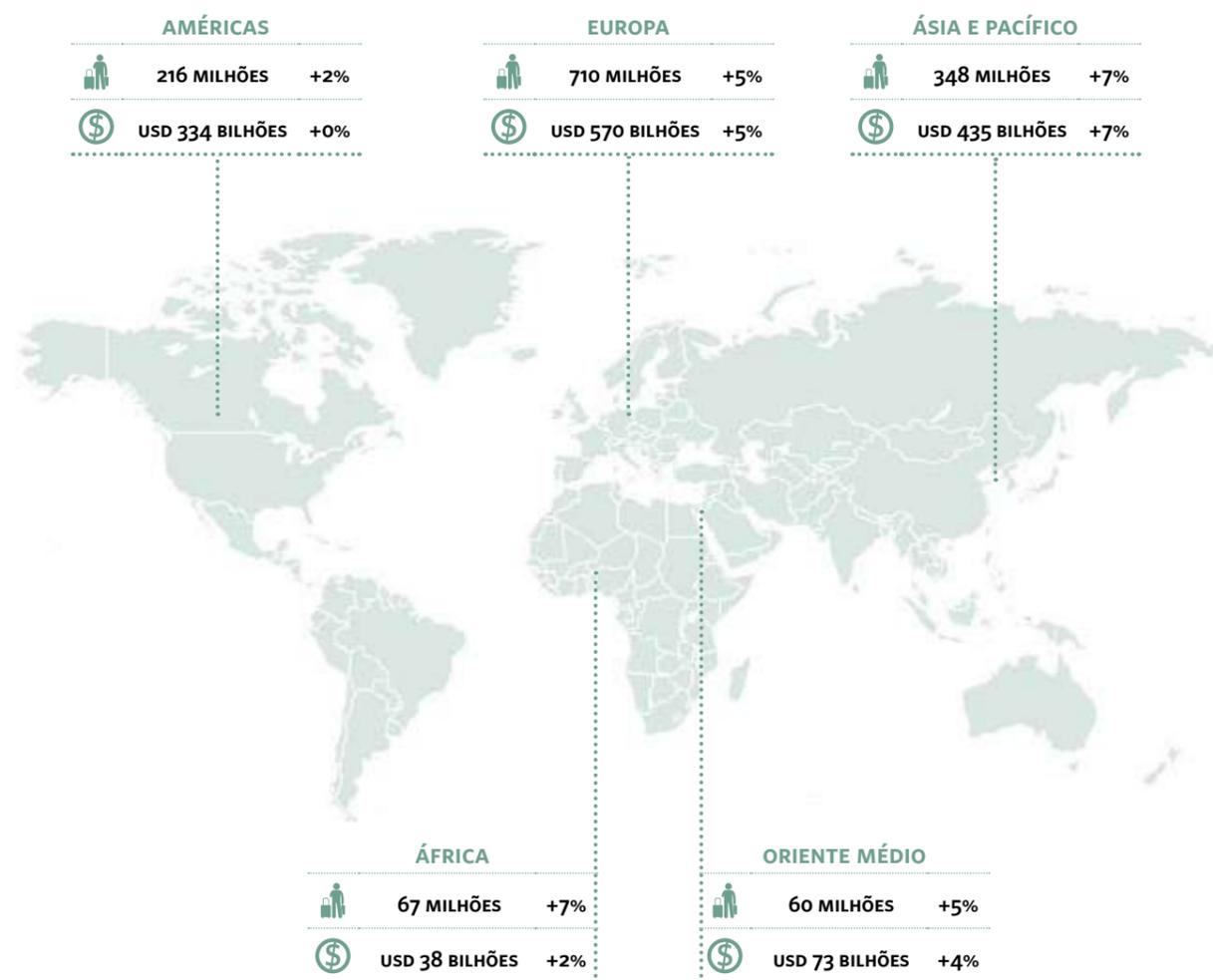
2.1.3. ANÁLISE DO MERCADO TURÍSTICO

2.1.3.1. POSICIONAMENTO NO TURISMO MUNDIAL

Segundo dados da OMT, ocorreu um acréscimo de 5% no total de viagens no mundo se comparado a 2017 contabilizando 1,4 bilhões de desembarques de turistas o que gerou um movimento econômico de mais de USD 1,7 trilhões na balança comercial do turismo incluindo os gastos de visitantes nos destinos turísticos (USD 1,5 trilhões) e os serviços de transporte internacional de passageiros (USD 256 bilhões).

Os continentes que têm contribuído para aumentar estes números são **Ásia / Pacífico** e **África**, cada um tendo um aumento de 7% em chegada de turistas. A receita obtida com o fluxo turístico na África é menor que a relativa à Ásia e Pacífico, o que indica que **o turismo na África precisa fomentar o aumento do gasto médio por turista/ dia de permanência.**

Mapa das viagens internacionais (milhões) e receptivos (USD bilhões)



Fonte: Travel & tourism, Economic Impact 2019 World. WTTC

O relatório recém lançado da WTTC sobre o Impacto da Economia no setor de viagens e turismo ressalta o forte posicionamento do setor turístico enquanto gerador de emprego e renda no mundo gerando 319 milhões de empregos representando 1 em cada 10 empregos criados e 10,4% do PIB global em 2018.

O mercado de turismo de lazer é responsável por 78,5% do total de receita enquanto o turismo de negócios, 21,5% em 2018.

CRESCIMENTO DO PIB DOS SETOR EM 2018



Fonte: Travel & tourism, Economic Impact 2019 World. WTTC

Viagem e turismo na contribuição para o PIB nacional em 2018

	Valor total do PIB em turismo (US\$ bilhões)	% do turismo no PIB nacional (%)	Gastos domésticos % em relação ao total	Gastos internacionais % em relação ao total	Gastos no lazer % em relação ao total	Gastos em negócios % em relação ao total
1 EUA	1,595	2,2	81,2	18,8	71,3	28,7
2 China	1,509	7,3	85,8	14,2	81,4	18,6
3 Japão	368	3,6	82,5	17,5	68,5	31,5
4 Alemanha	345	1,2	85,2	14,8	83,1	16,9
5 Inglaterra	311	1,0	84,4	15,6	65,9	34,1
6 Itália	275	3,2	76,2	23,8	79,1	20,9
7 França	266	4,1	65,7	34,3	80,5	19,5
8 Índia	247	6,7	87,2	12,8	94,8	5,2
9 Espanha	211	2,4	44,8	55,2	88,5	11,5
10 México	209	2,4	85,2	14,8	94,1	5,9
11 Austrália	154	3,2	76,1	23,9	84,4	15,6
12 Brasil	153	3,1	93,8	6,2	87,9	12,1
13 Canadá	111	2,9	76,3	23,7	63,7	36,3
14 Tailândia	110	6,0	19,8	80,2	90,6	9,4
15 Turquia	96	15,0	38,6	61,4	87,4	12,6

Fonte: Travel & tourism, Economic Impact 2019 World. WTTC

O aumento das famílias de classe média e a recuperação econômica nos países da Europa possibilitaram que o setor turístico crescesse 3,9% em 2018 superando a economia global que ficou com 3,2%.

Corroborando com o relatório apresentado pela OMT que menciona o aumento do fluxo de turistas nas regiões de Ásia/Pacífico e África, o relatório da WTTC indica que o mercado do turismo na Ásia aumentou 6,4% e, com destaque fica a região **do Norte da África que teve um aumento de 8,6% em relação a 2017.**

Importante destacar que **o turismo doméstico representou 71,2%** de todos os gastos com turismo em 2018 e teve o maior crescimento nos países em desenvolvimento, mas atingiu também os cinco primeiros colocados no ranking de contribuições ao PIB Global como: EUA, China, Japão, Alemanha e Reino Unido.



A seguir, o ranking dos 10 países que receberam 40% do fluxo de turistas do mundo no gráfico 1 e no gráfico 2, os 10 países que receberam 50% da receita total com o turismo em 2018. Se pode notar que 8 deles aparecem nos dois gráficos. A exceção no gráfico 1 ficou com a Turquia e México que tiveram um aumento no número de turistas de 22% e 5% respectivamente em relação a 2017. E no gráfico 2, a inclusão de Austrália e Japão, que tiveram um aumento considerável em suas receitas de 11% e 19% respectivamente. Neste caso, o volume de turistas na Austrália aumentou 4,9% de 2017 para 2018 e no Japão, 8,7%, o que indica que o turismo nestes países é mais qualitativo.

Tabela 1 - Ranking dos 10 países com maior do fluxo de turistas do mundo

Turistas em milhões	Países com maior recebimento de turistas internacionais	% de variação
89	França	3
83	Espanha	1
80	EUA	4
63	China	4
62	Itália	7
46	Turquia	22
41	México	5
39	Alemanha	4
38	Tailândia	8
36	Reino Unido	-4

Tabela 2 - Ranking dos 10 países com maior ganho com turistas do mundo

Valor arrecadados em bilhões de dólares	Países com maiores arrecadações com o Turismo	% de variação
214	EUA	2
74	Espanha	4
67	França	6
63	Tailândia	5
52	Reino Unido	2
49	Itália	7
45	Austrália	11
43	Alemanha	3
41	Japão	19
10	China	21

Fonte: OMT Highlights 2019

A OMT indica que o bom momento do turismo mundial, principalmente em regiões como Ásia e África está relacionado com alguns fatores como: ampliação da malha aérea de conexão principalmente nas regiões onde era inexistente a conectividade aérea, estabilidade do custo do combustível e a redução de taxas, cerca de 60% em relação a 1998.

O **continente africano** se sobressaiu nos resultados principalmente na performance do Norte da África, tendo a Tunísia e Marrocos como destaque desta região (10% a mais de chegadas de turistas e um aumento de 4% em receita). Este resultado se deve principalmente ao índice de segurança nestes países ter melhorado. O continente africano teve a chegada de 67 milhões de turistas em 2018 que gerou USD 38 bilhões de receita.

Na África Subsaariana, destinos insulares como: **Cabo Verde**, Comores, Ilhas Maurício e Seychelles também registraram um bom crescimento, com destaque para Comores que teve aumento de 28,2% em relação a 2017 e **Cabo Verde teve 4,9% de aumento no volume de turistas internacionais chegando a 710 mil em 2018 contra 668 mil em 2017 e a receita gerada pelo turismo internacional no país foi de 466 milhões de USD** (segundo a OMT). O Quênia registrou resultados positivos, graças a melhoria da

segurança e ampliação da conectividade aérea, assim como Togo, Uganda, Costa do Marfim e Zimbábue.

O destino mais visitado da sub-região da África do Sul relatou crescimento moderado, em parte devido a uma moeda forte e a crise de seca na Cidade do Cabo em 2018.



Fonte: OMT Highlights 2019

Cabo Verde ocupa o 88º lugar no Ranking de Competitividade do WTTC, assim mesmo, obteve destaque nesta edição, é o membro de mais alta classificação da África Ocidental no índice global e o 6º mais alto na região da África Subsaariana. O país é mais competitivo do que suas contrapartes sub-regionais em todas as áreas, **exceto nos indicadores de recursos culturais (128º) e naturais (136º)**.

Segundo o Plano Estratégico de Turismo de Cabo Verde, os 4 princípios fundamentais são:

1. Um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;
2. Um turismo que maximize os efeitos multiplicadores, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;
3. **Um turismo que aumente o nível de competitividade de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados;**
4. Um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como destino diversificado e de qualidade.

Especialmente sobre o terceiro item, isso já pode ser visto no índice de competitividade mencionado acima, mas ainda peca no item 1, onde foi a nota mais baixa do TTCI. A seguir as pontuações de Cabo Verde em cada item avaliado pelo estudo TTCI Global:

RANKING GLOBAL	CONDIÇÕES POLÍTICAS E FACILITADORAS AO TURISMO			
	Priorização do Turismo	Abertura Internacional	Preço dos Serviços	Sustentabilidade Ambiental
Cabo Verde	4,7	3,2	5,7	4,5
88	4,7	3,2	5,7	4,5
AMBIENTE FAVORÁVEL				
Ambiente de Negócios	Segurança	Saúde e Higiene	Recursos Humanos e Mercado de Trabalho	Prontidão para TIC
4,5	5,2	4,7	4,2	4,2
INFRAESTRUTURA			RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS	
Transporte Aéreo	Transporte Terrestre e Portuário	Serviços Turísticos	Recursos Naturais	Recursos Culturais e Viagens Empresariais
3,5	3,1	4,2	2,0	1,0

Fonte: TTCI Global, 2019



Em geral, a África Ocidental desfrutou do maior aumento de competitividade na região, mas também é a mais baixa no TTCI global. A sub-região fica atrás da África Austral e Oriental em todas as áreas, exceto a sustentabilidade ambiental, onde tem uma ligeira vantagem, e a disponibilidade de TIC, onde está mais alta que a África Oriental.

Oito das 12 economias da sub-região cobertas na edição anterior e atual do TTCI melhoraram sua competitividade. No entanto, apenas quatro deles (Nigéria, Cabo Verde, Benin e Chade) subiram no ranking, demonstrando que ainda há um longo caminho a percorrer para que a área se torne genuinamente competitiva.

2.1.3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ILHAS

As ilhas de Cabo Verde possuem características distintas em termos de turismo e oferecem, conforme suas especificidades, várias atividades para os turistas que são apresentadas de maneira resumida na tabela abaixo, extraída do relatório Oportunidades de Investimento no Setor do Turismo de Cabo Verde e Atividades Relacionadas com a Cadeia de Valor.

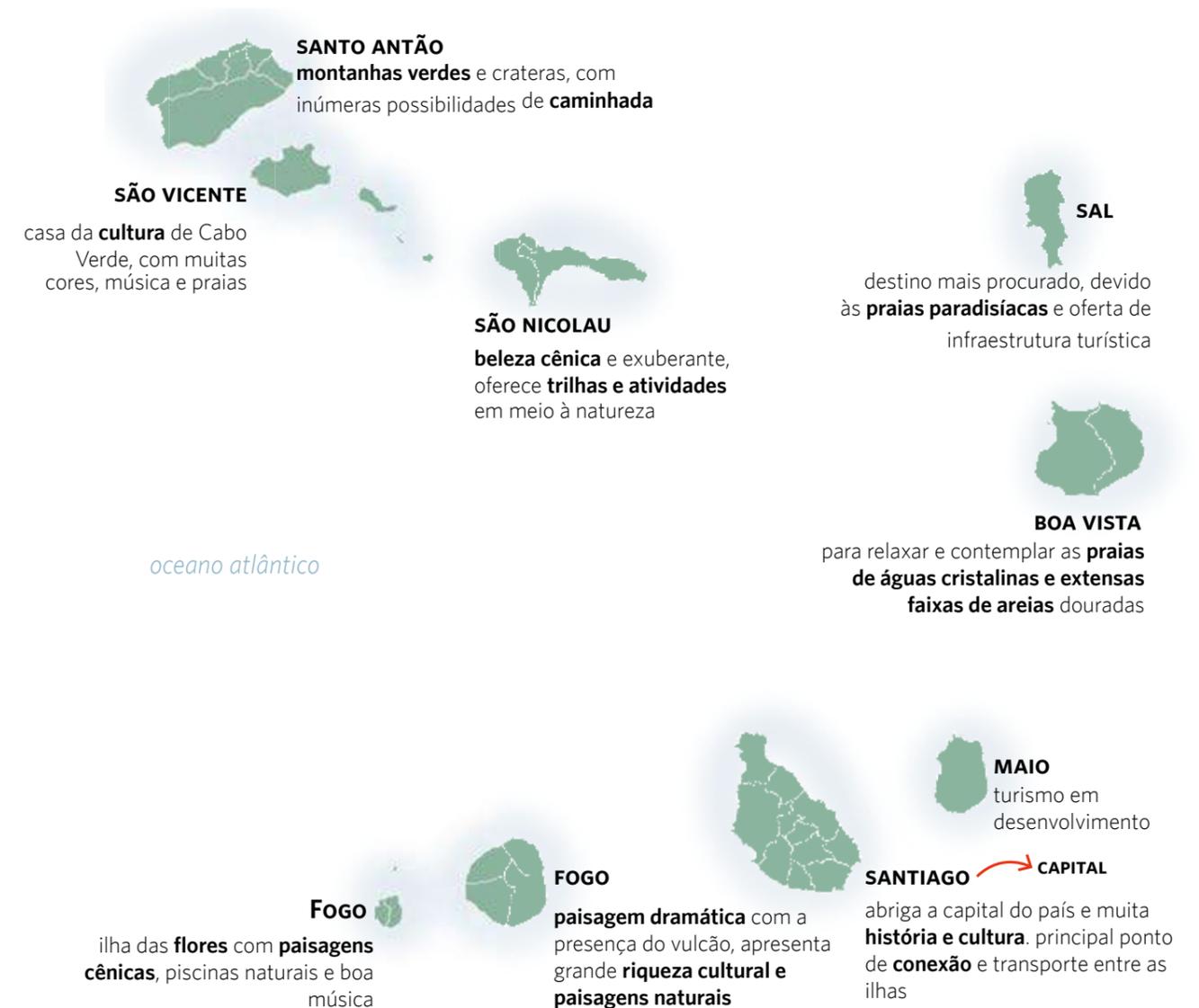
As ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau oferecem cultura, história, montanhas, agroturismo, diversas experiências baseadas nos saberes e fazeres da população local, além de praias, piscinas naturais e belas paisagens de costa.

Atividades e produtos turísticos oferecidos aos turistas por ilha

	Praia	Esportes Aquáticos	Negócios	Cultura & História	Natureza, Montanha & Agro	Cruzeiro	Residencial	Saúde	Esportes & Golfe
SANTIAGO	X	X	X	X	X	X	X		
SÃO VICENTE	X	X	X	X		X	X		X
SANTO ANTÃO	X	X		X	X			X	
SAL	X	X	X				X	X	X
BOA VISTA	X	X					X	X	X
SÃO NICOLAU		X		X	X			X	
MAIO	X	X				X	X	X	X
FOGO	X	X		X	X		X	X	
BRAVA		X		X	X			X	

Fonte: Investment Opportunities in Cabo Verde Tourism Sector and Related Value Chain Activities, Cabo Verde Trade Investment, April 2018

Caracterização das ilhas





2.1.3.3. ACESSIBILIDADE E CONEXÃO INTERILHAS

Um dos principais desafios do país está relacionado com a acessibilidade das ilhas, embora nota-se que o Governo vem trabalhando para melhorar a questão. Como pode ser observado no mapa ao lado, Cabo Verde possui sete aeroportos, sendo quatro deles internacional, localizados em Praia (ilha de Santiago), Sal Rei (ilha de Boa Vista) Espargos (ilha Sal) e Mindelo (ilha Santo Antão). Atualmente existem 9 companhias aéreas com voos para o país: Tui Fly, Royal Air Maroc, Binter Canárias, TAP Air Portugal, Neos, Luxair, TAAG Angola Airlines e ASL Airlines France, além da TACV que é de Cabo Verde. Entre as conexões diretas, estão cidades como Hannover, Bruxelas, Boston, Washington, Paris, Roma, Dakar, Fortaleza, Recife, Salvador, Luanda, dentre outras.

A conexão interilhas acontece tanto por meio do transporte aéreo como marítimo. Santiago é a ilha mais conectada com as demais e isto se dá por ser a capital do país.

Segundo o INECV, o turismo em Cabo Verde tem crescido a números exponenciais nos últimos 15 anos. Sua localização geográfica, próximo a Europa, a costa da África e na rota dos voos da América do Sul e Norte facilita o fluxo de turistas destes continentes tendo como principal hub a Ilha do Sal e no caso das ilhas do Norte, via Ilha de São Vicente.

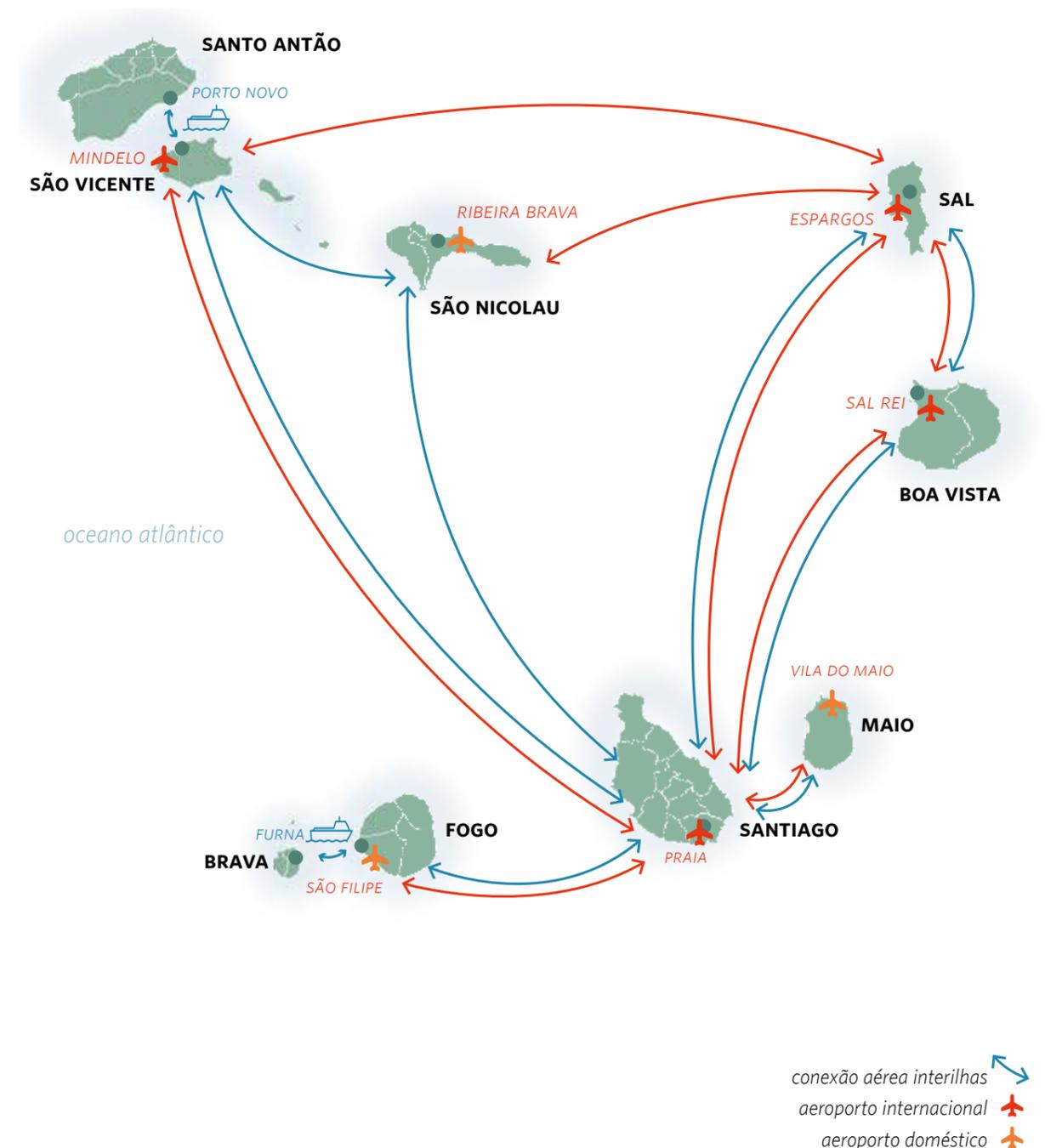
Apesar desta “fácil” conectividade aérea, os voos regulares que chegam ainda são restritos a TACV, Binter, TAP e Air Senegal. O maior desafio para o desenvolvimento de Cabo Verde é a desconcentração de demanda. Preponderantemente, dois operadores (TUI e Thomas Cook) são responsáveis pelo fluxo de Alemanha e Reino Unido, vindo em voos fretados da Thomson Airways e TUI Fly. (Fonte: ASA.CV)

A empresa Thomas Cook, pioneira na comercialização de viagens e pacotes de lazer e férias, com 178 anos e sede no Reino Unido, mas que também é referência na Alemanha decretou falência em setembro de 2019 deixando mais de 600 mil turistas sem assistência, sendo 150 mil britânicos. Foi necessária a ajuda de governos e seguradoras para repatriação desses turistas.

A falência da Thomas Cook impacta diretamente Cabo Verde e suas ilhas. Segundo o jornal G1, a operadora de viagens britânica Thomas Cook administrava hotéis, resorts e companhias aéreas e transportava 19 milhões de pessoas por ano para 16 países, principalmente da Europa, operando uma frota de mais de 100 aviões.(...) Entre os países com mais turistas afetados pela falência estão Alemanha, Grécia, Turquia, Egito, Espanha, Suécia e Chipre.

Na época do desenvolvimento do presente trabalho, a empresa aérea Condor, que faz parte do grupo Thomas Cook, informou que seguiria voando apesar da falência, pedindo um empréstimo de emergência ao governo britânico. Deirdre Hutton, presidente da Autoridade Britânica de Aviação Civil (CAA), disse à BBC que a Thomas Cook entrou em colapso porque falhou em modernizar sua abordagem a um mercado de turismo cada vez mais digital e “incrivelmente competitivo”.

Conexão interilhas em Cabo Verde



Fonte: Cape Verde Experience, Serenity Holidays

2.1.3.4. DEMANDA TURÍSTICA REAL DE CABO VERDE

CARACTERIZAÇÃO DOS TURISTAS (FLUXO E PERFIL)

As chegadas de turistas em Cabo Verde nos últimos dez anos (2009 a 2018) mostrou-se crescente a cada ano, com uma taxa de crescimento anual média de 9,9% como pode ser observado no gráfico abaixo. Esse número está considerando os estrangeiros que vivem em Cabo Verde e a entrada de cabo-verdianos, que juntos correspondem a cerca de 10% do total. O número de chegada de turistas a Cabo Verde em 2018 foi de 765.696, apresentando um crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior. Destes visitantes, cerca de 44% visitaram o país na época de baixa temporada (novembro a maio) e 55% na alta temporada (junho a outubro).

Número de entrada de turistas

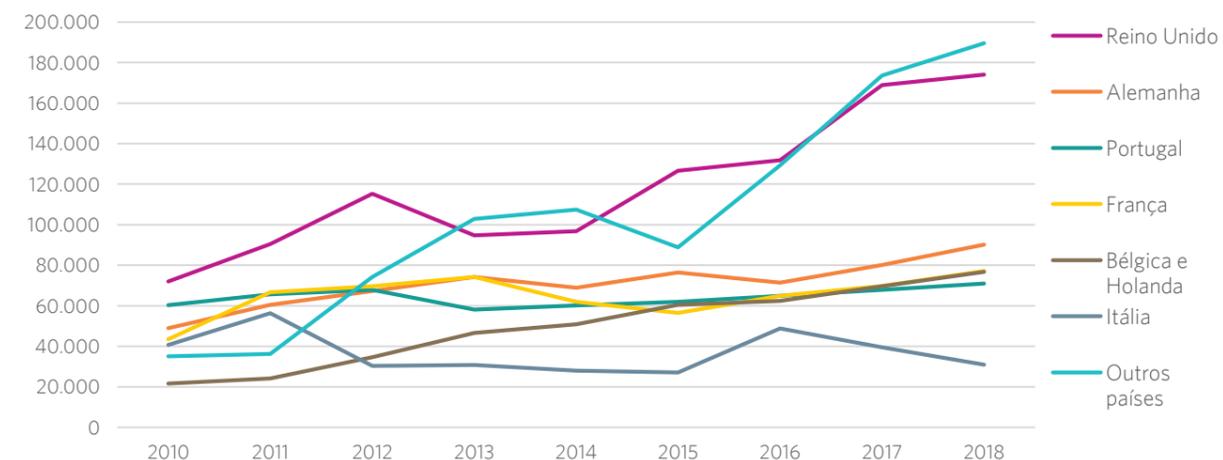


Fonte: INE, Tourism Statistics, Cape Verde

Destaca-se que uma das metas definidas no Plano Estratégico do Turismo de Cabo Verde (2010-2013) era o de atingir um fluxo anual de 500.000 turistas até 2013 e como pode ser observado, em 2012 esse número foi alcançado. Em termos de projeção, a entrada de turistas no país pode ser comparada ao cenário médio de crescimento, que previa cerca de 590 mil turistas em 2014 e 649 mil em 2015. O que aconteceu, no entanto, foi que entre os anos de 2013 a 2015 o número de turistas ficou na faixa dos 500 mil, alcançando mais de 600.000 turistas apenas em 2016. Observa-se um grande salto entre 2016 e 2017, com entrada de mais de 70 mil turistas em um ano.

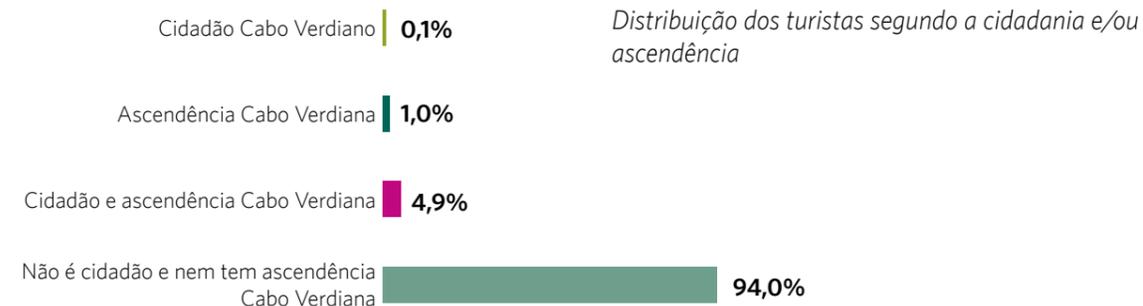
Dentre os turistas que visitam Cabo Verde, destacam-se os europeus, entre os quais os ingleses (Reino Unido) apresentam a maior percentagem, com 22,7%, seguidos dos alemães, franceses, holandeses e portugueses, com 11,8%, 10,1%, 10,0% e 9,3%, respectivamente (dados de 2018). O número de turistas estrangeiros destas nacionalidades destacadas foi de 489.134, representando 63,9% do total de turistas estrangeiros em Cabo Verde. Os brasileiros encontram-se com uma percentagem bem baixa dentro os turistas, apenas 0,4%. Pode-se dizer que um dos fatores para o elevado índice de europeus no país está vinculado à proximidade, além de ser um destino com belas praias para a temporada de férias na Europa.

Número de turistas por nacionalidade (principais países emissores)



Fonte: Tourism Statistics 2018, Cape Verde, INE

Como observado pelas pesquisas, a maioria dos turistas que visitam Cabo Verde não são cabo verdianos e também não tem ascendência do país, (94,0%). Apenas 4,9% são cidadãos com ascendência cabo verdiana e 1,0% possui ascendência cabo verdiana.

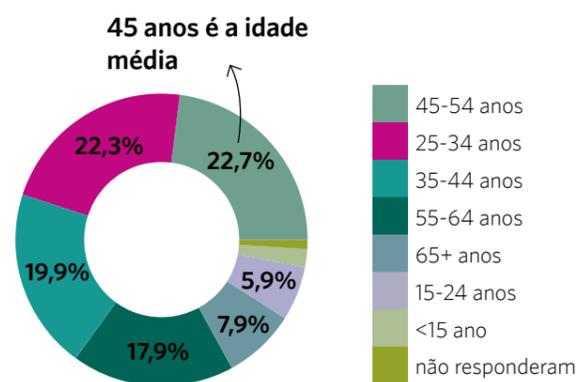


Fonte: INE, Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas (IGTS) 2018

As mulheres apresentam maior percentagem (53,5%) em relação aos homens (46,2%) entre os turistas, que possuem idade média de 45 anos. Neste sentido, observa-se que a faixa etária mais representativa dos turistas em Cabo Verde é de 45 a 54 anos e 25 a 34 anos, com 22,7% e 22,3%, respectivamente. Em menor número encontram-se os jovens (15-24 anos) e as crianças (menores que 15 anos), com percentagem de 5,9% e 2%, respectivamente.



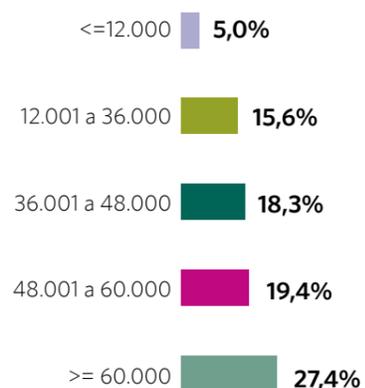
Faixa etária dos turistas de Cabo Verde



Fonte: INE, Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas (IGTS) 2018

Com relação a situação de trabalho, a maioria dos turistas são de trabalhadores (83,7%), seguido de aposentados (12,2%), estudantes (2,1%) e desempregados (1,4%). Dentre os turistas, 27,4% possuem renda anual familiar de 60 mil euros ou mais, seguido por aqueles com rendimento entre 48 mil e 60 mil (19,4%), e entre 36 mil a 48 mil (18,3%). Sendo assim, nota-se que são pessoas com boa condição de renda.

Distribuição dos turistas de acordo com a receita anual da família (em Euro)



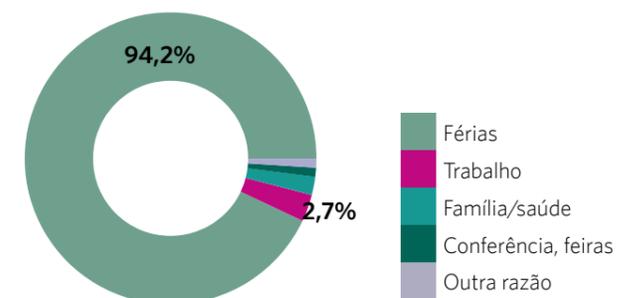
Fonte: INE, Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas (IGTS) 2018

CARACTERIZAÇÃO DA VIAGEM DOS TURISTAS (COMPORTAMENTO)

A maior parte dos turistas em Cabo Verde apresentam como principal motivo de viagem as férias, representando 94,2% do total.

Outros motivos que se destacam são os profissionais e por questões familiares/saúde, sendo 2,7% e 1,1%, respectivamente (dados 2018).

Distribuição dos turistas de acordo com o motivo da viagem



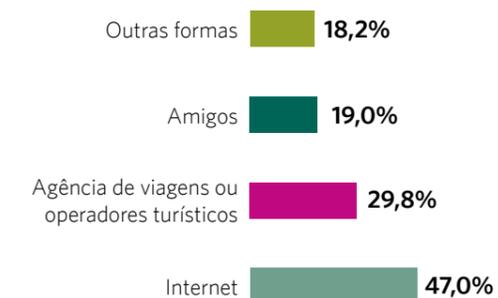
Fonte: INE, Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas (IGTS) 2018

Uma grande parte dos turistas, 47,0%, obtiveram informações sobre o país através da internet, que atualmente tem se destacado como um dos principais meios de promoção do turismo no mundo. Os turistas querem informações para programar a viagem com antecedência e a internet auxilia a descobrir o destino turístico desejado.

Nota-se também que uma boa parte dos turistas obteve as informações sobre Cabo Verde através de agências de viagem e operadores turísticos (29,8%), destacando a importância deste segmento para a promoção do turismo local. Destaca-se que 19% dos turistas obtiveram informações através de amigos, isso demonstra que o país tem sido bem visto pelos turistas, que acabam repassando suas experiências.

Dentre os turistas, 81,0% viajou com pacote turístico, e destes, 75,8% estava com o sistema all inclusive. Quase 18% dos turistas indicaram que organizaram sua viagem por conta própria, ou seja, sem a intermediação de um agente/operador de viagens. A grande maioria - quase 82% - contou com o apoio de operadores e agentes de viagens para a organização: 41% contaram com operadores de viagens e 41% com agentes de viagens.

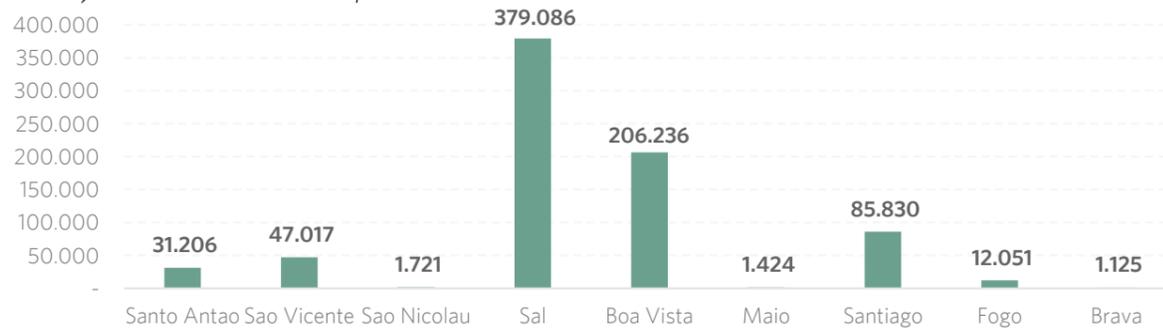
Distribuição dos turistas segundo os meios de obtenção de informação sobre Cabo Verde



Fonte: INE, Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas (IGTS) 2018

A distribuição do número de turistas por ilha em 2018 é mostrada no gráfico abaixo. Duas ilhas, Sal e Boa Vista recebem a grande maioria dos turistas, abarcando juntas 76,7% (549.825) do total de turistas em Cabo Verde. Em seguida, aparece a Ilha de Santiago com 11,2% do total de turistas. As demais ilhas contam com menos de 10% do total de turistas que o país recebe, sendo a ilha de Brava a menor, com apenas 1.125 turistas.

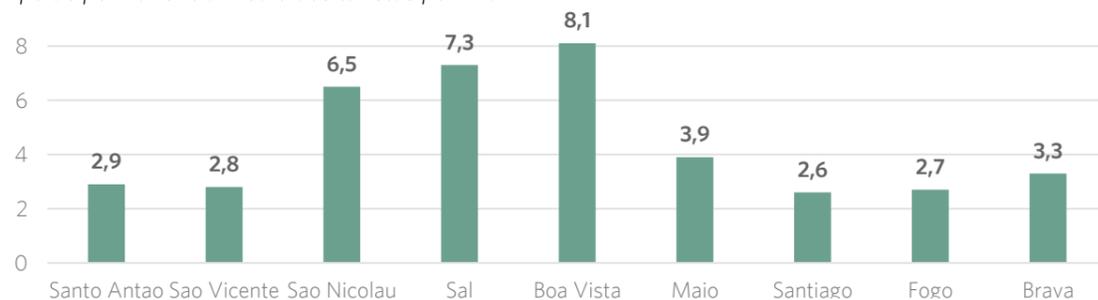
Distribuição do número de turistas por ilha



Fonte: Tourism Statistics, Cape Verde 2018, INE

O tempo de permanência médio da estadia no país foi de 6,4 dias. Fazendo uma comparação entre as médias da estadia por ilha, os turistas que visitaram as ilhas Boa Vista e Sal, permaneceram mais tempo do que nas demais. A maior parte dos hóspedes dessas duas ilhas fizeram parte do segmento "all inclusive". As estadias com menos de 3 dias foram em Santo Antão (2,9 dias), São Vicente (2,8 dias), Fogo (2,7 dias) e Santiago (2,6 dias).

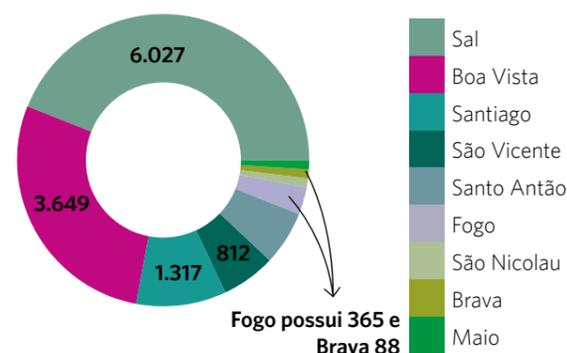
Tempo de permanência médio dos turistas por ilha



Fonte: Tourism Statistics, Cape Verde 2018, INE

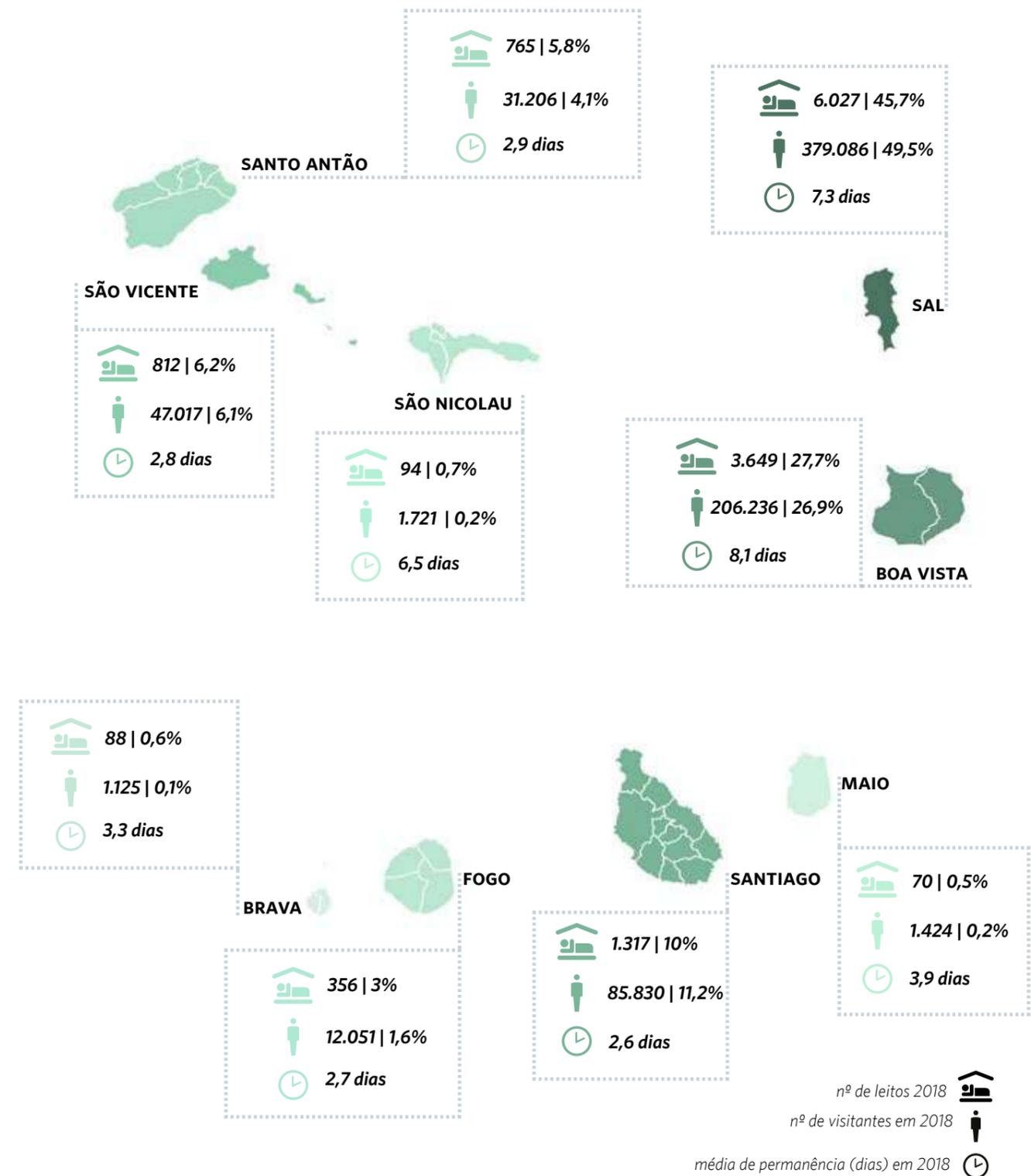
Em termos de estabelecimentos hoteleiros, a maioria dos quartos de Cabo Verde estão nas ilhas Sal e Boa Vista com 6.027 e 3.649, respectivamente, e juntas concentram 73,4% dos quartos do país. De acordo com o Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2018, realizado pelo INE, a média anual da taxa de ocupação em Cabo Verde é 55%. No entanto, essa taxa média nas ilhas Boa Vista e Sal é muito maior, sendo de 80% e 61%, respectivamente, demonstrando a dominação dos hotéis "all inclusive" nessas ilhas.

Número de quartos em Cabo Verde por ilha



Fonte: INE, Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas (IGTS) 2018

Mapa com dos dados turísticos das ilhas



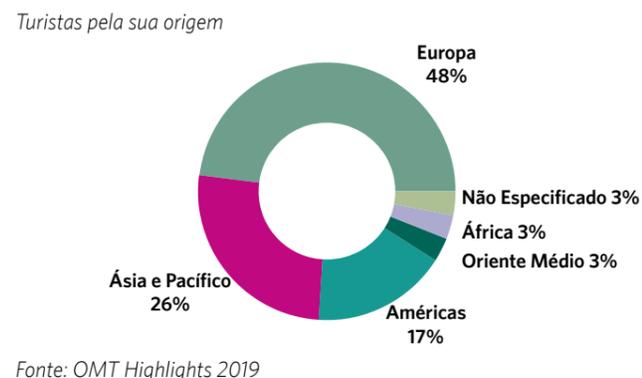
nº de leitos 2018
 nº de visitantes em 2018
 média de permanência (dias) em 2018

Elaborado por Natureza Urbana
 Fonte: Investment Opportunities in Cabo Verde Tourism Sector and Related Value Chain Activities, Cabo Verde Trade Investment, Abril 2018

2.1.3.5. MERCADOS EMISSORES E TENDÊNCIAS

A Europa é o principal mercado emissor de turistas com 48% de mercado, seguida pela Ásia/Pacífico, Américas e empatados África, Oriente Médio e outras localidades não identificadas. Importante ressaltar que de 5 turistas, 4 viajam dentro da sua própria região reforçando a tendência do turismo doméstico já mencionada anteriormente.

Em 2018 a Europa foi responsável pela chegada de 672,3 milhões de turistas, a Ásia/Pacífico por 358,7 milhões, Américas por 235 milhões e o restante por 135,1 milhões. (Fonte: OMT Highlights 2019).



Os países que mais gastaram com o turismo no mundo em 2018 foram:

Valores gastos em bilhões de dólares	Países que mais gastaram com turismo em 2018	% de variação
277	China	5
144	EUA	7
94	Alemanha	1
76	Reino Unido	3
48	França	11
37	Austrália	10
38	Rússia	11
33	Canadá	4
32	Coreia do Sul	1
30	Itália	4

Fonte: UNWTO em OMT Highlights 2019

Destes mercados apontados pela OMT, três são os principais mercados emissores de **Cabo Verde e da Ilha do Sal, são eles: Reino Unido, Alemanha e França.**

Em relação as tendências de mercado as principais atualmente são as vinculadas **às mídias digitais e redes sociais**. A promoção dos destinos deve ser repensada para incluir como principais ferramentas de comunicação sobre o destino as ferramentas digitais, porque o turista experencia o destino antes, durante e depois da viagem (famosos #tbt) e o promove "real time". Além desta velocidade e veracidade da informação, tanto para o positivo como para o negativo, a inteligência artificial pode hiper personalizar a experiência do turista melhorando a performance inclusive das empresas turísticas.

E falando em experiências, as questões referentes a sustentabilidade dos destinos estão impactando diretamente na escolha das viagens pelos turistas que hoje estão muito mais conscientes do que querem vivenciar e qual tipo de destino querem visitar.

As **tendências dos turistas como consumidores responsáveis**, segundo a OMT 2019 são:

- **Viajar para MUDAR:** viver como "local", buscando autenticidade e transformação.
- **Viajar para MOSTRAR:** perfil de "instagramers" postar momentos, experiências e destinos.
- **Perseguir uma vida saudável:** fazer turismo que possibilite caminhada, bem-estar e saúde.
- **Aumento da conscientização sobre sustentabilidade:** zero plástico e mudanças climáticas.
- **Conquistar** a economia acessível.
- **Viagens individuais e multigeracionais:** resultado do envelhecimento da população mundial e de solteiros.

Quando se fala em tendências baseadas em hábitos de consumo, um dos públicos que vem se destacando no setor turístico são os **millenials**, nascidos entre 1980 e 2000 estão despontando como turistas principalmente com **foco em viagens de experiência relacionadas a cultura e natureza e sol e praia**. Segundo o relatório feito na ITB em 2019 pelo IPK *International*, as viagens de millenials aumentaram 15% em 2017, além disso metade das viagens de luxo são feitas por eles, aumentando ano a ano. O *Market Share dos millenials* é de 40% o que faz deste grupo um público muito relevante para ser considerado pelos destinos turísticos como Cabo Verde. Os millenials que mais viajaram foram procedentes de: EUA, China, Reino Unido e Alemanha, estes mercados juntos são responsáveis por 35% de todas as viagens de millenials no mundo. Os destinos com melhor média de visita de millenials em 2017 foram os asiáticos (Japão, Coreia do Sul e Índia), a Austrália e na Europa, Irlanda e Escandinávia.

O perfil destes millenials: maioria mulheres, com formação acadêmica alta, bem informados sobre os destinos, principalmente antes das viagens utilizando a internet como fonte de dados prioritária.

MERCADO EMISSOR EUROPEU E CABO VERDE

Levando em consideração **o mercado Europeu como principal emissor para Cabo Verde**, podemos dizer que em geral os residentes da Europa estão viajando mais dentro da própria região, segundo dados da Eurostat em 2017 ocorreram 1,3 bilhões de viagens com permanência em média de 5,1 noites, se comparado com 2016 este resultado teve um aumento de 4%. O principal meio de transporte utilizado foram os motorhomes (64%) seguidos por aviões (17%) e trens (11%). Os residentes dos países que mais viajaram de avião em 2017 foram: Malta e Chipre os quais, por questões óbvias, tiveram destaque, seguidos por Irlanda e Luxemburgo. Nenhum destes países são os que mais visitam Cabo Verde. Por outro lado, os franceses e alemães viajaram mais internamente e o meio de transporte mais utilizado foi trem em 2017.

O motivo destas viagens foram: Lazer e férias (49%), visita a parentes e amigos (35%), negócios (12%) e outros (4%).

A porcentagem de belgas que viajaram para o exterior alcançou 80% uma das mais altas entre os residentes, com uma média de pernoites de 6,5, juntamente com os holandeses. Ambos figuram na lista de principais mercados emissores para Cabo Verde.



Viagens realizadas por europeus em 2017 (negócios e lazer)

	Total de viagens (em milhares)	Viagens Domésticas (%)	Viagens Internacionais (%)	Duração média das viagens (em noites)
EU28	1.255.347	73,3	26,7	5,1
Alemanha	243.577	62,1	37,9	5,5
Áustria	23.085	50,2	49,8	4,9
Bélgica	15.202	20,1	79,9	6,5
Bulgária	5.464	86,1	13,9	4,4
Chipre	2.799	49,8	50,2	6,4
Croácia	4.900	60,7	39,3	6,4
Dinamarca	26.516	71,2	28,8	3,8
Eslováquia	4.825	37,6	62,4	4,3
Eslovênia	10.970	64,7	35,3	4,0
Espanha	152.708	90,6	9,4	4,1
Estônia	4.556	711,9	28,1	3,3
Finlândia	39.534	76,3	23,7	3,4
França	220.775	87,1	12,9	5,1
Grécia	6.210	88,4	11,6	9,9
Hungria	18.608	65,1	34,9	3,6
Irlanda	14.556	52,0	48,0	4,6
Itália	56.421	79,8	20,2	5,6
Letônia	4.208	69,9	30,1	3,3
Lituânia	4.560	55,4	44,6	4,4
Luxemburgo	1.834	1,7	98,3	7,1
Malta	807	32,3	67,7	4,9
Noruega	23.268	64,9	35,1	4,9
Países Baixos	45.070	53,9	46,1	6,5
Polónia	57.910	79,4	20,6	5,8
Portugal	17.474	89,0	11,0	4,0
Reino Unido	159.414	67,2	32,8	5,5
República Checa	35.815	81,1	18,9	4,1
Romênia	17.902	94,0	6,0	3,9
Suécia	59.648	64,4	35,6	5,2
Suíça	22.113	30,7	69,3	6,7

Dados de 2013 utilizados par ao Reino Unido
Fonte: Eurostat

Vale destacar que a permanência média dos mercados que mais visitam Cabo Verde está acima quando se trata deste destino se comparado com os resultados apontados pelo Eurostat.

A seguir os dados segundo o INE de Cabo Verde referentes a permanência média dos turistas dos principais mercados emissores em 2017 e 2018 e comparados com a média apontada pelo Eurostat em 2017:

País	2017 (INE)	2018 (INE)	Eurostat (2017)
Reino Unido	8,5	8,3 ↓	5,5
Bélgica+Holanda	7,6	6,7 ↓	6,5
Itália	7,0	6,0 ↓	5,6
Alemanha	6,6	6,3 ↓	5,5

Os dados apresentam uma queda mais expressiva de pernoites dos turistas da Bélgica+Holanda e Itália. Assim mesmo, todos os países estão com a permanência média (noites) bem acima do estudo da Eurostat se comparado a 2017. O que indica que os turistas destes países permanecem mais tempo quando viajam para Cabo Verde, principalmente para a Ilha do Sal que é a principal ilha visitada por este público.

O **turismo em Cabo Verde é sazonal**, regido principalmente pelo movimento dos turistas da Europa, que viajam mais ao arquipélago nos meses de inverno (novembro a março). A redução da sazonalidade pode ocorrer a partir de vários fatores como: diversificação da oferta, problemas de segurança nos destinos concorrentes, fortalecimento da moeda nos países emissores entre outros. No caso de Cabo Verde, algumas variáveis já apontadas no Final Report - Environment and Social Assessment Study of the Tourism Sector in Cape Verde impedem o crescimento do destino, bem como não possibilitam uma redução na sazonalidade, são elas:

- Falta de diversidade do turismo complementar.
- Recuperação da estabilidade por parte de alguns destinos competitivos do Norte da África.
- Aumento da carga tributária do setor, que foi agravada pela introdução da taxa de turismo e pelo aumento do IVA.

Esses itens interferem diretamente na competitividade do destino. É preciso pensar em transformar uma demanda potencial em demanda real, porque como já foi identificado, as viagens dos europeus em 2018 se concentraram dentro da sua região, a permanência média dos europeus em Cabo Verde vem diminuindo.

2.1.3.6. MARKETING E PROMOÇÃO

O Plano de Marketing para Cabo Verde (2011-2013), desenvolvido pelo Ministério do Turismo, Indústria e Energia, incluiu uma análise do mercado de turismo do país, relacionando-o com seus destinos turísticos concorrentes, além de seu posicionamento, estratégias de promoção do turismo para o mercado alvo, plano de ação e recomendações. Após este relatório, não foi desenvolvido um novo plano específico de Marketing e Promoção, mas o assunto foi tratado no documento Grandes Opções do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo Sustentável (GOPETS).

Segundo o relatório, Cabo Verde tem restrições com relação ao marketing e promoção do destino turístico como um todo, situação que é refletida no *ranking Travel & Tourism Competitvity Index* do World Economic Forum, onde o país ocupa o 122º lugar no nível de precisão da estratégia da Organização Nacional de Turismo. Isto demonstra que o setor de promoção turística do país ainda é fraco e possui capacidade institucional limitada em termos de planeamento e implementação de marketing e promoção do turismo. O documento ainda afirma que são destinados poucos recursos para o setor, o que faz com que os próprios operadores locais promovam o país de uma maneira mais alinhada com seus interesses de negócio e marketing, evidenciando o distanciamento da atuação do setor público no branding e no marketing do destino turístico de Cabo Verde.

Como parte do marketing e promoção turística de Cabo Verde, o GOPETS apresenta uma nova imagem e slogan para a Marca Cabo Verde - **“Cabo Verde is Something Else!”**, com uma imagem em cores que visa acentuar a vitalidade colorida e cultural do país, além de destacar seus principais atributos físicos como o sol, o mar e as praias. O lema foi mantido em inglês para ser mais universal, e tem como objetivo destacar que o país é “único, singular e especial”. Ainda não foram criadas novas marcas específicas para as ilhas.

Nova logomarca de promoção de Cabo Verde

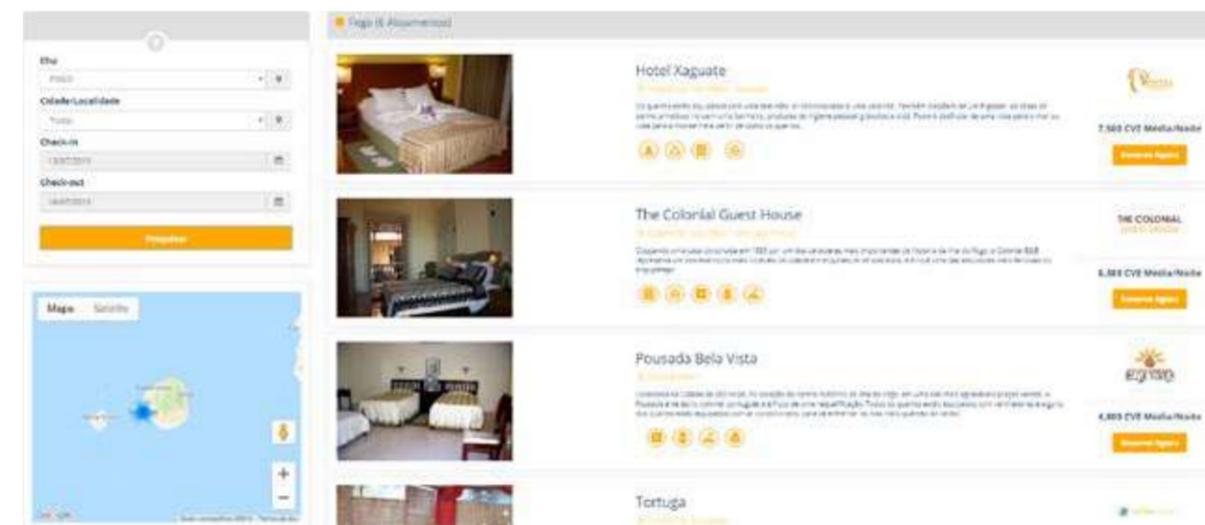
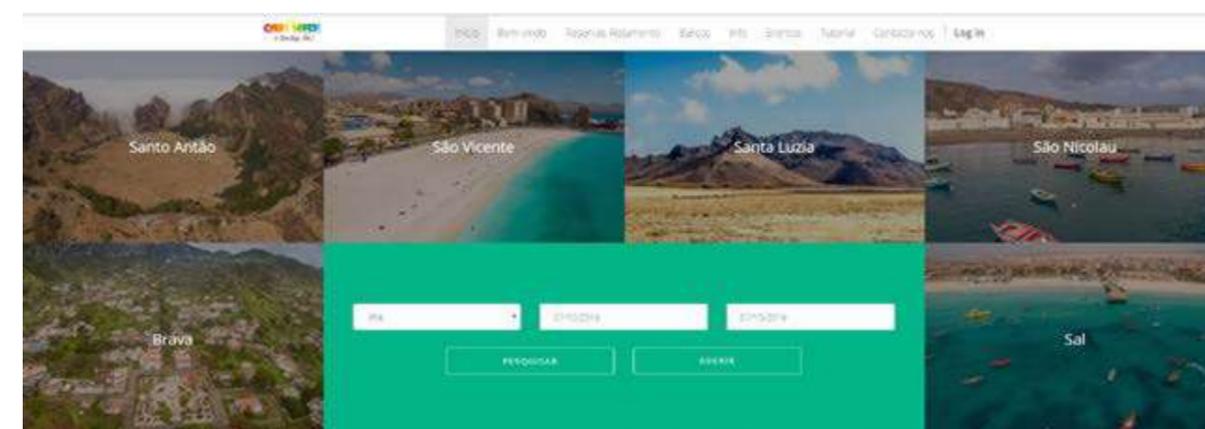


Fonte: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Cabo Verde 2018-2030

Em relação às atividades de marketing e promoção para promover Cabo Verde no mercado europeu, americano e brasileiro, o MOTT tem participado de feiras internacionais de turismo, como World Travel Mart, ITB (Berlim, Alemanha), FITUR (Espanha) e BTL (Portugal) em cooperação com operadores de turismo privados e associações de turismo relevantes, realizando seminários e workshops em países de mercado alvo. Para publicidade ao consumidor, o MOTT criou um vídeo de promoção turística mostrando as atratividades e exclusividades do turismo em Cabo Verde, anunciado na CNN, outros programas de TV e no You Tube.

Além disso, o MOTT desenvolveu o website do Turismo em Cabo Verde (www.turismo.cv) em três idiomas (inglês, francês e português), onde divulga informações turísticas das ilhas, como alojamentos, transporte (acesso) e eventos. O site foi recentemente atualizado e agora conta com um sistema de reservas de acomodação online para cada ilha.

Site de turismo de Cabo Verde



Fonte: https://turismo.cv/pt_PT/page/hotels

2.2. ILHAS DO NORTE

As ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau estão localizadas ao norte de Cabo Verde e juntamente com Santa Luzia, Sal e Boavista fazem parte das ilhas de Barlavento do país. As três ilhas em conjunto podem configurar uma região estratégica voltada para o desenvolvimento turístico do país. A proximidade entre elas e a conexão marítima através de São Vicente, estimulam essa articulação, para além do caráter de complementaridade que possuem em termos de recursos turísticos e infraestrutura.



Fonte: Cape Verde Experience, Serenity Holidays

SANTO ANTÃO é a segunda maior ilha de Cabo Verde e uma das mais impressionantes em termos de natureza por conta do seu relevo acidentado onde se formam altas montanhas bastante procuradas para trekking. A ilha não possui aeroporto, sendo acessada por meio de transporte marítimo através de São Vicente. De acordo com o Plano de Marketing de Cabo Verde (2015), Santo Antão faz parte das Ilhas dos Sentidos, com potencial para o segmento de Turismo de Natureza.

SÃO VICENTE é a segunda ilha mais povoada do país, tendo destaque a cidade de Mindelo, marcada por uma cultura ativa em torno da música e festas tradicionais, além de belas praias. A ilha possui um dos principais portos do país, além de ser provida com aeroporto internacional. De acordo com o Plano de Marketing de Cabo Verde (2015), São Vicente faz parte das Ilhas da essência com potencial para os segmentos de Turismo Cultural, Turismo de Negócios e Turismo Náutico.

SÃO NICOLAU encontra-se numa posição quase central em relação às restantes ilhas, que podem ser vistas, em dias de boa visibilidade, a partir do Monte Gordo. A ilha possui características singulares em termos de cultura, história e natureza, mas o turismo ainda se encontra incipiente. A ilha possui aeroporto doméstico, com uma dinâmica de poucos voos, dificultando seu acesso. Pode ser acessada também através de transporte marítimo. De acordo com o Plano de Marketing de Cabo Verde (2015), São Nicolau faz parte das Ilhas dos Sentidos, com potencial para o segmento de Turismo de Natureza.

A partir das semelhanças e singularidades, acredita-se que o desenvolvimento do turismo nas Ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau pode ocorrer de forma conjunta e articulada, visando potencializar e fortalecer a atratividade da região. Observando o atual mercado turístico de cada ilha e o quanto o setor está desenvolvido em cada local, pode-se dizer que cada ilha possui um papel como destino turístico na região das Ilhas do Norte:

SANTO ANTÃO – DESTINO INDUTOR: ainda não oferece estrutura de acesso que permita se tornar um destino âncora, no entanto possui atrativos de grande singularidade. Por vezes, pode ser o destino principal de viagem, mas possui dependência de São Vicente, não apenas do ponto de vista de logística, mas de complementariedade, por conta da oferta cultural/estrutural da vizinha.

SÃO VICENTE – DESTINO ÂNCORA: possui as melhores condições estruturais de um destino turístico, atuando como centro de distribuição de roteiros turísticos para as demais Ilhas do Norte. O destino também se constitui em portão de entrada em virtude do aeroporto internacional e do porto, um dos principais do país. Possui também grau de independência em relação às demais ilhas em função de seus atrativos desencadearem uma demanda turística específica, fixando o turista no local.

SÃO NICOLAU – DESTINO DE ESCALA: apesar do potencial de se tornar um destino indutor, a Ilha ainda possui forte dependência dos demais destinos de seu entorno ou que complementam sua oferta, tanto em termos de atrativos quanto em termos de estrutura de apoio ao turista. Possui um rol extremamente importante de atrativos e elementos turísticos de diversos tipos, que precisam ser melhor trabalhados para o turismo.

Como pode ser observado no mapa ao lado, atualmente as Ilhas do Norte só estão conectadas por meio de transporte marítimo, mesmo com aeroporto em São Vicente e São Nicolau. Para que as Ilhas sejam trabalhadas em conjunto será necessário fortalecer a conectividade de ligação dos transportes marítimos e aéreos. Assim, poderão explorar produtos turísticos em conjunto, a partir de elementos complementares existentes.



2.3. ILHA DE SÃO NICOLAU

2.3.1. AMBIENTE SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL

O entendimento sobre a dinâmica social, econômica e ambiental da Ilha de São Nicolau permite apoiar a definição de cenários e caminhos estratégicos com maior grau de sustentabilidade no Master Plan, uma vez que tais elementos constituem ativos importantes para a atividade turística.

O turismo possui um peso econômico pequeno na ilha

A Ilha de São Nicolau possui uma economia baseada nomeadamente na agricultura, pecuária e pesca, além do setor de transporte, construção civil e serviços públicos. Em termos de participação atual (2016) no PIB da ilha, o setor de alojamento e restauração responde apenas por 1%, atrás de transportes, armazenagem e comunicações (15%) agricultura e pecuária (11%) e construção civil (11%).

O isolamento de São Nicolau acaba afetando como sua dinâmica econômica se dá. Os seus recursos naturais acabam muitas vezes tendo uma exploração ampliada, de modo a garantir a subsistência local. Algumas atividades possuem impactos ambientais menores e outras maiores. A extração de areia e pedras para uso construtivo local, que acabam sendo levados para outras ilhas, é uma atividade que vem sendo realizada de modo pouco controlado na ilha.

De acordo com dados no INE, em 2018, a ilha contabilizou um total de 1.721 hóspedes, sendo responsável por 0,2% do total de hóspedes de Cabo Verde neste ano. Foram mais de 11 mil dormidas no mesmo ano, com uma taxa de ocupação média nos meios de hospedagem de 17%, considerada baixa. Tanto o número de hóspedes e dormidas aumento cerca de 84% entre 2010 e 2018. Entre 2017 e 2018 o número de hóspedes aumentou 11%, mas o número de dormidas decresceu 3%.

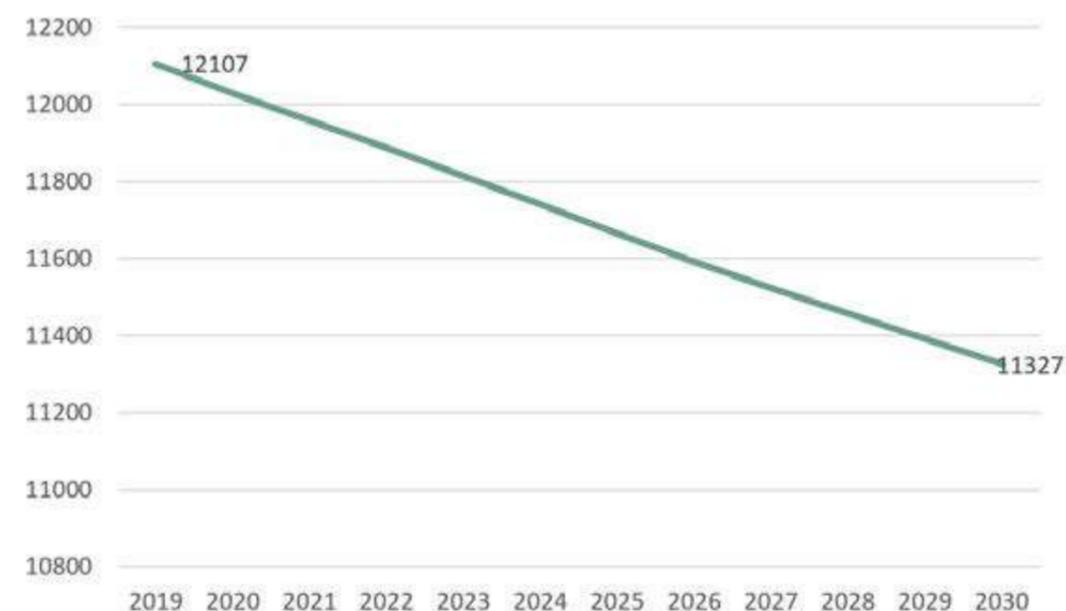
Em 2010 haviam 6 meios de hospedagem na ilha e em 2018 este número saltou para 9 estabelecimentos, aumentando em 67% a capacidade de alojamento de pessoas. A dificuldade de acesso à ilha de São Nicolau torna este um dos principais entraves para um maior aproveitamento local para o turismo. Ao mesmo tempo, isto tem contribuído para manter as características naturais originais da ilha.

Decréscimo populacional

Sabe-se que o desenvolvimento estrutural e econômico contribui tanto para a manutenção da população local quanto para seu crescimento, em função de oportunidades de emprego, renda e melhores condições de vida. O desenvolvimento estrutural de outras ilhas e a vocação de São Nicolau para o setor primário são alguns dos fatores que tem contribuído para o decréscimo populacional local, uma vez que há tendência dos moradores saírem em busca de melhores condições de emprego e de vida.

Atualmente, São Nicolau vem apresentando decréscimo populacional a taxas moderadas anuais, na casa de 0,70% entre 2011 e 2018, com tendência de continuidade de decréscimo, considerando os dados históricos. Com 12.107 habitantes em 2019, espera-se que em 2030 a população caia para 11.327 pessoas.

Projeção Demográfica para a Ilha de São Nicolau - 2019/2030



Fonte: INE, Relatório Anual de Estatísticas, 2016

Porém, poderá haver inversão desta situação caso novos investimentos sejam realizados localmente, muitos dos quais relacionados ao turismo, como novos empreendimentos imobiliários turísticos, abertura do aeroporto para novos voos, melhoria de acessos via mar que, por ora, parecem apenas serem prospecções, sem a concretude de projetos estabelecidos.

Caso este cenário venha a se consolidar, novos moradores em busca de oportunidades de trabalho podem vir a se estabelecer na ilha, bem como o número de residentes deixar de cair. Isto tende a gerar maior pressão por serviços básicos e urbanos e, eventualmente, impactos sobre a dinâmica social e cultural, caso a ilha não se prepare.

A densidade demográfica é baixa e ainda não há impactos significativos decorrentes do fluxo turístico, versus a demanda atual de serviços básicos e urbanos da população. Projetos locais como o Caminhar focam no desenvolvimento endógeno, o que tem uma contribuição bastante relevante para formar bases de desenvolvimento local que respeitem um tipo de turismo em bases mais sustentáveis no futuro. Assim, certamente as tendências de crescimento do turismo na ilha são moderadas e controladas, o que impacta também a dinâmica demográfica local.

Reduzida disponibilidade de capital humano para o turismo

A ilha de São Nicolau possui um pouco mais de homens do que mulheres. Estima-se que em 2018 existia um total de 6.431 homens (53%) e 5.676 mulheres (47%). A ilha possui uma população razoavelmente jovem, com uma idade média de 36 anos, e tendência de envelhecimento.

O setor de hospedagem emprega 33 pessoas em São Nicolau, sendo a maioria - 25 pessoas (76%) - mulheres.



Quanto ao nível de ensino, apesar de existir uma escola de ensino básico e secundário em cada concelho, a vila do Tarrafal é a que apresenta maior percentagem de população sem escolaridade, e com nível pré-escolar relativamente alto em relação ao concelho da Vila de Ribeira Brava. O acesso e continuidade no ensino secundário é muitas vezes condicionado pela falta de meios e infraestruturas bem como pelas longas distâncias que são percorridas sobretudo a pé. Esporadicamente, são ministrados na ilha formações profissionais básicas visando a preparação dos formandos para o mercado de trabalho ou para a criação do próprio negócio.

Assim, verifica-se que a ilha possui certa restrição de capital humano potencial para se envolver com o turismo. Esse é um indicador que precisa ser considerado haja vista que essas pessoas constituem base importante para o mercado de trabalho local e na população local economicamente ativa, incluindo o turismo, e também para o processo de construção e/ou fortalecimento da identidade cultural e de valorização dos modos de vida, costumes e tradições de Cabo Verde.

Relação positiva com a cultura e o meio ambiente

Atualmente, os principais pontos de pressão em torno dos ativos culturais e naturais na ilha de São Nicolau ainda não são decorrentes da atividade turística em si. Projetos como o Caminhar contribuem para o fortalecimento da identidade local e da produção como ativos turísticos. Projetos realizados no passado, que fortalecem as áreas rurais para o turismo, também foram bastante relevantes neste sentido. A existência de unidades de conservação organizadas, como é o caso do Parque Monte Gordo, com diversas atividades realizadas em parceria com as comunidades locais, é um fator bastante importante para a proteção ambiental local.

Todos estes elementos e outros contribuem para formação de uma população com ampla apropriação cultural e valorização de sua identidade, o que contribuiu para a minimização de impactos negativos decorrentes do turismo.

Por outro lado, há algumas práticas locais como a extração desordenada de areia e pedras, que trazem significativo impacto negativo na paisagem. A carência de materiais para a construção civil sempre esteve presente em Cabo Verde, daí a grande necessidade de recorrer aos recursos geológicos locais.

Os impactos das atividades antrópicas refletem-se cada vez mais, no aumento da pressão urbanística e na construção de estradas e outras infraestruturas. Estas atividades, quer seja de forma legal quer seja de forma clandestina, têm gerado grandes problemas relacionados com a exploração desses recursos sobretudo de materiais piroclastos, areias, jorras e britas. Em São Nicolau, no Município do Tarrafal são particularmente notórios os impactos das atividades extrativas na paisagem, sobretudo a nível visual, devido às quantidades de materiais extraídos.

Na mesma área se verifica a destruição das praias devido ao consumo excessivo de areia, contribuindo não só para o desaparecimento por completo das mesmas, mas desencadeando também efeitos negativos nos lençóis freáticos e na biodiversidade costeira.

Assim, torna-se salutar o ordenamento do território e de seus usos, bem como o monitoramento e fiscalização. É salutar o constante monitoramento de fluxos turísticos na ilha, uma vez que a atividade está diretamente relacionada com práticas em ambientes frágeis e de alta interação com a comunidade tradicional local. É necessário qualificar as estruturas e atuar no sentido de ordenar as práticas turísticas, de modo a garantir o mínimo de impacto negativo.

A oferta de atrativos possui base nos recursos e atributos culturais e naturais, além de serem importantes ativos para subsistência e qualidade de vida local sendo, portanto, estratégico que a Ilha de São Nicolau continue a se posicionar como destino que tem base na sustentabilidade, aproveitando os projetos, iniciativas e movimentos existentes localmente.





2.3.2. STAKEHOLDERS E GOVERNANÇA

A estrutura de governança do turismo em Cabo Verde vem passando por um processo de modernização e descentralização, em busca de maior eficiência em sua atuação. O instrumento “Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (GOPEDS-Turismo)” determina como fatores estratégicos para a sustentabilidade governativa do turismo:

- Estrutura institucional e gestão pública de maior agilidade, autonomia e que fomente processos democráticos;
- Cooperação público privada;
- Descentralização.

Em julho de 2019 foi decretada a criação do Instituto de Turismo de Cabo Verde – Decreto Lei N.º 37/2019, que vem como fruto de amplas discussões adotadas, em busca de um modelo de gestão mais eficiente e arrojado, alinhado com a dinâmica do turismo.

Assim, a gestão do turismo, sob responsabilidade central do Ministério de Turismo e Transportes, conta com duas células: a Direção Geral de Turismo e Transporte (DGTT) e o Instituto de Turismo de Cabo Verde (IP). A DGTT tem como missão atuar no processo de políticas públicas, planeamento, legislação e cooperação. Já o IP tem como missão atuar na promoção do destino e garantir a operação da atividade em bases sustentáveis, ampliando as relações com o setor privado. O primeiro órgão tem caráter mais estratégico, enquanto o segundo, mais operacional.

Resumo das atribuições da Direção Geral de Turismo e Transportes e do Instituto de Turismo de Cabo Verde, de acordo com o Decreto Lei N.º 37/2019

Direção Geral de Turismo e Transportes

Concepção e avaliação da política de turismo, o planeamento estratégico, a legislação e regulamentação dos setores turísticos e dos transportes aéreos, a coordenação do setor e a cooperação internacional.

Instituto de Turismo de Cabo Verde

A regulação e a fiscalização do setor turístico, a implantação da política no setor do turismo, o estudo e análise de tendências nacionais e internacionais no setor do turismo, a promoção de infraestruturas de apoio turístico, incluindo postos de informação turística e sinalética, o licenciamento de atividades turísticas, a promoção e supervisão interna e externa de Cabo Verde como destino turístico e o apoio ao investimento no setor do turismo.

Fonte: Decreto Lei N.º 37/2019

Em processo de organização, o IP prevê um Conselho Diretivo, um Fiscal Único e um Conselho Consultivo. Ainda, são considerados parceiros do setor privado:

- Câmara de Turismo de Cabo Verde
- Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde
- Associações Empresariais
- Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde
- Associação Cabo Verdiana dos Animadores e Guias Turísticos
- Associação de Proprietários de Táxi
- Centrais Sindicais
- Entre outros

O IP tem sede na ilha do Sal, com a previsão inicial de ter duas delegações: uma em Mindelo e outra na cidade de Praia possuindo, assim, uma sede no sul e outra no norte do arquipélago, de modo a facilitar sua atuação local. A estruturação do Instituto encontra-se em andamento, com a recente definição do Conselho Diretivo, em outubro de 2019.

Entende-se que o IP será indicado como responsável pela execução total ou parcial de alguns projetos propostos no Plano Master, em especial aqueles ligados à qualificação de produtos e de promoção e comercialização, por exemplo. Por outro lado, é importante considerar que será necessário que o IP tenha sua estrutura devidamente instalada para que possa, a partir de então, assumir responsabilidades previstas no Plano Master.

Além da estrutura mais diretamente ligada ao governo, há diversas entidades técnicas, organizações não governamentais, cooperativas e instância de governança com atuação importante no desenvolvimento do turismo, conforme o próprio decreto de criação do IP pontua.

A natureza geográfica de Cabo Verde – um arquipélago, em que há dependência e sinergia entre as diversas ilhas, bem como sua dimensão territorial acabam por de certa maneira facilitar e até mesmo exigir uma governança capaz de integrar as diversas ilhas, fomentando os diferenciais de cada uma delas e criando as pontes necessárias para a que as complementariedades entre elas sejam operacionalizadas.

Por outro lado, as particularidades de estruturação de produtos e de operação em si da atividade turística, exigem um olhar bastante local, o que torna a presença e atuação de instâncias de governança em cada ilha fundamental.

Portanto, o funcionamento do sistema turístico em Cabo Verde indica que é necessário ter uma gestão nacional e local fortalecida. Neste sentido, os projetos a serem propostos no Master Plan levarão em conta tal premissa. Ainda, de modo a indicar sinergias e recomendações estratégicas na etapa de proposições, são apresentados os principais atores e as ações/projetos que desenvolvem no turismo em Cabo Verde e, especificamente em São Vicente, destacando a importância desses stakeholders no processo de governança do destino turístico.



CÂMARA DE TURISMO DE CABO VERDE (CTCV)

Entidade organizada da sociedade civil, formada por empresários e agentes do setor turístico, a Câmara de Turismo de Cabo Verde é a instância responsável por defender os interesses do setor turístico no país. Com sede em Santa Maria, Ilha do Sal, a entidade assume papel atuante e de relevância dentro da sua missão no contexto do Turismo nacional e internacional, que envolve:

- O aprofundamento das relações com os agentes económicos do setor;
- O desenvolvimento das relações institucionais;
- O apoio para promoção do turismo de Cabo Verde;
- A cooperação na interlocução com instituições, nacionais e internacionais;
- O desenvolvimento de uma visão estratégica com propostas no âmbito do desenvolvimento da economia e do turismo, da solução do problema do financiamento da economia, e da ultrapassagem dos constrangimentos atuais do setor do turismo residencial;
- A defesa dos interesses dos associados, procurando harmonizar soluções convergentes, no âmbito do conceito e da ideia de desenvolvimento social.



Logo da CTCV | Fonte: facebook.com/www.ctcv.cv/

Observa-se que a Câmara de Turismo tem desempenhado papel atuante para dinamizar negócios e atividades diretamente ligadas com o desenvolvimento do setor turístico em Cabo Verde.

Um exemplo é que, recentemente (abril/2019) foi firmado um acordo empresarial entre a Câmara de Turismo de Cabo Verde e o núcleo PALOP de Confederação Empresarial para a reabertura dos vãos da TAAG (Linhas Aéreas de Angola) para Cabo Verde e parceria no âmbito da geração de empregos, negócios e trabalhos operacionais. O acordo visa, numa primeira fase, privilegiar a formação/qualificação a partir da construção de escolas de turismo nos Estados Unidos, visando a formação técnica e profissional de jovens angolanos e cabo-verdianos. Numa fase seguinte, o foco será a divulgação do turismo e serviços dos dois países.

- Fabricação de produtos de panificação e pastelaria
- Culinária
- Artesanato
- Recepção alojamento
- Animação turística
- Cozinha básica
- Francês turístico
- Alemão Turístico
- Inglês Turístico
- Guias turística
- Restaurante/bar

Além destes, há outros cursos ligados à área de gestão e liderança, manutenção, entre outros, que também atendem o setor turístico.

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE CABO VERDE (EHTCV)

A Escola de Hotelaria e Turismo possui uma série de cursos que incluem uma base teórica e prática, com atividades que simulam o ambiente real de atuação profissional, e trabalham atitudes e comportamentos dos jovens, o que reflete positivamente no futuro com relação às questões de empregabilidade e inclusão social. A oferta formativa é dividida entre inicial e contínua, além de promoverem workshops pontuais.

As ofertas de formação variam de 3 a 12 meses. Além da oferta formativa, o EHTCV procura realizar parcerias com entidades de educação de todo o mundo para aprimorar seus cursos e trazer diversos workshops temáticos de relevância para o turismo local, bem como trabalhar com treinamentos específicos para o grupo de funcionários de empresas turísticas.

Formação Inicial

Gestão de Alojamento Hoteleiro – Santiago;
 Serviço de Andares & Lavandaria (Camareiro/a) – Santiago;
 Cozinha e Pastelaria – Sal / Santiago;
 Pastelaria e Panificação – Santiago ;
 Bar e Restaurante – Sal;
 Guia e animação turística – Santiago.



Logo da EHTCV. Fonte: www.santiagomagazine.cv

Formação Contínua

Cafeteria & Bar – Santiago;
 Reciclagem Guia do Turismo – Sal .

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP)



Logo da AAVT. Fonte: iefp.cv

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) foi criado em 1994 e consiste em um organismo público, sob a tutela do Ministério das Finanças, ao qual compete a execução das políticas de Empregos e Formação Profissional, definidas e aprovadas pelo governo.

O IEFP conta com Centros de Emprego e Formação Profissionais (CEFP) em todas as ilhas. Cursos mais específicos do turismo são:



Curso da EHTCV | Fonte: facebook.com/EHTCV/photos/pcb.2474177852658143/2474176682658260/?type=3&theater



Curso da EHTCV | Fonte: facebook.com/EHTCV/photos/rpp.111741495568469/2483848605024401/?type=3&theater



ASSOCIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO DE CABO VERDE (AAVT)

A Associação é formada por 22 agências, sendo que 05 estão localizadas em São Vicente. São objetivos da associação:

- A promoção das condições que visem assegurar uma sã concorrência, e o respeito pelos legítimos interesses dos seus membros;
- Apoiar nos estudos e projetos do setor do turismo, colaborando na procura de soluções adequadas, ao desenvolvimento de um turismo sustentável.
- A promoção e o incremento das relações entre as Agências de Viagens e turismo Cabo-Verdianas com as suas congêneres estrangeiras;
- O fomento da formação profissional visando a qualidade dos serviços e produtos turísticos; e
- Promoção do espírito de solidariedade entre os associados

Uma amostra de ações da AAVT em 2019 é seu papel como ponto focal para a organização e materialização da vinda da delegação de empresários turísticos da Rússia até o final do ano, juntamente com a Direção Geral do Turismo e Transportes; a realização de visitas e encontros em Portugal, com operadores turísticos do país para fomentar a promoção e a realização de parcerias com agentes de Cabo Verde; bem como a realização de viagens de aprendizado nos Açores, com os agentes de turismo de Cabo Verde.



Logo da AAVT. Fonte: aavt.org.cv

CENTRO NACIONAL DE ARTE, ARTESANATO E DESIGN

É a instituição nacional responsável pela preservação da herança histórica e cultural de Cabo Verde e está localizada em Mindelo, São Vicente. Por seu foco, o CNAAD tem um papel fundamental no desenvolvimento e gestão do turismo sustentável, seja do ponto de vista da proteção da identidade local, seja do ponto de vista do aprimoramento da experiência do turista, ao possibilitar que ele entre em contato com o sentido e percepção dos artistas locais sobre o território e aprenda com ela, crie seus próprios sentidos e percepções e, contribua, por fim para valorizar e também preservar este patrimônio. Com isso, gera-se o máximo de impactos positivos sociais e culturais e experiências extremamente singulares e transformadoras, aumentando o nível de satisfação dos visitantes.

No plano de ação 2017/2020 do CNAAD, há diversos projetos importantes como a requalificação arquitetônica do centro em si – o que se tornará atrativo para turistas; o mapeamento e certificação do artesanato nacional; a estruturação de lojas do artesanato “Created in Cabo Verde”, além da valorização e formação contínua dos artesãos, através da criação dos centros de produção e de formação a nível dos municípios. Além disso, o CNAAD organiza diversos eventos e feiras que promovem a produção artística do país.



Logo. Fonte: facebook.com/centronacionaldeartesanatoedesign



Residência Criativa promovida pelo CNAAD em parceria com CRAA. Fonte: facebook.com/CentroNacionaldeArtesanatoeDesign/photos/a.416917201838715/1114207372109691/?type=3&theater



Oficinas. Fonte: facebook.com/EHTCV/photos/pcb.2474177852658143/2474176682658260/?type=3&theater



Palestra e Edição de Catálogo Artístico. Fonte: <https://www.facebook.com/CentroNacionaldeArtesanatoeDesign>



SN TURISMO

A SN TURISMO é uma associação sem fins lucrativos dos operadores turísticos de São Nicolau, Cabo Verde. Tem por missão a promoção da atividade turística em São Nicolau e a defesa dos interesses dos seus associados. Dentre as ações realizadas, destaca-se o Projeto Caminhar, com duração de 2019 a 2020.

O Projeto Caminhar objetiva realizar ações estruturantes para o desenvolvimento do turismo de natureza em São Nicolau. Atua estruturando um produto turístico de trekking na ilha de São Nicolau, no entorno de uma rota mãe entre Carbeirinho e Monte Gordo. Assim o projeto envolve o levantamento cartográfico digital e finalização física de rotas pedestres, com caminhos complementares. São mais de 200 km de trilhas.

Além da estruturação física, o projeto possui ações integradas para que de fato a rota se torne um produto turístico, então são realizadas e estão previstas formações na área de artesanato, preparação de guias práticas de trekking, alimentação e alojamento, marketing digital, por exemplo, além da realização de eventos e divulgação das trilhas.

Em 2019 ocorre o Meetup Trekking em sua 2ª edição, evento destinado à realização de caminhadas, bem como workshops sobre turismo de natureza.



Logo. Fonte: www.facebook.com/ASNTURISMO



Divulgação do Projeto Caminhar. Fonte: www.facebook.com/ASNTURISMO



Projeto Caminhar: Capacitação em Culinária. Fonte: www.facebook.com/ASNTURISMO



Projeto Caminhar: Demarcação das Trilhas. Fonte: www.facebook.com/ASNTURISMO

2.3.3. ANÁLISE DA DINÂMICA DO TURISMO

Apesar do potencial de se tornar um destino indutor, São Nicolau ainda possui forte dependência dos demais destinos de seu entorno ou que complementam sua oferta, tanto em termos de atrativos quanto em termos de estrutura de apoio ao turista. Possui um rol extremamente importante de atrativos e elementos turísticos.

São Nicolau é uma ilha multifacetada, com cidades e povoados com ritmo mais calmo em relação às demais ilhas do norte. Possui diversidade de experiências: banho de mar em praias de areia branca e areia preta, paisagens que envolvem montanhas, vulcões, praias e falésias (Carbeirinho), trilhas, marcos da história de formação de Cabo Verde e de rotas marítimas importantes provenientes de Portugal, local da famosa música interpretada por Cesária Évora “Sodad” de compositor local. O centro histórico de Ribeira Brava é um charmoso centro histórico local.

Destaca-se a qualidade ambiental e estrutural das trilhas e serviços de apoio do Parque Natural de Monte Gordo, incluindo centro de interpretação e a presença de espécies endêmicas milenares de árvores “Dragoeiros”, além de ser famosa por sua produção agrícola e do atum, mundialmente conhecido e de alta qualidade, agregando valor à imagem da ilha no mercado nacional e internacional.

São Nicolau possui uma oferta grande de casas de família para hospedagem de turistas, além de pequenas pousadas, atraindo um público similar ao de Santo Antão. Como o acesso local ainda é dificultado devido à poucas opções regulares de ferry a partir de São Vicente, além do tempo de ser viagem ser longo e em embarcações não tão confortáveis, a estadia dos turistas na ilha acaba sendo maior do que nas outras ilhas do norte, o que torna importante o incentivo à estruturação de atrativos e produtos turísticos,

Um projeto de estruturação de um produto âncora baseado no turismo de natureza está sendo desenvolvido no território: o Projeto Caminhar. Assim, estão sendo estruturadas trilhas ao longo de toda a ilha, no entorno de uma rota mãe, que conecta Carbeirinhos com Ribeira Brava: Vila Ribeira Brava-Talho-Terra Quebrada-Terra Branca-Queimadas-Fajã de Baixo-Fajã de Cima-Lompelado-Canto Fajã, Pico Agudo-Cruzinha-Praia Branca-Baía de Angola-Carberinho.

2.3.3.1. RECURSOS, EXPERIÊNCIAS E ATRATIVOS TURÍSTICOS

A oferta turística de atrativos, recursos e produtos de São Nicolau é diversa e está baseada principalmente em suas características naturais, complementadas por aspectos culturais e históricos. Há quatro principais segmentos e linhas de produtos baseados na oferta que caracterizam a ilha.

Principais Segmentos e Características - Ilha de São Nicolau

Segmentos	Características
Ecoturismo	Atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência através da interpretação do ambiente, da história e da cultura, promovendo o bem-estar das populações.
Rural	Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.



Histórico e Cultural	Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.
Sol e Mar	Oferta baseada no banho/contemplação do mar e nas características ligadas ao clima do verão. Caracteriza-se por linhas de produtos agregadas como a observação de fauna, práticas de atividades esportivas náuticas com foco no lazer, contemplação e descanso e experiências em vilas e centros charmosos com elementos culturais e históricos locais e compras.

Fonte: Adaptado de Ministério do Turismo do Brasil, 2008.

Diversos elementos compõe estes segmentos e, há aqueles que já possuem estrutura e visitação – atrativos turísticos, bem como aqueles que possuem potencial, mas ainda não estão adequados para receber o turista – recursos turísticos. Além disso, há atrativos organizados com o suporte de equipamentos, serviços e muitas vezes conectados pelo território que são os produtos turísticos. A análise apresentada considera estas diferenças, uma vez que elas impactam diretamente na proposição de melhorias estruturais e de serviços de modo priorizado no Master Plan, de modo a atender necessidades da procura atual e potencial, bem como garantir a sustentabilidade destes elementos.

Conceitos de atrativos, recursos e produtos utilizados na análise

Itens	Conceitos
Atrativos	É o recurso natural ou cultural que possui estrutura e serviços de apoio à visitação, seja de cunho privado ou público; possui fluxo turístico, atendendo especificações, portanto, necessárias para a comercialização e recepção de turistas
Recursos	É qualquer manifestação da natureza ou da cultura que tenha capacidade de atrair turistas e possa servir de “matéria-prima” para a formatação de um atrativo turístico.
Produtos	O conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais áreas / municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço. Difere do conceito de atrativo, justamente por envolver a questão territorial/distribuição no espaço das experiências, bem como o conjunto de serviços agregados, que muitas vezes envolvem transfers, alimentação, vivências, em um determinado espaço de tempo.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Além da caracterização destes elementos e sua análise, também foi realizada a priorização e hierarquização de atrativos turísticos, com base na matriz desenvolvida pela Organização Mundial do Turismo e Cicatur, de modo a apoiar processos de tomada de decisão sobre quais elementos estão mais aptos para comercialização, quais são atrativos âncoras/estrelas, quais são aqueles que precisam de melhorias de estruturas e serviços, considerando curto, médio e longo prazo e quais são as iniciativas necessárias para garantir sua sustentabilidade/conservação.

Esta visão é complementada em capítulos posteriores, considerando o perfil da procura atual e potencial, de modo que tais elementos venham a atender o mercado turístico.

A seguir, apresenta-se a análise da oferta, dividida por elementos materiais (espaços, paisagens, equipamentos) e elementos imateriais (vivências, eventos). Posteriormente, é apresentada a matriz de hierarquização e priorização de atrativos.

2.3.3.1.1. ELEMENTOS MATERIAIS

BAÍA DE ANGOLA, BOCA RIBEIRA E RIBEIRA FUNDA

Tipologia	Natural e Histórico-Cultural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Contemplação
Há atrativos similares na ilha?	Sim
Breve descrição do atrativo	Na região norte da ilha de São Nicolau são encontradas: a Baía de Angola, no município de Tarrafal, com formação vulcânica apresenta vista fabulosa que termina abruptamente junto ao mar, sua formação assemelha-se aos relevos lunares. No local é possível observar baleias; e a Ribeira Funda, no município de Ribeira Brava, próxima a estância do Brás, a qual possui antigas habitações construídas de basalto e palha de cana-de-açúcar. As ruínas demonstram a essência de muitas aldeias da ilha de São Nicolau.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Sim, Volta à Ilha
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Infraestrutura de Apoio Ausência: Sinalização e placas Banheiros e Duchas
Atividades potenciais a serem realizadas	Venda de artesanato Contato com a história local e vivências, através de um centro interpretativo que conte a história/relevância da área Observação de aves. (ex.:Guincho e Cagarra) Observação de baleias



BAÍA DE TARRAFAL

Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Gastronomia Bares Serviços portuários Contemplação Produção de atum
Há atrativos similares na ilha?	Sim
Breve descrição do atrativo	Situada na costa oeste, em ponto estratégico da ilha, a Baía de Tarrafal é a porta de entrada onde transitam passageiros e mercadorias. Formada por praias de areia preta, trechos rochosos e faixas de calhau. Ainda nas imediações da Ponta do Tarrafal possui uma saliência rochosa que compõe, junto ao litoral, exuberante paisagem.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Sim
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Presença: Restaurantes Hotéis Transporte (barcos) Porto Orla Museu da Pesca Ausência: Banheiros, vestiários e duchas Sinalização informativa e interpretativa Lixeiras
Atividades potenciais a serem realizadas	Venda de artesanato Desportos náuticos Ecoturismo Trilhas Contato com a história local e vivências, através de um centro interpretativo que conte a história/relevância da área



LAGOA DO JUNCALINHO

Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Banho nas piscinas naturais Festival de música Contemplação Vulcão
Há atrativos similares na ilha?	Não
Breve descrição do atrativo	Situada no município de Ribeira Brava, a Lagoa do Juncalinho trata-se de uma piscina natural, muito apreciada pelos turistas que visitam a ilha de São Nicolau.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Ausência: Infraestrutura de Apoio Condições de Acessibilidade
Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Trilhas Contemplação Observação de aves
Há atrativos similares na ilha?	Não
Breve descrição do atrativo	Localizada a 11 km da cidade de Tarrafal, possui praias de areia negra. Farol do Barril que era utilizado no apoio à frota interinsular.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Sim, Trilhas
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Ausência: Placas de sinalização Plano de Uso/Conservação Miradouro
Atividades potenciais a serem realizadas	Turismo ecológico (flora e fauna autóctones) Turismo de montanha





CARBEIRINHO

Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Contemplação
Há atrativos similares na ilha?	Não
Breve descrição do atrativo	Carbeirinho é considerada uma das sete maravilhas de Cabo Verde. A sua formação é de origem vulcânica, de laminação horizontal, apresentado grande valor geomorfológico. Possui grande beleza e existência de grutas lávicas.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Ausência: Infraestrutura de Apoio
Atividades potenciais a serem realizadas	Visitas guiadas nas grutas com explicação das formações geomorfológicas Contemplação no Miradouro Natural Ecoturismo



PRAIA BAIXO DE ROCHA

Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Banho na Praia Contemplação
Há atrativos similares na ilha?	Não
Breve descrição do atrativo	A praia Baixo de Rocha ("Boche Rotcha"), localizada a sudoeste da cidade de Tarrafal, é considerada uma das praias mais lindas da ilha de São Nicolau. A praia caracteriza-se por areia branca, águas cristalinas e quentes.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Ausência: Infraestrutura de Apoio Condições de Acessibilidade - Acesso Terrestre

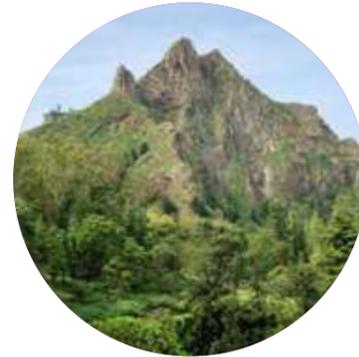


PRAIA DO FRANCÊS

Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Banho na Praia Contemplação
Há atrativos similares na ilha?	Sim
Breve descrição do atrativo	Situada a 8 km do município de Tarrafal, é uma das belas praias da ilha de São Nicolau. A praia é extremamente acessível, com águas cristalinas e areia branca.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Ausência: Infraestrutura de apoio Sinalização indicativa/interpretativa Lixeiras Banheiro, vestiário, duchas Sinalização interpretativa



PARQUE NATURAL MONTE GORDO



Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Trilhas Contemplação
Há atrativos similares na ilha?	Não
Breve descrição do atrativo	O Parque Natural de Monte Gordo, considerado uma das sete maravilhas de Cabo Verde, é um dos poucos lugares para se conhecer a vegetação nativa da ilha. Apresenta riqueza de flora e fauna desde os estratos bioclimáticos áridos na parte sul do Monte Gordo e até sub-húmidos a nordeste. O parque divide dois municípios: Tarrafal de São Nicolau e Ribeira Brava. Destaca-se ainda na região a agricultura de sequeiro.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Infraestrutura de apoio Ausência: Sensibilização dos moradores (criadores de gado e agricultores) quanto a preservação do Parque Sinalização e placas orientativas
Atividades potenciais a serem realizadas	Ecoturismo Contato com a história local e vivências, através de um centro interpretativo que conte a história/relevância da área Turismo de Montanha Turismo Rural

PRAIA BRANCA



Tipologia	Histórico-Cultural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Passeio pela Vila Festival da Morna
Há atrativos similares na ilha?	Não
Breve descrição do atrativo	Povoado situado no município de Tarrafal, com destaque para festa de São João e Festival da Morna. Local onde foi composta a morna "Sodade" que conquistou o mundo na voz de Cesária Évora. Apesar do nome Praia Branca, a localidade não é litoral e nem possui praias de mares. Trata-se de uma região montanhosa com caráter agrícola de sequeiro.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Sim, Festival da Morna
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Presença: Aldeia
Atividades potenciais a serem realizadas	Contato com a história local e vivências, através de um centro interpretativo que conte a história/relevância da área



PREGUIÇA

Tipologia	Histórico-Cultural
-----------	--------------------

Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Contemplação Visitação no porto da Preguiça e Forte do Príncipe Real
---	---

Há atrativos similares na ilha?	Não
---------------------------------	-----

Breve descrição do atrativo	Preguiça é uma vila, situada no município de Ribeira Brava, na ilha de São Nicolau. O local é de grande importância histórica devido ao porto da Preguiça e o antigo Forte do Príncipe Real. Em 1500, segundo relatos, Pedro Álvares Cabral, passou pelo largo da ilha, antes de descobrir as terras de Vera Cruz.
-----------------------------	--

O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
---	-----

Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Presença: Aeródromo Comunidade de pescadores Miradouros Aldeia Forte o Príncipe Real Porto da Preguiça
---	--

Atividades potenciais a serem realizadas	Contato com a história local e vivências, através de um centro interpretativo que conte a história/relevância da área
--	---



VALE DO FAJÃ E QUEIMADAS

Tipologia	Natural
-----------	---------

Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Contemplação Trilhas
---	-------------------------

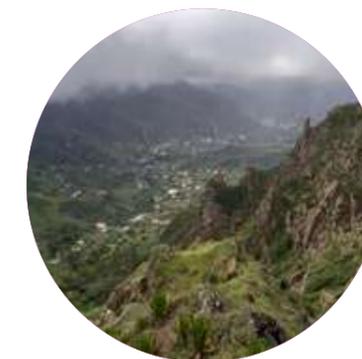
Há atrativos similares na ilha?	Sim
---------------------------------	-----

Breve descrição do atrativo	O Vale do Fajã inicia-se na zona costeira da Estância-de-Baixo e possui o ponto mais alto na zona do Cachaço. Destacando no local a existência da espécie arbórea chamada dragoeiro (<i>Dracaena draco</i>). O Vale de Queimadas é um estreito vale, próximo a Carvoeiros, com paisagem verdejante devido à agricultura. Possui lindas casas nas encostas das montanhas.
-----------------------------	--

O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
---	-----

Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Ausência: Infraestrutura de apoio Sinalização indicativa/interpretativa Lixeiras Banheiros
---	--

Atividades potenciais a serem realizadas	Ecoturismo Turismo de montanha Turismo rural Contato com a história local e vivências, através de um centro interpretativo que conte a história/relevância da área Campanha de sensibilização relacionada a preservação do dragoeiro
--	--





VALE DA RIBEIRA BRAVA



Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Carnaval de São Nicolau Visitas à arquitetura colonial Visitas à Igreja Matriz Visitas ao Seminário Liceu Artesanato (destaque para a cestaria) Festas de Romaria
Há atrativos similares na ilha?	Sim, no que diz respeito a área de Vales. No entanto, em relação a parte cultural, não.
Breve descrição do atrativo	O Vale da Ribeira Brava encontra-se na cidade homônima, tem este nome devido a ribeira impetuosa em épocas de chuvas. O ponto mais alto leva o nome de "Cintinha" e o mais baixo "Prainha".
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Ausência: Não há estrutura de equipamentos ou serviços no local ou entorno.
Atividades potenciais a serem realizadas	Turismo de montanha Turismo ecológico Turismo rural Turismo religioso Turismo de habitação Contato com a história local e vivências, através de um centro interpretativo que conte a história/relevância da área

VALE DA RIBEIRA PRATA



Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Agricultura
Há atrativos similares na ilha?	Sim, no que diz respeito à área de Vale
Breve descrição do atrativo	O Vale da Ribeira Prata está situado nos domínios do município de Tarrafal, caracterizado por lindos relevos montanhosos. Nesta região se encontra a famosa "Rocha Scribida".
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Ausência: Infraestrutura de apoio Sinalização e placas
Atividades potenciais a serem realizadas	Trilhas Miradouros Turismo rural Turismo de montanha Ecoturismo Contemplação



VALE DO CACHAÇO

Tipologia	Natural
Atividades/Experiências que são realizadas atualmente	Contemplação
Há atrativos similares na ilha?	Sim, no que diz respeito à área de Vale
Breve descrição do atrativo	O Vale do Cachaço está situado na ilha de São Nicolau, possui paisagens de natureza singular e natureza agrícola.
O atrativo compõe algum roteiro comercializado?	Não
Descrição da estrutura de apoio e sua qualidade/necessidades de melhorias	Infraestrutura de apoio Ausência: Sinalização e placas Vias e acessos seguros
Atividades potenciais a serem realizadas	Trilhas Turismo rural Turismo de montanha Turismo religioso



2.3.3.1.2. ELEMENTOS IMATERIAIS

São Nicolau possui diversos elementos que representam a atratividade imaterial da ilha, embora muitos não componham produtos que possam ser vivenciados turisticamente. Certamente, a hospitalidade de seu povo é um dos pontos altos da ilha. A música que consagrou Cesária Évora, Sodad, foi escrita por um compositor local e fala sobre São Nicolau. Em breve, o compositor terá um museu dedicado a ele.

No mercado de Ribeira Brava diversos produtos agrícolas podem ser adquiridos, tais como frutas, pães e verduras. A ilha possui grande produção de atum com uma fábrica de enlatados, porém, há pouco contato com esta história e com pratos especializados, sendo possível adquirir o produto nos mercados locais. No Parque Natural de Monte Gordo ocorre uma feira anual agrícola com potencial turístico. Porém, a baixa demanda presente na ilha ainda não permite um maior aproveitamento deste momento para o contato dos turistas com este evento.

Em se tratando de eventos, a Ilha de São Nicolau ainda não apresenta eventos que tragam fluxo turístico significativo atualmente, embora seja interessante investigar mais a fundo quais eventos populares teriam potencial para atrair visitantes ou até mesmo envolver turistas que já se encontram na ilha por outras motivações.

As festas realizadas têm um caráter religioso/profano/cultural, e em festas maiores como o carnaval muitas vezes envolvem gastronomia tradicional e venda de produtos e materiais artesanais, feitos localmente.

Além disso, destaca-se o potencial para a realização de eventos de aventura. A exemplo de Santo Antão, São Nicolau poderia receber etapas de corridas de aventura, uma vez que os trilhos locais estejam mais bem estruturados.



2.3.3.1.3. CLASSIFICAÇÃO, HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

Tendo como base os elementos materiais e imateriais apresentados anteriormente, este item do diagnóstico tem como objetivo promover uma melhor compreensão da oferta da Ilha de São Nicolau por meio da classificação, hierarquização e priorização dos atrativos turísticos conforme metodologia apresentada a seguir.

CLASSIFICAÇÃO

Os atrativos turísticos podem ser divididos em diferentes classificações, sendo aqui organizados em quatro tipos: **natural, gastronômico, histórico-cultural e patrimônio imaterial (festividades)**. A identificação e classificação dos recursos turísticos fundamentais (natural; histórico-cultural; gastronômico e enológico; e festividades) permite uma visão geral dos atrativos oferecidos na ilha, identificando os tipos que predominam no local.

NATURAL	HISTÓRICO-CULTURAL	GASTRONÔMICO	PATRIM. IMATERIAL
Praias, áreas protegidas, monumentos geológicos	Centro histórico, Museus, Monumentos	Produtos locais, como queijo de cabra, grogue	Eventos culturais, religiosos e esportivos

Fonte: Natureza Urbana, 2019, adaptado de Eduardo Kusen, 2002.

HIERARQUIZAÇÃO

De forma a identificar os diferentes níveis de relevância dos atrativos turístico de São Nicolau foi realizada a avaliação da atratividade destes, essencial para a compreensão do real potencial turístico da ilha e para estruturação dos produtos turísticos a ela relacionados. Para hierarquizar e priorizar os atrativos turísticos foi utilizada a metodologia do CICATUR (Centro Interamericano de Capacitação Turística).

Em primeiro lugar, deve-se avaliar o potencial de atratividade do elemento, conforme as características de peculiaridade e o interesse que pode despertar nos turistas. O quadro a seguir estabelece uma ordem quantitativa para o desenvolvimento desse potencial para o turismo.

Quadro de desenvolvimento do potencial de um atrativo turístico

GRAU DE ATRATIVIDADE	CARACTERÍSTICAS
3 ALTO	Atrativo turístico excepcional e de grande interesse , com significação para o mercado turístico internacional , capaz de, por si só, motivar correntes de visitantes , atuais e potenciais.
2 MÉDIO	Atrativo com aspectos excepcionais , capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes locais ou estrangeiros , em conjunto com outros atrativos próximos a ele.
1 BAIXO	Atrativo com algum aspecto expressivo , que faz parte de um conjunto de atrativos, capaz de interessar visitantes que tenham chegado à área por outras motivações turísticas , ou capaz de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).
0 COMPLEMENTAR	Atrativo que é parte do patrimônio turístico do local e de caráter complementar a outros atrativos de maior hierarquia . Pode motivar correntes turísticas locais , em particular a demanda de recreação popular.

Em seguida, são avaliados diferentes aspectos do atrativo, conforme apresentado no quadro abaixo, que auxiliam na definição da hierarquização. Este critério possibilita classificar os atrativos, de acordo com uma escala preestabelecida, fornecendo subsídios para diferenciar as características e os graus de importância de cada um.

- Grau de uso atual: analisa o atual volume de fluxo turístico efetivo. Difere do grau de interesse por representar a situação atual, em vez da potencial. Um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva.
- Representatividade: fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário.
- Estado de conservação da paisagem circundante: verifica, por observação in loco, o estado de conservação da paisagem que circunda o atrativo.
- Infraestrutura: verifica, in loco, se existe infraestrutura disponível no atrativo e o seu estado.
- Acesso: verifica as vias de acesso existentes e suas condições de uso.

Quadro de critérios para hierarquização de atrativos

CRITÉRIOS	VALORES			
	0	1	2	3
(A) POTENCIAL DE ATRATIVIDADE	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
(B) GRAU DE USO ATUAL	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Grande fluxo
(C) REPRESENTATIVIDADE	Nenhum	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular raro
(D) APOIO LOCAL E COMUNITÁRIO	Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
(E) ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CIRCUNDANTE	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
(F) INFRAESTRUTURA	Inexistente	existente, porém em estado precário	Existente, mas necessita de intervenções/melhorias	Existente e em ótimas condições
(G) ACESSO	Inexistente	Em estado precário	Existente, mas necessita de intervenções/melhorias	Em ótimas condições

Por serem mais significativos em comparação com os demais itens avaliados, os itens "potencial de atratividade" e "representatividade" recebem peso 2. Ao final da análise, somam-se os pontos obtidos e define-se o ranking de atrativos. Quanto maior o número de pontos de determinado atrativo, maior sua importância e necessidade de ser incluído nos produtos turísticos da ilha. Quanto menor a pontuação, maior é a necessidade por intervenções no atrativo, devendo ser verificado cada item de maneira independente.



PRIORIZAÇÃO

Dessa forma, o processo de hierarquização e priorização de atrativos apoia a tomada de decisão sobre quais elementos estão mais aptos para serem promovidos/comercializados como produtos turísticos; quais são aqueles que possuem necessidade de melhorias estruturais em primeiro lugar; bem como quais são os elementos que possuem maior singularidade no território e podem, portanto, apoiar a composição de uma imagem e de narrativas sobre o destino turístico.

Para fins deste estudo, não se analisou os atrativos imateriais como eventos, expressões artísticas e culturais - como o artesanato, por exemplo. Por representarem apropriações, saberes e fazeres em torno do espaço e de elementos físicos e serem genuinamente aspectos cotidianos, entende-se que estes importantes aspectos são tratados no âmbito de cada atrativo material similar ou correspondente. Quando tratados como atrativos, pode-se trazer o falso entendimento de que são aspectos “criados” para os turistas enquanto, em verdade, são expressões que devem ser mantidas genuinamente nos locais e servirem, eventualmente, para compor vivências entre atividades culturais distintas.

Por exemplo, no caso de trilhas, está implícito analisar que sua representatividade tem um peso significativo para a prática de eventos esportivos ou contato com a produção rural local. No caso de centros históricos, está implícita a representatividade da expressão artesanal, do acesso à produção cultural local, entre outros.

Foram analisados 14 elementos. De acordo com a escala de pontuação adotada, tem-se quatro 4 categorias de agrupamento de atrativos:

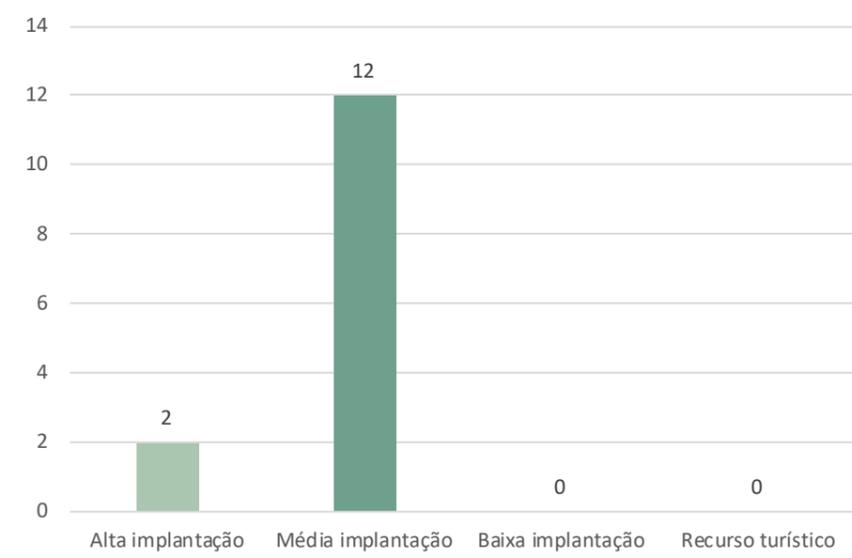
Categorias de agrupamento de atrativos - priorização

PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
0 A 7	Recurso Turístico	Elemento com potencial de visitação, mas que ainda não possui estrutura e visitação. É necessário investir em estrutura.
8 A 14	Baixa Implantação	Atrativo turístico com pequena expressão/singularidade, com a função de complementar, na maioria a vezes, a visitação ou experiências turísticas destinadas à atrativos de maior relevância. O fluxo de turistas é pequeno. Há alguma estrutura de apoio e acesso, com melhorias necessárias.
15 A 21	Média Implantação	Atrativo turístico com relativa expressão/singularidade, portanto possui significância na composição de produtos turísticos e diversificação de experiências. O fluxo de turistas pode variar entre pequeno e alto. Há estrutura de apoio e acesso que necessitam de alguma melhoria.
22 A 27	Alta Implantação	Atrativo turístico com expressão importante devido à sua representatividade e capacidade de atrair fluxos. O fluxo varia de médio a alto, devido ao interesse despertado na demanda. Possui boa estrutura e acesso, eventualmente necessitando de melhorias/manutenção.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

A maior parte dos atrativos analisados encontra-se na categoria “Média implantação”, destacando-se um grupo relativamente interessante de atrativos de “Alta implantação”. Ou seja, a parcela mais significativa de atrativos necessita de intervenções para que possam ofertar melhor qualidade de experiências aos visitantes e complementar a visitação nos atrativos de maior singularidade. Além disso, atrativos de grande singularidade precisam de melhor estruturação.

Quantidade de atrativos por categoria de priorização



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Destaca-se que São Nicolau tem potencial de atrair públicos diversos, em um turismo de pequena escala e alta qualidade, com maior conexão com a realidade local. Assim, é fundamental reforçar os diferenciais de cada experiência. Além disso, deve-se reforçar eventos e atividades que possam ampliar os tipos de experiências no território, de modo a reforçar a distribuir o fluxo turístico no território, ampliando a conservação e proteção dos elementos mais frágeis do ponto de vista ambiental e cultural.

Estes esforços podem contribuir para a realização de mais atividades na ilha, bem como para o retorno dos turistas, já que é um destino com pouca fidelização.

Por outro lado, é importante destacar que há investimentos públicos previstos nestas áreas, o que certamente irá contribuir para que tais melhorias venham a ocorrer. São Nicolau possui características capazes de atrair um fluxo de turistas bastante comprometidos com o território, portanto, ainda pode crescer e se estabilizar como um destino representativo e termos de sustentabilidade e ecoturismo.

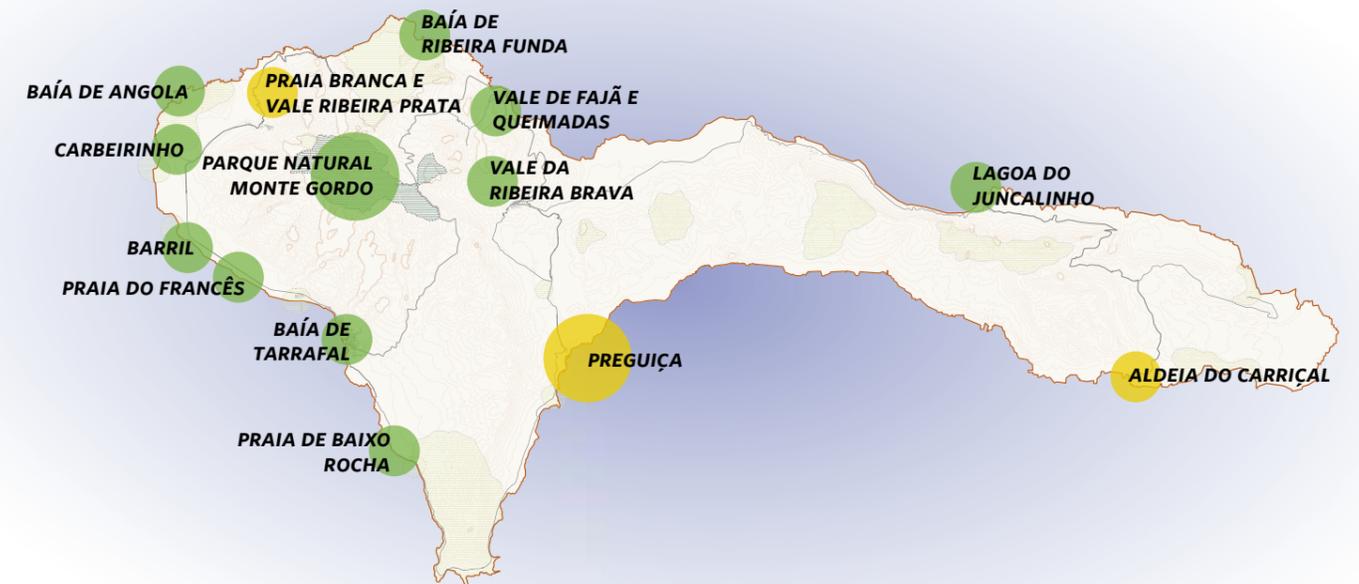
Para isso se consolidar, além da qualificação da experiência e diferenciação pelas singularidades, é salutar o monitoramento e controle de visitantes.



Tabela de avaliação e hierarquização de atrativos turísticos da ilha de São Nicolau

ATRATIVO	POTENCIAL DE ATRATIVIDADE (X2)	GRAU DE USO ATUAL	REPRESENTATIVIDADE (X2)	APOIO LOCAL E COMUNITÁRIO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DO ENTORNO	INFRAESTRUTURA	ACESSO	TOTAL
PARQUE NATURAL MONTE GORDO	3	1	3	3	2	3	3	24
PREGUIÇA	3	1	3	3	2	1	3	22
VALE DA RIBEIRA BRAVA	2	1	2	3	3	2	3	20
BAÍA DE TARRAFAL	2	1	2	2	2	2	3	18
LAGOA DO JUNCALINHO	2	1	3	2	2	1	2	18
VALE DE FAJÃ E QUEIMADAS	2	1	2	3	3	1	2	18
CARBEIRINHO	2	1	3	2	2	1	1	17
PRAIA BAIXO ROCHA	2	1	2	3	2	1	2	17
PRAIA DO FRANCÊS	2	1	2	3	2	1	2	17
PRAIA BRANCA E VALE RIBEIRA PRATA	2	1	2	3	2	1	2	17
ALDEIA DO CARRIÇAL	2	1	2	3	2	1	2	17
BAÍA DE ANGOLA	2	1	2	2	2	1	2	16
BAÍA DE RIBEIRA FUNDA	2	1	2	2	2	1	2	16
BARRIL	2	1	2	2	2	1	2	16

Mapa síntese com os atrativos classificados e hierarquizados



Hierarquização, Priorização e Classificação:

- Alta Implantação (22 a 27)
- Média Implantação (15 a 21)
- Baixa Implantação (8 a 14)
- Recurso Turístico (0 a 7)
- Atrativos Naturais
- Atrativos histórico-culturais



— Vias

— Curvas de Nível

≡ Áreas Protegidas

≡ Áreas a Proteger



2.3.3.1.4. PRODUTOS TURÍSTICOS

Os produtos comercializados localmente na ilha de São Nicolau envolvem tanto as atrações culturais quanto os naturais e constituem-se de passeios guiados por condutores que também são motoristas locais. Em grande parte, os produtos disponibilizados por estas pequenas empresas locais envolvem passeios pelos principais pontos turísticos como Carbeirinho, o Parque Natural Monte Gordo, Preguiça e o Tarrafal, incluindo paradas para banho, interpretação do patrimônio natural e cultural, contação de histórias e alimentação em restaurantes locais.

Além disso, algumas empresas realizam a pesca esportiva localmente, em alto mar, principalmente em busca do Merlim Azul.

Atualmente, a SN Turismo, formada por empresários locais, tem procurado ofertar diversos passeios para a região e ser a principal fonte de contato para prestação de serviços de receptivo, formatando os passeios de acordo com as necessidades e perfil dos clientes. Assim, os valores são variados e as durações dos passeios também.

2.3.3.2. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

HOSPEDAGEM

Dentre as ilhas do Norte, São Nicolau é a que possui a menor oferta de estabelecimentos de hospedagem, comportando menos de 3% do total de estabelecimentos de Cabo Verde, com uma capacidade das mais incipientes dentre todas as ilhas, totalizando menos de 1% da capacidade total do país.

Não é raro deparar-se com a queixa dos operadores e promotores do turismo na ilha acerca da falta de alojamento em quantidade e qualidade suficiente para atendimento à crescente demanda. Além da baixa oferta, faltam hotéis e estabelecimentos que comportem grupos maiores de pessoas oferecendo as mesmas condições de estada.

Atualmente a ilha conta com pouco menos de 10 dependências, nenhuma delas com porte ou estrutura de hotel, apresentando-se como pensões e alojamentos residenciais

Tipos de acomodação na ilha de São Nicolau

		Hospedagem	Quarto	Cama	Capacidade
HOTEL	No %	0 0	0 0	0 0	0 0
PENSÃO	No %	7 7	77 8	90 7	132 7
POUSADA	No %	0 0	0 0	0 0	0 0
HOTEL-APARTAMENTO	No %	1 5	0 0	0 0	0 0
ALDEAMENTO TURÍSTICO	No %	0 0	0 0	0 0	0 0
RESIDÊNCIA	No %	1 1	0 0	0 0	0 0
TOTAL	No	9 2,8	94 0,7	90 0,5	132 0,7

Fonte: Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro, Cabo Verde, 2018, INE

As acomodações mais estruturadas concentram-se em Tarrafal, concelho que vem crescendo junto com a expansão turística, resumindo-se aos Residenciais Natur (estabelecimento mais antigo de Tarrafal), B&B Regina, Zena Star, Aparthotel Edifício Mágico (com boa oferta de quartos), Casa Pátio e às pensões Alice, Tocely e Aquário.

Na Cidade da Ribeira Brava também é possível encontrar acomodações de características mais modestas, porém com conforto, a exemplo das pensões Jardim, Santo António e Bela Sombra.



Casa Pátio | Fonte: Booking



Aparthotel Edifício Mágico | Fonte: Booking



Além das duas aldeias citadas, encontramos também a acomodação Farinha de Pau, a única em Praia Branca.

Apesar de modestas, as acomodações disponíveis em São Nicolau são conhecidas por oferecerem fartos cafés da manhã incluídos no preço inicial. É comum que as pensões possuam pequenos restaurantes em suas dependências e que no momento da chegada, os hóspedes sejam recepcionados pelos proprietários do local, contribuindo a que seja criada uma relação mais próxima com os turistas, que acabam recebendo importantes dicas e sugestões do que é possível ver e fazer na ilha.

Alguns estabelecimentos vão além da oferta de quarto/cama, proporcionando também outros serviços para aproveitamento da estada na ilha, oferecendo serviços de caminhadas, excursões, saídas para pesca esportiva, spa, massagens e agência de viagens. Em um cenário onde as acomodações moldam-se pela simplicidade, a oferta de serviços complementares constitui ponto de destaque.

Ressalta-se que grande parte das acomodações de São Nicolau são de propriedade de estrangeiros e algumas não aceitam cartão de crédito, dificultando o pagamento para alguns turistas. A maioria dos estabelecimentos oferece wi-fi e banheiro privativo.

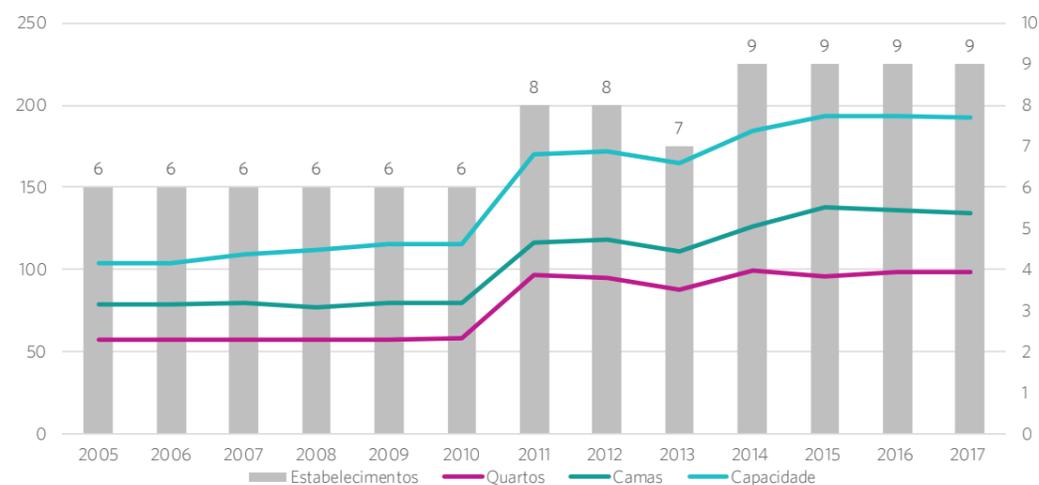


Farinha de Pau | Fonte: Booking



Bela Sombra | Fonte: Booking

Tendências de crescimento de hospedagem na Ilha de São Nicolau entre 2005 e 2017



Fonte: Evolução e estatísticas do turismo por ilhas, 1999 a 2017, Cabo Verde, 2018, INE

Os alojamentos locais em ambiente rural têm pequena dimensão e comercialização ainda bem limitada, não estando enquadrado na legislação sobre turismo rural e sendo de difícil conhecimento dos turistas.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, a oferta dos alojamentos na ilha de São Nicolau vem se mantendo sem grandes alterações ao longo dos últimos anos. Em contrapartida, o número de quartos e de camas praticamente dobrou na última década, passando de 57 quartos em 2007 para 98 dez anos depois. A taxa de ocupação que nos anos 2012/2013 alcançou seu auge, superando 20% do total, vem decrescendo, permanecendo atualmente próximo a 10%. Como consequência, São Nicolau registra o mais baixo preço médio da hotelaria do país.

Cabe destaque o fato de que, durante a visita da equipe e também em buscas através de sites de reservas (por exemplo Booking e TripAdvisor), foi encontrado um número maior de estabelecimentos para hospedagem em São Vicente em relação aos apresentados nos dados estatísticos.

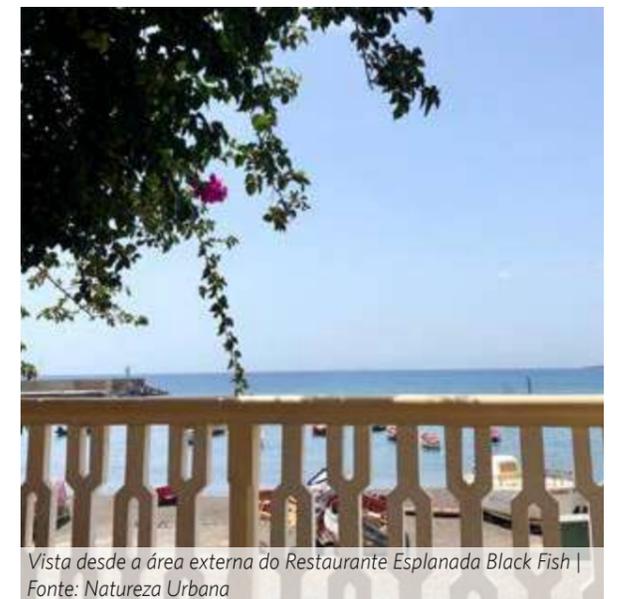
RESTAURANTES

São Nicolau possui cerca de 10 pequenos restaurantes que oferecem cozinha familiar a preços razoáveis. A maioria dos estabelecimentos é simples e serve comida caseira influenciada pela culinária cabo-verdiana, utilizando ingredientes locais. Em Ribeira Brava são comuns os pratos vindos 'da terra', sendo o molho de cabrito e legumes uma das suas maiores especialidades. Já em Tarrafal, o atum e os mariscos têm forte presença, acompanhados de verduras cozidas, batatas fritas ou salada, não esquecendo da cachupa, considerado prato nacional.

Em Tarrafal destacam-se os restaurantes Esplanada Black Fish (possui um amplo terraço com vista para a baía de Tarrafal) e Bar Golfinho, que abrem em horário de almoço e também para o jantar. Já em Ribeira Brava, os restaurantes localizados nas pensões, a exemplo da Bela Sombra e Jardim, são conhecidos por sua comida farta e de qualidade.

Os restaurantes abrem todos os dias da semana nos horários de almoço e jantar, alguns oferecendo também o café da manhã. É comum que seja necessário fazer reserva com alguma antecedência pois, em decorrência da escassez de alguns alimentos, corre-se o risco da refeição acabar ou mesmo determinado prato e quantidade não haver sido preparado no dia.

Os doces tradicionais como o de goiaba, papaia, coco, batata-doce, abóbora, entre outros, merecem destaque especial, também os sorvetes caseiros de frutas, normalmente maracujá ou manga.



Vista desde a área externa do Restaurante Esplanada Black Fish | Fonte: Natureza Urbana



Prato de atum acompanhado com verduras | Fonte: Natureza Urbana



AGÊNCIAS DE VIAGENS E OPERADORES

Há poucos serviços de agências de viagem em São Nicolau. De acordo com o Inventário dos Recursos Turísticos e constatação feita na visita de campo, há 3 agências de turismo que oferecem serviços em toda a ilha, sendo Santos & Santos Agência de Viagens, Turismo e Transportes (situada em Tarrafal com possibilidades de excursões a qualquer parte da Ilha), Manay Turismo (em Ribeira Brava), e Kretcheu Agência de Viagens & Turismo, conduzida com excelência por Toi Lopes. As agências não possuem site próprios, mas são atuantes nas redes sociais Facebook e Instagram.



Página da Agência Kretcheu | Fonte: Facebook

Muitos são os desafios a serem percorridos pelos operadores de turismo em São Nicolau, que se queixam da falta de guias com formação e bom conhecimento da ilha. Foi colocada pelos stakeholders nas reuniões realizadas na ilha durante a visita de campo a necessidade de uma maior divulgação e formação dos guias, com o objetivo de falarem as línguas dos principais turistas que a ilha recebe: inglês, francês e alemão. Foi também durante a visita de campo que constatamos que São Nicolau possui apenas 3 guias turísticos, número incipiente levando-se em consideração a oferta de atrativos, número de turistas e extensão da ilha.

As grandes operadoras de turismo, presentes em outras ilhas e com grande movimentação e comercialização turísticas não possuem em São Nicolau uma base consolidada, atuando através dos guias locais. Há também a Sodade São Nicolau, projeto com financiamento da União Europeia, realizado por CPR (Cabo Verde) e MEDIASERVIZI sc (Itália), que visa o crescimento econômico e social da Ilha de São Nicolau através do desenvolvimento do setor cultural e turístico.

Em geral, há vários operadores privados do turismo, oferecendo seus serviços através dos espaços das pensões, do Museu da Pesca e de empreendimentos isolados e difusos na zona rural, funcionando sem muita articulação com os demais atores do desenvolvimento turístico.

Não há em São Nicolau um Centro de Interpretação, Visitantes ou mesmo de divulgação e promoção dos atrativos da ilha, ficando essa tarefa a cargo dos seus poucos guias, em uma ação praticamente individualizada. São muitos os turistas que vêm com um algum conhecimento prévio do que se quer visitar, informações que vão sendo complementadas com as histórias contadas pelos guias. Não sendo através destes, é árdua a tarefa de se obter informações sobre os atrativos. Tão pouco há relevante produção de artesanato, sendo praticamente nulo esse tipo de comércio turístico.

2.3.3.3. ANÁLISE DE INFRAESTRUTURA URBANA E OUTROS SERVIÇOS DE APOIO AO TURISMO

Com grande importância no processo de desenvolvimento turístico, a infraestrutura urbana e os serviços que dão apoio ao turismo são fatores determinantes e ao mesmo tempo limitantes para seu desenvolvimento. Se nas demais ilhas do Norte alguns desses aspectos são pontualmente deficientes, como acessibilidade ao destino, as condições de transporte, o abastecimento, tratamento de resíduos, saneamento básico, energia e serviços de saúde, em São Nicolau as carências se ampliam.

Na maior parte dos casos, essas infraestruturas precisam de melhorias para atendimento à demanda atual e bem estar da população, visando-se então o atendimento e ampliação a uma demanda turística futura.

ACESSIBILIDADE DO DESTINO

AEROPORTO

Chegar/sair de São Nicolau de avião pode ser o meio mais confortável, porém não o mais barato. O chamado Aeródromo Campo da Preguiça opera voos internos pela Binter às segundas, quartas e sábados com destino a Sal, às segundas e sábados com destino a Praia e São Felipe e aos sábados com destino à Maio e São Vicente. Durante os outros dias e horários sem voos, o pequeno aeroporto permanece fechado, abrindo geralmente de 1 a 2h antes de cada voo. No verão há voos diários de/para a ilha do Sal.

O acesso ao pequeno aeroporto se dá de maneira fácil, estando a cerca de 5 km da cidade de Ribeira Brava e pouco mais de 30 km de Tarrafal.

Grande queixa dos stakeholders se refere ao fato de ser atualmente impossível reservar ou mesmo saber os horários/dias dos voos com certa antecedência, ainda que sejam apenas 15 dias. Isso atrapalha a programação de viagens, complicando o planejamento turístico a médio ou longo prazos.

PORTO

Apesar de possuir em Tarrafal um dos melhores portos de Cabo Verde, com bom atendimento no transporte de mercadorias, o transporte de passageiros não mantém a mesma qualidade. Atualmente há ligações marítimas com feitas através dos catamarãs Liberdadi e Criola, da empresa CV Interilhas.

São embarcações que partem de São Nicolau aos domingos, desde Tarrafal para Boa Vista, em trajeto que se inicia em São Vicente e finaliza em Sal. Também às que fazem o caminho inverso aos sábados, saindo de Sal, passando em Boa Vista, chegando em São Nicolau e após uma pausa, partindo para São Vicente. Ambos os trajetos são conhecidos por Linha 2.

A equipe de campo teve a oportunidade de fazer o percurso entre São Vicente e São Nicolau à bordo do catamarã Liberdadi. A embarcação não parece ser a mais indicada para fazer esse trajeto, balançando bastante, fazendo com que um alto



Aeródromo Campo da Preguiça | Fonte: Natureza Urbana



Aeronave Binter com destino a ilha do Sal | Fonte: Natureza Urbana



Porto de Tarrafal | Fonte: Natureza Urbana



Interior da embarcação Liberdadi da CV Interilhas | Fonte: Natureza Urbana



número de passageiros passe mal, o que torna a viagem mais desagradável.

A frequência das viagens ao longo do ano pode variar bastante, motivo de queixa constante por parte dos stakeholders. Há meses do ano sem assistência, com fluxo presente entre meados de agosto até março. A partir do mês de outubro começa o fluxo de cruzeiros, vindos normalmente de Portugal, com parada em São Nicolau e também em outras ilhas de Cabo Verde.



Catamarã Liberdade da CV Interilhas |
Fonte: <https://www.cvinterilhas.cv/>

TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO

As ligações entre as principais aldeias de São Nicolau estão em bom estado de conservação, a exemplo das estradas que ligam Tarrafal a Ribeira Brava, porém estas apresentam deficiências em relação a sinalização. Resultado da topografia da ilha, as ligações são longas, adaptando-se ao terreno montanhoso e de vales.

Apesar das boas condições das principais estradas, há na ilha comunidades que permanecem à margem dos fluxos de locomoção mais importantes, a exemplo das aldeias à leste da ilha (Cariçal, Jalunga, Castilhiano) e da praia do Baixo Rocha. O caminho até o Carbeirinho está sendo pavimentado atualmente, importante para o melhor acesso a este atrativo tão singular.

São ofertados aos turistas como meio de transporte os táxis e alugueis de veículos para condução própria ou já com condutor. Há também os famosos Hiace, transportes de fácil acesso e que se deslocam por todas as localidades. Na cidade da Ribeira Brava, concentram-se no Terreiro, centro da cidade, e na cidade do Tarrafal, no largo do Cemintinho.



Estrada entre Tarrafal e Ribeira Brava | Fonte: Natureza Urbana



Estrada para a praia do Baixo Rocha | Fonte: Natureza Urbana

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Distinto a outras ilhas de Cabo Verde, de maneira geral a população não carece de falta de água. Segundo relatório da Junta de Recursos Hídricos, 87,2 % da população é servida no que toca ao abastecimento da água, com uma capacidade de 22l/hab/dia. A distribuição é feita através do sistema de redes, chafarizes fontanários e auto tanques.

Em 2014 foi inaugurado um novo sistema de irrigação para as aldeias de Hortelã, Chã e Ribeira Prata, permitindo o acesso à água potável às residências e a irrigação dos terraços mediante a construção de diques e tanques conectados em série.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Os resíduos sólidos representam atualmente um gargalo no trabalho de conservação do meio ambiente em Cabo Verde. A legislação define que sua gestão seja realizado pelos municípios e está em vigor desde 2016 o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos, que estabelece nacionalmente o regime de prevenção, produção e gestão de resíduos.

Em São Nicolau apenas existe coleta pública de resíduos domésticos nos núcleos urbanos de Ribeira Brava e Tarrafal. A recolha é feita duas vezes

por semana com ajuda de um caminhão que percorre as ruas e depois descarrega em lixeiras próximas às cidades, para em seguida serem incinerados pelo próprio condutor. Há conhecidamente duas lixeiras/ contentores que funcionam como 'lixearias controladas'.

Já nas aldeias, não há um sistema de coleta e cada um é responsável pela retirada dos seus próprios resíduos, sendo comum que se deixe nas aldeias mesmo, próximos às estradas. Essa prática termina com esse lixo sendo aos poucos levado ao mar.

De maneira geral, os núcleos urbanos são limpos, mas o mesmo não pode ser dito dos principais atrativos turísticos da ilha. Nas visitas de campo, principalmente nas praias mais isoladas, a equipe se deparou com expressiva quantidade de lixo deixada pelos usuários, mesmo quando haviam contentores.

Nas escolas e centros de saúde existem contentores que são esvaziados juntamente à coleta geral, não havendo nenhum tipo de separação dos resíduos.

A gestão dos resíduos sólidos está sob a responsabilidade do Gabinete Técnico do município. Existe uma regulamentação municipal em termos de resíduos que prevê sanções no caso de infracções à salubridade pública.

SANEAMENTO BÁSICO

De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico, atualmente cerca de 80% da população de São Nicolau possui sanita no alojamento, sendo que 82% tem como destino final a rede pública de esgoto ou fossa séptica. Ainda de acordo com o plano, há vários investimentos sendo feitos e planejados com o intuito de que o sistema de saneamento da ilha seja mais sustentável.

SISTEMA DE SAÚDE

É possível encontrar em São Nicolau os sistemas sanitários público e também privado. A rede pública local de saúde é composta pela sede da Delegacia de Saúde, um Centros de Saúde, dois Postos Sanitários e dez Unidades Sanitárias de Base, cobrindo toda a ilha. A Delegacia de Saúde está situada em Ribeira Brava e há no Centro de Saúde do Tarrafal 22 camas, cobrindo o atendimento das aldeias de Praia Branca, Hortelã e Ribeira Prata.

As aldeias de Cariçal, Juncalinho, Morro Braz, Preguiça, Quimadas, Talho, Estância de Braz e Covoada também possuem postos sanitários, que prestam cuidados de saúde curativos, fornecem cuidados de saúde no âmbito do programa de saúde reprodutiva e estão sob a responsabilidade de um enfermeiro residente.



Lixo espalhado no Baixo Rocha | Fonte: Natureza Urbana



ENERGIA

A rede de energia em São Nicolau é produzida e distribuída pela Electra, com abastecimento oferecido por meio de central de produção térmica (diesel), complementada pela instalação em 2017 de dois parques fotovoltaicos para produção de energia elétrica, um em Carriçal e outro em Praia Branca, projeto cofinanciado através do Projecto GEF (Fundo Mundial para o Ambiente), Cabo Verde IV, implementado pelo ECREE (Centro de Energias Renováveis e Eficácia da Energética da CEDEAO) e ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial).



Parque fotovoltaico em Carriçal | Fonte: <http://www.anmcv.com/>

Através Plano Estratégico para as Energias Renováveis de Cabo Verde 2011-2020, propõe-se outros pontos de energia renováveis, solar e eólica em lugares distintos da ilha, projetando-se atingir cerca de 25% da oferta total de energia.

2.3.3.4. DEMANDA TURÍSTICA NA ILHA DE SÃO NICOLAU

A Ilha de São Nicolau possui uma área de 346 km² e segundo o Censo de 2010 possui 13.310 habitantes. É uma ilha repleta de paisagens intocadas. O turismo ainda é incipiente nesta ilha com um vulcão extinto e paisagens de tirar o fôlego, segundo opinião dos turistas. Com poucas opções de alojamento oficiais - são apenas 8 - as casas da comunidade local viram um meio de hospedagem que instiga a experiência.

Apesar de ser uma ilha com poucos meios de hospedagem, a permanência média dos turistas é a maior de Cabo Verde, independente se eles organizaram sua própria viagem ou chegaram à ilha com pacote (viagem organizada), como apresentado a seguir.

Estadia média (em dias) por ilha, segundo forma de viagem

ILHA VISITADA	VIAJOU EM PACOTE TURÍSTICO (EM DIAS)		TOTAL
	SIM	NÃO	
Santo Antão	5,9	13	5,0
São Vicente	6,1	11	5,4
São Nicolau	13,3	16	9,4
Sal	8,1	8	8,1
Boavista	7,2	10	8,7
Maio	6,3	10	6,2
Santiago	6,8	9	6,7
Fogo	4,1	8	4,1
Brava	5,8	3	4,6

Fonte: INE, IGST, 2018

Devido ao modo como foi se organizando como centro urbano, a Ilha de São Nicolau e principalmente sua capital Ribeira Brava, possui um modelo urbano mais próximo ao medieval, o que lhe conferiu o título de Patrimônio Nacional. A religiosidade, principalmente com bases católicas sempre preponderou na Ilha de São Nicolau. A ordenação de padres que depois de formados eram distribuídos pelo arquipélago e a residência de vários bispos, fez com que São Nicolau recebesse o estatuto de centro religioso de Cabo Verde. Além da questão eclesial, a formação destes padres era humanista, o que fomentou o conhecimento universal e intelectualizado promovendo o desenvolvimento da cultura nacional.

São dois concelhos atualmente na ilha, o de Ribeira Brava e o de Tarrafal, que contribui muito para o desenvolvimento do turismo devido a indústria pesqueira, dos esportes náuticos e das atividades culturais e de lazer. As areias medicinais, ricas em titânio e iodo, assim como a famosa e lendária Rotcha Scribida da Ribeira de Prata, são importantes recursos turísticos.

Não existem estatísticas relacionadas ao perfil de demanda que chega a ilha de São Nicolau. Nas estatísticas do INE, a ilha entra na categoria de "outras ilhas ou restante ilhas" junto com Maio e Fogo, o que não indica diretamente o tipo de turista que visita São Nicolau. Apesar de ter um Aeródromo com voos regulares e charters, a chegada por via marítima também acontece.

Desta forma, a análise do perfil da demanda da Ilha será embasada no fluxo de turistas da categoria "restante ilhas", sendo a França, Alemanha e Bélgica/Holanda os principais mercados emissores, cujos hábitos de consumo serão apresentados a seguir.

Hóspedes segundo ilhas, por país de residência habitual dos hóspedes, Ano 2018

PAÍS DE RESIDÊNCIA ATUAL	"RESTANTE ILHAS" (EXCLUINDO SÃO VICENTE, SAL, BOA VISTA E SANTIAGO)
Cabo Verde	
Cabo Verde (Caboverdianos)	10.282
Cabo Verde (Estrangeiros residentes em CV)	243
Estrangeiros	
África do Sul	6
Alemanha	7.751
Áustria	452
Bélgica + Holanda	3.593
Espanha	1.065
Estados Unidos	613
França	17.958
Reino Unido	817
Itália	648
Portugal	1.157
Suíça	1.229
Outros Países	1.713
TOTAL	47.527
%	6,2

Fonte: Elaboração Própria, INE 2018 - Inquérito Mensal à Movimentação de Hóspedes



2.3.3.4.1. TENDÊNCIA DE CONSUMO DE VIAGENS

MERCADO: FRANÇA

As viagens ao exterior registraram um crescimento abaixo da média de 3% em 2016 e 2017, respectivamente. As tendências de reservas também indicaram que muitos turistas franceses esperaram até o último momento para reservar suas viagens de ida, com a maioria optando por destinos ensolarados, usam em sua maioria celulares ou tablets para fazer suas reservas. Os países do norte do Mediterrâneo, e particularmente a Espanha, continuaram sendo os principais destinos em 2017. Para a maioria dos franceses, a Espanha permanece acessível, enquanto a cultura latina e o sol são altamente atraentes.

Quando se fala em destinos de longa distância, os destinos da Ásia-Pacífico, Oriente Médio e África ganharam espaço nas férias dos franceses em 2017.

Os turistas franceses entre 60 a 69 anos lideram os gastos com férias, com uma média de 2.290 euros por ano (dados de 2017).

A economia compartilhada é uma importante tendência do consumidor no mercado francês, 80% dos usuários do Airbnb tendem a ter menos de 35 anos de idade e 62% escolhem esse tipo de acomodação pelo preço.

Os gastos em viagens pessoais de viajantes franceses com 15 anos ou mais totalizaram 72,4 bilhões de euros em 2016, dos quais 45,8 bilhões de euros foram gastos em viagens domésticas. Os gastos com viagens ao exterior aumentaram 6% a partir de 2015. Os franceses gastam o mesmo valor por quatro dias no exterior e por sete dias em uma viagem doméstica. Os gastos com transporte diminuíram (tendência observada por vários anos), mas foram gastos mais em pacotes ou viagens all inclusive.

Não são turistas fiéis ao destino: segundo a pesquisa da Wesgro (2017) os turistas franceses não têm problemas em mudar o destino de última hora desde que vejam vantagem no valor a ser pago pela viagem.

TENDÊNCIAS DOS TURISTAS FRANCESES	
FERIADO PAGO	25.0
FERIADO PÚBLICO	11.0
FÉRIAS ANUAIS	36.0
PERFIL DE IDADE	36-49 anos (10.2 milhões)
SAZONALIDADE POR MÊS (NÚMERO DE PESSOAS)	Agosto (7.5 milhões)
	Julho (5.1 milhões)
	Maior (4.8 milhões)
TAMANHO PRINCIPAL DO GRUPO DE VIAGEM	Famílias (18.5 milhões)
NÚMERO DE VIAGENS NO ANO ANTERIOR	Pessoal (2.7 viagens)
	Negócios (1.2 viagens)
TIPO DE VIAGEM NO ANO ANTERIOR	Relaxante (51%)
	Sight-seeing (46%)
	Visita a família (39%)
	Viagem de família (35%)
	Viagem romântica (24%)
DURAÇÃO DA ÚLTIMA FÉRIAS	10.2 dias
MEIO DE TRANSPORTE DA ÚLTIMA VIAGEM	Avião (54%)
	Carro (30%)
	Trem (13%)
ACOMODAÇÃO PREFERIDA	Hotéis (51%)
VIAGEM DOMÉSTICA X INTERNACIONAL	Fora do país (56%)
	No país (44%)

Fonte: Euromonitor International, Expedia Media Solutions, 2017

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES NO PLANEJAMENTO DA VIAGEM, 2017



Fonte: Expedia Media Solutions, 2017

Entre as principais razões para sair de férias para os viajantes franceses, estão: **visita a familiares / amigos / parentes, sol / praia, natureza, passeios pela cidade e cultura.**

Um grande número de turistas franceses em férias tende a começar a pensar em sua viagem mais cedo, com 42% fazendo isso já com meio ano ou mais de antecedência.

Para escolher um destino os franceses levam em conta, principalmente: Custo benefício, possibilidade de explorar e vivenciar os destinos e que ofereçam entretenimento para toda família. Além disso, as principais influências que ajudam na escolha do destino são: ler os reviews do Tripadvisor (75%), conteúdo dos destinos (72%), busca ofertas antes de decidir (70%), conversam com quem já esteve no destino (65%), propaganda podem ser levadas em conta para decidir (50%), usam programas de fidelidade (32%).

As fontes de pesquisa que os franceses mais utilizam para saber mais sobre os destinos são: Agência de viagem (44%), buscadores (38%), sites de viagens (28%), site de comparação de viagens (23%), páginas de companhias aéreas (23%) e páginas de meios de hospedagem (12%). Isso demonstra que mesmo com a digitalização do turismo, o francês segue tradicional e consulta ainda o agente de viagem.



MERCADO: BÉLGICA E HOLANDA

O turismo na Bélgica está reaquecendo depois do atentado de 2016, sendo a China o principal mercado emissor atualmente. Aproveitando a oportunidade de crescimento da chegada de turistas no país, principalmente de voos de larga distância, dois aeroportos do país (Bruxelas e Charleroi) estão sendo ampliados para aumentar ainda mais as frequências aéreas e a estratégia de captação de voos visa reduzir a dependência da Ryanair e melhorar os serviços aos passageiros. Esta ampliação pode favorecer Cabo Verde caso seja feito um plano de captação de voos.

Os belgas têm 30 dias livres entre férias pagas e feriados nacionais, o que possibilita viagens mais longas. (tabela 1). O perfil que mais viaja para o exterior é solteiro, de 50 a 64 anos, acredita-se que sejam pessoas que estão em fase de se aposentar ou já se aposentaram. Este tipo de perfil de turista não precisa esperar as férias para viajar e pode auxiliar a reduzir a sazonalidade de Cabo Verde.

Além disso, os belgas fazem menos viagens domésticas e viajam muito ao exterior como apontado pelo estudo do Eurostat que em 2017 fizeram 79,9% de viagens outbound contra 20,1% de viagens domésticas. A média de permanência nas viagens é de 6,5 pernoites.

Dados de mercado

Férias anuais: volume 2014-2019

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
FERIADO PAGO	20	20	20	20	20	20
FERIADO PÚBLICO	10	10	10	10	10	10
FÉRIAS ANUAIS	30	30	30	30	30	30

Fonte: Euromonitor International a partir de estatísticas oficiais

Nota: Refere-se a residentes do país

Viajantes por idade: número de pessoas 2014-2019

'000 pessoas	2014	2015	2016	2017	2018	2019
0-14	966,1	969,5	967,5	973,6	979,3	985,1
15-24	586,5	588,0	590,2	579,2	577,2	579,4
25-34	730,2	727,6	725,7	717,6	719,3	724,1
35-49	1.205,3	1.203,5	1.204,7	1.202,2	1.202,8	1.204,1
50-64	1.667,4	1.683,3	1.706,0	1.727,9	1.747,7	1.763,0
Over 65	1.273,9	1.295,6	1.314,9	1.330,8	1.347,6	1.357,0
TOTAL	6.429,5	6.467,4	6.508,9	6.531,3	6.573,8	6.612,8

Fonte: Euromonitor International: estatísticas oficiais, associações comerciais, imprensa comercial, entrevistas comerciais

Nota: Refere-se a residentes do país

Informações demográficas de saída de lazer: número de viagens 2014-2019

'000 pessoas	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Casais	5.126,2	5.252,6	5.187,6	5.637,2	5.971,3	6.125,3
Famílias	4.238,5	4.336,1	4.246,3	4.597,8	4.862,8	4.971,0
Grupos	1.225,3	1.240,0	1.213,2	1.315,0	1.382,6	1.410,5
Solteiros	5.267,9	5.390,3	5.396,8	5.874,4	6.245,4	6.423,0
Outro	4.980,4	5.029,5	4.873,8	5.169,5	5.375,3	5.473,7
TOTAL	20.838,4	21.248,6	20.917,7	22.593,8	23.837,4	24.403,5

Fonte: OMT, Euromonitor International a partir de estatísticas oficiais, associações comerciais, imprensa comercial, pesquisa de empresas, entrevistas comerciais, fontes comerciais.

Holanda

Um em cada cinco holandeses nunca viajaram para o exterior, apesar disso, os que viajam costumam ir várias vezes, o que indica que viajar é muito importante para eles. Eles buscam informações sobre os destinos para suas férias nos buscadores da internet, as principais motivações de viagem são: atrações culturais, cidades vibrantes e a paisagem / beleza natural.

Em 2016, cerca de 81% da população holandesa foi viajar, pouco mais de um terço dessas viagens eram férias curtas (2 a 7 dias), mas também fizeram um número alto de viagens de 8 dias ou mais.

O público que mais viajou para o exterior é de faixa etária entre 45 e 64 anos e gastaram em média 1.625 euros por ano em suas férias.

Como hábitos de consumo de compras de viagens, eles costumam comprar online, mais de 4 milhões de holandeses ainda compram viagens nas OTAs.

Surpreendentemente, o grupo dos 50+ também compram online, mas analisam os reviews nos sites de viagem.



MERCADO: ALEMANHA

Segundo dados do Euromonitor (2019), o planejamento de viagens de férias dos alemães vem mudando aos poucos. Tradicionalmente, os consumidores alemães costumavam reservar férias normalmente com um ano de antecedência, com uma marca e agente de viagens confiáveis no tradicional modelo de cadeia turística. Esse tipo de padrão de comportamento de consumo de viagens fez com que os operadores “físicos” na Alemanha se consolidassem e acumulassem reputação e ativos principalmente dentro do segmento sol e praia. Criando grupos econômicos com operadores, agências de viagens físicas, meios de hospedagem e companhias aéreas, como TUI. Além de outros nomes conhecidos como Der Touristik, até mesmo para varejistas de supermercados como Rewe, Netto e Aldi, que competem com seu próprio leque de ofertas de passeios e pacotes de férias.

Acontece que nos últimos anos houve uma mudança gradual em direção a viagens mais curtas e espontâneas, agendadas em “cima da hora”. O verão prolongado e especialmente quente de 2018 e as ondas de calor no verão de 2019 estiveram entre os principais catalisadores dessa mudança, pois os consumidores alemães encontraram oportunidades mais inesperadas para fazer viagens mais curtas perto de casa durante esses meses.

No entanto, **esta mudança também foi influenciada pela digitalização do turismo mudando o comportamento das reservas, e há novas oportunidades decorrentes disso.** Cada vez mais, as OTAs (Online Travel Agencies) atendem especificamente a reservas de última hora e a viagens domésticas mais curtas para destinos não tradicionais. Grande parte do crescimento orgânico das reservas gerais está mudando para as OTAs dos operadores/agentes tradicionais, que no mercado alemão foram relativamente lentos em entrar na era digital do turismo, com exceção da TUI, que foi a única empresa a ter resultados positivos durante a temporada de verão de 2019. Isso porque ampliou o domínio de todos os passos da viagem, controlando mais as questões que impactaram o baixo desempenho de suas concorrentes Der Touristik e Thomas Cook. Os turistas compram pacotes, onde os aviões são da TUI, os meios de hospedagem e operadores receptivos ou são de seu grupo ou possuem uma excelente negociação que não envolve grandes riscos. Além disso, as agências de viagens do grupo TUI passaram a ter consultores de viagens ao invés de emissores de bilhetes, característica comum nos mercados europeus.

Vale a pena destacar o crescimento das OTAs que são especializadas em personalizar as viagens, mesmo que de última hora. O destaque vai para as empresas: Chamäleon e SKR.de que oferecem atividades que estimulem a vivência com o destino e sua comunidade.

Market Share dos operadores tradicionais (2015-2019)

% do valor responsável pelas companhias	2015	2016	2017	2018	2019
Der Touristik GmbH	13,2	12,9	12,7	12,0	11,6
TUI Deutschland GmbH	10,4	10,5	10,5	11,0	11,0
Booking.com BV	5,4	5,7	5,9	6,8	7,2
Lufthansa City Center Reisebüropartner GmbH	7,0	6,8	6,7	6,5	6,4
Schmetterling Reisen GmbH & Co KG	6,0	6,0	6,0	5,9	5,9

Fonte: Euromonitor International a partir de estatísticas oficiais

Vendas online de viagem a lazer dos operadores tradicionais (2014-2019) - em milhões de Euros

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Passagens aéreas em vendas online	2.406,3	2.542,4	2.660,5	2.949,6	3.160,7	3.342,8
Aluguel de carros em vendas online	31,1	31,9	33,1	36,2	38,2	40,3
Cruzeiros em vendas online	181,4	192,9	216,3	243,1	261,1	277,7
Outros tipos de transporte em vendas online	101,2	105,8	109,6	121,5	128,7	136,5
Hospedagem em vendas online	2.545,9	2.661,8	2.732,9	3.036,8	3.231,3	3.419,1
Pacotes de férias em vendas online	2.963,5	3.132,4	3.268,7	3.617,1	3.843,2	4.078,5
Outras vendas online	82,3	95,0	97,4	101,8	105,9	110,9
Vendas online	8.321,6	8.762,2	9.118,5	10.106,3	10.769,2	11.405,8

Fonte: Euromonitor International a partir de estatísticas oficiais



Projeção: Vendas online de viagem a lazer dos operadores tradicionais (2019-2024) - em milhões de Euros

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Passagens aéreas em vendas online	3.342,8	3.449,5	3.535,8	3.605,8	3.663,2	3.714,5
Aluguel de carros em vendas online	40,3	41,5	42,4	43,2	43,9	44,4
Cruzeiros em vendas online	227,7	287,4	295,6	301,9	306,9	311,5
Outros tipos de transporte em vendas online	136,5	141,1	144,7	147,7	150,0	152,0
Hospedagem em vendas online	3.419,1	3.529,9	3.622,4	3.703,5	3.769,4	3.819,6

Fonte: Euromonitor International a partir de estatísticas oficiais

Projeção: Vendas online dos operadores tradicionais (2019-2024) (lazer e negócios) - em milhões de Euros

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Passagens aéreas em vendas online	10.177,6	10.388,1	10.577,0	10.691,2	10.796,6	10.891,8
Aluguel de carros em vendas online	181,6	184,5	187,0	189,0	190,6	191,9
Cruzeiros em vendas online	3.662,2	3.731,8	3.786,1	3.827,7	3.860,9	3.890,3
Outros tipos de transporte em vendas online	895,6	906,1	914,3	920,8	925,3	929,3
Hospedagem em vendas online	5.784,5	5.944,8	6.077,2	6.192,1	6.283,5	6.355,7
Pacotes de férias em vendas online	19.260,9	19.557,5	19.796,6	19.988,5	20.124,4	20.242,3
Outras vendas online	619,5	628,1	635,1	640,7	645,2	648,3
Vendas online	15.776,4	16.285,1	16.705,1	17.050,2	17.315,4	17.549,6

Fonte: Euromonitor International a partir de estatísticas oficiais

Vendas por OTAs (Online Travel Agencies)

Vendas por OTAs para residentes (2014-2019) - em milhões de Euros

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Vendas online de agencias de viagens a residentes	9.095,6	9.684,2	9.697,8	10.393,7	10.887,9	11.427,8
Outras vendas online a residentes	2.461,7	2.471,4	2.935,2	3.600,6	4.024,0	4.348,6
Vendas online pelas companhias aéreas a residentes	7.751,9	8.317,0	8.520,2	8.791,1	9.010,9	9.448,6
Vendas online de outros transportes a residentes	7.227,6	7.564,1	7.836,0	8.502,1	9.003,7	9.512,9
Hospedagem em vendas online a residentes	3.790,3	4.020,0	4.213,9	4.563,9	4.899,4	5.191,3
Aluguel de carros em vendas online a residentes	750,1	783	808,3	828,7	846,2	870,5
Outras vendas online a residentes	28,6	30,4	31,8	33,1	34,7	36,3
Vendas online de viagens a residentes	31.105,9	32.870,1	34.043,1	36.713,2	38.706,8	40.836,0

Fonte: Euromonitor International a partir de estatísticas oficiais

Projeção: Vendas online dos OTAs para residentes (2019-2024) - em milhões de Euros

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Vendas online de agencias de viagens a residentes	11.427,8	11.796,3	12.100,5	12.350,5	12.542,6	12.712,2
Outras vendas online a residentes	4.348,6	4.488,8	4.604,6	4.699,7	4.772,8	4.837,3
Vendas online pelas companhias aéreas a residentes	9.448,6	10.115,1	10.660,4	11.093,0	11.454,9	11.733,2
Vendas online de outros transportes a residentes	9.512,9	9.800,2	10.039,3	10.238,1	10.387,6	10.483,7
Hospedagem em vendas online a residentes	5.191,3	5.427,5	5.650,2	5.857,0	6.076,0	6.187,1
Aluguel de carros em vendas online a residentes	870,5	877,6	883,8	888,6	892,2	896,6
Outras vendas online a residentes	36,3	37,1	37,8	38,4	38,8	39,2
Vendas online de viagens a residentes	40.836,0	42.542,7	53.976,6	45.165,3	46.164,9	46.889,4

Fonte: Euromonitor International a partir de estatísticas oficiais



2.3.4. ORDENAMENTO TERRITORIAL

O desenvolvimento turístico em uma região gera reflexos e impactos importantes sobre vários domínios, em particular sobre o ordenamento do território, planeamento urbanístico e defesa e preservação do meio ambiente. Para tanto faz-se necessário uma análise do ordenamento territorial sobre o setor de turismo e planeamento do desenvolvimento do turismo, para além dos estudos relevantes e com utilidade que podem influenciar esta atividade, de modo a compatibilizar as ações e projetos previstos.

A Constituição da República de Cabo Verde, no seu artigo 71.º, nº 2, alínea a), especifica a responsabilidade do poder público de promover a criação de condições económicas, legais, institucionais e de infraestruturas adequadas, enquadradas numa política de planeamento territorial e urbanismo. Por sua vez, o artigo 72.º estabelece que, para garantir o direito ao meio ambiente, cabe ao poder público elaborar e executar políticas adequadas de planeamento territorial, defesa e preservação do meio ambiente e promoção do uso racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica.

A Lei de Bases do Ordenamento do Território Nacional e Planeamento Urbanístico, (Decreto-Legislativo nº 6/2010 de 21 de junho), define um sistema de planeamento que se concretiza em quatro níveis diferentes: nacional, regional, municipal e especial. Assim, o planeamento territorial contempla as seguintes figuras:

Instrumentos de planeamento e desenvolvimento territorial de natureza estratégica

- Diretiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT) - Lei n.º 28/VIII/2013 de 10 de Abril
- Esquema Regional de Ordenamento do Território (EROT)

Instrumentos de planeamento territorial de natureza normativa

- Plano Diretor Municipal
- Plano de Desenvolvimento Urbano
- Plano Detalhado

Instrumentos de política setorial

- Planos de políticas sectoriais da competência da administração central

Instrumentos de natureza especial

- Planos Especiais de Ordenamento do Território

Em termos de planeamento territorial e estratégico para a Ilha de São Nicolau, que visam melhorar os aspectos anteriormente destacados, foram analisados os documentos da **Diretiva Nacional de Ordenamento do Território** (DNOT, 2013) e o **Esquema Regional do Ordenamento do Território** (EROT). Os Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS) de Tarrafal e de Ribeira Brava estão em desenvolvimento.

A seguir são apresentados os principais aspectos observados nestes planos e que influenciam o desenvolvimento turístico da ilha. A seguir são apresentados os principais aspectos observados nestes planos e que influenciam o desenvolvimento turístico da ilha. A análise foi organizada de modo cronológico.

2.3.4.1. ESQUEMA REGIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (EROT, 2010)

O Esquema Regional do Ordenamento do Território da ilha de São Nicolau (EROT) foi aprovado pela Resolução nº 23/2011, de 4 de julho, e lança as bases do ordenamento territorial da ilha de modo orientador, definindo as estratégias espaciais para o seu desenvolvimento socioeconómico e conservação ambiental. Sendo assim, a elaboração, apreciação e aprovação de qualquer plano, programa ou projeto que implique a ocupação, uso ou transformação do solo por ele integrado deve observar as disposições do EROT, sob pena de invalidade. Este se apresenta como quadro de referência para a elaboração dos planos urbanísticos, devendo ser compatibilizado com os Planos Diretores Municipais de Ribeira Brava e Tarrafal. O documento tem vigência de 10 anos, estando próximo de sua revisão.

O EROT-SN define a Zona Turística (TU), que integra as áreas que, pelas suas características naturais e territoriais, possuem vocação para o turismo. Além disso, define as condições para construção de edificações na ilha em áreas não edificáveis, que focado no turismo deve:

- É admitido turismo rural, desde que se situem num raio de 250 m de uma fonte de água, tenha rede de esgotos e abastecimento de energia;
- A densidade máxima das áreas não urbanizáveis é de 2 habitações/ha. As unidades de turismo são consideradas em função do número de camas previstas, contando uma unidade por cada cinco camas.
- Não são permitidas unidades de turismo rural com mais de 10 camas.

Além das questões pertinentes ao exclusivamente ao turismo, existem outras diretrizes previstas no EROT que acabam por influenciar a expansão do turismo em São Nicolau. São elas:

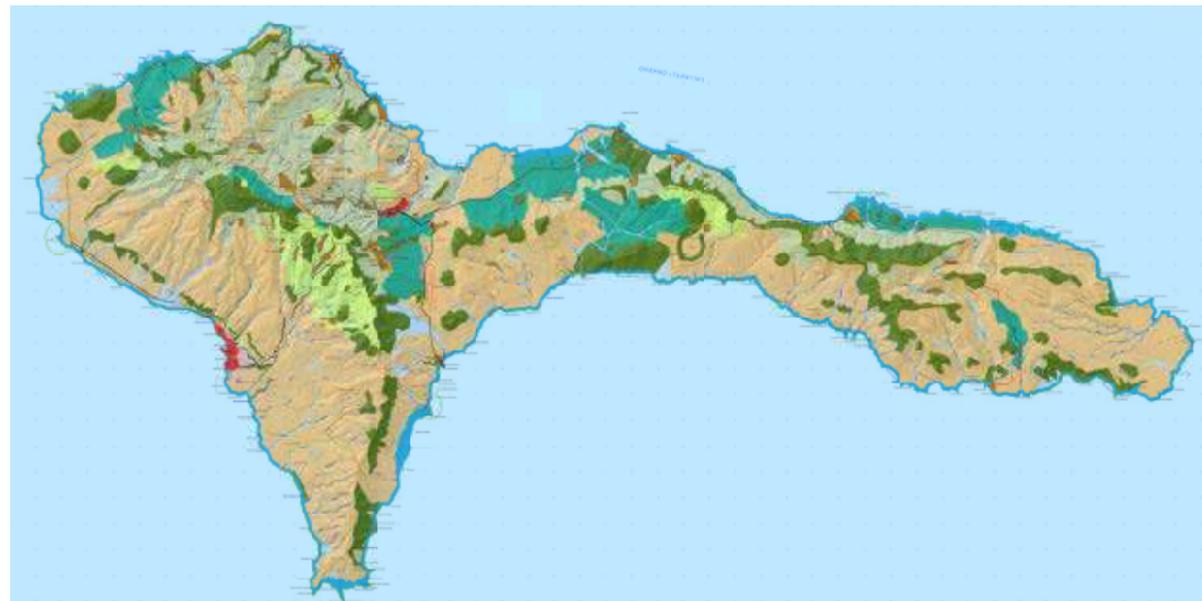
- Definição das Zonas Náutico-Portuário, locais para modernização e/ou construção dos portos náuticos e embarcadouros propostos.
- Definição da Área Costeira, que coincide com a orla marítima, fixada em 50 m marítima e 120 m terrestre. Esta zona deve seguir as seguintes recomendações:
 - As praias deverão ser interditadas na época da desova das tartarugas marinhas;
 - Elaboração de um inventário de lugares de nidificação de aves marinhas no litoral, bem como um catálogo dos fragmentos paleontológicos e geológicos presentes em algumas praias;
 - Regulamentação dos pontos de pesca desportiva e de mergulho;
 - Na faixa de proteção terrestre ficam proibidos quaisquer tipos de edificações para usos habitacionais ou turísticos. As construções (novas e ampliações) estarão sujeitas à realização de estudo de impacto ambiental.
- Definição da Área Paisagística, composta pelos relevos mais significativos da ilha. Dentre os usos permitidos dessa área, estão novos equipamentos para uso didático e de divulgação, tais como miradouros, as veredas e áreas recreativas.
- Definição da Área Exclusivamente Agrícola, que integra os espaços rurais da ilha - Vales de Queimada de Baixo, Fajã de Baixo, Chã de Barata, Covadinha, Ribeira Seca, Selo de Papaeira, Monte Fora e Aguarda. Dentre as diretrizes, são previstas oficinas de artesanato e pequenos comércio ligados as casas rurais.
- Propõe a criação de 17 novas áreas protegidas (5 paisagens protegidas, 6 monumentos naturais, 4 lugares de interesse científico e 2 reservas naturais), além das duas existentes., identificadas e delimitadas pela relevância natural.



- Deverá ser organizado um catálogo das paisagens da ilha, para que sejam objeto de medidas específicas, designadamente valor cênico, itinerários de interesse paisagístico, botânico e ambiental, bem como daqueles espaços e atividades que causem impactos visualmente incômodos.
- Deverá ser organizado um inventário do patrimônio arquitetônico e etnográfico dos municípios da ilha, contendo as edificações de valor histórico, artístico, civil ou religioso; os elementos de arquitetura tradicional; e elementos e conjuntos de interesse etnográfico nomeadamente a rede viária histórica, as infraestruturas hidráulicas e os trapiches. Deverão ser definidos níveis de proteção a estes elementos e as edificações integrantes no catálogo serão preferencialmente utilizadas para serviços socioculturais ou turísticas.
- Propõe a realização de alguns programas setoriais, dentre os quais destacam-se: Programa de Educação Ambiental, Programa de atividades turístico-recreativas, e Programa de adequação da rede de caminhos para percursos.

A seguir são apresentadas as plantas de ordenamento e de condicionantes, a título exemplificativo, destacando as questões pertinentes ao turismo e comentadas anteriormente.

Modelo Territorial - Planta de Ordenamento



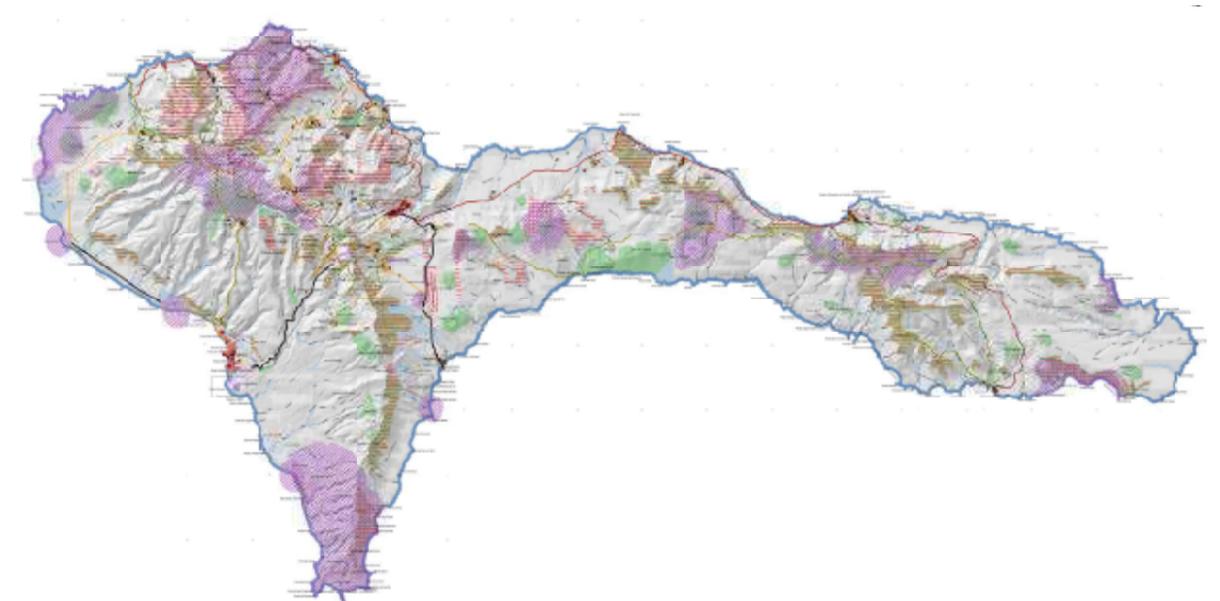
Agrícola Exclusivo	Florestal	Ag. urbano consolidação	Parque Nat. Monte Gordo
Aglomerado rural	Zona Logística Aeroportuário	Paisagístico	
Ag. rural crescimento	Centro Log. Agro-pecuário	Proteção hidrológica	
Agro-Silvo-Pastoril	Náutico e/ou Portuário	Turístico	
Costeiro	Aglomerado urbano	Verde de proteção	
Equipamento insular	Ag. urbano crescimento	Áreas protegidas propostas	

Fonte: EROT São Nicolau, 2010

A Planta de Ordenamento apresenta o zoneamento proposto pelo EROT. Indica as áreas que deverão ser abrangidas por planos de grau hierárquico inferior, a saber, os Plano Director Municipal (PDM), Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) e Plano Detalhado (PD).

A Planta de Condicionantes Especiais apresenta as servidões e restrições de utilidade pública ao uso dos solos do EROT, áreas locais e bens imóveis sujeitos a servidões administrativas ou restrições de utilidade pública no território abrangido pelo instrumento. Os condicionamentos sempre serão considerados cumulativamente os referentes à Planta de Ordenamento e à Planta de Condicionantes Especiais, prevalecendo os mais restritivos.

Modelo Territorial e Condicionantes Especiais



Z. de riscos - segurança geotécnica	Servidão - orla marítima (120m)
Z. de riscos - inundações	Viário principal
Z. de Proteção - patrimônio natural	Viário principal / asfaltar
Z. de Proteção - alta infiltração	Viário principal / melhora
Z. de Proteção - ribeiras e água	Viário secundário
Z. de Proteção - áreas protegidas	Rede de sendeiros

Fonte: EROT São Nicolau, 2010



2.3.4.2. DIRETIVA NACIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (DNOT, 2013)

São Nicolau é de grande relevância cultural, considerada o “berço da intelectualidade cabo-verdiana” por conta do primeiro seminário-liceu do país (1866-1917), e natural, contando com orografia de vales profundos e montanhas imponentes, culminando no Parque natural de Monte Gordo. Além desta área protegida, a ilha também tem a Reserva Natural de Monte do Alto das Cabaças.

Além do turismo de natureza, a ilha apresenta uma oferta diversificada que inclui o turismo de mergulho, o turismo histórico-cultural, o ecoturismo e o turismo de saúde (nas praias de areia negra na região de Tarrafal, passíveis de serem utilizadas para fins terapêuticos).

A ilha possui dois centros urbanos principais - Ribeira Brava com relevantes patrimônios arquitetônicos edificadas no tempo dos portugueses, dos quais se destacam a Igreja Matriz e o Seminário-Liceu aberto em 1866, e ruas estreitas; e Tarrafal, onde está o porto da ilha e a fábrica “Ultramarina” de processamento e conservação de pescados.

Apesar do grande potencial para o turismo, a ilha enfrenta alguns desafios que tem limitado seu desenvolvimento turístico. Destacam-se o isolamento da ilha por conta das deficientes ligações aéreas e marítimas com as outras ilhas, insuficiência de infraestruturas turísticas gerais e déficit na promoção do local como destino turístico.

Em termos de ordenamento territorial turístico, a ilha possui como ZRPT a zona da coroa costeira ocidental de São Nicolau e todos os terrenos da faixa costeira (1 km de largura) que se estende de Ponta Beaninho a Ribeira Fundo Espigal.

O modelo territorial nacional definido no DNOT é composto dos seguintes critérios: operações estratégicas de interesse supra insular, sistema de transportes e comunicações, estrutura dos núcleos urbanos, distribuição do modelo turístico, áreas logísticas, definição do modelo ambiental e estratégias territoriais insulares. Dentre esses elementos, destacam-se as seguintes diretrizes para a Ilha de São Nicolau, tendo como foco o desenvolvimento turístico do local:

INFRAESTRUTURA

- Melhorar as condições de serviço do Aeroporto da Preguiça, cujas instalações são precárias.
- Implantação de infraestruturas de evacuação, dotadas de heliporto com sinalização adequada em local a ser definido, para facilitar as evacuações de emergência, em local a ser estudado;
- Adequações e melhorias nos serviços do Porto de Tarrafal, que se destina ao tráfego de fast-ferry, abastecimento e transferência de produtos. O porto deve ser preparado e ampliado, se necessário, para acolher atividades pesqueiras e desportivas, contando com instalações de conservação das capturas e admitir usos de caráter recreativo.
- O núcleo de serviços insulares da ilha é Ribeira Brava, que deve atender às necessidades de âmbito insular, sendo dotada de equipamentos de saúde, ensino, desportos, administrativo, cultural, transporte público, além de serviços intermunicipais.
- Melhorar a rede viária básica, propiciando melhor conexão entre os núcleos urbanos.

TURISMO

Em termos de segmentos turísticos, a DNOT estabelece que São Nicolau tem potencial para:

- Aproveitar os atrativos da ilha para o turismo rural de montanha, náutico e urbano.
- Turismo de litoral, que se pratica em áreas próximas do mar, mas não apresentam recursos contínuos de praias, mas sim praias isoladas, enseadas ou costas não adequadas para o banho. Os estabelecimentos nestes locais, deverão ser de tamanho médio (inferiores 500 camas), proporcional ao uso do ambiente e ter contato com a população local. Deverá ser orientado para uma demanda que busca desfrutar dos atrativos da costa como um complemento para a caminhada e o conhecimento das riquezas naturais e culturais das ilhas, para prática de desportos náuticos e que utiliza os serviços da população local.
- Turismo urbano em Ribeira Brava, com pequenos estabelecimentos (inferiores a 250 camas), tendo como público-alvo turistas que pretendem conhecer ambiente cultural da cidade, visitas de negócios ou institucionais.
- Turismo rural e ecológico (zona norte e central da ilha), que acontece em comunidades rurais e centros históricos, diretamente ligados aos recursos do território e constitui uma forma de melhorar o rendimento das famílias locais. Para os alojamentos são aproveitados edifícios de valor arquitetônico ou antropológico. Os estabelecimentos podem ser do tipo hotéis rurais (M 50 camas) e casas rurais (M 12 camas). Fica autorizado o estabelecimento em casa familiar. Em qualquer caso, deverá ser garantida a qualidade da oferta.

Por razões de interesses ambientais, dever-se-á desclassificar as ZRPT que coincidam com as áreas de alto valor ambiental e paisagístico.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E URBANO

- Estudar a possibilidade de expandir e/ou declarar novas Áreas Protegidas Insulares, tendo como base espaços de grande valor ambiental ou paisagístico.
- Desenvolver Plano Especial para proteção dos valores arquitetônicos de Ribeira Brava.

Há de se destacar que existem outras diretrizes estabelecidas na DNOT, que são de extrema importância para o ordenamento da ilha.



2.3.5. SITUAÇÃO ATUAL DE MARKETING E PROMOÇÃO

Quando se analisa o tema promoção e marketing do turismo em Cabo Verde e, especificamente, na ilha de São Nicolau, é possível notar num histórico recente a implantação do Plano de Marketing para o Turismo de Cabo Verde, documento que foi elaborado com a intenção de instruir a promoção do país enquanto destino turístico, propondo uma logomarca para o turismo nacional para o triênio de 2010-2013. As ações decorrentes do plano ajudaram a consolidar Cabo Verde como destino de sol e praia, bem como a identificar produtos turísticos vigentes até os dias atuais.

O Plano Estratégico de Turismo de Cabo Verde (2012, p.17), define 4 princípios fundamentais para o desenvolvimento do turismo:

1. Um turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;
2. Um turismo que maximize os efeitos multiplicadores, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;
3. Um turismo que aumente o nível de competitividade de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados;
4. Um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como destino diversificado e de qualidade.

Uma das ações importantes no âmbito do item 4, foi a marca de Cabo Verde relançada em 2018 (Something Else) que busca chamar a atenção para novos segmentos e experiências que podem ser vivenciadas no arquipélago. A construção da nova marca evidencia que tão importante quanto consolidar os segmentos já existentes como sol e praia, é diversificar os campos de descobertas e de novos produtos. Santo Antão naturalmente tem esse perfil, se destacando como um forte de destino de experiências de ecoturismo.

No que se refere às estratégias de promoção e marketing do turismo de São Nicolau e de todo Cabo Verde, vale destacar que já estão sendo realizadas ações visando captar novos mercados. Recentemente, representantes do Ministério do Turismo de Cabo Verde estiveram na Rússia em ação que visou promover o turismo do arquipélago.

Atualmente não há um portal específico para São Nicolau. Por outro lado, a existência da SN Turismo, Associação de Turismo local, tem contribuído para a realização de ações de promoção e comercialização do destino, ao fomentarem a estruturação de um produto de trekking na ilha, com a realização de eventos que acabam por atrair a atenção de públicos específicos, como o Meetup Trekking, que ocorreu em sua 2ª edição em 2019, evento destinado à realização de caminhadas, bem como workshops sobre turismo de natureza.

Além disso, é importante destacar a recente criação do Instituto Nacional de Turismo do Cabo Verde, que contribuirá para a realização de ações promocionais, em virtude de sua natureza institucional permitir maior agilidade para este tipo de projeto, facilitando a participação em feiras e eventos, a produção de material promocional e manutenção de redes sociais, bem como a realização de diversas ações de aproximação com mercados como é o caso dos famtour, presstrips e viagens com influenciadores digitais, por exemplo. Projetos ligados à estruturação das estatísticas e análise de perfil da demanda contribuirão cada vez mais para o monitoramento e inteligência de mercado.

Para definir as principais diretrizes de promoção e marketing do destino turístico de São Nicolau, é importante olhar para aspectos do mercado turístico, tendências de viagens e consumo:

- É expressivo o aumento de viagens domésticas no mundo, principalmente no mercado europeu que recém-saído de uma grave crise econômica teve que encontrar novas formas de viagem e de valorização da sua região.
- O crescimento do turismo na África merece destaque, e a inserção de Cabo Verde no índice de competitividade do WTTC indica que as projeções são positivas, não de crescimento exponencial como nos últimos anos, mas pode possibilitar um crescimento sustentável, apesar dos concorrentes.
- A digitalização do turismo está mudando a forma de compra das viagens e isso está impactando diretamente nas empresas tradicionais europeias que não se modernizaram, como exemplo, a Thomas Cook, empresa britânica de 178 anos que decretou falência em 23 de setembro.
- Com exceção dos belgas, que viajam em sua maioria para o exterior, os outros mercados estão priorizando as viagens domésticas, o que trará consequências negativas para o destino de Cabo Verde.
- A média de permanência em Cabo Verde é alta se comparada com as médias dos destinos como: Alemanha, Reino Unido, Bélgica/Holanda e Itália. Assim mesmo, vem caindo ano a ano.
- A expansão dos aeroportos na Bélgica pode proporcionar uma oportunidade de ampliar as relações entre Cabo Verde e Bélgica com o objetivo de captar voos para a região, facilitando o acesso à São Nicolau.
- Os millenials merecem atenção porque eles são responsáveis por 40% de todo fluxo de turistas no mundo. Destino diversificado como São Nicolau é a procura deste público, hoje tão relevante para o setor turístico. Eles buscam destinos que tenham preocupação com sustentabilidade, que ofereçam experiências e vivências, e que estas viagens transformem suas vidas, exatamente o que São Nicolau vem buscando trabalhar. Por outro lado, a dificuldade de acesso ao destino pode ser um impeditivo para este público, que tem tempo menor disponível de viagens.



2.3.6. CICLO DE VIDA DO DESTINO TURÍSTICO

Apesar de apresentar diversos segmentos turísticos, em termos de ciclo de vida todos os produtos da Ilha de São Nicolau enquadram-se no estágio inicial de “desenvolvimento/crescimento”, de acordo com a metodologia de análise de ciclo de vida de destinos/produtos turísticos definida por Butler (1980).

O ecoturismo e o turismo rural são os segmentos que possuem um desenvolvimento mais avançado que os demais, seja em termos de fluxo ou de oferta. O conjunto de segmentos Histórico e Cultural e Sol e Mar encontram-se em estágios de menor desenvolvimento.

Estes estágios são definidos pelo processo de maturação avaliado pelo índice de volume de vendas/número de turistas. Cada fase possui uma determinada característica e sua análise apoia a tomada de medidas cabíveis para cada ciclo, do ponto de vista do planejamento e gestão. Não necessariamente um destino passa por todas as fases.

Fases do ciclo de vida dos destinos turísticos



Posicionamento da Ilha de São Nicolau no Ciclo de Vida do Destino Turístico, considerando os principais segmentos turísticos.

Fonte: elaboração própria; adaptado de Butler, 1980

Esta fase do ciclo de vida é caracterizada por:

- Demanda flutuante, porém, com tendência de crescimento conforme a conjuntura interna e externa permitam: Enquanto no ano de 2000 o fluxo de hóspedes esteve na casa de 1.384 pessoas, em 2018 este número foi de 1.751, representando um crescimento neste período de 27%. Em 2012 o número de hóspedes chegou a 2.244. A taxa média de crescimento entre 2000 e 2018 foi de 1,3%. O comportamento da demanda turística desta ilha é bastante peculiar. De todas as ilhas do norte, é a que possui picos de demanda com maiores intervalos, ou seja, a variação de hóspedes foi bastante alta e variada entre os anos, não sendo possível aferir que a demanda tenha uma tendência de crescimento. Assim, a demanda de São Nicolau é extremamente sensível à conjunturas externas e internas.
- Oferta de produtos sendo estruturada, focada dos diversos segmentos, com maior foco no ecoturismo: com foco maior nas belezas naturais e, em especial, caminhadas, há iniciativa local iniciada em 2019, com previsão de finalização em 2020, para estruturação de trilhas ao longo da ilha. Há ainda,

estruturação de praias, de centros culturais e um projeto de requalificação da Preguiça, área de importante destaque histórico e cultural da ilha e do país.

- Distribuição envolve operadores turísticos: grande parte dos turistas que visitam a ilha utilizam o serviço de operadores turísticos. Há receptivos locais e prestadores de serviços organizados em uma Associação, a SN Turismo, voltada para atender a demanda, havendo concorrência e, por conta disso, um trabalho em torno de precificação buscando equilibrar o mercado. Há boa quantidade de empregos e oportunidades de renda para moradores locais.

A matriz do ciclo de vida possui dois eixos: tempo e volume de turistas. Butler indica que um aumento em qualquer uma das direções e uma vez que a capacidade de recepção chegue no limite, tem-se as seguintes implicações:

- redução da qualidade e atratividade do destino;
- maiores taxas de “irritabilidade” da população local com a presença de turistas;
- concretização de “não lugares turísticos” – espaços moldados que são similares a outros em qualquer parte do mundo, que não valorizam os ativos locais; e
- maior pressão e impactos negativos sobre os ativos turísticos, uma vez que estes muitas vezes são vistos como infinitos, por si só.

Com uma taxa de ocupação hoteleira média em torno de 17%, mas estadia média superior ao restante do país - de 9 dias-, verifica-se que a Ilha de São Nicolau deve ter um fluxo ainda crescente. Por outro lado, é salutar que se facilite o acesso à ilha, bem como a estruturação do destino continue a ocorrer.

O foco de desenvolvimento local tem sido o desenvolvimento de produtos diversificados incentivando o turismo de experiências e vivências, bem como a proteção dos recursos naturais e culturais, o que garantirá a sustentabilidade do turismo local.

Assim, a visão de futuro e estratégias para a ilha devem focar na perpetuidade desta linha, além de uma gestão que procure manter o processo de inteligência de mercado – monitoramento de fluxos, monitoramento de impactos – o que deve ser facilitado pelo Instituto Nacional de Turismo, que tem justamente como algumas de suas funções atuar nestas frentes.

3. VISÃO DE FUTURO



3.1. PROJEÇÃO DA DEMANDA DO TURISMO

3.3.1. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PROJEÇÕES DE DEMANDA

A seguir, apresentam-se cenários descritivos que tentam ilustrar como futuramente o turismo na ilha poderia se desenvolver e que tipo de impacto teria em termos de volume de fluxo e perfil turístico. Entende-se que a aplicação de taxas percentuais de crescimento baseadas em médias nacionais ou internacionais não são suficientes para definir estratégias de desenvolvimento turístico sustentáveis.

Há que se considerar a complexidade do turismo e como diversos fatores conhecidos e desconhecidos poderão impactar a dinâmica local. Assim, aqui procurou-se estabelecer taxas de projeções agregadas aos cenários.

O método escolhido para a definição de cenários foi o da Análise Lógica Intuitiva. Esta metodologia não utiliza algoritmo matemático. Ela considera primordialmente que as decisões sejam fundamentadas em um conjunto de inter-relações e interdependências adimensionais envolvendo variáveis sociais, políticas, tecnológicas, ambientais e econômicas. Além disso, é um método intuitivo porque estimula a intuição dos gestores a respeito das incertezas e possibilidades futuras.

O cenário do turismo na ilha para os próximos anos depende diretamente de um conjunto de variáveis condicionantes que indicam as direções prováveis que este setor poderá seguir. Assim, foram definidas 8 variáveis de análise, dentro de duas condicionantes:

Condicionantes de análise de cenários de desenvolvimento turístico e variáveis - Análise Lógica Intuitiva

CONDICIONANTES EXTERNAS

Envolve variáveis de âmbito internacional e nacional que poderão influenciar o crescimento e o desenvolvimento turístico, mas que estão fora do domínio administrativo da atividade turística

i) Desempenho da Economia Mundial

Conjuntura da movimentação econômica de países em um determinado período de tempo, de modo a buscar prever tendências e elementos que podem impactar o desenvolvimento do turismo na ilha.

ii) Desempenho da Economia Nacional

Conjuntura da movimentação econômica de Cabo Verde em um determinado período de tempo, de modo a buscar prever tendências e elementos que podem impactar o desenvolvimento do turismo na ilha.

CONDICIONANTES INTERNAS

Premissas cuja dinâmica têm influência direta sobre as decisões e possíveis cenários para o turismo da ilha

iii) Desempenho do Turismo Mundial

Conjuntura do desempenho econômico do turismo no mundo em determinado período do tempo, de modo a buscar prever tendências e elementos que podem impactar o desenvolvimento do turismo na ilha.

iv) Desempenho do Turismo Nacional

Conjuntura do desempenho econômico do turismo em Cabo Verde em determinado período do tempo, de modo a buscar prever tendências e elementos que podem impactar o desenvolvimento do turismo na ilha.

v) Acesso e Logística

Conjuntura do desempenho e desenvolvimento dos acessos e logística de transporte em Cabo Verde e na ilha de Santo Antão de modo a buscar prever tendências e elementos que podem impactar o desenvolvimento do turismo na ilha.

vi) Governança e Investimentos Públicos no Turismo

Conjuntura do desempenho e desenvolvimento da governança e de investimentos públicos do turismo em Cabo Verde e na ilha de Santo Antão de modo a buscar prever tendências e elementos que podem impactar o desenvolvimento do turismo na ilha.

vii) Investimentos Privados no Setor de Turismo

Conjuntura do desempenho e desenvolvimento de investimentos privados do turismo em Cabo Verde e na ilha de Santo Antão de modo a buscar prever tendências e elementos que podem impactar o desenvolvimento do turismo na ilha.

viii) Estrutura de Mercado

Conjuntura do desempenho e organização dos modelos de mercado turístico, considerando os diversos segmentos de serviços prestados.

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

3.1.1.1. CONDICIONANTES EXTERNAS

DESEMPENHO DA ECONOMIA MUNDIAL

De acordo com dados do IPEA (2019), depois de dois anos de crescimento relativamente robusto (entre 2016 e 2017), é prevista a desaceleração da economia mundial nos próximos anos. Essa desaceleração não parece ser muito forte, conforme as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas preocupa diante de algumas características da economia mundial, neste momento, associadas às políticas implementadas após a crise financeira internacional de 2007-2008: um possível esgotamento dos instrumentos de política econômica, que poderiam impedir que a desaceleração se transforme em recessão, e o elevado nível de endividamento do setor não financeiro em escala global.

O final de 2018 e os meses iniciais de 2019 caracterizaram-se por um aumento de incertezas e uma perda de dinamismo da economia mundial. As principais fontes de incerteza são:

- a desaceleração do comércio internacional, em parte associada a conflitos comerciais, em particular



entre Estados Unidos e China;

- questões políticas, com destaque para a até agora tumultuada perspectiva de saída (Brexit) do Reino Unido da União Europeia (UE); e
- questões econômicas, associadas às perspectivas de crescimento nos Estados Unidos e ao risco de uma recessão na Europa, especialmente na Alemanha e na Itália. Na China, uma redução do ritmo de crescimento mais acentuada, que a já embutida nas projeções, permanece como um risco relevante para a economia global, não obstante as medidas fiscais e monetárias de estímulo que vêm sendo adotadas.

O comércio internacional nos quatro primeiros meses de 2019 cresceu apenas 0,4%, em volume, em relação a igual período de 2018, o que representa forte desaceleração em relação ao crescimento de 4,1% de meados do ano passado. Indiretamente, a guerra comercial, na medida em que aumenta incertezas num mundo com cadeias de produção cada vez mais integradas, vem afetando o investimento (IPEA, 2019).

Assim, os fatores que podem influenciar a tendência dessa dimensão nos próximos anos são apresentados a seguir.



DESEMPENHO DA ECONOMIA NACIONAL

A reduzida população do país distribuída por uma vasta área aquática constitui uma importante condicionante para o crescimento e desenvolvimento. Isso limita economias de escala e cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios ao fornecimento de serviços, incluindo energia, água, educação, saúde (Banco Mundial, 2019).

Segundo o relatório anual do Banco de Cabo Verde – BCV de 2018, a melhoria das condições de financiamento e dos mercados de trabalho nos principais parceiros do país, bem como a dinâmica do setor público e ainda os desempenhos positivos do comércio, indústria transformadora, imobiliária e outros serviços determinaram o crescimento econômico do país em 2018, ano em que se registrou um aumento de 5,5% no PIB nacional.

Já a agricultura, as telecomunicações e os transportes tiveram uma performance negativa. É o que diz o relatório do BCV que denota, em certa medida, um fraco dinamismo do tecido empresarial nacional.

O Banco de Cabo Verde sublinha que o crescimento econômico foi determinado, do lado da oferta, sobretudo, pela dinâmica do setor público (impostos líquidos de subsídios e administração pública) e pelos desempenhos positivos do comércio, indústria transformadora, imobiliária e outros serviços e eletricidade

e água. Nota-se ainda uma recuperação importante da construção e uma redução do contributo positivo de alojamento e restauração. O setor do turismo teve também um contributo positivo para o desempenho da economia nacional em 2018, não obstante a sua redução, reflexo da moderação da procura internacional (pese embora o crescimento significativo da atividade turística global) e da diminuição dos preços turísticos (em 0,4 %).

O BCV avança que o contínuo fortalecimento da confiança dos agentes econômicos, nomeadamente empresários, consumidores, contribuiu, igualmente, para o desempenho mais conseguido da economia nacional, numa conjuntura de aumento moderado de pressões inflacionistas e de redução líquida de empregos.

As contas públicas melhoraram em 2018, tendo o déficit global reduzido de 3,1 para 2,6% do PIB. O melhor desempenho das contas públicas ficou a dever-se à redução dos investimentos públicos e ao contínuo aumento das receitas fiscais.

O cenário central das atuais projeções do Banco de Cabo Verde aponta para a manutenção do ritmo de crescimento econômico em torno de 5% em 2019 e 2020, sustentado, no presente ano, na dinâmica dos consumos privado e público, bem como das exportações líquidas e, no próximo ano, num maior dinamismo dos investimentos.

Assim, os fatores que podem influenciar a tendência dessa dimensão nos próximos anos são apresentados a seguir.



3.1.1.2. CONDICIONANTES INTERNAS

DESEMPENHO DO TURISMO MUNDIAL

Segundo dados da OMT, ocorreu um acréscimo de 5% no total de viagens no mundo se comparado a 2017 contabilizando 1,4 bilhões de desembarques de turistas o que gerou um movimento econômico de mais de USD 1,7 trilhões na balança comercial do turismo incluindo os gastos de visitantes nos destinos turísticos (USD 1,5 trilhões) e os serviços de transporte internacional de passageiros (USD 256 bilhões).

Os continentes que têm contribuído para aumentar estes números são Ásia / Pacífico e **África**, cada um tendo um aumento de 7% em chegada de turistas. A receita obtida com o fluxo turístico na África é menor que a relativa à Ásia e Pacífico, o que indica que o **turismo na África precisa fomentar o aumento do gasto médio por turista/ dia de permanência**.

Corroborando com o relatório apresentado pela OMT que menciona o aumento do fluxo de turistas nas regiões de Ásia/Pacífico e África, o relatório da WTTC indica que o mercado do turismo na Ásia aumentou 6,4% e, com destaque fica a região do Norte da África que teve um aumento de 8,6% em relação a 2017.



Importante destacar que o turismo doméstico representou 71,2% de todos os gastos com turismo em 2018 e teve o maior crescimento nos países em desenvolvimento, mas atingiu também os cinco primeiros colocados no ranking de contribuições ao PIB Global como: EUA, China, Japão, Alemanha e Reino Unido.

É expressivo o aumento de viagens domésticas no mundo, principalmente no mercado europeu que recém-saído de uma grave crise econômica teve que encontrar novas formas de viagem e de valorização da sua região. Com exceção dos belgas, que viajam em sua maioria para o exterior, os outros mercados estão priorizando as viagens domésticas, o que trará consequências negativas para o destino de Cabo Verde. A expansão dos aeroportos na Bélgica pode proporcionar uma oportunidade de ampliar as relações entre Cabo Verde e Bélgica.

A OMT indica que o bom momento do turismo mundial, principalmente em regiões como Ásia e África, está relacionado com alguns fatores como: ampliação da malha aérea de conexão principalmente nas regiões onde era inexistente a conectividade, estabilidade do custo do combustível e a redução de taxas em cerca de 60% em relação a 1998.

O continente africano se sobressaiu nos resultados principalmente na performance do Norte da África, tendo a Tunísia e Marrocos como destaque desta região (10% a mais de chegadas de turistas e um aumento de 4% em receita). Este resultado se deve principalmente ao índice de segurança nestes países ter melhorado. O continente africano teve a chegada de 67 milhões de turistas em 2018 que gerou USD 38 bilhões de receita.

A digitalização do turismo está mudando a forma de compra das viagens e isso está impactando diretamente nas empresas tradicionais europeias que não se modernizaram, como exemplo, a Thomas Cook, empresa britânica de 178 anos que decretou falência em setembro. Este mercado será fortemente impactado, também como resultado do BREXIT, em que se prevê que mais de USD 5 bilhões deixarão de ser gastos em viagens dos britânicos ao exterior entre os anos 2019-2025.

Os millenials merecem atenção porque eles são responsáveis por 40% de todo fluxo de turistas no mundo, eles buscam destinos que tenham preocupação com sustentabilidade, que ofereçam experiências e vivências, e que estas viagens transformem suas vidas. O perfil da oferta turística de São Nicolau pode interessar este perfil de visitante.

Assim, os fatores que podem influenciar a tendência dessa dimensão nos próximos anos são apresentados a seguir.



DESEMPENHO DO TURISMO NACIONAL E DE SÃO NICOLAU

Cabo Verde teve 4,9% de aumento no volume de turistas internacionais, chegando a 710 mil em 2018 contra 668 mil em 2017, com receita gerada pelo turismo internacional de 466 milhões de USD (OMT, 2018). **O setor do turismo teve um contributo positivo para o desempenho da economia nacional em 2018, não obstante a sua redução, reflexo da moderação da procura internacional e da diminuição dos preços turísticos em 0,4% (BCV, 2018).**

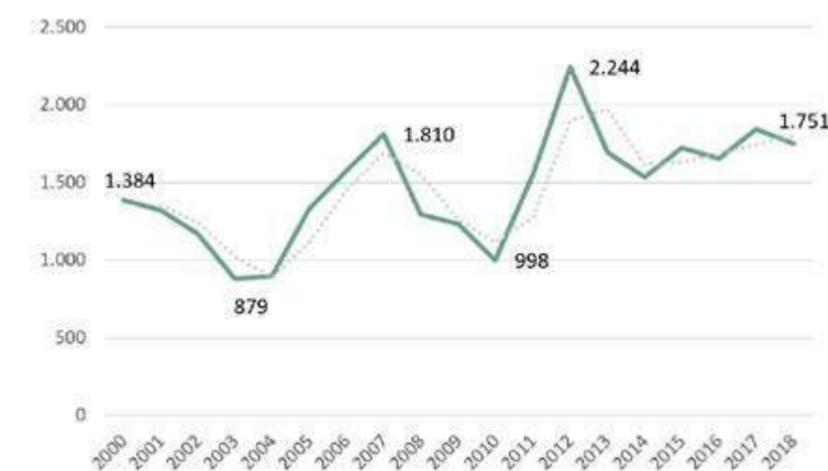
O setor de turismo tem sido bastante impulsionado no país seja por políticas públicas que visam o fortalecer de maneira sustentável, como pela criação de incentivos fiscais e aduaneiros para incentivar novos investimentos.

Como resultado, observa-se que a atividade vem registrando crescimento superior a 8% ao ano, com tendência crescente para uma taxa média anual de mais de 10% durante os últimos dois anos, mais do dobro da taxa mundial (República de Cabo Verde, 2019).

O país ocupa o 88º lugar no Ranking de Competitividade do WTTC, assim mesmo, obteve destaque nesta edição, **é o membro de mais alta classificação da África Ocidental no índice global e o 6º mais alto na região da África Subsaariana.** O país é mais competitivo do que suas contrapartes sub-regionais em todas as áreas, **exceto nos indicadores de recursos culturais (128º) e naturais (136º).** Outros itens que merecem atenção são a infraestrutura de transporte rodoviário e portos e a facilidade de obtenção de vistos.

Ao analisar os dados históricos de hóspedes para São Nicolau, verifica-se uma **demandas flutuante, porém com crescimento exponencial entre os picos. Isso indica alta sensibilidade** justamente em torno das diversas variáveis identificadas, em especial a questão de acessos, condições econômicas dos países emissores e pouca fidelização ao destino.

Gráfico comportamento do fluxo de hóspedes em São Nicolau – 2000/2018.



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Em 2009, o aeroporto de São Vicente começou a operar voos internacionais, o que teve um impacto nos investimentos privados em São Nicolau, embora isso não tenha significado aumento na demanda. Isso se deu porque havia uma conjuntura econômica mundial desfavorável. Em 2008 houve uma crise financeira mundial e profundas oscilações em países da zona do Euro. Muitos países tiveram queda em seu PIB, com



altas taxas de desemprego. Embora o turismo mundial acabe tendo um bom desempenho geral, mesmo em situações de crise, destinos turísticos como Cabo Verde ainda possuem uma grande influência em torno destes fatores, devido à origem de sua demanda.

Além disso, São Nicolau é um destino com dificuldades de acesso, sendo bastante sensível neste ponto. O comportamento da demanda turística desta ilha é bastante peculiar. De todas as ilhas do norte, é a que possui picos de demanda com maiores intervalos, ou seja, a variação de hóspedes foi bastante alta e variada entre os anos, não sendo possível aferir que a demanda tenha uma tendência de crescimento. Assim, a demanda de São Nicolau é extremamente sensível à conjunturas externas e internas.

Enquanto no ano de 2000 o fluxo de hóspedes esteve na casa de 1.384 pessoas, em 2018 este número foi de 1.751, representando um crescimento neste período de 27%. Em 2012 o número de hóspedes chegou a 2.244. A taxa média de crescimento entre 2000 e 2018 foi de 1,3%.

O número de meios de hospedagem da ilha atualmente é de 8 estabelecimentos, não havendo grandes flutuações nesse tipo de investimento. O turismo domiciliar é bastante incentivado nesta ilha, justamente em função das dificuldades de acesso e investimentos de maior porte. A taxa de ocupação média anual entre 2000 e 2018 foi de 16% e, em 2018, foi de 17%. A estadia média nesta ilha tende a ser maior justamente pela pouca frequência de transporte, o que acaba "obrigando" o turista a permanecer mais tempo localmente. Assim, os fatores que podem influenciar a tendência dessa dimensão nos próximos anos são apresentados a seguir.



ACESSO E LOGÍSTICA

Uma das condições fundamentais para o desenvolvimento do turismo diz respeito às questões de acessibilidade e logística para uma maior captura e distribuição de fluxo de turistas, de acordo com os mercados geográficos. E, justamente, este ainda é um dos principais desafios para Cabo Verde e para a ilha de São Nicolau, embora nota-se que o Governo vem trabalhando para melhorar a questão.

Ainda encontra-se em execução um projeto financiado pelo Banco Mundial para a reforma do setor de transportes no país, que incluiu desde obras de requalificação de estradas, até estudos de concessão e planos de gestão de portos e aeroportos locais.

A geografia do país contribui para custos relativamente elevados em termos de serviços infraestruturais e para as limitações de acesso. Sua população encontra-se espalhada por um arquipélago de nove ilhas, localizado a 500 km da linha costeira da África Ocidental. A fragmentação geográfica e uma baixa densidade populacional requerem a duplicação das instalações infraestruturais.

Por exemplo, apesar da sua pequena população, Cabo Verde tem sete aeroportos internacionais. A

prestação de serviços descentralizada e altamente fragmentária impede a captação de economias de escala e aumenta o custo e preço dos serviços, dificultando a escolha de tecnologias adequadas.

Aspectos relevantes foram a privatização da TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde) – Cabo Verde Airlines, bem como o início do processo de concessão dos aeroportos do país. O objetivo é transformar Cabo Verde numa grande plataforma aérea de ligação entre África, Américas e Europa, uma vez que espera-se que a concessão dos aeroportos aumente o fluxo de passageiros e de tráfego. Além disso, espera-se que a privatização da TACV crie melhor capacidade de atração de turistas do Norte da Europa.

A privatização da TACV, através da venda de 51% das ações à Lofleidir Cabo Verde, empresa detida em 70% pela Lofleidir Icelandic EHF e em 30% por empresários islandeses, foi formalizada no início de Março de 2019. Dos restantes 49% de capital, 10% serão colocados para subscrição de emigrantes e trabalhadores, e 39% dispersos em bolsa.

Atualmente, o acesso à Cabo Verde pode ser feito via aeroportos com voos internacionais. São Nicolau possui um aeródromo com voos de conexão com São Vicente, Sal, São Filipe, Maio e Praia, por exemplo, mesmo com pouca regularidade e valores altos. Outra forma de acesso é através do ferryboat a partir de São Vicente e de Santo Antão. Há ligações regulares, porém, não diárias. A viagem a partir de Santo Antão, por exemplo, tem duração de cerca de 3,5 horas e é bastante desconfortável, devido às condições marítimas.

Outro aspecto importante é que a Empresa Nacional de Administração dos Portos (Enapor) deve iniciar as obras do Terminal de Cruzeiros do Mindelo, em São Vicente, em 2020. O projeto está orçado em 29 milhões de euros e está prevista a contratação de consultoria especializada para desenvolver e implementar um Plano de Desenvolvimento do Destino Turístico de Cruzeiros para as ilhas de São Vicente e Santo Antão, o que poderá impactar de alguma forma São Nicolau.

Assim, os fatores que podem influenciar a tendência dessa dimensão nos próximos anos são apresentados a seguir.



GOVERNANÇA E INVESTIMENTOS PÚBLICOS NO TURISMO

Cabo Verde tem vindo a se modernizar em termos de governança pública, com a criação do Instituto Nacional de Turismo, que será implantado entre 2019 e 2020. O objetivo é otimizar a gestão do destino com um órgão que tenha mais autonomia para regular, fiscalizar, promover a marca Cabo Verde e incentivar o investimento no setor.

O governo espera também que o Instituto ajude a atingir a meta 21 mil turistas até 2021 e consecutivamente o crescimento do país. Com sede no Sal, o Instituto de Turismo de Cabo Verde terá



ainda duas delegações, uma em São Vicente, para cobrir as ilhas do norte, e outra na Praia, para cobrir as ilhas do sul.

Além disso, São Nicolau possui uma associação de empresários locais, a SN Turismo, que vem atuando em prol da estruturação de produtos turísticos chave na ilha, na qualidade de sua operação e promoção futura, nomeadamente o Projeto Caminhar.

O governo de Cabo Verde e da Ilha de São Nicolau vem investindo de modo significativo em infraestrutura de suporte ao turismo, ou apoiando diversos projetos de desenvolvimento local. Obras de melhoria de saneamento básico, abastecimento de água e energia também vem sendo realizadas. Os maiores desafios ainda residem em torno da gestão dos resíduos sólidos.

Contando com um fundo de turismo de Cabo Verde, diversos projetos estão previstos para a ilha como a requalificação de áreas turísticas, construção de postos de informações turísticas, bem como o incentivo ao Turismo Rural e o Turismo de Natureza.

Projetos que serão financiados pelo Fundo de Turismo de Cabo Verde em São Nicolau – 2017/2021

CONCELHO	PROJETO
Tarrafal	Caminhos Vicinais
	Posto de Informações Turísticas (Carbeirinho)
	Melhoria Condições Sanitárias em Fragata
	Requalificação Avenida Praia Tedja
	Turismo na Natureza
Ribeira Brava	Requalificação do Bairro da Escada
	Caminhos Vicinais
	Requalificação Urbana da Cidade de Ribeira Brava
	Posto de Informações Turísticas
	Turismo na Natureza
	Turismo Rural
	Turismo Rural / Estância Turística de Lagoa
	Valorização do Patrimônio Construído

Fonte: Resolução nº 107/2017, República de Cabo Verde)

Ações promocionais vem sendo realizadas nos principais mercados emissores atuais e potenciais, seguindo as premissas do GOPEDs, com recursos próprios do governo, para além dos investimentos previstos no fundo. O acesso a Carbeirinho é uma das obras financiadas diretamente pelo governo. Além disso, a própria elaboração deste Plano Master de Turismo é de extrema importância para a orientação estratégica da ilha sobre o desenvolvimento turístico.

O governo vem procurando investir na conservação e no apoio à projeto de valorização dos ativos naturais e culturais das ilhas, como é o caso do Projeto Caminhar. Porém, torna-se necessário dar continuidade à tais ações, em especial investimentos em termos de educação ambiental, fiscalização e monitoramento da qualidade ambiental; além de estruturar e fortalecer instâncias de governança locais, como uma associação de empresários e sociedade civil na ilha.

Assim, os fatores que podem influenciar a tendência dessa dimensão nos próximos anos são apresentados a seguir.



INVESTIMENTOS PRIVADOS NO SETOR DE TURISMO

Conforme abordado ao longo do diagnóstico, a ilha de São Nicolau encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento turístico. Ao analisar o histórico de desenvolvimento local, verifica-se que houve poucos investimentos privados na ilha. Em 1999, haviam 08 estabelecimentos de hospedagem, em 2010 eram 06 e, em 2018, 08 novamente. O máximo de empreendimentos que a ilha teve foi de 09 meios de hospedagem. Ao mesmo tempo, a hospedagem domiciliar vem se desenvolvendo na ilha.

Os investimentos em acesso e produtos conectados com as demais ilhas possuem uma forte influência nos investimentos privados no setor de turismo local. Assim, os fatores que podem influenciar a tendência dessa dimensão nos próximos anos são apresentados a seguir.





ESTRUTURA DE MERCADO

As Estruturas de Mercado são modelos que captam aspectos de como os mercados estão organizados. Cada estrutura de mercado destaca aspectos essenciais da interação da oferta e da demanda, baseando-se em características observadas em mercados existentes. As estruturas de mercado estão condicionadas por três variáveis principais:

1. número de empresas do segmento no mercado
2. diferenciação do produto
3. existência de barreiras à entrada de novas empresas

Nota-se que no caso de Cabo Verde o setor aéreo possui poucas empresas atuando no setor, com a recente privatização, inclusive, da cia aérea principal que atende o país. Há uma tendência de que exista uma maior diversidade de cias aéreas no futuro.

São Nicolau ainda não possui diversidade de empresas de restauração e alojamento, sendo a maioria de pequeno porte, de investidores locais e do exterior, numa estrutura que atende certa variedade de público, com qualidade distinta, sendo ainda um setor pouco competitivo. O governo investe, ainda, no Turismo de Habitação. Já o setor de restauração ainda possui um menor número de estruturas e serviços diferenciados.

Diversos incentivos vem sendo ofertados e preparados para o setor turístico, além de ações de captação de investimentos externos, através da Cabo Verde Trade Invest, que realiza estudos, road shows e eventos para captação de parceiros investidores.

A criação recente do Instituto Nacional de Turismo também deve contribuir para o processo de diferenciação de produto e inserção em diversos mercados geográficos.

Vem se procurando trabalhar na estruturação de destinos e produtos singulares, diferenciados entre as diversas as ilhas e que possam se complementar, de modo que exista uma diversificação de demanda, bem como o fortalecimento da fidelidade ao destino. O destino tem caminhado para diversificação de empresas, permitindo assim, maior concorrência e qualidade de serviços.

Assim, os fatores que podem influenciar a tendência dessa dimensão nos próximos anos são apresentados a seguir.

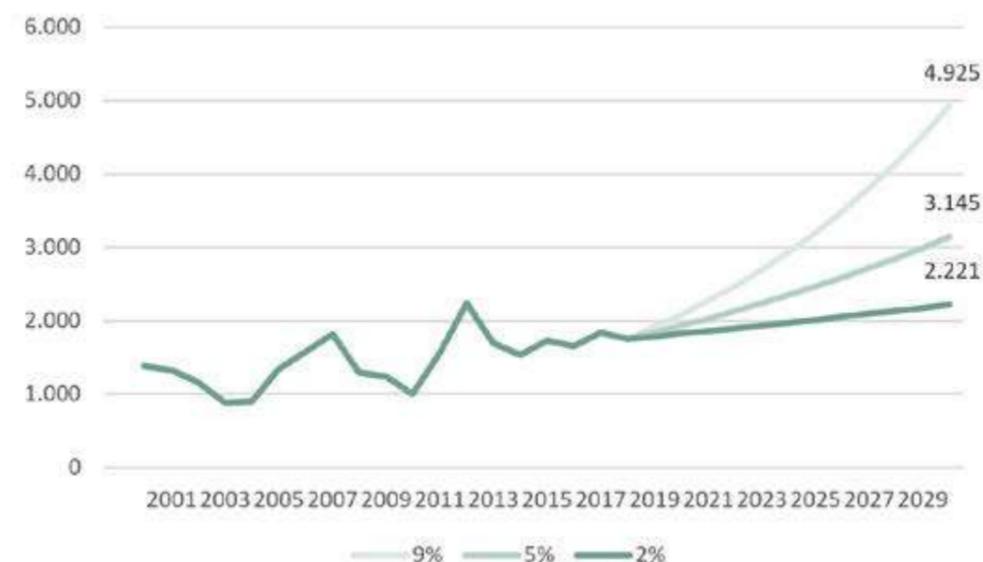


3.1.1.3. POSSÍVEIS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO PARA SÃO NICOLAU

Foram desenhados três cenários para o setor de turismo de São Nicolau para os próximos dez anos.

Um cenário combina crescimento do turismo e ganhos na competitividade turístico, cenário A; o segundo, cenário B, apresenta crescimento e ganhos moderados de competitividade no setor e; por fim, o cenário C, apresenta baixo crescimento e baixo ganho em termos de competitividade e sustentabilidade. Estes cenários foram construídos a partir da combinação do comportamento das dimensões para o conjunto das hipóteses definidas e analisadas anteriormente.

Projeções de demanda turística para São Nicolau, de acordo com cenários estabelecidos



Fonte: Elaboração própria, 2019

CENÁRIO A: CRESCIMENTO COM GANHOS NA COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

Este cenário é constituído por uma combinação das condições externas e internas bastante favoráveis que deverão garantir o crescimento dos fluxos de turismo. As ações promocionais em execução, com foco em mercados geográficos diferenciados e as tendências de consumo voltadas para o ecoturismo, atraem demanda para São Nicolau, inclusive com potencial de diversificação de público, para atendimento de *millenials*.

Os investimentos públicos na infraestrutura, melhoria da governança, acesso e logística, deverão garantir uma melhora substancial no nível de competitividade e garantia da sustentabilidade turística da ilha, por terem escalas adequadas, que geram impactos negativos controlados e benefícios amplos em termos sociais, ambientais, culturais e econômicos. Novos investimentos privados são atraídos, com a crescente ampliação da oferta hoteleira e de serviços agregados.

O principal elemento de incerteza conjuntural se refere ao processo de recuperação da economia mundial e seus reflexos sobre o fluxo turístico. Em nível estrutural, o principal elemento de incerteza está associado à eficácia e eficiência no planeamento e execução das principais obras de infraestrutura básica e turística de acesso e melhorias na qualidade de serviços.



Projeção de crescimento de hóspedes em cenário otimista (9% a.a.) – São Nicolau

ANO	HÓSPEDES
2019	1.909
2020	2.080
2021	2.268
2022	2.472
2023	2.694
2024	2.937
2025	3.201
2026	3.489
2027	3.803
2028	4.145
2029	4.518
2030	4.925

Fonte: Elaboração própria, 2019

Além desta tendência de aumento de fluxo, há uma tendência de novos investimentos. Com taxa de ocupação média anual de 17%, verifica-se que a ilha tem espaço para atender uma demanda crescente, sendo necessário o monitoramento constante para garantir a qualidade da estadia. Caso os acessos sejam facilitados, pode ser que a estadia na ilha diminua.

CENÁRIO B: CRESCIMENTO DO TURISMO E GANHOS MODERADOS EM COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

Neste cenário, as condições externas são favoráveis, uma vez que se projeta um lento processo de recuperação da economia mundial, o que terá reflexo negativo sobre o fluxo turístico internacional. Além disso, países que respondem por uma importante parcela de fluxo para Cabo Verde e a Ilha de São Nicolau estariam sofrendo com a recessão e impactos como a Brexit. Ao mesmo tempo, as ações governamentais de Cabo Verde continuam focando na diversificação de mercados, o que garante manter fluxos e garantir novas entradas.

Parte das condições internas é favorável, o que terá reflexo positivo na competitividade e sustentabilidade da ilha. As melhorias de acessibilidade nas demais ilhas do norte – São Vicente e Santo Antão – assim como a melhoria do sistema de transporte aéreo como um todo trariam impactos positivos para São Nicolau. Assim, neste cenário o turismo deverá apresentar um crescimento alto, com alguns ganhos de competitividade. Neste caso, estima-se um **cenário de médio crescimento para os padrões desta ilha, na casa dos 5%**.

Projeção de crescimento de hóspedes em cenário moderado (5% a.a.) – São Nicolau

ANO	HÓSPEDES	ANO	HÓSPEDES
2019	1.839	2025	2.464
2020	1.930	2026	2.587
2021	2.027	2027	2.716
2022	2.128	2028	2.852
2023	2.235	2029	2.995
2024	2.347	2030	3.145

Fonte: Elaboração própria, 2019

Além desta tendência de aumento de fluxo, há uma tendência de novos investimentos. Com taxa de ocupação média anual de 17%, verifica-se que a ilha tem espaço para atender uma demanda crescente, sendo necessário o monitoramento constante para garantir a qualidade da estadia. Caso os acessos sejam facilitados, pode ser que a estadia na ilha diminua.

CENÁRIO C: CRESCIMENTO REDUZIDO DO TURISMO COM POUCOS GANHOS EM COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

Neste cenário as condições externas não são favoráveis, uma vez que se projeta um processo de relativa recessão da economia mundial, o que terá reflexo negativo sobre o fluxo turístico internacional. As condições internas são desfavoráveis, uma vez que não se consegue atingir com eficiências as metas de melhorias estruturais e de competitividade do destino, com poucas ou lentas mudanças na qualidade dos serviços prestados e diferenciação dos produtos e negócios turísticos.

Assim, neste cenário o turismo deverá apresentar um crescimento reduzido, com poucos ganhos em competitividade. Neste caso, estima-se um **cenário de baixo crescimento, na casa dos 2%**.

Projeção de crescimento de hóspedes em cenário de baixo crescimento (2% a.a.) – São Nicolau

ANO	HÓSPEDES
2019	1.786
2020	1.822
2021	1.858
2022	1.895
2023	1.933
2024	1.972
2025	2.011
2026	2.052
2027	2.093
2028	2.134
2029	2.177
2030	2.221

Fonte: Elaboração própria, 2019

Com um crescimento restrito de fluxo, a média de dias de permanência na Ilha de São Nicolau tende a ser a mesma neste cenário e há estrutura de hospedagem para atender a demanda crescente.



3.2. DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (CONCEITO)

Este item do relatório tem como objetivo estabelecer a visão de futuro desejável para a ilha de São Nicolau por meio da definição do conceito de turismo que deverá nortear todo o desenvolvimento turístico do local, seja nas futuras tomadas de decisão do Governo como na implantação de novas atividades turísticas, além de dar as bases para a estruturação das propostas presentes no capítulo 4. O conceito passa pela definição das linhas norteadoras estratégicas, pelos segmentos turísticos potenciais e por sugestões de linhas de produtos que poderão ser explorados na ilha, tendo como base a oferta existente e a demanda turística.

São Nicolau possui um conjunto impressionante de recursos naturais, o que a faz um destino de turismo de natureza por excelência com destaque ao Parque Natural do Monte Gordo, área de proteção com excelente trabalho de conservação do meio natural, e diversas trilhas. Além disso, apresenta um conjunto de recursos culturais e históricos diferenciados do restante das ilhas de Cabo Verde, que remontam à descoberta das Américas e à história do próprio país (berço da intelectualidade cabo-verdiana) que merecem ser valorizados enquanto atrativos. A orla costeira da ilha também é bastante interessante, com o mar rico em peixe, tendo o “blue marlin” como atração principal, praias de areias pretas e piscinas naturais. Destaque especial merece Carbeirinho, local considerado como uma das sete maravilhas de Cabo Verde, que possui uma incrível beleza natural. A ilha também é conhecida pela tranquilidade de sua população, que deseja preservar o estilo de vida local e se preocupa com os impactos que o turismo pode gerar no local.

Pela diversidade dos atrativos em seu território, pode-se constatar que a ilha de São Nicolau apresenta um grande potencial para o turismo, com segmentos turísticos variados, mas que ainda precisa ser melhor explorado e desenvolvido. O setor se encontra incipiente e em fase inicial de desenvolvimento de utilização dos seus recursos para fins turísticos.

3.2.1. LINHAS NORTEADORAS

Este momento em que o turismo da ilha se encontra é muito interessante e seu desenvolvimento, a partir deste plano, precisa ser bem estruturado de modo que sejam lançadas as bases para o crescimento turístico de maneira coerente com as questões culturais, ambientais e sociais do local. O desenvolvimento turístico, portanto, precisa ser organizado de forma que a ilha não perca sua essência e suas características que a fazem singular, minimizando os impactos das atividades do setor no território. Tendo essas premissas como base, foram identificadas as linhas norteadoras estratégicas para o desenvolvimento turístico da ilha. São elas:

- **SUSTENTABILIDADE:** O conceito de sustentabilidade deve ser entendido como princípio fundamental na formulação do planejamento turístico da ilha, devendo ser abordado em distintos campos: ambiental, econômico, sociocultural e político-institucional. A intenção é promover um turismo de baixa densidade e de maneira sustentável na ilha.
- **ECONOMIA CIRCULAR:** Diretamente relacionado ao exposto acima, o conceito de economia circular está associado a uma mudança de paradigma rompendo com o modelo linear predominante e que conforma um sistema que, para além da implementação de tecnologias sustentáveis, requer um design amplo de soluções que abarcam todo o ciclo de vida dos produtos e/ou materiais, focando na valorização dos recursos e na manutenção desse valor durante o maior tempo possível. Adotar um modelo cada vez mais circular passa a ser uma premissa fundamental para o desenvolvimento de um turismo sustentável nas ilhas.
- **PROPORCIONAR EXPERIÊNCIAS ÚNICAS E ATRATIVAS PARA O FORTALECIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO:** Segundo a Organização Mundial do Turismo (1999), a motivação e a conduta dos turistas se

caracterizam, cada vez mais, pelo crescimento da seletividade ao escolher o destino, da sensibilidade pelo meio ambiente e cultura locais e pela exigência de qualidade da experiência. Sendo assim, é importante estimular vivências únicas e o engajamento do visitante no modo de vida local, proporcionando experiências de imersão significativas e autênticas, que cativem os visitantes. Para isso, é necessário a valorização das identidades próprias de São Nicolau, a distinguindo das demais ilhas de Cabo Verde e fortalecendo-a como destino turístico.

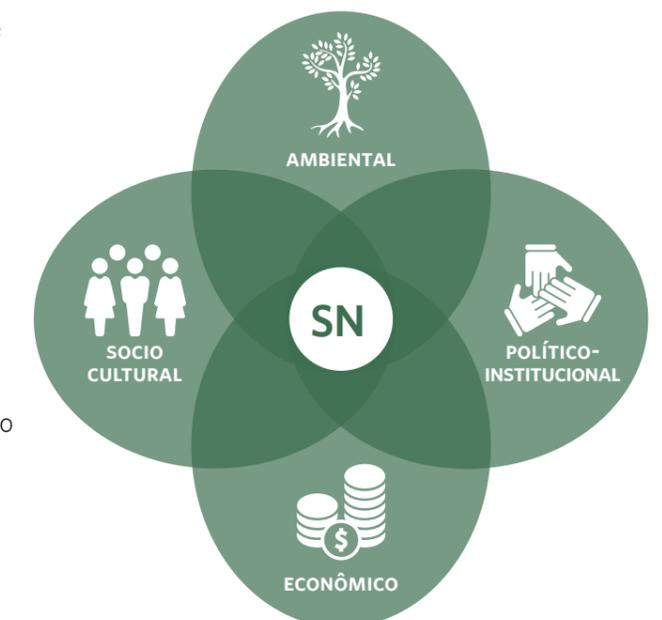
As três linhas norteadoras são complementares entre si e reforçam as questões que são primordiais para o desenvolvimento da ilha. A intenção do Master Plan é que os conceitos trazidos pelas linhas norteadoras sejam utilizados como base, o modo como o setor do turismo deverá implantar suas ações e projetos, ou seja: de modo sustentável e circular, gerenciando todos os recursos relacionados a atividade turística, de forma que as necessidades econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade sociocultural e da diversidade biológica do local; fortalecendo a ilha como destino turístico de experiências singulares e atrativas aos turistas.

Vale destacar que além dos conceitos trazidos pelo Master Plan por meio das linhas norteadoras, o setor do turismo deverá seguir as diretrizes definidas nos planos de ordenamento territorial da ilha, que definem as regras para a implantação das atividades e dos serviços turísticos no território. Além disso, este documento não é rígido e fechado em si, devendo ser revisado sempre que houver necessidade. Se apresenta como um instrumento que deve ser complementado com outros planos e programas que já estão sendo desenvolvidos na ilha, ou que virão a ser elaborados, que visam a implantação de ações e estratégias para o setor do turismo.

3.2.1.1. SUSTENTABILIDADE

O turismo é uma atividade complexa que envolve uma diversidade de agentes e questões. Estas relações podem ser sensíveis, fazendo com que a atividade gere aspectos positivos e ao mesmo tempo negativos para o desenvolvimento de uma região. Por isso, é necessário ter como base os princípios da sustentabilidade, que “harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras” (Ministério do Turismo do Brasil, 2007).

O modelo de desenvolvimento sustentável para o turismo considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de gestão local como condições fundamentais para a viabilidade das atividades turísticas a longo prazo. A busca por esse conceito deve ser usada como uma condição de turismo e não como um tipo de turismo, sendo planejado como um sistema aberto e inter-relacionado aos sistemas: ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional.





AMBIENTAL

O ambiente é a base dos recursos naturais e culturais e o turismo depende da qualidade e da conservação do meio ambiente. As atividades turísticas devem ser planejadas de modo a minimizar os impactos negativos que podem gerar no meio ambiente. Neste sentido, é importante que o dinheiro que o turista deixa na ilha seja revertido em benefícios para a comunidade local e para a conservação dos atrativos turísticos.

Quando o ambiente é preservado por mais tempo, os atrativos turísticos passam a representar desenvolvimento para a região, pois a circulação de divisas trazidas pelos turistas, passa a ser revertida em progresso e, como consequência, há crescimento social e econômico para todos, gerando a sustentabilidade ambiental.

Para a conservação dos atrativos turísticos é necessário estimular no turista e na comunidade receptora, a capacidade de perceber o meio ambiente através de atividades e infraestruturas que os sensibilize. Para isso, diversos aspectos devem ser analisados: emissão de efluentes e resíduos sólidos; conservação e gestão do uso da água; eficiência energética; seleção e uso de insumos; ruídos, poluição visual e aglomeração; proteção das áreas naturais e da biodiversidade; uso sustentável dos recursos naturais; e adequação da infraestrutura turística. Estes aspectos devem ser estruturados com responsabilidade ambiental nos projetos e planejamentos.



SOCIOCULTURAL

A dimensão sociocultural da sustentabilidade no turismo é entendida como um processo que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e reduzir os níveis de exclusão social por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens (Ministério do Turismo do Brasil, 2007). É importante também a valorização do patrimônio cultural e histórico da ilha, preservando os costumes locais e o incentivo ao resgate das tradições e da cultura popular (música, manifestações artísticas, danças, artesanato, entre outras). Para que isso aconteça, é interessante a criação de mecanismos de mediação entre as partes interessadas no desenvolvimento da comunidade e trabalhar com o planejamento integrado do turismo, contando com a participação comunitária. Do mesmo jeito deve ser tratada a criação e fortalecimento dos atrativos turísticos da ilha, identificando os significados culturais e históricos em cima deles para poder diversificar os produtos turísticos oferecidos, abrindo mercados para diferentes nichos.

Outro papel importante da atividade turística no desenvolvimento sociocultural é o de promover o aumento do bem-estar social, estimulando a educação e a capacitação da mão de obra, para que se alcance a melhora da qualidade de vida da população local. Sendo assim, além de ver o turismo como um veículo para a conservação de ecossistemas e paisagens, deve ser considerado também como fator determinante para a proteção dos valores e das tradições locais, além de motivador do desenvolvimento das comunidades receptoras, inserindo em sua cadeia produtiva.



ECONÔMICO

Segundo a Organização Mundial do Turismo (2001) a “sustentabilidade econômica é entendida como a garantia de um crescimento turístico eficiente: a conciliação entre a criação de postos de trabalho, com níveis satisfatórios de renda, e o controle sobre os custos e benefícios dos recursos, que garante a continuidade para as gerações futuras”. O desenvolvimento econômico deve contemplar a sustentabilidade ambiental e social, pois sem elas, a longo prazo, pode inviabilizar um negócio na ilha.

O turismo interage com um grande número de setores da economia e se mostra como oportunidade para: priorizar pequenas e médias empresas; incluir na cadeia produtiva classes menos favorecidas da sociedade; geração de emprego; reduzir as desigualdades sociais de renda; gerar divisas; e uma maior integração nacional.



POLÍTICO-INSTITUCIONAL

A sustentabilidade político-institucional se baseia na solidez e na continuidade das parcerias e dos compromissos estabelecidos entre os diferentes agentes e agências governamentais, além dos atores da sociedade civil. As parcerias devem ter continuidade, além das gestões políticas, visando a implantação das ações e dos projetos previstos.

No desenvolvimento turístico, existe uma interdependência entre as instituições: o governo precisa dos atores locais para elaboração de políticas públicas eficazes; e os atores locais precisam de um governo que saiba das dificuldades locais e estimule a organização dos sistemas de produção para o desenvolvimento sustentável da ilha. Sendo assim, é necessária uma perspectiva integrada entre as instituições governamentais e não governamentais, trabalhando em parceria para garantir a sustentabilidade político-institucional, fator essencial para o desenvolvimento competitivo, planejado e sustentável da ilha.

Destaca-se também que a sociedade civil deve assumir uma postura participativa e colaborativa. O governo precisa percebê-la como uma verdadeira parceira, que é capaz de contribuir com eficácia para o desenvolvimento do turismo da ilha.

3.2.1.2. ECONOMIA CIRCULAR

Relacionado diretamente ao conceito anterior, o conceito de economia circular suscita uma nova forma de pensar sobre o desenvolvimento e a necessidade de inovar e crescer relacionada à necessidade de preservar e proteger, buscando romper com a ideia sobre um possível antagonismo dessas questões.

O conceito de economia circular define um conjunto de princípios para produção e consumo, dissociando o crescimento econômico e o bem-estar humano do consumo crescente de novos recursos, diferente do sistema linear que hoje prevalece no mercado, o qual tem a prática de “extrair-produzir-descartar”. Em um sistema linear, o crescimento econômico depende do consumo de recursos finitos, gerando diversos problemas: o risco de esgotamento das matérias-primas, altos custos de extração associados à disponibilidade dos recursos, contaminação da produção e descarte de produtos, entre outros.

Um modelo circular abrange além da implementação de tecnologias sustentáveis, isoladas do sistema de produção – requer um design amplo e abrangente de soluções radicalmente alternativas, abarcando todo o ciclo de vida dos produtos e adotando padrões de produção e consumo visando o fechamento de ciclos

em todo o sistema econômico. O destino final deixa de ser uma questão de gerenciamento de resíduos e passa a fazer parte do processo de design de produtos e sistemas, incluindo o aproveitamento inteligente dos recursos que já se encontram em uso no processo produtivo. Dessa forma, os resíduos se tornam nutrientes em novos processos e produtos ou materiais podem ser reparados, reutilizados, atualizados ou reinseridos em novos ciclos.

ECONOMIA CIRCULAR NO SETOR DE TURISMO

O consumo orientado ao modelo econômico linear, hoje predominante, não é mais viável - além de trazer o risco iminente de esgotamento de matérias-primas e recursos naturais. A transição para uma economia circular deve romper com os modelos de negócio atuais e deve ser percebida como um novo potencial e inovação com foco na tecnologia transformadora da era digital, para aumentar o crescimento com maior sustentabilidade no turismo. A economia circular possui grande potencial para que o setor de turismo alcance maior sustentabilidade e rentabilidade, relacionada à prestação de serviços de hospedagem, alimentação, atividades, etc., e os fluxos relacionados a isso como energia, água, gêneros alimentícios e outros trazendo assim à eficiência da utilização dos recursos, com o objetivo de gerar um modelo de criação positiva nas esferas social, econômica e ambiental.

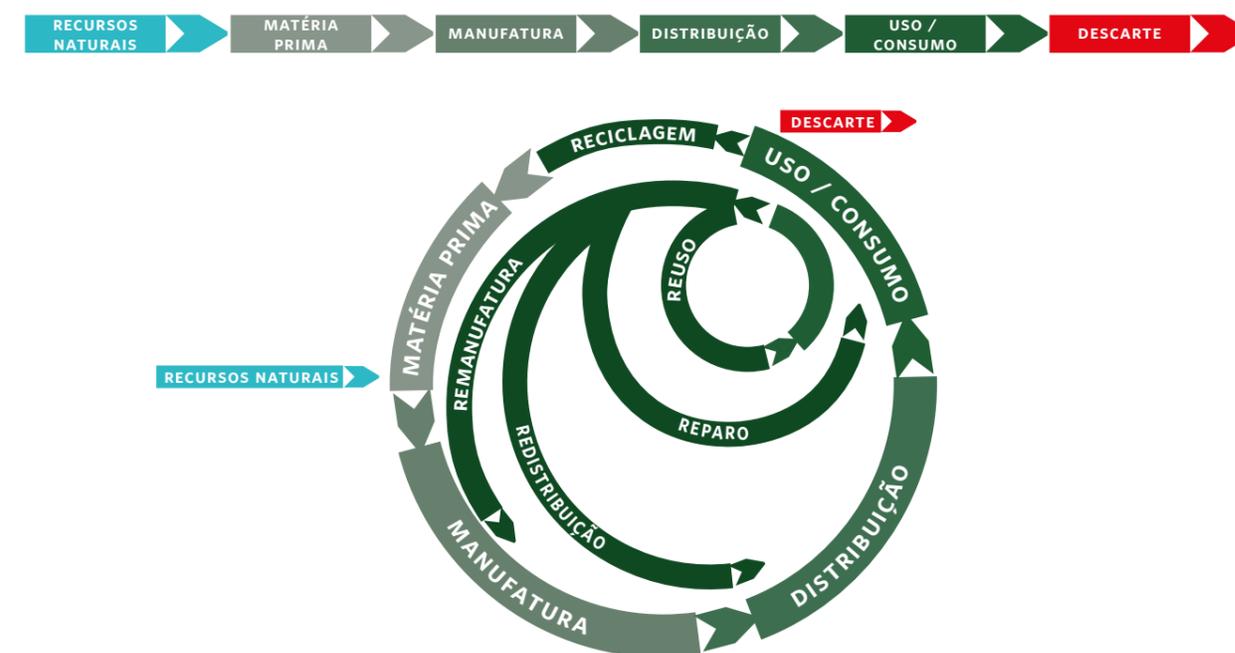
Atualmente em voga em diversas esferas, ainda é tímida a abordagem da economia circular sobre os setores do turismo. No entanto, observa-se que o tema vem sendo cada vez mais debatido e crescem os exemplos de práticas e iniciativas, inclusive no referido setor. Em Cabo Verde a questão vem sendo tratada e o país já atenta para a necessidade de valorização de seus recursos. Por exemplo, em relação à política de gestão de resíduos sólidos do país já se vislumbra a possibilidade de valorizar os resíduos como oportunidades de negócios, podendo ao mesmo tempo obter um ambiente sadio e proporcionar rendimento para as pessoas.

Para uma transição sistêmica da economia circular, o setor de turismo deve ser entendido como uma série de recursos e fluxos de material inter-relacionados e circulares, ao invés de se estruturar com base nas relações clássicas de cadeia de valor, onde o foco está no fluxo linear de dinheiro através de cada elo da cadeia.

Soluções possíveis voltadas à economia circular entre os setores de turismo podem ser implementadas nos variados campos do setor e exemplos de casos de sucesso já podem ser observados em diversos países. Por exemplo, planos, ações e projetos podem se concentrar em mudanças nas áreas de mobilidade,

ao promover inovação relacionada aos meios de acesso ao destino, formas de locomoção, incentivos à utilização de transportes e sistemas de mínimo impacto; hospedagem, revendo padrões e técnicas relacionadas à construção civil, considerando os temas da reutilização, reciclagem e manutenção de valor dos componentes ao longo dos ciclos - associando tecnologia e projetos para desmontagem e prevenção de resíduos; ainda em hospedagem, buscando escolhas conscientes para decoração e remodelação de ambientes - utilização de materiais locais, mobiliário, utensílios e equipamentos que possam ser recuperados, destinados à remanufatura e mesmo alugados; serviços operacionais, buscando eficiência energética e valorização dos recursos naturais; alimentação, atentando para o fluxo do material biológico desde sua produção, passando pelas embalagens, transporte, preparação de alimentos, limpeza, armazenamento, reaproveitamento dos resíduos como nutrientes; dentre outros.

O conceito de economia circular será tratado como eixo norteador das ações e projetos desenvolvidos neste estudo, ressaltando sua extrema relevância não apenas em relação à necessidade de se repensar o crescimento frente aos inúmeros desafios ambientais, sociais e econômicos que o planeta vem enfrentando, mas também em relação ao contexto insular dos locais de estudo, que por si só requer atenção para redução de impactos visando a preservação e manutenção de seus territórios.



Diagramas ilustrando o modelo de economia linear e o modelo circular, respectivamente. Fonte: Elaboração própria, adaptado de: <https://www.ideiacircular.com/economia-circular/>.

3.2.1.3. FORTALECIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO POR MEIO DE EXPERIÊNCIAS ÚNICAS E ATRATIVAS

O turismo focado em promover experiências surge como um nicho que deseja desenvolver uma nova forma de fazer a atividade, a partir da interação real do visitante com o espaço visitado e com a comunidade local. É um jeito de atrair o turista de forma mais emocional, com experiências organizadas para estimular a vivência e o engajamento com a comunidade e com o local. Este tipo de turismo tem grande potencial em São Nicolau, que apresenta uma população engajada e uma diversidade de atrativos de cunho cultural e histórico que são únicos em Cabo Verde.



IMPLANTANDO O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA

Um destino voltado para o turismo de experiência deve oferecer atividades e serviços orientados para a experiência, deixando de ser um serviço simples, como uma refeição ou um passeio turístico, para ser a oferta de uma experiência memorável que gera emoção e engajamento.

Para implantação deste conceito, é necessário entender a diferença entre o turismo tradicional e o turismo de experiência.

Diferenças entre o turismo tradicional e o de experiência

TURISMO TRADICIONAL	TURISMO DE EXPERIÊNCIA
Apresenta características funcionais	Tem foco na experiência do consumidor
É orientado pelo produto e pela concorrência	É orientado para oferecer experiências de forma integral e exclusiva
Entende que as decisões de consumo são racionais	O turista é visto como consumidor racional e emocional
As ferramentas utilizadas são quantitativas e verbais	As ferramentas são multidisciplinares e bastante variadas

Fonte: *Turismo de Experiência*, SEBRAE (2015)

A partir da tabela, pode-se observar que o foco do turismo de experiência está em entregar serviços que proporcionam experiências ao turista, com atividades que estimulam os sentidos, os sentimentos e a mente. Neste contexto, é interessante que a experiência seja holística e integrada, de modo que diferentes produtos e serviços sejam entregues em uma mesma experiência, ativando o maior número de sentidos e sentimentos possível. Neste sentido, é essencial o desenvolvimento de uma maior integração entre os atores locais – as agências de turismo, os guias locais, os produtos agrícolas, sociedade civil, comunidade – para identificar os aspectos únicos da ilha que possam ser transformados em produtos turísticos.

Os produtos turísticos voltados para este segmento devem contemplar (SEBRAE, 2015):



Além desses conceitos, o desenvolvimento do turismo de experiência deve contar com ferramentas específicas e que sejam capazes de gerar a experiência, sendo exemplo de algumas delas (SEBRAE, 2015):

- **Comunicação:** alinhamento da comunicação interna (destino) e externa (promoção para o turista), que seja capaz de estimular as pessoas a olharem o destino com a sensibilidade orientada para a experiência, refletindo toda a intensidade das emoções que ele viverá durante a viagem;
- **Identidade visual:** usar a iconografia local para gerar elementos de identificação como marcas, logotipos e produtos;
- **Associação:** incentivar a criação de parcerias para poder oferecer uma variedade de elementos de experiência;
- **Mídias eletrônicas:** desenvolvimento de plataforma para gerar interatividade e conteúdos relevantes para o turista, que pode acessar a distância e ter contato com os elementos locais;
- **Locais:** atrativos, paisagens e edificações que remetem à cultura e contam a história do local. Estes devem ser trabalhados de forma a gerar experiência;
- **Artefatos:** utensílios e seus usos que auxiliam na construção de uma experiência no local;
- **Eventos:** organizar eventos em cima das festividades populares e religiosas locais, ou relacionado a algum produto local.

De modo geral, existem diversas maneiras de alcançar o turismo de experiência e acima foram citadas algumas ferramentas que podem ser desenvolvidas em São Nicolau tendo como foco a diversificação de produtos turísticos aos turistas. Estas ferramentas são importantes, mas para que este tipo de turismo aconteça de verdade são essenciais o engajamento e a participação das comunidades locais. Elas serão responsáveis por identificar os elementos-chaves, que tornam a ilha um lugar único, e por implementar o conceito nos serviços e nas atividades do turismo. São exemplos de atividades integradas com viés de experiência: uma pousada ou um restaurante associado a um grupo de música local para tocar morna durante o jantar; a apresentação de manifestações culturais nos espaços públicos dos núcleos urbanos; a associação entre as agências de turismo e os produtores locais para degustação de produtos produzidos na ilha durante um passeio; a criação de passeios turísticos pelos atrativos históricos com guias que contam a história do local; a implantação de placas interpretativas nos atrativos culturais e históricos, contando a história dos equipamentos; miradouros com placas interpretativas com informações sobre a biodiversidade local; desenvolvimento do artesanato com elementos da paisagem local; trilhas em meio à produção agrícola para valorização da produção e dos produtores; passeio turístico associado a um restaurante com cardápio de comidas típicas; alojamentos turísticos decorados com artesanato e produtos locais para valorizar a cultura e divulgar o trabalho; realização de oficinas para aprender a fazer a comida ou artesanato local; entre outras.

O desenvolvimento do turismo com foco em experiências tem como objetivo fortalecer e consolidar o arranjo produtivo dos pequenos negócios e apoiar os empreendedores locais na agregação de valor da ilha. Este tipo de turismo possibilita um novo posicionamento de imagem no mercado, diversificando e potencializando a oferta turística de Cabo Verde, por meio do fortalecimento da ilha de São Nicolau como destino turístico.



3.2.1.4. DIRETRIZES

O foco local já tem buscado o desenvolvimento de produtos diversificados incentivando o turismo de experiências, além da proteção dos recursos naturais e culturais para que seja garantida a sustentabilidade do turismo. Isto indica que o desenvolvimento turístico já tem seguido o caminho indicado pelas linhas norteadoras.

A construção da visão de futuro para a Ilha de São Nicolau, que guiará o seu desenvolvimento na próxima década, deve ter como premissa a continuidade da busca dos conceitos acima destrinchados. A partir do cruzamento do diagnóstico da ilha e das linhas norteadoras estratégicas foram definidas diretrizes gerais para o desenvolvimento do turismo da ilha. São elas:

- Desenvolver a Ilha de **São Nicolau como um destino sustentável**, tendo em conta suas potencialidades naturais em bases cultural e ecologicamente sustentáveis;
- **Aplicar os princípios de sustentabilidade em todos os componentes dos produtos turísticos** (desde os transportes utilizados, a harmonia dos equipamentos construídos no meio ambiente, o saneamento, o uso eficiente de energia, entre outros), operando as atividades turísticas de acordo com critérios de mínimo impacto, de modo a ser uma ferramenta de proteção e conservação ambiental e cultural;
- **Contribuir com recursos financeiros para a conservação das áreas naturais e protegidas** por meio do pagamento de entradas, e contratos de permissões e concessões;
- **Respeitar as áreas frágeis**, elaborando estudos de capacidade de suporte e ordenamento da visitação a fim de minimizar impactos;
- **Monitorar o crescimento do número de turistas**, para que aconteça de modo coerente com a oferta local disponível e com a capacidade de carga dos atrativos naturais;
- Valorizar o patrimônio natural e histórico-cultural da ilha, **educando os turistas para que percebam a importância de os conservar e respeitar**;
- Implantar as **infraestruturas de apoio** às atividades turísticas necessárias **de modo conciliador com o meio ambiente**;
- **Incentivar a participação de todos os atores locais**, pois a conservação da herança cultural e natural envolve cooperação, planejamento e manejo;
- **Garantir a satisfação do turista** e, concomitantemente, direcionar seu comportamento, no sentido da conservação dos ambientes e o respeito à cultura local.

Tais conceitos e diretrizes estão sendo aplicadas no desenvolvimento das propostas apresentadas no Capítulo 4 deste documento.

3.2.2. SEGMENTOS E PRODUTOS TURÍSTICOS POTENCIAIS

A fim de melhor entender a oferta turística de São Nicolau, usa-se o conceito de segmento turístico para agrupar as atividades da ilha. Esse agrupamento é definido conforme a natureza principal da atividade, o que não exclui a possibilidade de também ter características de outros segmentos.

A partir da análise da oferta turística de São Nicolau foram identificados os principais segmentos e linhas de produtos da ilha. Há quatro principais, que são identificados a seguir:



Turismo histórico-cultural: tem como objetivo principal conhecer a história e a cultura do povo e do local visitado. O turista cultural procura contato com as comunidades locais, quer saber como vivem, conhecer seus costumes, sua culinária, suas manifestações artísticas etc. Ele se interessa por museus, monumentos históricos, pratos típicos e as bebidas locais. A este turismo também estão os festivais locais, para entendimento sobre as pessoas, suas crenças, práticas culturais e seu patrimônio histórico, material ou imaterial.



Turismo de natureza / ecoturismo: “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (EMBRATUR). Atrai um perfil de turista que aprecia e respeita a natureza, que admira a fauna e a flora e se preocupa com a preservação do meio ambiente. O turista se dedica a atividades de lazer como arborismo, trilhas, tirolesa e etc.



Turismo rural: turismo para quem quer desfrutar da tranquilidade do campo, ou mesmo experimentar uma volta às origens e a vida em comunidades rurais. O turista deseja se hospedar nas autênticas propriedades rurais e participar do estilo de vida nas produções e beneficiar o homem do campo, ao possibilitar uma fonte de renda extra para a família. Os pequenos e bucólicos núcleos da zona rural também lucram com essa modalidade de turismo. Pode se relacionar com o turismo de base comunitária.



Turismo de sol e praia: consiste nas atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. Existem várias definições para o segmento, tais como Turismo de Sol e Mar, Turismo Litorâneo, Turismo de Praia, Turismo de Balneário, Turismo Costeiro e inúmeros outros.

Além destes segmentos, acredita-se que a ilha tem potencial para mais dois tipos de segmento: o turismo de pesca e o náutico. Para que se tornem segmentos reais, precisam ser criadas as estruturas mínimas necessárias, envolvendo desde a capacitação dos envolvidos até a construção de infraestruturas que dê suporte às atividades.



Turismo náutico: este segmento tem como elemento principal um equipamento náutico, sendo a embarcação, o próprio atrativo motivador do deslocamento, ao mesmo tempo em que é utilizada como meio de transporte turístico.



Turismo de pesca: o turismo de pesca ocorre em territórios específicos, em razão da disponibilidade de espécies de peixes. O perfil do turista também é diferenciado, em função de sua motivação caracterizada pelo usufruto dos recursos naturais de forma sustentável, de acordo com as peculiaridades das duas atividades – pesca e turismo. Pode se relacionar com o turismo de base comunitária.



São Nicolau tem potencial para se tornar um destino com grande diversidade de experiências e para isso é necessário fortalecer e estruturar seus recursos enquanto produtos turísticos. Como o turismo no local está em fase inicial de desenvolvimento, ainda apresenta forte dependência dos demais destinos de seu entorno ou que complementam sua oferta, mesmo possuindo um quadro importante de atrativos e elementos turísticos. Estes, de forma geral, precisam de intervenções para proporcionar uma melhor qualidade na experiência dos visitantes e serem organizados para o turismo.

Em termos de demanda turística, não foram identificadas pesquisas sobre o perfil do turista que chega em São Nicolau, mas identifica-se que seja muito próximo ao da ilha de Santo Antão, que busca um turismo de natureza e rural. Um diferencial de São Nicolau, no entanto, é com relação ao tempo de permanência do turista no local, que acaba sendo maior do que em Santo Antão, reforçando a necessidade por incentivar a diversificação dos atrativos e produtos turísticos.

Com relação ao mercado emissor, tendo como base Santo Antão, os que se destacam são França, Alemanha e Bélgica/Holanda. De modo geral, os turistas advindos desses países são motivados por atrações culturais, beleza natural, sol e praia; além do custo benefício da viagem e a possibilidade de explorar e vivenciar os destinos que visitam. Tendo isto como premissa, observa-se que a diversidade de atrativos existentes na ilha é exatamente o que o mercado atual e potencial procura num destino turístico.

Para que esta diversidade seja explorada, há de se trabalhar na implantação de infraestruturas turísticas e no fortalecimento dos atrativos, planejando estratégias e ações para promover uma posição competitiva do destino junto aos nichos de mercado que se deseja conquistar e manter. É desejável que o planejamento e as ações estejam pautadas sobre o conceito de turismo de experiência, tal como demonstrado anteriormente, e com foco no turismo sustentável, que tem como objetivo o desenvolvimento humano e social da comunidade local. Sendo assim, os produtos turísticos da ilha de São Nicolau devem ser desenvolvidos em harmonia com o meio ambiente e com a comunidade e cultura local, de forma que não se perca a essência singular da ilha e de seus habitantes.

Vale destacar que diversas atividades voltadas ao segmento de natureza estão sendo implantadas na ilha por meio do Projecto Caminhar, importante programa que tem como objetivo transformar São Nicolau em um destino de referência internacional para o Turismo de Natureza, em particular, para a prática de caminhadas, trail running e BTT. Além do trabalho de demarcação e implantação de sinalização nas trilhas, o projeto envolve o desenvolvimento de outras áreas correlatas, como capacitação em artesanato, gastronomia para praticantes de trekking e alojamento; formação de guias; eventos; marketing digital para a promoção das rotas; e criação de um site para a divulgação da ilha.

Além disso, o Parque Natural de Monte Gordo também merece destaque pela qualidade ambiental e estrutural dos trilhos e serviços oferecidos aos turistas, que inclui um centro de interpretação e guias capacitados.

É importante considerar a continuidade dos programas existentes, apoiando e dando os incentivos necessários para que continuem com suas ações, que estão gerando impactos positivos na ilha.

3.2.3. BENCHMARKING

Tendo como objetivo a identificação de estratégias para estruturação e fortalecimentos de segmentos turísticos com foco na sustentabilidade, foram pesquisados destinos turísticos de sucesso que podem servir de referência para o desenvolvimento do turismo em São Vicente. Sendo assim, o benchmarking buscou identificar o modo como o turismo nos locais são desenvolvidos, como é promovido, programas existentes, além de atividades turísticas relacionadas aos segmentos promovidos.

Há diversos exemplos de destinos com características similares à ilha de São Vicente que desenvolveram diferentes segmentos turísticos e assim possibilitam a oferta de produtos turísticos diversificados para fortalecer o seu mercado turístico. Nesse sentido, aqui são utilizados cinco exemplos de diferentes propostas que materializaram a construção de suas ofertas com bases sustentáveis: Costa Rica, Nova Zelândia, Ilhas Maurício, Fernando de Noronha (Brasil) e Açores (Portugal).



3.2.3.1. COSTA RICA

Um dos países mais ricos em biodiversidade do mundo – com uma extensão de 51 mil km², concentra 5% da fauna e flora terrestres mundial –, sendo **mais de 20 %** de seu território áreas naturais protegidas, Costa Rica define seu posicionamento de mercado como **destino baseado na natureza** estimulando a ênfase em sustentabilidade na estratégia de turismo do país.

Pioneiro no ecoturismo, o país investe em seus parques nacionais desde 1970, além de implantar outras iniciativas, como o Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), criado em 1996, que remunera o produtor rural por manter a vegetação natural e recuperar as áreas degradadas – por meio de incentivos do Governo e renda turística, os proprietários continuam a conservar suas terras em um estado natural, na maioria das vezes como floresta tropical.

Além disso, em 1996 o Instituto Costarricense de Turismo (ICT) criou o Programa de Certificação para a Sustentabilidade Turística (CST) visando categorizar, qualificar e diferenciar as empresas do setor turístico. Entre os itens observados pela Certificação, estão: consumo de água e energia, utilização de produtos verdes, manejo de resíduos, nível de emissão de poluentes, manutenção de áreas verdes, proteção de fauna e flora, benefícios econômicos para a comunidade, valorização da cultura local e garantia de saúde e emprego para a população. O CST é patrocinado pelo Governo, permitindo que a certificação seja gratuita para as empresas, e é um instrumento que permite uma análise legal para discriminar empresas sustentáveis e convencionais.

O CST teve um efeito salutar na indústria turística de Costa Rica, estabelecendo um conjunto de critérios credíveis e objetivos de sustentabilidade, abordando elevados padrões técnicos e éticos, tornando-o um dos melhores do mundo. O instrumento **promove efetivamente práticas ambientais e sociais exemplares**, de forma que as empresas buscam melhorar seu desempenho de forma perceptível, tornando-se promotores de práticas sustentáveis.

Tais ferramentas são baseadas no uso de princípios de desenvolvimento sustentável e contribuíram para uma **sólida expansão do turismo** no país, caracterizando investimentos relevantes os quais resultaram em um **aumento de 79% na cobertura vegetal do território** nacional (subindo de 29% do território em 1985 para 52% em 2012). Além de trazer claros benefícios econômicos para o país, tais medidas influenciaram seu desempenho social e ambiental e fez do país um ícone para o turismo ecológico.

O ecoturismo também é visto como ferramenta fundamental para o financiamento de áreas protegidas, independente do orçamento nacional. Os tipos mais comuns de áreas protegidas no país são os parques nacionais, que são de propriedade integral do governo. Serviços não essenciais, como estacionamento, centro de visitantes, loja, etc., podem ser oferecidos em concessão ao setor privado.



Lago Arenal em Costa Rica. Fonte: <https://www.brightwaterholidays.com/tours/garden-tours/gardens-of-costa-rica/>

Os atrativos são agrupados entre **Aventura, Sol e Praias, Ecoturismo, Cultura, Turismo Rural (para conhecer a “Pura Vida” costa-riquenha), Bem-Estar**, além de voltar-se a nichos específicos como Famílias, Lua de Mel, Reuniões e Convenções, Observação de Aves e Cruzeiros. Diversas são as atividades que podem ser praticadas: caminhadas, ciclismo, rafting, mergulho e outros esportes náuticos, pesca esportiva, observação de aves e outros animais selvagens, acampamento, contemplação, visita a sítios arqueológicos e históricos, escalada, golfe, quadriciclo, dentre outros.

O país é dividido em regiões com diferentes características. Há o **Vale Central**, entrada principal ao país, que abriga uma variedade de atrativos culturais como museus e teatros, além de naturais, como os Parques Nacionais que protegem os principais vulcões da zona, contando com infraestrutura viária para visitação. As províncias oferecem serviços comerciais e turísticos e os povoados rurais oportunizam uma visita à “Costa Rica de antigamente”, contando com casas de pau-a-pique, fazendas cafeeiras, trapiches e leiterias.

Guanacaste, na costa pacífica, configura importante porção do patrimônio natural e cultural costa-riquenho – concentra grande parte das áreas protegidas e inúmeras praias de areias brancas de paisagem excepcional. No **Caribe**, na costa caribenha, é possível ver a desova de tartarugas, realizar pesca esportiva de robalo e outras espécies, passear pelos canais fluviais, conhecer a cultura afro-caribenha e os recifes de coral.

As **Planícies do Norte** concentram também diversas áreas protegidas, lagoas, vulcões, rios, cataratas – oferecendo atividades de aventura e santuários de fauna silvestre.

Além dessas, há as regiões de **Puntarenas, Pacífico Central e Pacífico Sul**.

O site oficial (www.visitcostarica.com/pt) **apresenta extensa informação** para o turista sobre o país, atrativos e atividades oferecidos, roteiros turísticos diversos, descrição das regiões e o que fazer em cada uma, além de dicas e informações para o planejamento da viagem: hospedagem, restaurantes, agências de viagens, aluguel de carros, companhias aéreas, taxas de câmbio, requisitos para entrada no país, dentre outros.



Exemplos de atividades e atrativos encontrados no site oficial | Fonte: <https://www.visitcostarica.com/en>



3.2.3.2. NOVA ZELÂNDIA



Bream Head, Northland - The Whara Track. Fonte: <https://www.doc.govt.nz>

A Nova Zelândia abriga uma diversidade de paisagens - praias isoladas, áreas rurais, áreas pantanosas, vales e florestas - atravessadas por trilhas, de diferentes tipos, que atendem ao mais diverso perfil de público. 100% Pure New Zealand é considerada uma das campanhas de marca de destino mais bem-sucedidas e conceituadas, responsável por impulsionar o turismo no país. Posteriormente, a marca incluiu no seu slogan a mensagem "todos os dias uma jornada diferente", que divulga a diversidade de atrativos que o turista pode desfrutar. Sob esse slogan, são estruturados roteiros variados, incluindo uma vasta gama de atividades.

O país é um paraíso para amantes de caminhadas - há percursos de 30 minutos, 3 horas, 1 dia inteiro ou mesmo vários dias, que são as "Great Walks da Nova Zelândia". Foi desenvolvido um guia especialmente para esse tipo de atividade, destacando as principais trilhas e combinação de roteiros, além de dicas e informações variadas. O guia está estruturado de forma que agrupa as trilhas entre "Short Walks: 30 minutos a 3 horas" - de fácil acesso e indicada para todas as idades, inclui imperdíveis pontos turísticos do local, sendo algumas acessíveis a cadeira de rodas e carrinhos de bebê; "Day Hikes: 3 a 8 horas" - de fácil acesso e bem estruturadas, porém requerem um nível maior de esforço físico; "Multi-Day Hikes: 2 a 6 dias" - com pernoite e possibilidade de realizar com ou sem guia, passa por variadas paisagens.

Cada experiência é descrita no guia de forma a fornecer ao visitante as principais características da trilha e o que esperar de cada passeio, bem como informações como duração, extensão, nível de dificuldade e forma de acesso. Ao lado há exemplos que foram retirados do próprio guia, disponível no site (<https://www.newzealand.com/br/walking-and-hiking/>), ilustrando o exposto.

Ainda, a cultura Maori, povos originários da Nova Zelândia, é presente no país e destaca-se dentro da diversidade cultural que compõe a população local. Algumas vilas tradicionais podem ser visitadas e fazem parte dos roteiros turísticos, oferecendo atrações como apresentações de dança e música, gastronomia típica, museus e artesanato.

NEW ZEALAND WALKING GUIDE | DAY HIKES

TONGARIRO ALPINE CROSSING

The finest day walk in Middle-earth.

Often touted as one of the world's greatest day walks, the Tongariro Alpine Crossing traverses a volcanic landscape so striking it had a starring role in the *Lord of the Rings* trilogy.

The crossing takes walkers past two active volcanoes, fumaroles, giant lava fields, a bright red crater and emerald-green lakes, it's like a crazy geology field trip with a whole lot of exercise and plenty of photo ops. The big bonus is mind-blowing views extending across Lake Taupō and around the volcanic plateau.

This is a long day's walk that should only be attempted in good weather. Proper hiking boots and warm, wet-weather gear are essential, even in summer.

On guided trips with expert local operators it is possible to complete the Alpine Crossing in winter when the landscape is spectacularly cloaked in snow.

- 7 - 8 hrs
 - 19km/12mi
 - Advanced
 - October - April
 - Bookings not required
 - Guided hikes available
- GETTING THERE**
- 45 mins to Taupō from Auckland
 - 1 hr 30 mins from Taupō
 - 1 hr from Ohakune



Nearby Attractions • Ohakune • Whakapapa • Lake Taupō • Whanganui National Park



NEW ZEALAND WALKING GUIDE | DAY HIKES

CAPE KIDNAPPERS WALKING TRACK

A captivating gannet colony tops off this beach walk to the tip of the cape.

This wonderful Hawke's Bay walkway follows the beach below towering cliffs for most of the way before climbing up to the tip of the cape. Along the way, all sorts of strange geological sights are revealed in rock layered with stone, gravel, pumice and silt. Petrified wood and lignite, fossilised shells can also be seen, along with fragmented fault and tilt lines that reveal New Zealand's slow-motion rise out of the sea.

The Cape is a bird-lovers' delight. Species include the white-fronted tern/tara, variable oyster catcher/tōrea, reef heron/matuku waitai, Caspian tern/taranui and little blue penguin/kororā, but the gannet is king of the castle here. Australasia's largest mainland colony sits on the tip of the cape - their raucous squawking, preening and flapping is very entertaining.

This walk is only accessible at low tide, while early November to late February is the best time for gannet activity.

- 5 hours
 - 19km/12mi
 - Intermediate
 - All seasons
 - Bookings not required
- GETTING THERE**
- 30 mins from Napier
 - 3 hrs 10 mins from Rotorua



Nearby Attractions • Te Mata Peak • Hawke's Bay wineries • Art deco Napier

NEW ZEALAND WALKING GUIDE | SHORT WALKS

CAPE FOULWIND WALKWAY

Ocean and mountain panoramas are just the start of the story on this dramatic coastal walkway.

This headland is rich in human and natural history, retold in interpretation panels along the bluff-top pathway. Walk it in either direction between Tauranga Bay or Lighthouse Road, or turn back at the iconic lighthouse. Near Tauranga Bay, a colony of fur seals lazes around on the rocks.

- 1 hr 15 mins
 - 3.4 km/2.1 mi
 - Easy
- GETTING THERE**
- 15 mins from Westport
 - 1 hr 30 mins from Greymouth



DEVIL'S PUNCHBOWL WALKING TRACK

Refresh your senses under the superfine spray of a powerful cascade.

Arthur's Pass National Park's classic short walk leads you across the broad Bealey River by footbridge before plunging you into lush native forest and onwards to varying viewpoints of the 131m high Devil's Punchbowl - one of New Zealand's most stunning waterfalls.

- 1 hr
 - 2 km/1.2mi
 - Easy
- GETTING THERE**
- 2 hrs from Christchurch
 - 2 hr 30 mins from Christchurch via TransAlpine



NEW ZEALAND WALKING GUIDE | GREAT WALKS

HEAPHY TRACK

Amazing natural history meets mesmerising scenery on this crossing of Kahurangi National Park.

This splendid journey retraces the steps of Māori pounamu (greenstone) gatherers and pioneer gold prospectors between Golden Bay and the West Coast.

The Heaphy Track boasts the widest range of scenery of any Great Walk - from rugged mountains and tussock-covered downs, to densely forested river valleys and wild West Coast beaches fringed with spiky nikau palms. There's some weird and wonderful wildlife in the midst, including great spotted kiwi (roa) roaming the Goulard Downs, weta creeping around limestone caves, and giant carnivorous snails slithering through beech forest.

By road, the end of the track near Karamea back to the start is a whopping 463 km. A scenic flight back to Golden Bay or Nelson is a quicker and highly memorable way to finish the hike.

- 4 - 6 days
 - 78km/49 mi
 - Intermediate
 - All seasons
 - Bookings required
 - Guided hikes available
- GETTING THERE**
- 50 mins to Nelson from Christchurch and Wellington
 - 2 hrs 30 mins from Nelson
 - 2 hrs 30 mins from Westport



Exemplos de rotas "Day Hike", "Short Walks" e "Multi-Day Hikes", respectivamente. Fonte: New Zealand Walking Guide - site newzealand.



3.2.3.3. FERNANDO DE NORONHA



Baía dos Porcos, "cartão postal" do arquipélago com vista para o Morro Dois Irmãos e dotada de piscinas naturais para observação da vida marinha. Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/baia-dos-porcos/>

O Arquipélago de Fernando de Noronha compreende 21 ilhas de origem vulcânica, sendo que a ilha principal possui uma área de 17 km², à 545 km da costa pernambucana. É um importante foco de diversidade e riqueza biológica, de grande relevância e singularidade para a conservação marinha. Possui 3500 habitantes e o turismo é desenvolvido de forma sustentável.

O Arquipélago é protegido por duas Unidades de Conservação (UC) Federais: O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR FN) e a Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha-Rocas-São Pedro e São Paulo (APA FN). O PARNAMAR foi criado em 1988, com o objetivo de proteger os ecossistemas marinhos e terrestres, valorizar e preservar os ambientes naturais e de beleza cênica local. Ocupa uma área correspondente a 70% dos territórios da ilha principal e demais ilhas do arquipélago.

Considerado um **santuário** para muitas espécies, onde é possível observar uma expressiva biodiversidade e um **refúgio para diversos grupos ameaçados de extinção**, o Parque é reconhecido e tombado pela UNESCO como **Patrimônio Natural Mundial da Humanidade** desde 2001, além de ser um Sítio RAMSAR, que congrega as áreas úmidas mais representativas do planeta.

A gestão ambiental do arquipélago é realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a gestão dos serviços públicos são de responsabilidade do Governo de Pernambuco. A prestação de serviços de apoio à visitação pública e cobrança de ingressos no PARNAMAR é realizada pela empresa EcoNoronha, concessionária pertencente ao Grupo Cataratas do Iguazu S.A.

VISITAÇÃO

Por ser um dos santuários ecológicos mais importantes do mundo, a visitação na ilha requer algumas condições, visando o **equilíbrio** entre os impactos gerados pela visitação e a preservação biológica do local. Além do controle da visitação por meio de **agendamento nos atrativos, horários de visitação e limite diário de capacidade**, há o pagamento de **taxas ambientais** o qual contribui para o controle populacional da ilha; preservação do patrimônio ambiental e histórico; contenção dos impactos ao ecossistema; manutenção dos estudos científicos e biológicos; educação e conscientização sobre turismo ecológico.

O valor da Taxa de Preservação Ambiental (TPA) é correspondente à quantidade de dias que o turista fica na ilha. Para um dia, por exemplos, são cobrados R\$ 73,52 e para cinco dias, R\$ 361,71 (valores de 2019). Além desta, há a taxa para acesso ao Parque Nacional Marinho (R\$ 106,00 para brasileiros e R\$ 212,00 para estrangeiros, em 2019) a qual não é obrigatória – porém, o parque abriga os principais atrativos da ilha e passeios de trilha ou barco. O bilhete é válido por dez dias.

Mesmo com as taxas e o elevado valor da viagem como um todo (taxas, passagens aéreas, hospedagem, alimentação, passeio, etc), em 2018 o arquipélago registrou um recorde de visitantes, chegando a 103 mil pessoas no ano. No entanto, o estudo mais recente da capacidade de carga do parque foi realizado em 2009, apontando como limite máximo de 89 mil turistas por ano.

A ilha oferece diversos atrativos e atividades: banho em **piscinas naturais, banho de praia, trilhas, observação de golfinhos, aves e outros animais, observação de desova de tartarugas, mergulho, ruínas e sítios históricos**, dentre outros.

Há diversos atrativos que requerem a contratação de um passeio e/ou condutor autorizado, além do agendamento prévio. São diversos os roteiros e passeios, com opções de diferentes características e durações. O passeio "Ilhatour", por exemplo, oferece um **tour com duração de um dia inteiro**, levando às principais atrações da ilha incluindo praias, piscinas naturais, pontos históricos e mirantes. Há os passeios para realização de mergulho, incluindo **mergulho autônomo** e o "**mergulho de batismo**", para iniciantes, além do "**Planasub**", onde o visitante mergulha segurando uma prancha que é mantida presa a um barco através de um cabo de aproximadamente 5 metros. Também há **passeios de barco**, com paradas para mergulho e contemplação da paisagem, fauna e pôr-do-sol. Trilhas guiadas passam por diversos pontos para contemplação, banho e visitação do sítio histórico de Fernando de Noronha.

No site do PARNAMAR (www.parnanoronha.com.br) há informação sobre os atrativos tanto do Parque como da APA, bem como informações e notícias sobre a região, dicas para planejamento da viagem, bem como acesso às regras do Parque e ao **sistema de agendamento dos atrativos e compra de ingressos online**. Ainda, há uma **lista com nome e contato dos condutores autorizados**.

O pagamento da taxa TPA também pode ser realizado online através do site oficial do governo (<http://www.noronha.pe.gov.br/turPreservacao.php>).



Expedição de Canoa, Circuito Mar de Dentro e Planasub, realizados por agência de viagens local. Fonte: <https://www.atalaianoronha.com.bcom.br/atracao/baia-dos-porcos/>



Praias e Atrativos Naturais. Fonte: <http://www.noronha.pe.gov.br/>

Morro São José	16 vagas
Abreu	24 vagas
Pontinha-Caieira	40 vagas
Atalaia	96 vagas (pode variar)
Capim-Açu	40 vagas

Atrativos que necessitam agendamento. Limite de acesso em função da fragilidade do meio ambiente e das condições da maré. Fonte: <https://www.parnanoronha.com.br/single-post/2017/08/11/Agendamento>



3.2.3.4. AÇORES

Paisagem protegida da Bacia das Sete Cidades. Fonte: <https://www.visitazores.com/pt>

O Arquipélago dos Açores é composto por **nove ilhas de origem vulcânica**, dispersas no Oceano Atlântico ao longo de uma faixa de 600 km de extensão. O território insular possui 2325 km², distante 1600 km do continente europeu. Possui 246.772 habitantes (dados de 2011). As 9 ilhas são divididas em três grupos, conforme tabela ao lado, destacando as peculiaridades de cada ilha.

No site oficial (<https://www.visitazores.com/pt>) é possível acessar as diferentes experiências que podem ser realizadas em todo o arquipélago, relacionando também sua ocorrência em cada ilha. Dentre as experiências e atividades oferecidas, destacam-se a **canoagem**, tanto em lagoas quanto em mar aberto; **rotas de bicicleta** pelas ilhas; **geoturismo**, voltado à visitação e interpretação das riquezas geológicas e vulcões (ver adiante); **voos de parapente**, sendo a Ilha de São Miguel considerada um dos 60 lugares mais belos para voo livre; banho nas **piscinas naturais de águas termais**; **turismo rural** (hospedagem em casas rurais); dentre outros.

O site também fornece informações detalhadas sobre os locais a visitar, bem como dicas para planejamento da viagem, com indicações de hospedagem e meios de transporte para acesso, conexão e deslocamento nas ilhas.

GEOPARQUE

Contando com 1766 vulcões, 9 dos quais ainda ativos, o arquipélago reflete uma memória geológica de 10 milhões de anos. O **Geoparque dos Açores** nasce dessa riqueza natural, integrado na Rede Europeia e Global de Geoparques desde 2013, o qual visa proteger o **patrimônio geológico** desse arquipélago. São mais de 120 geossítios - há centenas de **cavidades vulcânicas no subsolo, caldeiras secas, lagoas em crateras e nascentes termais** na paisagem, além de **fontes geotermiais** submarinas.

A Associação do Geoparque dos Açores criou serviços, rotas e produtos interpretativos, implementando geoturismo de qualidade na região, com rotas associadas às atividades de ecoturismo realizadas nas ilhas, destacando-se a **Rota das Cavidades Vulcânicas**, explorando o mundo subterrâneo das ilhas; e a **Rota do Termalismo**, aproveitando as propriedades terapêuticas das águas e lamas termais. A visitação nas grutas e algares deve ser feita mediante o acompanhamento de condutores autorizados.

GRUPO ORIENTE

ILHA DE SANTA MARIA	Estância Balnear: Praias de areia clara, Piscinas Naturais; Vinhedos, Fósseis	Surf, Windsurf, Esqui Aquático, Vela, Passeio de Barco, Mergulho, Pesca, Parapente, Etc.	
---------------------	--	--	--

SÃO MIGUEL	Maior Ilha do Arquipélago: Infraestrutura e Serviços Turísticos; Lagoas das Sete Cidades, Gêiseres e Águas Termais	Trilhas, Rotas de Bicicleta, Cavalgada, Campos de Golfe, Quadriciclo, Parapente, Canoagem, Mergulho, Pesca, Esportes Náuticos, Balneários Termais, Etc.	
------------	---	---	--

GRUPO CENTRAL

TERCEIRA	História e Cultura: Angra do Heroísmo - Patrimônio Mundial da Humanidade; Festividades	Surf, Bodyboard, Windsurf, Esqui Aquático, Mota de Água, Bóias Rebocáveis, Vela, Caiaque, Parque Arqueológico Subaquático, Espeleologia, Escalada, Parapente, Trilhas, Etc.	
----------	---	---	--

SÃO JORGE	Natureza Vulcânica: Fajãs; Queijo Artesanal	Mergulho, Pesca, Caiaque, Vela, Esportes Náuticos, Trilhas, Rotas de Bicicleta, Canyoning, Escalada, Espeleologia, Etc.	
-----------	--	---	--

PICO	Vinicultura e Cetáceos: Montanha Vulcânica; Paisagem da Cultura da Vinha; Observação Baleias	Observação Cetáceos, Vela, Caiaque, Passeio de Barco, Mergulho, Banho, Subida ao Pico, Espeleologia, Trilhas, Rotas de Bicicleta, Cavalgada, Etc.	
------	--	---	--

FAIAL	Forte Ligação com o Mar: Marina da Horta; Vulcão dos Capelinhos	Banho, Atividades Náuticas, Observação de Fauna Marinha, Caiaque, Vela, Windsurf, Remo, Pesca, Trilhas, Rotas de Bicicleta, Etc.	
-------	--	--	--

GRACIOSA	Ilha Branca: Cones Vulcânicos; Moinhos de Vento; Balneário Termal	Mergulho, Pesca, Caiaque, Barco, Remo, Vela, Windsurf, Banhos Termais, Trilhas, Rotas de Bicicleta, Cavalgada, Visita às Cavidades Vulcânicas, Etc.	
----------	---	---	--

GRUPO OCIDENTAL

ILHA DAS FLORES	Águas: Cascatas Naturais; Orla Costeira Grande e Diversa	Passeio de Barco, Banho nas Piscinas e Cascatas Naturais, Mergulho, Observação Cetáceos, Pesca, Canyoning, Turismo Rural (Aldeia), Etc.	
-----------------	---	---	--

CORVO	Observação de Aves: Caldeira Central - Biodiversidade	Observação de Fauna, Mergulho, Passeio de Barco, Trilhas, Rotas de Bicicleta, Etc.	
-------	---	--	--



3.2.3.5. ILHAS MAURICIO



Ilhas Maurício - "Cachoeira Submersa". Fonte: Cause We Travel / Twitter

O Padrão sobre Turismo Sustentável das Ilhas Maurício (MS 165:2019) foi desenvolvido para orientar o desenvolvimento sustentável da indústria do turismo nas ilhas, sendo reconhecido em 2019 pelo Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC). O foco do documento é atender aos requisitos dos impactos ambientais e seus efeitos nos recursos naturais e ecossistemas da ilha, bem como aos impactos socioculturais que afetam as comunidades locais, estrutura social e cultural, bem como os impactos econômicos classificados como diretos, indiretos ou induzidos. Estes requisitos devem ser medidos, monitorados e avaliados para melhoria contínua da sustentabilidade da indústria do turismo nas ilhas.

Localizadas na costa da África, no Oceano Índico, as Ilhas Maurício são conhecidas por seus quilômetros de areia branca e águas de cor azul-turquesa, além do cenário de montanhas vulcânicas. A cultura da ilha é bastante diversa, abarcando etnias variadas, o que confere uma riqueza cultural e a oportunidade de conhecer templos e arquiteturas diversas, artesanato e gastronomia típica. Dessa forma, as atividades oferecidas variam desde passeios relacionados às praias e ao mar, passando pelas trilhas por montanhas e atividades de aventura até visitas às cidades, centros comerciais, museus, dentre outros.

Uma iniciativa relevante realizada nas ilhas oferece um exemplo concreto que Cabo Verde poderia buscar para consolidar um desenvolvimento sustentável do turismo, voltado para conter o impacto ambiental e externalidades negativas do turismo. Trata-se da agência de viagens Mauritius Conscious, voltada ao desenvolvimento do turismo sustentável. Os fundadores da empresa estabeleceram o "Conscious Travel Assessment", uma ferramenta de certificação que avalia os operadores turísticos (fornecedores de acomodações e atividades) usando 12 critérios que cobrem aspectos ambientais, econômicos, sociais e éticos para confirmar sua conformidade com os padrões de turismo sustentável - ajudando organizações e consumidores a realizar escolhas mais conscientes para realizar uma viagem responsável. A avaliação é projetada com base nos padrões universais do Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC).

As viagens planejadas pela empresa se comprometem a oferecer produtos ligados diretamente à cultura, patrimônio e história das Ilhas Maurício; no mínimo 15% da receita gerada é destinado a microempresas ou ONGs locais; promovem uma rede de colaboração composta por pelo menos 80% das pequenas e médias empresas (máximo de 250 funcionários), criadas de forma independente e administradas pela comunidade local; além de oferecer alternativas "CO2-free", como parte do plano de compensação de carbono, o qual utiliza créditos de carbono para apoiar e acelerar tecnologias de baixo carbono nas Ilhas - para tanto, todas as viagens realizadas pela agência incluem sua compensação de pegada de CO2, sendo inclusa no valor do pacote final (cerca de 1 a 2 % do valor total). Ainda, os viajantes podem se envolver em atividades práticas em torno do reflorestamento de florestas endêmicas, permacultura, agricultura orgânica e limpeza de lixo em áreas naturais. Dentro de seus compromissos, a agência estabelece uma relação de respeito ao bem-estar animal, de forma que descarta e não oferece atividades como visita ao parque de crocodilos, caminhadas com leões, safari e mergulho com golfinhos, atividades bastante vendidas pelas demais operadoras de turismo na ilha.

Dentre as atividades oferecidas nos pacotes da agência, destaca-se a hospedagem em bangalôs e autênticas estadias em casas tradicionais - todas avaliadas mediante os critérios de sustentabilidade; experiências de paragliding, escalada e atividades de aventura como tirolesa, canyoning e trekking no rio; atividades culturais nas ilhas de pescadores, plantações de cana e centro histórico da capital; aulas de música - de Ravanne, principal instrumento usado na música Sega das Ilhas; imersão com os artesãos; kaiake pelas cavernas; dentre outros.



Paragliding, Reunion Island. Fonte: <https://www.mauritiusconscious.com>



HomeStay em Reunion Island. Fonte: <https://www.mauritiusconscious.com>



Vivência sobre Sega e Ravanne. Fonte: <https://www.mauritiusconscious.com>

INSPIRATIONS FOR YOUR TRIP

All trips are CO2 compensated and include small-scale accommodation, authentic experiences and car hire

<p>The adventurous side of Mauritius Nature & adventure getaway 10 nights as from €1,252 pp</p>	<p>Romantic Escape to Mauritius Cultural & natural immersions 13 nights as from €2,636 pp</p>	<p>15 Days Reunion & Mauritius Island hopping the Indian Ocean Adventures off the tourist track 14 nights as from €1,965 pp</p>	<p>A week break in Rodrigues Pristine beaches and relaxation 6 nights as from €975 pp</p>
--	--	--	--

Exemplo de pacotes oferecidos pela agência. Fonte: <https://www.mauritiusconscious.com>



3.2.3.6. CONSIDERAÇÕES

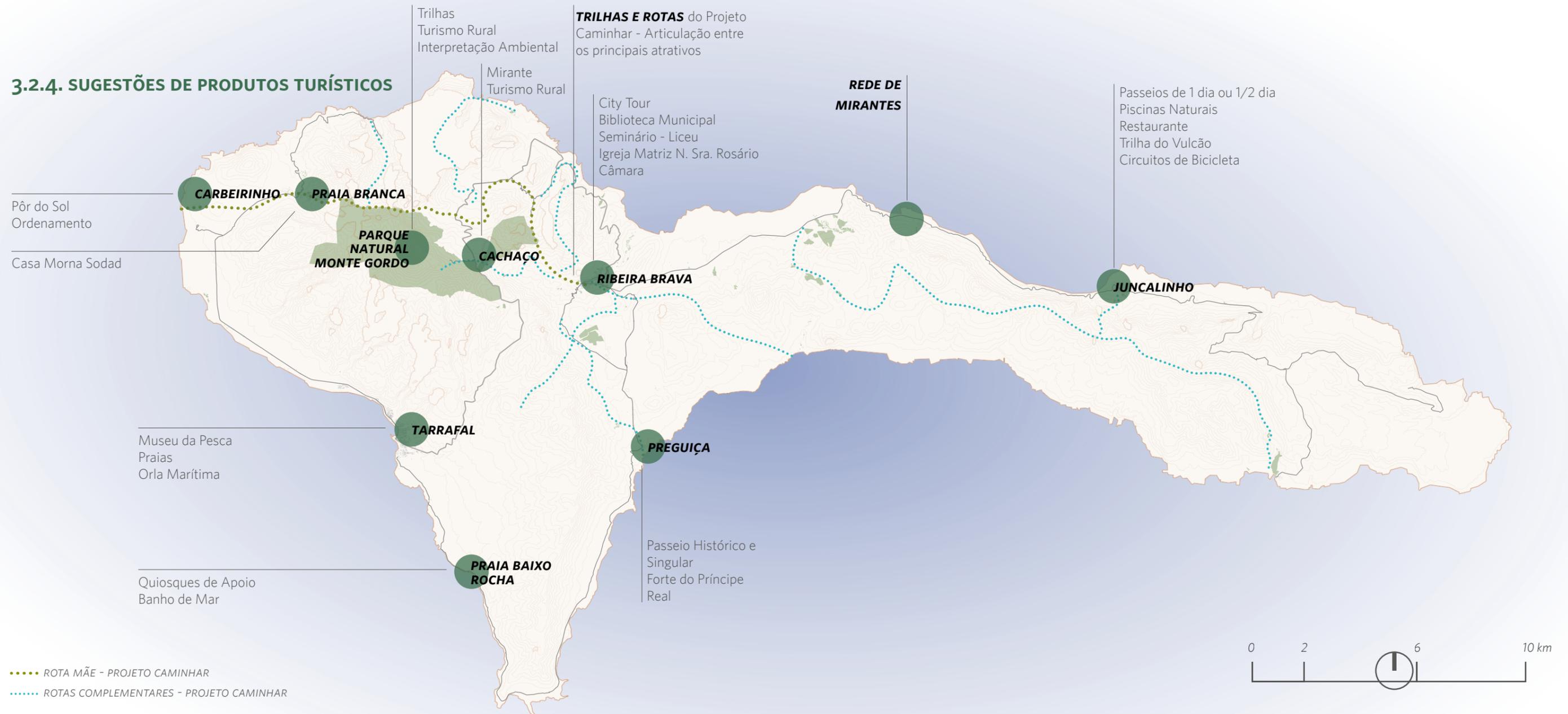
A tabela a seguir sintetiza alguns pontos chave analisados nos estudos de benchmarking apresentados anteriormente, apontando as características similares dos destinos estudados com relação à Ilha de São Nicolau, bem como os principais destaques observados que por sua vez apontam referências para a Ilha relativas a modelos de gestão, ordenamento e configuração dos atrativos e atividades, suportes e sistemas de apoio ao visitante, dentre outros.

	PRINCIPAIS SIMILARIDADES À ILHA DE SÃO NICOLAU	DESTAQUES	REFERÊNCIAS PARA SÃO NICOLAU
COSTA RICA	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecido como Destino de Natureza; - Diversidade de Áreas Protegidas; - Atrativos são agrupados por segmentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Pioneiro no Ecoturismo; - Investimento Público nos Parques Nacionais e Áreas Protegidas; - Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); - Certificação para Sustentabilidade Turística; - Site oficial bem estruturado, com descrição extensa sobre os atrativos, roteiros e informações para planejamento da viagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas e incentivos do Governo que priorizam parâmetros sustentabilidade; - Ecoturismo como ferramenta para financiar áreas protegidas;
NOVA ZELÂNDIA	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de paisagens: praias, montanhas, áreas rurais, vales, florestas, etc.; - Diversidade Cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Campanha de Marca de Destino consolidada e bem conceituada; - Roteiros Variados - Diversidade de Tipos de Trilhas e Caminhadas - Guia de Trilhas 	<ul style="list-style-type: none"> - Marketing e Promoção do destino ; - Ênfase nas experiências ofertadas por cada roteiro; - Clareza na caracterização e informação sobre os diversos atrativos, compondo um vasto "cardápio" de atividades; - Envolvimento das comunidades tradicionais nos roteiros turísticos.
FERNANDO DE NORONHA	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade e Riqueza Biológica 	<ul style="list-style-type: none"> - Arquipélago inteiramente protegido como Unidade de Conservação; - Serviços de apoio à visitação pública / cobrança de ingressos: parceria público privada; 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do patrimônio natural; - Controle da visitação: limitação e capacidade de suporte nos atrativos;

		<ul style="list-style-type: none"> - Controle de visitação por meio de agendamento nos atrativos, horários de visitação, limite diário de capacidade; - Pagamento obrigatório de taxas ambientais pelos visitantes; - Site oficial bem estruturado: além de descrição e informações sobre os atrativos, disponibiliza o contato dos condutores autorizados e permite pagamento online das taxas, bem como agendamento dos atrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cobrança de taxas ambientais (revertidas para preservação, conservação, pesquisa e manutenção); - Sistemas e plataformas online para agendamento de atrativos, contratação de guias, roteiros e pacotes, etc.
AÇORES	<ul style="list-style-type: none"> - Arquipélago formado por ilhas de origem vulcânica; - Características distintas entre as ilhas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Geoparque em todo o território, refletindo a memória geológica de 10 milhões de anos; - Geoturismo com rotas associadas às diversas atividades de ecoturismo; - Site oficial bem estruturado, associando a ocorrência de atividades em cada ilha; - Diversidade de atividades relacionadas ao turismo náutico e pesca 	<ul style="list-style-type: none"> - Geoparque valoriza o patrimônio geológico e a rica geodiversidade no arquipélago; - Sistemas e plataformas online para auxílio no planejamento da viagem; - Atividades e Roteiros náuticos como nas Ilhas de Santa Maria, Faial, Pico e Flores (passeios de barco, observação de cetáceos, pesca esportiva, esportes náuticos, etc);
ILHAS MAURÍCIO	<ul style="list-style-type: none"> - Arquipélago formado por ilhas de origem vulcânica; - Diversidade e Riqueza Biológica 	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativa privada (agência de viagens Mauritius Conscious) que estabelece uma rede fortalecendo o desenvolvimento de um turismo mais consciente na ilha, com menor impacto ambiental, envolvendo a população local, respeitando os ecossistemas e gerando recursos para investimento no desenvolvimento de um turismo mais sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas públicas e privadas buscando fortalecer e priorizar o turismo consciente, desenvolvendo estratégias e ferramentas que, combinadas a outras ações, possam concretizar transformações voltadas ao desenvolvimento de um turismo mais sustentável.



3.2.4. SUGESTÕES DE PRODUTOS TURÍSTICOS



TARRAFAL
Estruturação da orla marítima e fortalecimento das estruturas existentes, como o Museu da Pesca



PREGUIÇA
Valorização dos elementos históricos e estruturação de passeios interpretativos.



CACHAÇO
Incentivo ao turismo rural e experiências de visita relacionadas às atividades produtivas.



REDE DE MIRANTES
Pontos estruturados para contemplação das vistas, dotados de sinalização interpretativa.



JUNCALINHO
Estruturação de serviço de alimentação com vista para o mar e diversificação de atividades, como a trilha até o vulcão.



4. PROPOSTAS

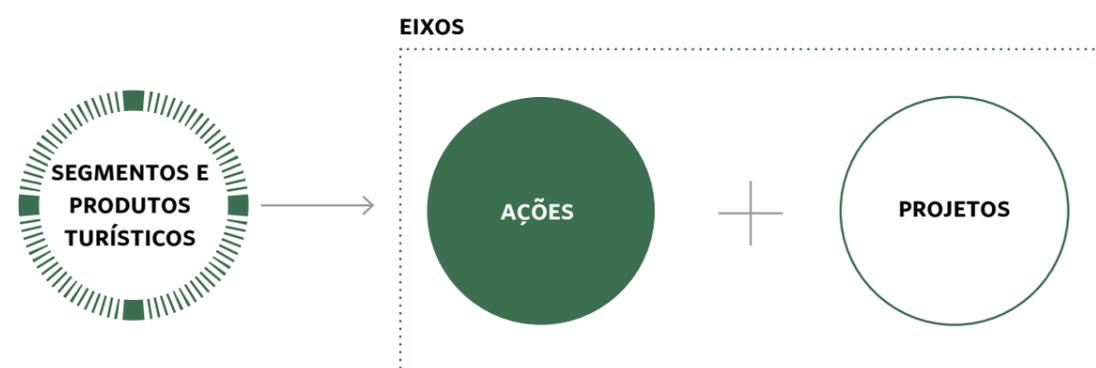
São Nicolau apresenta grande potencial para se desenvolver com um destino de turismo diversificado e atrativo, mas para isso é necessário vencer alguns desafios que tem limitado seu desenvolvimento e que tocam temáticas diversas, seja de transporte, como melhorias na estruturação de seus recursos e produtos turísticos. Durante o diagnóstico da ilha foram analisados diversos aspectos que tocam o desenvolvimento turístico do local, identificando as demandas suprimidas e que deverão ser atendidas ao longo da implementação do Master Plan. Estas têm como intenção melhorar o suporte ao turismo da ilha, agregando maior valor e atratividade ao destino. Algumas demandas são de ordem nacional, sendo necessário o envolvimento de diversas instâncias governamentais, além do apoio do setor privado; e outras são locais, dependendo das Câmaras Municipais e instituições locais. Sendo assim, é essencial que o Governo concentre esforços em favor da ilha, que além dos benefícios locais, resultará em impactos positivos ao país.

Este momento, portanto, se apresenta como uma oportunidade de planejar a curto, médio e longo prazo o que se deseja para São Nicolau, estabelecendo as atividades prioritárias para o desenvolvimento turístico de maneira sustentável e coerente com as necessidades da ilha. Estas atividades são apresentadas por meio de propostas, que estão organizadas em **eixos temáticos** que abrangem os principais aspectos que precisam ser trabalhados na ilha. Os eixos indicam as **ações** e os **projetos**, sendo:

- **Ações:** são as atividades de caráter estruturante, com intuito de criar o suporte técnico, político e gerencial para a sustentabilidade do desenvolvimento da ilha. Encontram-se, sobretudo, na esfera do aperfeiçoamento da gestão, ações de capacitação, desenvolvimento de programas públicos e melhoria da infraestrutura básica e tem como intuito assegurar a eficiência, a efetividade e dar sustentação ao turismo da ilha. São necessárias, portanto, para que a visão de futuro se concretize, mas não requerem um desenvolvimento ou aprofundamento maior na conjuntura do Master Plan de Turismo, pois se relacionam a outras temáticas, instâncias e planos.
- **Projetos:** são os responsáveis por estruturar a visão de futuro que se busca para a Ilha, abordando temas do turismo ou fortemente vinculados a ele. Apresentam, de maneira detalhada, o que está sendo proposto para o fortalecimento do destino turístico, demonstrando a viabilidade e os meios de serem efetivamente implementados.

As propostas (tanto as ações quanto os projetos) foram definidas a partir análise do diagnóstico; da visita de campo; das reuniões com a equipe da UGPE e atores locais; da leitura dos documentos disponibilizados; e da viabilidade de implementação. Tiveram como base o conceito de turismo que se deseja para a ilha, como demonstrado no capítulo anterior - visão de futuro - por meio das diretrizes para o desenvolvimento do turismo; e segmentos e produtos turísticos potenciais. Dessa maneira, a identificação de cada ação e de cada projeto foi sendo confrontada com os objetivos estabelecidos no conceito, visando a construção de um plano coerente e assertivo, tendo em vista as peculiaridades do turismo da ilha.

Estruturação das propostas



EIXOS TEMÁTICOS

Para a construção de um destino turístico de sucesso, diversos pontos devem ser observados, tais como seus acessos, atrativos disponíveis (naturais, culturais, históricos), atividades potenciais e a infraestrutura existente, incluindo desde a sinalização para o turista até a energia elétrica e os meios de transporte disponíveis. A existência e a qualidade destes diferentes aspectos influenciam em muito o desenvolvimento do turismo em um lugar e, portanto, devem ser trabalhados para a melhor estruturação de um destino.

Considerando esta diversidade, as propostas presentes neste Master Plan de Turismo foram organizadas em **eixos temáticos** que abrangem os principais aspectos que precisam ser trabalhados em São Nicolau. São eles:



GOVERNANÇA: está relacionado com a organização, planejamento e gestão compartilhada do destino turístico.

PROMOÇÃO DO TURISMO: está voltado para apoiar a divulgação e o incentivo à visitação junto aos turistas e parceiros comerciais.

CAPACITAÇÃO: está voltado para compartilhar aprendizados, trocar experiências, fomentar a criação de negócios e o fortalecimento das cadeias produtivas do turismo

CULTURA & IDENTIDADE: envolve as questões que precisam ser trabalhadas para o fortalecimento da cultura e das características próprias e distintas de Cabo Verde e da ilha.

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: visa a conservação do meio ambiente e da biodiversidade da ilha, prevendo ações que utiliza os recursos naturais e implanta infraestruturas de forma responsável e consciente para que sejam minimizados impactos negativos na visitação do território.

INFRAESTRUTURA TURÍSTICA: está relacionado a iniciativas variadas de cooperação, fomento, tecnologias e intervenções que incorporam valor agregado e ambiente favorável para o desenvolvimento do turismo no território. Tocam temas de infraestrutura e equipamentos urbanos diretamente relacionados às atividades turísticas, edificações de uso público destinadas a atividades indutoras de turismo, conjuntos históricos, entre outros.

TRANSPORTE: envolve questões que precisam se desenvolver em termos de acesso e mobilidade no país e na ilha, abrangendo sistema aéreo, marítimo, viário e de transporte público.

INFRAESTRUTURA BÁSICA: abrange ações nas temáticas de saneamento, tratamento de água, resíduos sólidos, energia elétrica, infraestruturas que são essenciais para o desenvolvimento do turismo.

SEGURANÇA: envolve ações destinadas a evitar e minimizar casos de emergência e de acidentes, além de criar mecanismos de suporte caso ocorram. São consideradas também ações para garantir a sensação de segurança no destino turístico.



AÇÕES

As ações demonstram, de maneira sucinta, quais são as atividades de caráter estruturante que precisam ser realizadas a curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento do turismo em São Nicolau. São apresentadas por meio de tabelas com as seguintes informações:

- **Código** da ação, que estará presente em outras partes do documento, facilitando a leitura transversal entre as ações, os projetos e o plano de ação do Master Plan;
- Principais **objetivos**;
- **Cenário de implantação**, podendo ser de curto prazo (0-3 anos), médio prazo (3-5 anos) e longo prazo (5-10 anos), a depender da urgência e da facilidade de implementação;
- **Responsável pela implementação** da ação, relacionando os agentes encarregados por estruturar ou provocar a realização da ação junto às demais entidades que poderão estar envolvidas;
- **Entidades envolvidas**, representam os atores de apoio, que são aqueles que desempenham um papel de suporte para o desenvolvimento e/ou implementação da ação. Exemplos de atores de apoio são autarquias do governo e empresas públicas que possuem uma área de atuação semelhante a da ação proposta, podendo contribuir para a sua estruturação.

O conjunto das ações propostas, envolvendo temáticas e cenários distintos, visa proporcionar um turismo de qualidade, diversificado e seguro, com a intenção de transformar a ilha em um destino turístico atrativo e competitivo no mercado interno e internacional.

PROJETOS

O Master Plan de Turismo visa a proposição de projetos factíveis, cuja implantação garanta que seus objetivos finais, o desenvolvimento sustentável do turismo em São Nicolau, sejam alcançados. Cada projeto visa definir de forma clara e objetiva as atividades envolvidas por meio de referências e propostas, além de seu modelo de implantação, modelo de gestão e os responsáveis por sua estruturação e implementação. Dessa forma, se garante a sua viabilidade e criam-se as condições para a sua futura implantação e monitoramento através da pressão da sociedade civil e atores envolvidos.

Existem projetos que na prática envolverão diversos estudos e programas correlacionados por conta de sua complexidade e ações envolvidas. Neste sentido, é importante realizar o planeamento adequado para o cumprimento das propostas do plano, articulando os envolvidos com antecedência.

Os projetos são apresentados por meio de fichas que abordam diferentes informações, demonstrando sua estruturação enquanto projeto:

- **Código** do projeto, que estará presente em outras partes do documento, facilitando a leitura transversal entre projetos, ações e plano de ação;
- **Cenário de implantação**, podendo ser de curto prazo (0-3 anos), médio prazo (3-5 anos) e longo prazo (5-10 anos), a depender da urgência e da facilidade de implementação;
- Principais **objetivos** a serem alcançados com a sua implantação;
- Síntese da **proposta**;

- **Responsável pela estruturação do projeto** apresenta proposta dos atores responsáveis por estruturar ou provocar a realização do projeto, mesmo que não seja responsável por sua implantação e gestão. Um projeto que pode ser implantado por meio de uma Parceria Público Privada, por exemplo, depende da atuação do Governo, que terá o papel de estruturar a parceria, enquanto a implantação das infraestruturas fica a cargo da iniciativa privada;
- **Modelo de implantação**, se refere ao modelo de implantação e/ou financiamento do projeto, que poderá ser por meio do orçamento do Estado, financiamentos externos para projetos específicos, Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo, Incentivos fiscais a nível do setor turístico, iniciativa privada, parceria público privada e terceiro setor.
- **Responsável pela Gestão**, propõe o ator responsável pela gestão do território ou espaço criado pelo projeto. Se aplica, principalmente, em projetos que envolvem intervenções físicas que necessitam de gestão e monitoramentos futuros. Os atores poderão ser o Estado, a iniciativa privada ou o terceiro setor.
- **Entidades envolvidas** apresentam os atores de apoio, que desempenham um papel de suporte para o desenvolvimento e/ou implantação dos projetos. Exemplos de atores de apoio são autarquias do governo e empresas públicas que possuem uma área de atuação semelhante a do projeto que está sendo proposto, podendo contribuir para a sua estruturação.
- **Estimativa orçamentária preliminar** dos projetos, que contribuirá para compreensão do volume de investimento necessário para a implantação dos projetos e a análise da sua viabilidade econômica. **Este item será apresentado na etapa seguinte do trabalho, no Master Plan Final**, quando os projetos terão sido discutidos e revisados junto ao cliente e atores envolvidos.

Destaca-se que nem todos os eixos temáticos receberam projetos, mas apenas ações, por envolverem questões de cunho estruturante. Alguns também não receberam ações, somente projetos por requererem intervenções físicas, mais voltadas ao desenvolvimento do turismo.

A seguir é apresentada a lista completa dos projetos que estão sendo propostos de acordo com os eixos temáticos:



4.1. GOVERNANÇA

AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS	CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.G1	Fortalecer e Apoiar a Associação de Turismo da ilha (SN Turismo), responsável pelo desenvolvimento e valorização do turismo no local.	Fortalecer as associações locais, que melhor conhecem os desafios e oportunidades da ilha e que conseguem interagir com os diversos setores envolvidos no desenvolvimento do turismo	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde, Conselho Nacional de Turismo, Terceiro Setor
A.G2	Incentivar a criação de uma Associação de Artesões na ilha, que seja responsável pelo desenvolvimento e valorização do artesanato local	Fortalecer o artesanato local; Articular a conexão entre os artesões e os consumidores.	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, IEFP, Pró-Empresa, Terceiro Setor
A.G3	Incentivar a criação de uma Associação dos Produtores Locais , que seja responsável pelo desenvolvimento e valorização dos produtos locais e pela rede de agroturismo. A Associação pode incentivar a criação de produtos exclusivos para a ilha.	Fortalecer a marca da ilha e os produtos locais; Apoiar o desenvolvimento do agroturismo e permitir uma melhor conexão entre os produtos e produtores.	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, IEFP, Pró-Empresa, Terceiro Setor
A.G4	Desenvolver e implantar junto com a SN Turismo um Sistema de Gestão para monitoria e avaliação da atividade do turismo na ilha.	Minimizar os impactos da atividade do turismo no território.	Médio	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, SN Turismo, Câmaras Municipais, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor
A.G5	Incentivar a criação de uma Associação que seja responsável pelo desenvolvimento do Turismo Rural na ilha, que esteja vinculada à Associação do Turismo e aos Produtores Locais. Ela deverá dar suporte a toda cadeia produtiva e fazer a conexão entre os produtos entre si e entre os produtores e os turistas. Essa organização poderá ser responsável também pela gestão do Agroturismo junto aos produtores locais.	Promover o desenvolvimento e a gestão do agroturismo; Organizar o agroturismo como produto turístico; Organizar os produtores locais.	Curto	Ministério da Agricultura e Ambiente	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Direcção Geral do Ambiente, Associação de Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Turismo e Transportes

PROJETOS



P.G1 FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA LOCAL – SN TURISMO

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Aprimorar a gestão local compartilhada do turismo, através da criação e fortalecimento de instância de governança formada pelo setor privado, sociedade civil e setor público.
Ilha de São Nicolau – Associação SN Turismo

Proposta: Assessoria técnica para a operação da instância de governança e elaboração de um Plano Operativo de Trabalho.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / SN Turismo

Modelo de implantação: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / SN Turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / SN Turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / SN Turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais

Estimativa orçamentária: U\$ 180.000,00

Considerando a relevância que o turismo possui na ilha, torna-se fundamental a gestão compartilhada entre os diversos atores que operam, impactam e são impactados pela atividade. Sendo o turismo nomeadamente operado pelo setor privado, e com alto impacto social, cultural e econômico nos territórios, os espaços coletivos de tomada de decisão certamente apoiam um desenvolvimento voltado para maior sustentabilidade local.

Assim, a proposta envolve uma ação a ser desenvolvida ao longo de 12 meses:

1. Assessoria técnica para a operação da instância de governança, apoiando a condução de reuniões e encontros técnicos, a elaboração de um Plano Operativo de Trabalho, a troca de experiência com outras instâncias de governança para aprendizado, bem como o monitoramento da execução das ações previstas no Plano Operativo. A assessoria visa repassar conhecimentos aos participantes, para que, ao final, tornem-se autônomos na gestão e funcionamento pleno da instância.

Um projeto voltado para apoiar o fortalecimento de uma instância de governança no Brasil, na chamada região do Baixo São Francisco, no Estado de Alagoas, é um exemplo.

A ação foi executada no âmbito do Projeto de Dinamização do Turismo no Baixo São Francisco tinha como objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população em uma das regiões de menor renda de Alagoas, porém com importantes atrativos culturais e ambientais. O projeto foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (FOMIN), pela Agência de Cooperação Espanhola (AECID) e pelo Governo do Estado de Alagoas.

Chamada “Rede Empresarial do Caminhos do São Francisco”, a instância foi criada em 2011 com o apoio de uma consultoria que reuniu diversos empresários da região formada por 09 municípios. Foi definido um estatuto, devidamente legalizado, incluindo regulamento operacional da instância. Ao mesmo tempo, os empresários foram estimulados a avaliar a importância da criação deste grupo e assumirem sua consolidação.

Posteriormente, foram realizadas uma série de ações de fortalecimento deste grupo, incluindo assessorias contínuas, capacitações, viagens de trocas de experiências e fortalecimento de parcerias entre os próprios membros da Rede Empresarial e apoio na estruturação de um Plano Estratégico e Operacional.



Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do
Turismo no Baixo São Francisco

Rede Empresarial do Caminhos do São Francisco | www.facebook.com/caminhossaofrancisco



Exercício de avaliação estratégica sobre si mesmo: avaliação individual e coletiva sobre o papel de cada um no grupo. | Foto: Luciana Sagi, 2015

Após 4 anos de projeto, a Rede encontra-se em pleno funcionamento e continua, até os dias de hoje. Sua atuação vai desde a promoção do destino turístico, até capacitações, captação de recursos, apoio à organização de eventos locais, entre outros. Maiores informações podem ser acessadas no Facebook do grupo, que contém vídeos relatando toda a experiência de formatação do mesmo: www.facebook.com/pg/dinamizacaobaixosaofrancisco/videos/?ref=page_internal



Exercício de definição de definição de ações para Plano Estratégico e Operacional | Foto: Luciana Sagi, 2015



Visita técnica da Rede Empresarial São Francisco para troca de experiências com a Associação de Turismo de Brotas, em cidade localizada em outro estado do país, sendo destino turístico de características semelhantes. | Foto: Luciana Sagi, 2015

P.G2 **MONITORAMENTO DA SUSTENTABILIDADE E DA COMPETITIVIDADE DO TURISMO NO DESTINO TURÍSTICO**

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Monitorar indicadores sobre os impactos de desenvolvimento do turismo no destino turístico, de modo a orientar a tomada de decisão estratégica em prol de maior sustentabilidade e competitividade, de modo complementar às pesquisas já realizadas pelo Ministério de Turismo e Transporte.

Proposta: Criar pesquisas periódicas sobre a avaliação e percepção dos turistas sobre o destino e avaliar a gestão e os processos em si adotados pelo destino para buscar sua sustentabilidade

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Instâncias de Governança do país e locais

Modelo de gestão: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Instâncias de Governança do país e locais / Institutos de pesquisa e ensino

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Instâncias de Governança do país e locais / Institutos de pesquisa e ensino

Estimativa orçamentária: U\$ 180.000,00 a.a.

Atualmente, o Ministério de Turismo e Transporte vem aferindo estatísticas sobre o desempenho do turismo no destino, em relação à indicadores relevantes como número de hóspedes, número de estadias, tempo de permanência média, origem dos turistas, taxa de ocupação hoteleira, número de unidades habitacionais, número de leitos, número de meios de hospedagens e empregos na área de alojamento.

Não obstante, torna-se necessário realizar outros levantamentos e monitoramento de dados para apoiar o processo de planejamento e gestão de destinos turísticos. De um lado, torna-se necessário olhar com maior ênfase para aspectos de mercado, em especial, a realização de pesquisas periódicas sobre a avaliação e percepção dos turistas sobre o destino, bem como seu perfil. Torna-se necessário aplicar pesquisa curtas, durante eventos ou momentos específicos para avaliar a percepção dos turistas; captar sua percepção e perfil através de redes sociais (contas no Instagram e Facebook permitem que seja feita uma avaliação do perfil dos usuários), plataformas colaborativas, entre outros. É fundamental compreender a percepção da demanda, para que os empreendimentos possam aprimorar seus serviços, bem como o destino como um todo.

Por outro lado, torna-se necessário avaliar a gestão e os processos em si adotados pelo destino para buscar sua sustentabilidade. Assim, utilizar uma grade de indicadores, por exemplo, como o Global Sustainable Tourism Criteria seria bastante interessante, de modo a verificar qual longe ou perto o destino se encontra idealmente de um destino que pratica uma gestão sustentável. Estes critérios são particularmente interessantes para o destino, pois sua origem deu-se na discussão sobre sustentabilidade em áreas costeiras e ilhas.

No Brasil, na Ilhabela, foi aplicado um piloto de uso dos Critérios Globais do Turismo Sustentável para Destinos - GSTC Destinos, como ferramenta de gestão e monitoramento do destino. A ação ocorreu com financiamento do WWF Brasil. Inicialmente, foi aplicada a metodologia para fazer um diagnóstico de como o destino estava perante os indicadores. Posteriormente, a partir deste resultado, o Conselho Municipal de Turismo alinhou



As redes sociais são grandes fontes de informação aos turistas, mas que também permitem conhecê-lo um pouco mais. Suas percepções são facilmente observadas em sites colaborativos como o TripAdvisor, por exemplo. | Fonte: www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g482855-d13565202-Reviews-Green_Line_Tours-Mindelo_Sao_Vicente.html



Postos ou centros de informações turísticas podem ser pontos de conversas e captação de percepções do turista sobre o destino, de modo rápido e objetivo, com o uso de formulários simples. | Foto: Luciana Saji, 2017

seu planejamento estratégico ao atendimento de indicadores que demonstravam maior fragilidade, como foi o caso da questão da baixa cobertura de serviço de esgotamento sanitário. A partir de então, os indicadores viraram uma referência para apoiar o planejamento e gestão do destino, conferindo uma visão rápida e focada para a governança nos temas de maior relevância.

Para ambas as ações, seria necessário o envolvimento de equipes técnicas especializadas que podem fazer parte do setor privado, associações locais ou serem contratados para a execução do serviço. O projeto aqui proposto tem duração de um ano, envolvendo pesquisas mensais com turistas e ação semestral sobre o GSTC. Estudantes e institutos de ensino podem ser envolvidos para aplicarem as pesquisas

MACROREQUISITOS GD	ILHABELA
I. Gestão do destino	57%
II. Natureza e cenário	43%
III. Meio ambiente e clima	40%
IV. Cultura e tradição	22%
V. Bem estar social	50%
VI. Negócios e hospitalidade	42%
Total	45%

Quadro síntese com o percentual de atendimento aos macrorequisitos do GSTC aferidos na Ilhabela, Brasil. | Fonte: WWF Brasil, 2018



O GSTC apoia a comunicação sobre destinos sustentáveis no mundo, através de plataformas como o Green Destinations. | Fonte: <https://greendestinations.org>



4.2. PROMOÇÃO DO TURISMO

AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS
A.P1	Criar um Comitê de Marketing e Promoção do turismo para a ilha de São Nicolau , em cooperação com a SN Turismo, a comunidade pública, privada e local.	Apoiar a implantação das atividades de marketing e promoção; Fortalecer a capacidade de marketing e promoção do turismo;
A.P2	Elaborar Plano de Marketing específico para a ilha , que envolva a criação de um conceito para a marca (branding) e imagem do destino; além de fortalecer e promover os produtos turísticos.	Promover e divulgar os produtos turísticos da região (circuitos); Desenvolver a promoção do turismo das ilhas; Desenvolver um ícone para promoção das ilhas; Atrair turistas; Melhorar a exposição das ilhas como destinos turísticos atrativos e únicos.
A.P3	Promover o turismo doméstico em Cabo Verde , incentivando o turismo dos cabo verdianos entre as ilhas	Desenvolver o turismo e a economia local; Incentivar a cultura local;
A.P4	Promover o turismo entre os emigrantes (diáspora), através de uma abordagem mais direta e proativa do ministério do turismo e das agências nos países de destino.	Incentivar que emigrantes revisitem suas raízes e até mesmo retornem como empreendedores no setor do turismo.

CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
Curto	Cabo Verde Trade Invest	DGTT, Instituto de Turismo de Cabo Verde, SN Turismo, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor
Curto	Cabo Verde Trade Invest	DGTT, Instituto de Turismo de Cabo Verde, SN Turismo, Terceiro Setor
Curto	Cabo Verde Trade Invest	DGTT, Instituto de Turismo de Cabo Verde, SN Turismo, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde, Conselho Nacional de Turismo
Curto	Cabo Verde Trade Invest	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, SN Turismo, Terceiro Setor, Cabo Verde Trade Invest, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde, Conselho Nacional de Turismo, Pró-Empresa, Setor Privado, Terceiro Setor

PROJETOS



P.P1 CONFECÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL – IMPRESSO E DIGITAL

Grau de prioridade: Média

Objetivo: Fortalecer o processo de promoção e divulgação do destino turístico junto aos mercados alvo

Proposta: O posicionamento turístico do destino está diretamente ligado as estratégias de marketing adotadas seja pelos agentes privados quanto pelo poder público. Diante disso, durante a elaboração do diagnóstico identificou-se a inexistência de estratégia para promoção dos produtos turísticos, inexistência de website, redes sociais e material promocional. Assim, o presente projeto objetiva a confecção do banco de imagens, de vídeo e de material promocional – portfólio promocional e comercial – que valorize a atratividade do destino turístico, considerando os diversos tipos de atividades e perfis de públicos que são atraídos. Estes materiais podem estar disponíveis impressos e em formato digital para serem distribuídos em centros de informações turísticas, hotéis, galerias de arte e artesanato, aeroportos, bem como para download em website e redes sociais.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / SN Turismo Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo /Empresários / Associações de Turismo

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo /Empresários / Associações de Turismo

P.P2 IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE REDES SOCIAIS

Grau de prioridade: Média

Objetivo: Fortalecer o processo de promoção e divulgação do destino turístico junto aos mercados alvo

Proposta: O posicionamento turístico do destino está diretamente ligado as estratégias de marketing adotadas seja pelos agentes privados quanto pelo poder público. Diante disso, durante a elaboração do diagnóstico identificou-se a inexistência de estratégia para promoção dos produtos turísticos, inexistência de website, redes sociais e material promocional. Assim, o presente projeto objetiva criar contas em redes sociais, em especial Instagram e Facebook, com o objetivo de divulgar o destino para o público alvo. Para isso, deverá haver um planejamento de imagem, programação de postagens, promoções e estratégias para aumentar o banco de dados de seguidores. Através das redes sociais, também será possível conhecer o perfil dos seguidores e seus comportamentos, sendo possível criar um banco de dados de inteligência de mercado que facilite a tomada de decisões de marketing futuras para públicos específicos, por exemplo.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo /Empresários / Associações de Turismo

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo /Empresários / Associações de Turismo



P.P3 REALIZAÇÃO DE FAMTOURS, PRESS TRIPS

Grau de prioridade: Média

Objetivo: Fortalecer o processo de promoção e divulgação do destino turístico junto aos mercados alvo

Proposta: O posicionamento turístico do destino está diretamente ligado as estratégias de marketing adotadas seja pelos agentes privados quanto pelo poder público. Diante disso, durante a elaboração do diagnóstico identificou-se a inexistência de estratégia para promoção dos produtos turísticos, inexistência de website, redes sociais e material promocional. Assim, o presente projeto objetiva identificar operadores, formadores de opiniões, blogueiros e digital influencers, bem como profissionais de mídias especializadas para realizarem visitas orientadas de reconhecimento do destino, com o objetivo de apoiar sua divulgação, realização de parcerias comerciais e aprimorar o produto, através da avaliação deste grupo.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo /Empresários / Associações de Turismo

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo /Empresários / Associações de Turismo

P.P4 REALIZAÇÃO DE ROAD SHOWS EM DESTINOS PRIORITÁRIOS

Grau de prioridade: Média

Objetivo: Fortalecer o processo de promoção e divulgação do destino turístico junto aos mercados alvo

Proposta: O posicionamento turístico do destino está diretamente ligado as estratégias de marketing adotadas seja pelos agentes privados quanto pelo poder público. Diante disso, durante a elaboração do diagnóstico identificou-se a inexistência de estratégia para promoção dos produtos turísticos, inexistência de website, redes sociais e material promocional. Assim, o presente projeto consiste em realizar visitas de promoção do destino nos principais mercados emissores potenciais e atuais, gerando maior aproximação entre os atores e fortalecimentos de acordos comerciais. As visitas podem ser realizadas por grupos de empresários, em conjunto com representantes do setor público.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo /Empresários / Associações de Turismo

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo /Empresários / Associações de Turismo



4.3. CAPACITAÇÃO

AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS	CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.C1	Contratar consultoria especializada ou fazer acordo com terceiro setor para promover a capacitação dos empreendedores cabo verdianos locais , com foco em meios sustentáveis de produção, boas práticas, empreendedorismo, entre outros.	Incentivar atividades complementares para geração de renda da população local; Diversificar os produtos locais oferecidos na ilha por meio do empreendedorismo; Melhorar a mão de obra local; Garantir a qualidade dos produtos locais (boas práticas).	Curto	Câmaras Municipais e/ou terceiro setor	DGTT, AAVT, IEPF, EHTV, Pró-Empresa, Terceiro Setor
A.C2	Fortalecer as iniciativas de capacitação e formação da População local , como a desenvolvida pela EHTCV, para trabalhar no setor do turismo, com cursos de hotelaria, atendimento ao público, línguas estrangeiras, Guias de Turismo, gastronomia, camareira, entre outros. Prever período de acompanhamento e supervisão.	Fomentar a qualidade no atendimento dos turistas; Incentivar atividades complementares para geração de renda da população local; Melhorar a mão de obra local; Promover a geração de novos empregos e incentivar a fixação dos habitantes na ilha.	Curto	Câmaras Municipais e/ou terceiro setor	DGTT, AAVT, IEPF, EHTV, Pró-Empresa, Terceiro Setor
A.C3	Contratar consultoria especializada ou fazer acordo com terceiro setor para a formação de novos Guias de Turismo e requalificação dos guias existentes , com cursos de história e cultura da ilha, línguas estrangeiras, primeiros socorros, legislação, entre outros. Prever período de acompanhamento e supervisão.	Garantir a qualidade no atendimento dos turistas; Incentivar atividades complementares para geração de renda da população local; Diversificar os serviços oferecidos na ilha por meio do empreendedorismo; Melhorar a mão de obra local; Promover a geração de novos empregos e incentivar a fixação dos habitantes na ilha.	Curto	Câmaras Municipais e/ou terceiro setor	DGTT, AAVT, IEPF, EHTV, Pró-Empresa, Terceiro Setor, SNT Turismo
A.C4	Contratar consultoria especializada ou fazer acordo com terceiro setor para promover a capacitação dos Produtores locais , com foco em meios sustentáveis de produção, boas práticas, empreendedorismo e diversificação dos produtos. Prever período de acompanhamento e supervisão.	Incentivar atividades complementares para geração de renda da população local; Diversificar os produtos locais oferecidos na ilha por meio do empreendedorismo; Melhorar a mão de obra local; Garantir a qualidade dos produtos locais (boas práticas).	Curto	Câmaras Municipais e/ou terceiro setor	DGTT, AAVT, IEPF, EHTV, Pró-Empresa, Terceiro Setor
A.C5	Contratar consultoria especializada ou fazer acordo com terceiro setor para promover a formação de Artesões locais , para elaboração de produtos e artesanatos de maior atratividade e valor agregado.	Incentivar atividades complementares para geração de renda da população local; Criar produtos artesanais específicos para a ilha; Fomentar o empreendedorismo na ilha; Criar uma marca para ilha	Curto	Câmaras Municipais e/ou terceiro setor	Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, Pró-Empresa, DGTT, AAVT, IEPF, EHTV, Terceiro Setor
A.C6	Incentivar a sinergia entre as entidades capacitadoras e os empregadores , de forma a estimular a contratação dos formandos dos cursos de capacitação	Melhorar a mão de obra local; Promover a geração de novos empregos e incentivar a fixação dos habitantes na ilha.	Curto	Câmaras Municipais e/ou terceiro setor	Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, Pró-Empresa, Terceiro Setor

PROJETOS



P.C1 CAPACITAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL E COMPETITIVO

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Melhorar a competitividade e a sustentabilidade do destino turístico, por meio do aprimoramento da qualidade dos serviços e de práticas sustentáveis

Proposta: Desenvolvimento de planejamento e execução do capacitamento em turismo sustentável através de cursos e oficinas.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais

A competitividade e a sustentabilidade de um destino estão diretamente relacionados à qualidade dos serviços, equipamentos e atrativos turísticos. Consequentemente, a qualidade dos serviços, equipamentos e atrativos turísticos depende do nível de profissionalização e de hospitalidade dos profissionais que atuam no setor turístico ou áreas correlatas, sejam eles gestores públicos, empreendedores ou funcionários. Assim, diante do estágio de desenvolvimento turístico da ilha – estágio inicial de desenvolvimento turístico, mas com fluxo que vem aumentando, mesmo que de modo flutuante – torna-se fundamental o preparo para o bem receber e qualidade na prestação de serviços, para a gestão dos impactos ambientais, culturais, econômicos e sociais do turismo a fim de contribuir para a inovação, formalização e aprimoramento da oferta e da gestão turística.

Este projeto objetiva ser uma base para trazer os principais conceitos e práticas de sucesso adotadas em destinos, em termos de sustentabilidade e competitividade. Ele está dividido em duas etapas:

1. Planejamento da Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) validação das temáticas a serem trabalhadas e dos recursos necessários para operacionalização, considerando o público alvo a ser atingido: setor de alojamento, setor de alimentação, receptivo e transportes, comércio – artesanato, lojas de circulação de turistas, gestores de atrativos turísticos, gestores públicos, guias turísticos, associações, entre outros; b) elaboração dos projetos pedagógicos das capacitações; c) elaboração do material didático; d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes; e) realização das atividades de qualificação (cursos/oficinas); f) emissão de certificados de participação e; g) monitoramento e elaboração de relatório com os resultados. A carga horária sugerida é de 40 horas.
 - Temáticas sugeridas para cursos/oficinas: Conceitos básicos do turismo; História breve do turismo no mundo, em Cabo Verde e na ilha; Modelos de desenvolvimento de turismo adotados nos destinos; O que é um destino sustentável e competitivo; Práticas de sustentabilidade; Práticas de Hospitalidade, Bem Receber e Qualidade na Prestação de Serviços;
 - Metodologias sugeridas: além de aulas expositivas em sala de aula, é importante focar na troca de experiências e tornar os alunos atores no processo de construção de conhecimento. Para isso, sugere-se que sejam utilizadas diversas técnicas participativas, com jogos, exercícios práticos e coletivos, atividades de campo e



Materiais lúdicos, com dicas objetivas e simples devem fazer parte do conjunto didático a ser adotado neste tipo de capacitação. Exemplo de cartilha adotada com dicas para atender bem turistas idosos, produzida pelo Ministério do Turismo Brasileiro. | Fonte: Mtur, 2016



Aula dentro de um restaurante, focada na troca de experiências entre empresários e funcionários do setor. Programa de Fortalecimento do Associativismo de Bertioga no Estado de São Paulo, Brasil | Foto: Luciana Sagi, 2015



discussões. Deve-se prezar por despertar nos alunos a empatia e a importância de seu trabalho para o desenvolvimento e preservação de sua ilha, bem como um agente que irá trazer uma sensação de acolhimento ao visitante.

2. Execução da Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) realização da mobilização dos alunos; b) organização dos espaços e locais de aulas teóricas e práticas; c) condução das aulas, com o apoio de material didática e técnicas participativas; d) realização de um seminário de troca de experiências; e) aplicação de pesquisas de satisfação e avaliação de desempenho ao longo de todo o curso e ao final; f) entrega de certificados; g) produção de relatório final.



Grupo do curso de Fortalecimento da Gestão Ambiental do Polo Costa dos Arrecifes, no Estado do Pernambuco, Brasil, apresentando os resultados de trabalho em sala de aula para definir ações prioritárias para a melhoria da sustentabilidade em seus empreendimentos. | Foto: Luciana Sagi, 2016

P.C2 PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO E CAPACITAÇÃO EM TURISMO DE AVENTURA

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Aprimorar e desenvolver serviços e atividades de qualidade e com segurança para atender o segmento de turismo de aventura.

Proposta: Desenvolvimento de planejamento e execução do capacitação em turismo de aventura através de cursos e oficinas.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Associações e Projetos Locais

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais



É notório que a ilha possui um grande potencial para a prática de atividades de aventura baseadas na natureza. Os principais produtos atualmente comercializados giram em torno de trilhas das mais variadas intensidades e há diversas práticas que podem complementar a experiência do visitante, ligadas à aventura. O turismo de aventura busca o contato com a natureza e tem como premissa suplantar desafios individuais e coletivos, através de atividades que atuam com a emoção e, em alguns casos, com o desempenho físico dos participantes. Elas podem ser leves e mais intensas, de acordo com o perfil do visitante. De toda maneira, premissas fundamentais ligadas à conservação e proteção do patrimônio natural e cultural, bem como à segurança, estão presentes em todos os casos. Por muitas vezes as atividades serem realizadas em locais remotos, ou envolver algum tipo de risco, torna-se necessário ter planejamento e treinamento para lidar com estas situações.

Assim, sugere-se a realização de um curso voltado para a capacitação no turismo de aventura. Ele está dividido em duas etapas:

1. Planejamento da Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) validação das temáticas a serem trabalhadas e dos recursos necessários para operacionalização, considerando o público alvo a ser atingido: receptivo e transportes, gestores de atrativos turísticos, gestores públicos, guias turísticos, associações, entre outros; b) elaboração dos projetos pedagógicos das capacitações; c) elaboração do material didático; d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes; e) realização das atividades de qualificação (cursos/oficinas); f) emissão de certificados de participação e; g) monitoramento e elaboração de relatório com os resultados.

- Temáticas sugeridas para cursos/oficinas: atividades de turismo de aventura; panorama de destinos que trabalham com o turismo de aventura e mapeamento de oportunidade na ilha; planejamento e condução no Turismo de Aventura; monitoramento das atividades de Turismo de Aventura (caminhadas, mergulho, rapel, ciclismo, entre outros); informações mínimas ao visitante; liderança; primeiros socorros; técnicas verticais - salvamento básico em altura rapel; condução de caminhada de curto, médio e longo percurso. Além disso, também é importante um módulo de empreendedorismo, voltado para a estruturação de negócios, com temas como Motivações pessoais e o perfil do empreendedor; Gerenciamento de riscos e de resultados - viabilidade estrutural do negócio; Implantação de um negócio ou uma atividade econômica ecoturística com sustentabilidade; tipos de empresa e organizações e sua estruturação legal; financiamentos; técnicas de planejamento, gestão e controle do negócio ecoturístico; plano de negócios.
- Metodologias sugeridas: além de aulas expositivas em sala de aula, é importante



Cartilha de orientações básicas em turismo de aventura produzida pelo Ministério do Turismo do Brasil em parceria com a Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura e Cartilha de Noções de Planejamento e Gestão de Negócios em Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente do Brasil | Fonte: Mtur, 2006 e MMA, 2005

focar na troca de experiências e tornar os alunos atores no processo de construção de conhecimento. Para isso, sugere-se que sejam utilizadas diversas técnicas participativas, com jogos, exercícios práticos e coletivos, atividades de campo e discussões. Deve-se prezar por despertar nos alunos a empatia e a importância de seu trabalho. A carga horária sugerida é de 60 horas.

2. Execução da Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) realização da mobilização dos alunos; b) organização dos espaços e locais de aulas teóricas e práticas; c) condução das aulas, com o apoio de material didática e técnicas participativas; d) realização de um seminário de troca de experiências; e) aplicação de pesquisas de satisfação e avaliação de desempenho ao longo de todo o curso e ao final; f) entrega de certificados; g) produção de relatório final.



Atividade de definição das habilidades e competências de um condutor de turismo no Parque Nacional da ilha de Fernando de Noronha no Brasil. Curso de formação de guias e guarda parques do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, WWF Brasil e Associação Nacional de Guarda Parques do Brasil. | Foto: Luciana Sagi, 2017



Aula prática com gestores, técnicos, guias e empresários de segurança em atividades de turismo de aventura, no contexto do curso de capacitação em normas ABNT de Turismo de Aventura para a Fundação Florestal de São Paulo | Foto: Luciana Sagi, 2011



P.C3

PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO E CAPACITAÇÃO EM TURISMO HISTÓRICO, CULTURAL E ETNO

Grau de prioridade: Alta

Objetivo:

Aprimorar a experiência turística, melhorar a competitividade de negócios e a sustentabilidade do destino, através de formação em turismo histórico, cultural e etno, focando na valorização do patrimônio material e imaterial de Cabo Verde, enquanto ativo turístico.

Proposta:

Desenvolvimento de programa de empreendedorismo e capacitação em turismo histórico, cultural e etno através de cursos e oficinas.

Responsável pela estruturação do projeto:

Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Associações e Projetos Locais

Modelo de implantação:

Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão:

Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas:

Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais

A história, os saberes, fazeres e o patrimônio material são elementos de grande atratividade para os turistas. As construções de narrativas durante a experiência turística proporcionam um olhar que atribui outro tipo de valor ao espaço, contribuindo para o aumento da satisfação, formação de memórias positivas e de fidelização ao destino, além de permitir a valorização do patrimônio e consequentemente sua proteção e conservação. Também, contribui para gerar maior valor agregado aos negócios e serviços prestados, aumentando o nível de competitividade do destino como um todo. Este projeto objetiva ser uma base para trazer os principais conceitos e práticas de sucesso adotadas em destinos, em termos de turismo histórico, cultural e etno, destacando processos interpretativos, processo de guiamento e construção de narrativas, a conexão do patrimônio material com o imaterial, entre outros. Ele está dividido em duas etapas:

- Planejamento da Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) validação das temáticas a serem trabalhadas e dos recursos necessários para operacionalização, considerando o público alvo a ser atingido: receptivo e transportes, comércio – artesanato, lojas de circulação de turistas, gestores de atrativos turísticos, gestores públicos, guias turísticos, associações, entre outros; b) elaboração dos projetos pedagógicos das capacitações; c) elaboração do material didático; d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes; e) realização das atividades de qualificação (cursos/oficinas); f) emissão de certificados de participação e; g) monitoramento e elaboração de relatório com os resultados.
 - Temáticas sugeridas para cursos/oficinas: Conceitos básicos do turismo histórico, cultural e etno; Patrimônio Cultural e Memória Social; Imagens, História e Narrativas, formação de mapas afetivos; iniciativas de valorização do patrimônio, particularmente aplicável ao natural, cultural ou de lazer; organizar e controlar a realização de eventos, conferências, programas de animação e programas especiais para grupos; estão do patrimônio, de espaços de cultura e lazer; elaboração de projetos; empreendedorismo cultural.
 - Metodologias sugeridas: além de aulas expositivas em sala de aula, é importante focar na troca de experiências e tornar os alunos atores no processo de construção de conhecimento. Para isso, sugere-se que sejam utilizadas diversas técnicas participativas, com jogos, exercícios práticos e coletivos, atividades de campo e discussões. Deve-se prezar por despertar nos alunos a empatia e a importância de seu trabalho para o desenvolvimento e preservação de sua ilha, bem como um agente que irá trazer uma sensação de acolhimento ao visitante.
- Execução da Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) realização da mobilização dos alunos; b) organização dos espaços e locais de aulas teóricas e práticas; c) condução das aulas, com o apoio de material didática e técnicas participativas; d) realização de um seminário de troca de experiências; e) aplicação de pesquisas de satisfação e avaliação de desempenho ao longo de todo o curso e ao final; f) entrega de certificados; g) produção de relatório final.



A Associação de Informantes de Turismo Pedagógico da cidade de Penedo, no Estado de Alagoas realiza visitas turísticas repletas de teatralizações, recitais de poesias e performances musicais que fazem os turistas voltarem no tempo e se ambientarem com a história e produção cultural da cidade, em cada espaço que visitam. | Fonte: <https://www.facebook.com/aitpppenedo/>, 2019



P.C4

PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO E CAPACITAÇÃO EM EXPERIÊNCIAS GASTRONÔMICAS

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Aprimorar a experiência turística, melhorar a competitividade de negócios e a sustentabilidade do destino, através de formação em turismo histórico, cultural e etno, focando na valorização do patrimônio material e imaterial de Cabo Verde, enquanto ativo turístico.

Proposta: Desenvolvimento de programa de empreendedorismo e capacitação em experiência gastronômicas através de cursos e oficinas.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais

A alimentação ocupa um lugar de destaque na experiência turística, pois envolve a restauração do bem-estar, o contato com os saberes e fazeres locais e uma vivência afetiva, com grande impacto na formação de memórias, através dos cheiros e sabores. Além disso, permite o conhecimento sobre tradições locais e troca de experiências marcantes. A valorização da culinária local torna-se também importante do ponto de vista da sustentabilidade, por priorizar alimentos e a produção local, que muitas vezes envolve uma série de famílias e pequenos negócios. Tem um impacto, portanto, econômico, ambiental e social. Atualmente verifica-se poucos empreendimentos que valorizam os pratos e insumos locais. Assim, o projeto está dividido em duas etapas:

1. Planejamento da Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) validação das temáticas a serem trabalhadas e dos recursos necessários para operacionalização, considerando o público alvo a ser atingido: setor de alojamento, setor de alimentação; b) elaboração dos projetos pedagógicos das capacitações; c) elaboração do material didático; d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes; e) realização das atividades de qualificação (cursos/oficinas); f) emissão de certificados de participação e; g) monitoramento e elaboração de relatório com os resultados.
 - Temáticas sugeridas para cursos/oficinas: Gastronomia e Turismo; Elementos da gastronomia de Cabo Verde e da ilha; Insumos e recursos utilizados na gastronomia; Receitas e técnicas tradicionais; técnicas de culinária regional; segurança alimentar; decoração e experiências gastronômicas; organização de eventos gastronômicos; empreendedorismo.
 - Metodologias sugeridas: além de aulas expositivas em sala de aula, é importante focar na troca de experiências e tornar os alunos atores no processo de construção de conhecimento. Para isso, sugere-se que sejam utilizadas diversas técnicas participativas, com jogos, exercícios práticos e coletivos, atividades de campo e discussões. Deve-se prezar por despertar nos alunos a empatia e a importância de seu trabalho.
2. Execução da Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) realização da mobilização dos alunos; b) organização dos espaços e locais de aulas teóricas e práticas; c) condução das aulas, com o apoio de material didática e técnicas participativas; d) realização de um seminário de troca de experiências, aulas show e concurso de pratos locais; e) aplicação de pesquisas de satisfação e avaliação de desempenho ao longo de todo o curso e ao final; f) entrega de certificados; g) produção de relatório final.



P.C5

PROGRAMA DE EMPREENDEDORISMO E CAPACITAÇÃO EM TURISMO DE PESCA

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Aprimorar a experiência turística, melhorar a competitividade de negócios e a sustentabilidade do destino, através de formação em turismo de pesca, focando na valorização dos recursos pesqueiros, da paisagem e da experiência com condutores locais como ativos turísticos

Proposta: Desenvolvimento de programa de empreendedorismo e capacitação em turismo de pesca através de cursos e oficinas.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

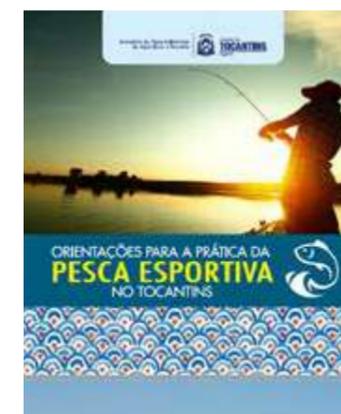
Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais



O turismo de pesca tem ocorrido em Cabo Verde através de operadores especializados, porém, ainda não há normativas e regras específicas para este segmento. O Plano Nacional de Pescas de 2020 indica preocupação com o estoque pesqueiro do país e, sendo o turismo de pesca um segmento que pode contribuir para a gestão e monitoramento sustentável deste estoque, torna-se importante trazer conhecimentos e sensibilizar os diversos atores que já atuam ou que são impactados pela pesca, em torno deste segmento turístico. Assim, o projeto está dividido em duas etapas:

- Planejamento de Oficinas de Sensibilização e Capacitação, contemplando as seguintes fases: a) validação das temáticas a serem trabalhadas e dos recursos necessários para operacionalização, considerando o público alvo a ser atingido: Operação e agenciamento turístico; Serviços de Transporte; Meios de Hospedagem; Recepção e condução; Comerciantes que vendem Material para pesca; Outras atividades complementares que existam em função do Turismo de Pesca – oficinas de reparos de embarcações, estaleiros, entre outros; b) elaboração dos projetos pedagógicos das capacitações; c) elaboração do material didático; d) definição do cronograma e das estratégias de mobilização e seleção dos participantes; e) realização das atividades de qualificação (cursos/oficinas); f) emissão de certificados de participação e; g) monitoramento e elaboração de relatório com os resultados.
 - Temáticas sugeridas para cursos/oficinas: Conceitos básicos do Turismo de Pesca; Mercado do Turismo de Pesca; O condutor de turismo de pesca / guia de pesca; Modalidades de pesca esportiva; Ciências naturais; Primeiros socorros envolvidos a pesca esportiva; Equipamentos, preparação e manutenção; Expressões inglesas utilizadas na pesca esportiva; Ordenamento e legislação pesqueira; Educação ambiental e edu-entretenimento; Boas práticas para pesque e solte; Relacionamento humano e prestação de serviço; Principais espécies de peixes esportivos; Técnicas de navegação e marinharia; Embarcações, máquinas e motores marítimos; Controle, monitoramento e produção científica; Organização de eventos e torneios de pesca.
 - Metodologias sugeridas: além de aulas expositivas em sala de aula, é importante focar na troca de experiências e tornar os alunos atores no processo de construção de conhecimento. Para isso, sugere-se que sejam utilizadas diversas técnicas participativas, com jogos, exercícios práticos e coletivos, atividades de campo e discussões. Deve-se prezar por despertar nos alunos a empatia e a importância de seu trabalho.



Orientações para a prática de pesca esportiva no Estado do Tocantins, no Brasil. O instrumento apoia os pescadores, empresários e condutores a adotarem boas práticas no Estado. | Fonte: Governo do Estado do Tocantins, 2018



P.C6 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O TURISMO: IDENTIDADE, VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E HOSPITALIDADE

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Aprimorar a valorização e conservação do patrimônio cultural e natural da ilha, através de sensibilização de jovens sobre o turismo local

Proposta: Desenvolvimento de programa de educação para o turismo através de visitas técnicas, oficinas e cursos,.

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais

Despertar o interesse dos alunos e jovens por meio da sensibilização turística que reforça a necessidade de conhecer a história local, seus equipamentos culturais e principais pontos turísticos, mostrando o potencial da Ilha e as oportunidades do segmento é fundamental para garantir a sustentabilidade do destino turístico, envolver a comunidade na atividade, garantindo a inserção de potenciais profissionais e da comunidade de um modo ativo no turismo. Através de visitas técnicas, oficinas e cursos, alunos são sensibilizados sobre a importância do turismo para a ilha, potenciais oportunidades de negócios, valorização dos ativos naturais e culturais. Propõe-se a implantação de um projeto inspirado no "Turismo do Saber", executado no município de Maceió, no Estado de Alagoas, Brasil, em que jovens das escolas locais realizam visitas técnicas guiadas aos principais atrativos da ilha, como se fossem turistas.

O guiamento ocorre por uma agência de turismo receptiva parceira do projeto. Além disso, são realizadas palestras nas escolas, falando sobre a importância do turismo e identificando os principais atrativos turísticos locais. Ao final do ano, os alunos participantes são convidados a participarem de um concurso de frases para relatarem o que torna a cidade tão bela para o turismo. As três melhores frases são premiadas com o apoio de empresários locais, que doam os prêmios ou passeios turísticos. No caso de Cabo Verde, sugere-se que o concurso envolva uma atividade coletiva dos alunos das escolas, elaborando mapas afetivos que procurem descrever atrativos, na visão dos próprios alunos. Este material poderá compor a narrativa dos locais turísticos, ampliando o envolvimento do turista com o projeto também.



Alunos de escolas municipais realizando visitas técnicas em Museu na cidade de Maceió, como parte das atividades do Projeto Turismo do Saber. | Fonte: <https://www.facebook.com/turismodosaber/>, 2019





P.C7 FORTALECIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS LIGADOS AO TURISMO

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Aprimorar e ampliar as oportunidades de inserção de pequenos negócios, grupos e produção local na atividade turística.

Proposta: Fortalecimento de arranjos produtivos através de mapeamento de oportunidades, capacitação em temas como associativismo e elaboração de plano de negócio

Responsável pela estruturação do projeto: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor / Organismos de Financiamento Multilaterais

Modelo de gestão: Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais

O projeto visa trabalhar com grupos produtivos locais para prepará-los a se inserirem na atividade turística como elementos complementares ou de apoio. Para isso, devem ser selecionados grupos culturais, grupos de produção artesanal (decoração, moda, alimentos, pesca, entre outros) para receberem capacitações e apoio na estruturação de planos de negócios. Assim, o projeto está dividido em três grandes etapas:

1. Mapeamento de oportunidades junto ao setor turístico e mapeamento de arranjos produtivos, verificando necessidades de melhorias;
2. Capacitação em temas como associativismo; empreendedorismo; aprimoramento de técnicas produtivas; promoção e divulgação da produção; elaboração de portfólio de produtos e plano de negócios, bem como outros temas para aprimorar a aproximação com o mercado
3. Elaboração de plano de negócios, com a realização de festivais e eventos de promoção dos arranjos produtivos e fomento à rodada de negócios para inserção dos arranjos no mercado turístico e outros.



Rodada de negócios entre produtores agrícolas e artesanais, junto à empresários do ramo de hotelaria, lojas de souvenirs, e de alimentação que operam no Parque Nacional do Iguazu, em Foz do Iguazu, Estado do Paraná No Brasil. O objetivo foi aproximar e inserir estes arranjos produtivos na cadeia do turismo, alinhando as necessidades dos empresários com os serviços que podiam ser prestados pelos grupos produtivos locais. A Ação ocorreu no âmbito do Projeto de Valorização de Serviços Ecosistêmicos no Entorno do Parque Nacional do Iguazu do WWF-Brasil. | Foto: Luciana Sagi, 2015



4.4. CULTURA & IDENTIDADE

AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS
Patrimônio histórico e cultural		
A.CI1	Organizar um inventário do patrimônio arquitetônico e etnográfico dos municípios da ilha. Deverão ser definidos níveis de proteção a estes elementos.	Estimular a preservação e restauração dos elementos de valor histórico, artístico, civil ou religioso; da arquitetura tradicional; de interesse etnográfico, da rede viária histórica, das infraestruturas hidráulicas e os trapiches
A.CI2	Incentivar a criação de política de conservação integrada do patrimônio e a implantação de serviços turísticos nestes espaços. Elaborar um plano para o centro histórico de Ribeira Brava, com as diretrizes e as restrições para as intervenções nos espaços.	Estimular a preservação, restauração e manutenção dos sobrados coloniais e dos equipamentos de relevância histórica da ilha, dando novos usos ligados ao setor de turismo, educação, cultura e comércio. Manter o traçado arquitetônico da cidade.
A.CI3	Fortalecer o centro histórico e locais de relevância histórica como produtos turísticos através da criação de um circuito voltado a conhecer a histórica e a cultura local.	Atrair famílias com atividades para crianças; Diversificar os circuitos turísticos; Valorizar os núcleos urbanos e a história local; Incentivar a preservação do patrimônio edificado.
Festividades		
A.CI4	Sistematizar os eventos da ilha (festas tradicionais e religiosas, eventos culturais e festivais) para criação de um calendário anual. As datas devem ser fixadas com no mínimo 6 meses de antecedência e idealmente 12 meses para que as agências de turismo tenham tempo de estruturar e promover a visitação.	Alavancar o turismo e trazer mais vida à ilha ao longo do ano; Fortalecer a cultura local por meio das festividades; Incentivar o turismo interno; Desenvolver o turismo religioso; Organizar as atividades da ilha para melhor promoção do turismo.
A.CI5	Incentivar o desenvolvimento do turismo religioso , junto às festas tradicionais. Podem ser desenvolvidos produtos turísticos e artesanatos específicos, tais como artesanatos, comidas típicas, decoração, entre outros.	Fortalecer as festividades da ilha; Diversificar os produtos turísticos
Produtos Locais		
A.CI6	Criar selo para os produtos locais da ilha do tipo "made in São Nicolau" , de modo a garantir a qualidade dos produtos e o cumprimento de critérios de boas práticas por parte dos produtores.	Valorizar os produtos locais da ilha; Garantir a qualidade dos produtos por meio de critérios de boas práticas; Incentivar o empreendedorismo na ilha para incrementar a renda da população local.
A.CI7	Incentivar a criação de indústrias para produção de produtos locais , tais como queijo, produtos derivados de pescados, geleias, frutas secas e outros.	Diversificar os produtos locais; Diminuir as perdas da produção; Fomentar a criação de novos empregos na ilha e incentivar a fixação da população local; Melhorar o desenvolvimento da economia local.

CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
Curto	Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Patrimônio Cultural, Terceiro Setor
Curto	Câmaras Municipais	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Patrimônio Cultural, Setor Privado, Terceiro Setor
Médio	Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Patrimônio Cultural, SN Turismo, Setor Privado, Terceiro Setor
Curto	Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Patrimônio Cultural, SN Turismo, Setor Privado, Terceiro Setor, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde
Médio	Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, SN Turismo, Setor Privado, Terceiro Setor
Médio	Câmaras Municipais	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Ministério da Agricultura e Ambiente, Terceiro Setor
Médio	Câmaras Municipais	Ministério da Agricultura e Ambiente, DGTT, AAVT, IEPF, EHTV, Pró-Empresa, Terceiro Setor, Setor Privado



P.CI1 FORTALECIMENTO DA CULTURA E IDENTIDADE E PROMOÇÃO DE EVENTOS E FESTIVIDADES

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Estimular e fomentar grupos e entidades locais de dança e música.
Incentivar atividades de fortalecimento da cultura musical local.
Desenvolver produtos turísticos locais e autênticos.
Valorizar e fortalecer eventos e festividades locais.
Resgatar e valorizar sua história e monumentos

Proposta: Fortalecer o contato da música e dança com os jovens;
Criação de oficinas turísticas de músicas e danças;
Programas de subsídio a grupos de dança e música;
Estruturação de calendário cultural turístico;
Resgate e valorização da história e criação de circuito turístico histórico cultural.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Terceito Setor

Modelo de gestão:

Entidades envolvidas: Câmaras Municipais, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Patrimônio Cultural, Terceiro Setor, Associação de Turismo, Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design

Estimativa orçamentária: Este item será apresentado no Master Plan Final

A musicalidade cabo-verdiana possui importante identidade cultural, com ritmos próprios com destaque ao Tambaká, Batuque, Funaná, Morna e Coladeira e ainda tendo Praia, na ilha de Santiago, como uma das Cidades da Música elencada pela UNESCO. Na ilha de São Nicolau, entretanto, a musicalidade ainda é incipiente e pouco explorada, impedindo seu proveito enquanto produto e identidade do turismo local.

Com a perspectiva de reverter essa situação, este projeto é desenvolvido através de propostas que visam o fomento da música e dança em São Nicolau, a fim de tornar a cultura um diferencial do destino, tornando sua experiência mais atrativa e única, assim como promover eventos e festividades próprias que tragam notoriedade para a ilha.

A seguir, seguem as propostas a serem desenvolvidas:

FORTALECER O CONTATO DA MÚSICA E DANÇA COM OS JOVENS

O contato da criança com a cultura estimula seu aprendizado e potencializa seu desenvolvimento no médio e longo prazo. Para isso, propõe-se duas realizações a serem implantadas em São Nicolau visando a construção do aprendizado musical para a juventude: a incorporação de atividades musicais como disciplina escolar; criação e incentivo ao aprendizado da dança e música a crianças e adolescentes através de instituições especializadas.

Entende-se que a incorporação de atividades voltadas à musicalidade na grade de ensino das escolas do município é essencial para sua difusão pela importância da escola no primeiro contato dos jovens com conhecimentos gerais e cultura. Seu ensino pode ser feito através da contratação de especialistas ou por parceria com instituições da área. O intuito desse programa não é o ensino aprofundado às crianças, mas a difusão e afirmação da cultura local. Atividades complementares podem estar ligadas a este ensino como festivais escolares ou programas de interação entre países, como o projeto Olhares Cruzados Brasil-Cabo Verde, desenvolvido em 2014 pela ONG Imagem da Vida que levou a música como objeto de interação entre os países.

A criação e incentivo ao aprendizado da dança e música a crianças e adolescentes através de



Batucadeiras | Fonte: www.chaodeoliva.com/periferias/periferias-2019/175-outras-atividades/351-batucadeiras-exposicao



Cabo-verdianas dançando morna | Fonte: www.mundodanca.art.br/2013/06/dancas-africanas-cabo-verde-morna.html



Atividade do Noz Ritmu | fonte: atividades desenvolvidas para Ponta Cana | Fonte: www.facebook.com/codediritmu



Exemplo de festival escolar de dança de São Caetano do Sul (Brasil) | Fonte: www.abcdabc.com.br/sao-caetano/noticia/2-festival-escolar-danca-sao-caetano-reune-grande-publico-43345



instituições especializadas proporciona aos jovens o aprofundamento no conhecimento da identidade e tradições locais, além de propor perspectivas e atividades alternativas sociais. O incentivo às instituições especializadas pode ocorrer através de editais ou parcerias com o Estado. Realizado no Sal, o projeto “Noz Ritmu”, desenvolvido pela CODE CV, é um exemplo de atividade nesse sentido. Criado com o intuito de estimular o contato dos jovens com a cultura e tradição local, além de procurar afastar os jovens de atividades ilícitas, o programa propõe cursos de seis meses de duração com o desenvolvimento da dança através da fusão de ritmos tradicionais com danças modernas, com produção de coreografias e vestuários próprios. Serve-se também de exemplos projetos brasileiros como a Escola Olodum, criado pelo grupo de mesmo nome em 1984, o Grupo Cultural Afroreggae, de 1993 e o Projeto Guri como instituições culturais para crianças e adolescentes. Apresentações de grupos infanto-juvenis promovidas pelos programas podem fazer parte do calendário cultural turístico desenvolvido para o São Nicolau.



Exemplo de programas musicais voltados a jovens. Escola Olodum | Fonte: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/12/escola-olodum-abre-inscricoes-gratuitas-para-cursos-em-salvador.html>

PROGRAMA DE SUBSÍDIO A GRUPOS DE DANÇA E MÚSICA

Deve-se criar editais para fomentação através de subsídios a grupos de dança e música. Os editais podem ter apoio de entidades privadas para suporte de estrutura e financeira. A missão dessa proposta é o incentivo a grupos de qualquer natureza, seja entidades de ensino musicais, grupos de dança, entre outros. Os editais devem ter vínculos ao calendário cultural turístico da ilha, devendo os grupos subsidiados realizar contrapartidas culturais como oficinas, cursos e apresentações.



Exemplo de programas de fomento à dança e música é o Programa Municipal de Fomento à Dança da Prefeitura de São Paulo, no Brasil. O programa abre edital de chamada duas vezes por ano para selecionar grupos e companhias culturais que recebem subsídio para pesquisa, produção, circulação e manutenção de suas atividades. Ainda são promovidas mostras e oficinas dos grupos subsidiados como forma de divulgação e contato da população com a arte. | fonte: www.dancabrasil.com.br/mostra-do-fomento

CRIAÇÃO DE OFICINAS TURÍSTICAS DE MÚSICAS E DANÇAS

Os turistas cada vez mais procuram vivenciar e aprender culturas típicas dos destinos que visitam. A fim de captar essa tendência, é proposto a criação de oficinas de dança e música para os visitantes da ilha. Essa experiência pode ser realizada dentro por grupos musicais em suas sedes, centros culturais ou em locais públicos.



Exemplo de oficina de dança típica para turistas em Tóquio | fonte: www.tokyo-tradition.jp/2018/eng/program/032

ESTRUTURAÇÃO DE CALENDÁRIO CULTURAL TURÍSTICO

Deve ser produzido uma agenda idealmente anual, ou eventualmente semestral, com eventos e festividades da ilha, que seja disponibilizando sempre ao fim do ano/semestre antecedente de modo que agências e turistas consigam organizar e promover viagens utilizando essa base de eventos, expandindo o potencial de oferta da ilha. Eventos já existentes como o Festival do Atum e o Festival Praia de Tedja, assim como outros acontecimentos como carnaval, romarias e eventos locais devem ser fortalecidas, complementados com novas apresentações e eventos, estruturando um circuito de festividades que contemple os visitantes de diversas épocas e promova atividades permanentes aos grupos e entidades de cultura local. Editais de dança e música, artesanato e gastronomia subsidiam eventos para o desenvolvimento do calendário.

A cidade de Praia, na ilha de Santiago, é um exemplo a ser seguido. O município promove oito festivais e mais de 100 eventos musicais/culturais anuais, contribuindo para a valorização e desenvolvimento da cultura como polo econômico e turístico.



Festival Praia d' Tedja, maior evento musical da ilha de São Nicolau | fonte: submarinocaboverdiano.blogspot.com/2015/08/fotos-festival-praia-dtedja-2015.html



Krioli Jazz Festival, maior evento promovido em Praia | fonte: expressodasilhas.cv/cultura/2019/04/12/palavras-de-ordem-ame-o-kriol-jazz-festival

RESGATE E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CRIAÇÃO DE CIRCUITO TURÍSTICO HISTÓRICO CULTURAL

São Nicolau possui elementos importantes da história de Cabo Verde como o Liceu Ludgero Lima, mais antiga escola secundária do país, o Orfanato Rainha Santa Isabel e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, além de outras características históricas como a presença de Pedro Álvares Cabral em Preguiça.

Esse perfil deve ser valorizado e explorado como produto turístico. Para isso, deve-se fomentar a pesquisa e suporte de suas estruturas históricas, desenvolvimento de expografia adequada e a criação de um circuito turístico histórico para os visitantes da ilha.



Monumento em homenagem a armada de Pedro Álvares Cabral | Acervo Próprio, 2019



P.CI2 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO ARTESANATO LOCAL

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Capacitar, aperfeiçoar e profissionalizar dos artesãos locais.
 Estimular e fortalecer o artesanato local para a criação de produtos e feiras para os turistas.
 Valorizar a produção local.

Proposta: Cursos e capacitação;
 Criação de programas de subsídio a centros de artesanatos;
 Criação de oficinas de artesanato para os turistas;
 Consolidação da política nacional de selo para produtos locais e formalização das identidades geográficas nos produtos;
 Mapeamento e plataforma de informações dos artesãos;
 Fomento a eventos e feiras de artesanato.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Setor Privado, Terceiro Setor

Modelo de gestão:

Entidades envolvidas: Câmaras Municipais, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Patrimônio Cultural, Terceiro Setor, Associação de Turismo, Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Escola de Hotelaria e Turismo

Estimativa orçamentária: Este item será apresentado no Master Plan Final

Este projeto promove o fortalecimento e reconhecimento do artesanato local, desenvolvendo estratégias de apoio, estruturação e promoção que favoreça o produto como expressão cultural cabo-verdiana, impulsionando seu contato com os turistas e consolidando o empreendedorismo dos artesãos.

Ressalta-se o trabalho do Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design (CNAD) que desenvolve programas a diversas áreas culturais cabo-verdiana, entre elas o artesanato. As propostas de fomento do artesanato aqui desenvolvidas buscam trabalhar em conjunto com o CNAD, fortalecendo seus programas, assim como incorporando novas propostas que consolide o artesanato como manifestação cultural e produto turístico no Sal. A seguir, seguem as propostas que estruturam este projeto:

CURSOS E CAPACITAÇÃO

Deve-se promover a capacitação dos artesãos de São Nicolau para aperfeiçoamento e resgate do artesanato local e diversificação dos produtos. Junto à capacitação técnica, deve haver a profissionalização dos artesãos e a capacitação na gestão de pequenos negócios/ empreendedorismo. A capacitação na gestão de pequenos negócios é fundamental para que as artesãs se profissionalizem, auxiliando, inclusive, na definição do preço de venda do artesanato, baseando-se nos custos da produção e análise do mercado. A capacitação pode contribuir não só para a gestão do negócio de forma individual, mas o associativismo, como a criação de uma associação de bordadeiras, e a criação ou participação em feiras e rodadas de negócios.



Exemplo de aperfeiçoamento cultural realizado no Centro Regional de Apoio ao Artesanato de Ponta Delgada, Portugal com a residência criativa de artesanato. | Fonte: www.facebook.com/CentroNacionaldeArtesanatoeDesign

CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE SUBSÍDIO A CENTROS DE ARTESANATOS

Cria-se editais de subsídios para centros de artesanatos que promovam o desenvolvimento, ensino e pesquisa do artesanato cabo-verdiano. Os centros devem promover atividades voltados ao aprendizado e qualificação do artesanato para a população local.

CRIAÇÃO DE OFICINAS DE ARTESANATO PARA OS TURISTAS

Os turistas cada vez mais procuram vivências e aprender culturas típicas dos destinos que visitam. A fim de captar essa tendência, é proposto a criação de oficinas de artesanato para os visitantes



Artesão contemplado pelo Programa Ponto de Cultura, programa brasileiro que subsidia centros que disseminam a cultura regional | Fonte: <https://fundacc.sp.gov.br/oficina-do-mestre-joca-e-reconhecida-por-ministerio-como-ponto-de-cultura>



da ilha. Essa experiência pode ser realizada em feiras, oficinas de trabalhos dos artesãos, espaços culturais, locais públicos ou mesmo dentro dos hotéis da ilha, este visando conseguir expandir a experiência dos turistas mais reclusos para além dos resorts.

CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SELO PARA PRODUTOS LOCAIS E FORMALIZAÇÃO DAS IDENTIDADES GEOGRÁFICAS NOS PRODUTOS.

Cabo Verde desenvolveu a criação do selo "Created in Cabo Verde" para destacar e valorizar os produtos de origem cabo-verdianos. É essencial a consolidação da sua aplicação. Complementando ao selo, propõe-se a criação de marca de de identidades geográficas nos produtos desenvolvidos na ilha como forma de fortalecer a relação do território e de seus produtos.

MAPEAMENTO E PLATAFORMA DE INFORMAÇÕES DOS ARTESÃOS

Deve ser trabalhado, em conjunto com o Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, o projeto de desenvolvimento de uma plataforma nacional dos artesãos cabo-verdianos. Sua organização de trabalhadores funciona através do cadastramento e mapeamento dos artesões cabo-verdianos, que tenham o selo "Created in Cabo Verde", produzindo uma plataforma de contato entre os artesões e os turistas, facilitando o acesso a localização dos ateliês e lojas, assim como a promoção de seus trabalhos, oficinas e outras informações, aproximando os viajantes e os artesãos. A plataforma também faz parte da rede nacional de lojas de artesanatos proposto pelo CNAD.

FOMENTO A EVENTOS E FEIRAS DE ARTESANATO

Deve-se disponibilizar espaços e datas fixas semanais para a criação de feiras locais de artesanatos em pontos culturais e turísticos de São Nicolau facilitando o acesso e oferta dos artesãos aos turistas.



Oficina de artesanato turístico na Tailândia | Fonte: www.handcrafttourism.com/en/aboutvillage/ban-kuan-wualai-village/



Exemplo da criação de etiqueta de identificação geográfica em produto artesanal realizada em São Vicente. Trabalho desenvolvido junto com o Projeto Rede de Turismo Solidário e Sustentável São Vicente valoriza o produto local e relaciona o produto com a rota turística | Acervo próprio, 2019



Um exemplo de programa de fomento do artesanato é o Programa do Artesanato Brasileiro que tem a missão de coordenar e estruturar a atividade através de cursos de qualificação e capacitação, cadastramento, apoio a feiras e associações, prêmios, intercâmbios e outros instrumentos de incentivo. Exemplo é a feira de artesanato promovida pelo programa | Fonte: www.artesol.org.br/novo/rede/membro/programa_do_artesanato_brasileiro_pab

P.CI3

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GASTRONOMIA

Grau de prioridade: Média

Objetivo: Estimular e fortalecer a gastronomia como identidade local;
 Profissionalizar e valorizar estabelecimentos locais;
 Desenvolver produtos turísticos ligados à gastronomia.

Proposta: Cursos e capacitação;
 Criação de selo de qualidade dos estabelecimentos;
 Criação de oficinas de gastronomia para os turistas;
 Criação de tour gastronômicas.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Setor Privado, Terceiro Setor

Modelo de gestão:

Entidades envolvidas: Câmaras Municipais, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Patrimônio Cultural, Terceiro Setor, Associação de Turismo, Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Escola de Hotelaria e Turismo

Estimativa orçamentária: Este item será apresentado no Master Plan Final



Este projeto prevê o fortalecimento da gastronomia típica do país, destacando as individualidades presentes na ilha de São Nicolau através de propostas que incentive a exploração de ingredientes e gastronomia local, instrumentos de promoção de estabelecimentos e fomento a atividades aos turistas.

CURSOS E CAPACITAÇÃO

Deve-se promover a capacitação de produtores de São Nicolau para aperfeiçoamento da gastronomia local e diversificação dos produtos. Junto à capacitação técnica, deve haver a profissionalização a capacitação na gestão de pequenos negócios/empreendedorismo. A capacitação na gestão de pequenos negócios é fundamental para que os produtores se profissionalizem, auxiliando, inclusive, na definição do preço de venda dos produtos, baseando-se nos custos da produção e análise do mercado. A capacitação pode contribuir não só para a gestão do negócio de forma individual, mas o associativismo, como a criação de uma associação de restaurantes, bares e cooperativas, e a criação ou participação em tours e feiras gastronômicas.

CRIAÇÃO DE SELO DE QUALIDADE DOS ESTABELECEMENTOS

Criar selo de classificação sanitária dos estabelecimentos gastronômicos da ilha. Deve-se criar parâmetros que classifique os locais e estruturar a sua fiscalização sanitária contínua. O selo funciona como um incentivo aos estabelecimentos de manter elevado o nível sanitário e serve como informação segura para os turistas consumirem seus produtos.



Grogue típico de São Nicolau | Acervo próprio, 2019.



Cursos de aperfeiçoamento de pratos típicos em São Luís, Brasil | fonte: <http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/23901/>



Selo de qualidade sanitária presente nos estabelecimentos de Nova Iorque | fonte: www.nytimes.com/2018/06/05/dining/new-york-restaurant-inspections-by-the-numbers.html

CRIAÇÃO DE OFICINAS DE GASTRONOMIA PARA OS TURISTAS

Os turistas cada vez mais procuram vivências e aprender culturas típicas dos destinos que visitam. A fim de captar essa tendência, é proposto a criação de oficinas de gastronomia para os visitantes da ilha. As oficinas podem envolver o conhecimento e preparo em estabelecimentos de alimentos e bebidas, como também a experiência da produção de gastronomia local, como nas produtoras de grogues típicas da região, com visitas e aulas nas etapas de processos das bebidas, como colheita, produção, engarrafamento e degustação.



Oficina de culinária tailandesa para turistas | fonte: <https://thai-secret-cooking-school.blogspot.com/2018/09/thailand-tourism-at-its-finest-thai.html>

CRIAÇÃO DE TOUR GASTRONÔMICAS

Através da associação de estabelecimentos gastronômicos, deve ser desenvolvido um tour gastronômico turístico que contemple a experiência em diferentes estabelecimentos que ofereça particularidades gastronômicas aos visitantes. O circuito deve ter plataforma de informação para os grupos e a presença de um guia que oriente e explique as peculiaridades e história de São Nicolau através da gastronomia e de seus ingredientes. Os circuitos podem ser realizados em estabelecimentos de alimentação e bares, assim como em produtoras locais como as de grogues típicos da região.



Visita à produção de cachaça em Taubaté, São Paulo. Fonte: panrotas.com.br/noticia-turismo/hotelaria/2013/05/hotel-fazenda-mazzaropi-oferece-visitas-a-producao-de-cachaca_88806.html



Tour de tapas em Barcelona | fonte: <https://free-barcelona-tours.com/tours/original-barcelona-tapas-tour/>



P.G4 FORTALECIMENTO E PROMOÇÃO DO CARNAVAL

Grau de prioridade: Baixa

Objetivo: Estruturação e fortalecimento do carnaval local, consolidando a atividade como identidade cultural local e promovendo-o como produto turístico.

Proposta: Criação de edital para patrocinadores do carnaval;
Subsídio aos grupos de desfile, artistas, performances culturais e bloco de rua;
Promoção e divulgação do carnaval no calendário cultural turístico

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Setor Privado, Terceiro Setor

Modelo de gestão:

Entidades envolvidas: Câmaras Municipais, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Patrimônio Cultural, Terceiro Setor, Associação de Turismo, Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design

Estimativa orçamentária:

Este projeto visa desenvolver o Carnaval de São Nicolau, mantendo seu perfil de carnaval de rua, criando propostas que fortaleça e promova a festa conforme seu potencial identificado, consolidando esta identidade cultural local e estruturado a atividade como produto turístico. Assim, é descrito a seguir as propostas para seu desenvolvimento.

criação de edital para patrocinadores do carnaval

Deve ser criado editais para entidades privadas patrocinarem o Carnaval de São Nicolau. Os editais podem ser realizados através de produtos específicos, como patrocínio aos blocos de desfiles e patrocínio para artistas de ruas, ou um edital único para todas as atividades carnavalescas. As contrapartidas para incentivo da participação das empresas podem ser de diferentes naturezas como propagandas, exclusividade de produtos, entre outras possibilidades.

A renda provinda dos patrocínios serve para dar suporte e estruturação do carnaval, além de subsídios aos grupos que o promovem.



O carnaval de rua de São Paulo, Brasil, é exemplo de estruturação através de patrocínio de empresa privada. Anualmente a prefeitura da cidade abre um edital para patrocínio da festa que possibilita o subsídio para a sua realização | Imagem: foliões acompanhando blocos de rua em São Paulo, fonte: <https://noticias.uol.com.br/carnaval/2019/noticias/estadao/2019/02/06/subsidiaria-da-ambev-vai-patrocinar-o-carnaval-de-rua-de-sao-paulo.htm>

Subsídio aos grupos de desfile, artistas, performances culturais e bloco de rua

Identifica-se que apesar de atualmente haver apoio financeiro do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas (MCIC) aos grupos de desfile do carnaval, vê-se necessário maior subsídio a essas entidades e ampliação a outros artistas e entidades que gerem atividades durante o carnaval. Com esse entendimento, propõe-se a criação de editais de subsídio, fomentando o crescimento de desfiles, apresentações e performances. A verba para esse suporte pode ser provido diretamente do Fundo do Turismo ou de patrocínio do Carnaval.



Carnaval de Salvador abre editais anuais para grupos e artistas se apresentarem no carnaval de rua da cidade em apresentações, desfiles e outras atividades. | Fonte: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=277>

Promoção e divulgação do carnaval no calendário cultural turístico

Deve ser fortalecido e ampliado a promoção e divulgação do Carnaval de Nicolau como produto turístico. Para isso desenvolve-se duas diretrizes para a estruturação dessa proposta: criação de divulgação específica do Carnaval de São Nicolau como atrativo através de plataformas com informações e detalhes da festa; e incentivo a criação de pacotes turístico com agências da área para o carnaval, onde pode ser incorporado hospedagem, ingresso para eventos e outros produtos dentro do pacote de modo que facilite ao turista seu acesso. O Carnaval deve ser contemplado no calendário cultural turístico de São Nicolau.



4.5. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS	CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.A1	Desenvolver e estruturar um Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima de São Nicolau com o objetivo de planejar o uso e ocupação desse espaço para a sustentação natural e econômica da Zona Costeira, sendo necessário aprovação junto ao IMP.	Melhorar o ordenamento do território; Criar os mecanismos para proteção e preservação; Minimizar impactos negativos que podem ser gerados pela visitação e ocupação humana; Ordenar os diferentes usos e atividades específicas; Classificação e valorização das praias e a regulamentação do uso balnear	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, ENAPOR - Portos de cabo Verdes, Instituto Marítimo Portuário, Terceiro Setor
A.A2	Estudar e incentivar a aplicação do Sistema de Bandeira Azul . A certificação internacional pode ser aplicada em praias, marinas e operadores de embarcações de turismo sustentável desde que cumpram com uma série de critérios sustentáveis.	Desenvolvimento sustentável do turismo por meio da conscientização dos cidadãos e tomadores de decisão para a necessidade de se proteger ambientes costeiros, além de incentivar a realização de ações que conduzam à resolução de conflitos.	Médio	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, ENAPOR - Portos de cabo Verdes, Instituto Marítimo Portuário, Terceiro Setor, SN Turismo
A.A3	Incentivar a criação de um Geoparque em São Nicolau e em outras ilhas, tal como o exemplo de Açores.	Valorização e divulgação do geopatrimônio; preservação ambiental; incentivo a educação e pesquisa; promoção do turismo sustentável.	Longo	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, SN Turismo, Instituto do Patrimônio Cultural
A.A4	Contratar consultoria para elaborar os estudos de capacidade de carga dos atrativos naturais da ilha .	Minimizar os impactos do turismo no território; preservar as condições físicas, naturais e biológicas dos atrativos	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, SN Turismo, Instituto do Patrimônio Cultural, Terceiro Setor
A.A5	Incentivar estudos para a catalogação dos dragoeiros existentes e a criação de programa de reflorestamento , conservação e proteção da espécie (reconhecida atualmente como símbolo da ilha), fortalecendo a imagem do dragoeiro enquanto patrimônio.	Analisar a atual situação da espécie na ilha e garantia de medidas de proteção especiais (está atualmente em estado de vulnerabilidade); reflorestamento da espécie, que encontra em São Nicolau o ambiente ideal ao seu crescimento.	Curto	Direcção Geral do Ambiente	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Turismo e Transportes
A.A6	Desenvolver e estruturar um programa de proteção às tartarugas , principalmente junto às comunidades locais. Elaboração de um inventário de lugares de nidificação de aves marinhas no litoral.	Identificação dos locais de nidificação das tartarugas; conscientização dos cidadãos e tomadores de decisão para a necessidade de proteção da espécie; diminuição da alta taxa de captura.	Curto	Direcção Geral do Ambiente	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Turismo e Transportes
A.A7	Apoiar e fortalecer o desenvolvimento do ensino e sensibilização dos conceitos de sustentabilidade, conservação e preservação ambientais nas escolas .	Fortalecer o programa que já vem sendo realizado em algumas escolas; ampliar esse conhecimento a toda rede de ensino.	Curto	Câmaras Municipais	DGTT, AAVT, IEPF, EHTV, Terceiro Setor

PROJETOS



P.A1

FORTALECIMENTO DO PARQUE NATURAL DO MONTE GORDO

Grau de prioridade: Média

Objetivo:

Realizar melhorias na infraestrutura do parque visando fortalecer as atividades de uso público existentes e identificar usos potenciais, em conformidade com a conservação dos valores naturais e culturais, conforme as estratégias ambientais e o Plano de Gestão da área protegida.

Fomentar a arrecadação de recursos para auxiliar na manutenção das atividades de uso público do parque.

Proposta:

Revisar, atualizar o Plano de Gestão do Parque Natural do Monte Gordo e implementar os planos de desenvolvimento ali estruturados;

Indicar novas atividades de ecoturismo e identificar oportunidades para sua estruturação por meio de parcerias;

Realização de melhorias e valorização da sinalização interpretativa, visando enriquecer a experiência de visita com foco na ampliação da conscientização ambiental;

Realização de melhorias no Centro de Visitantes e estruturação de serviços de apoio à visita como serviço de alimentação, exposição e loja;

Incentivo ao turismo rural no interior do Parque, utilizando infraestrutura existente, a qual deverá receber melhorias e adaptações, se necessário.

Realização de melhorias na sinalização indicativa e de acesso nas trilhas do Parque.

Responsável pela estruturação do projeto:

Direcção Geral de Turismo e Transportes e Direcção Geral do Ambiente

Modelo de implantação:

Estado, PPP, Terceiro Setor

Modelo de gestão:

Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor

Entidades envolvidas:

Direcção Geral de Turismo e Transportes, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, SN Turismo, Instituto do Património Cultural, Terceiro Setor

Estimativa orçamentária:

Este item será apresentado no Master Plan Final



Imagem: Pico Monte Gordo. Fonte: Acervo próprio, 2019.

A Área Protegida de Monte Gordo apresenta uma superfície terrestre de 952 hectares, abrigando vasta riqueza de flora e fauna com espécies endêmicas e ameaçadas, incluindo importante população natural de Dragoeiro, espécie nativa ameaçada. O Parque, considerado uma das sete maravilhas de Cabo Verde, é dotado de uma variedade de tipos de habitats, sendo um dos poucos lugares para se conhecer a vegetação nativa da ilha. Dessa forma, possui enorme potencial para realização de atividades de ecoturismo, por sua vez em conformidade com a fragilidade do ecossistema.

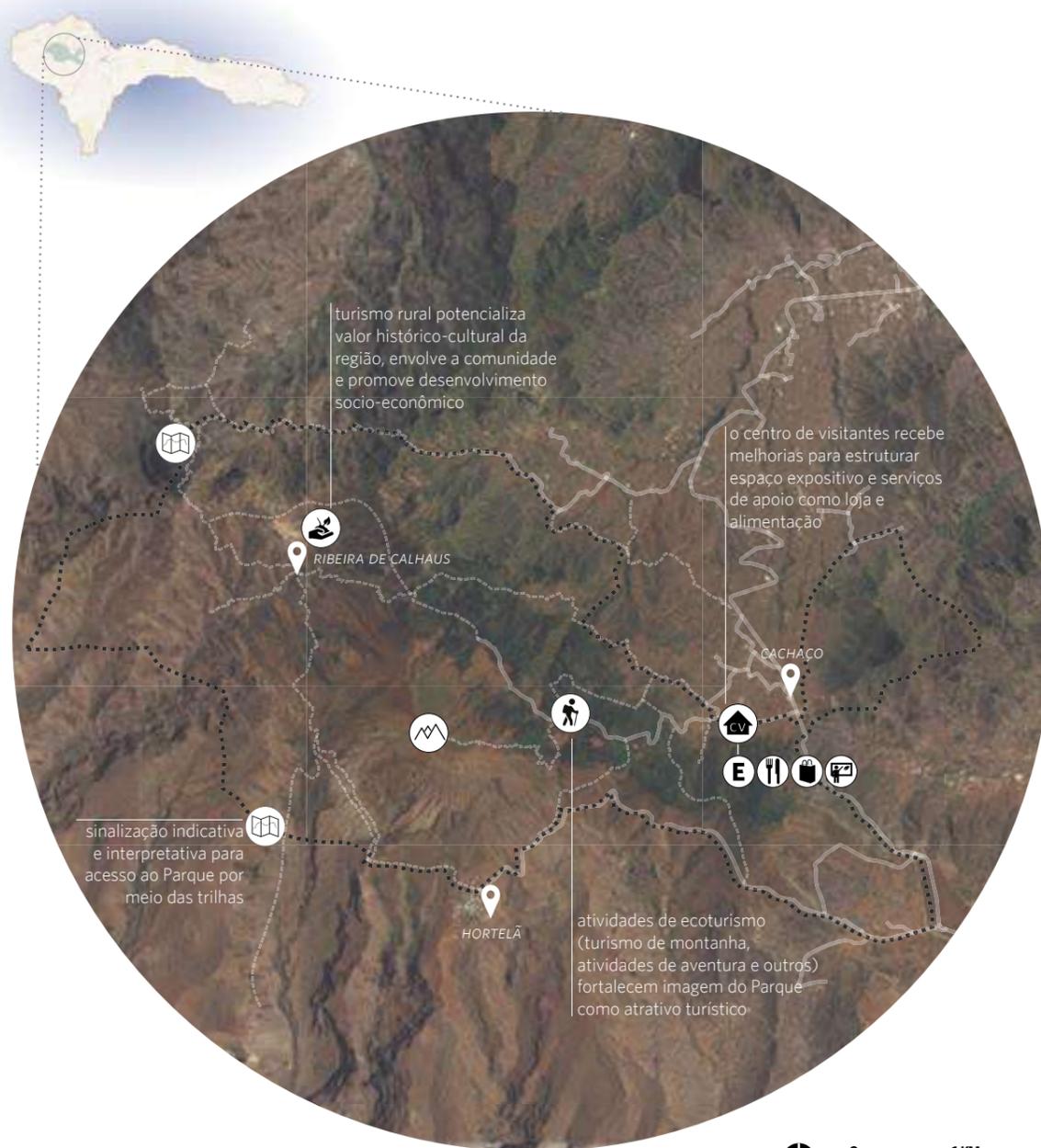
Dentro dos limites da AP há localidades habitadas (Ribeira de Calhaus), com edificações residenciais e onde se verifica a prática de agricultura - tais locais, em conformidade com o estabelecido pelo Plano de Gestão e Órgão Gestor do Parque, tem potencial para receber turismo rural, valorizando os recursos naturais, culturais e sociais da região.

O Parque ainda possui edificações e infraestrutura que podem abrigar serviços de apoio à visita e estrutura de apoio às atividades de ecoturismo, pesquisa e recreação. O Centro de Visitantes poderá estar associado a um museu/exposição interpretativa, bem como a um serviço de alimentação e loja para venda de produtos locais.



Imagens: Trilhas e panorama geral do Parque, respectivamente. Fonte: Acervo próprio, 2019.

PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO



-  PICO MONTE GORDO
-  CENTRO DE VISITANTES
-  ESTACIONAMENTO
-  SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO
-  LOJA
-  ATIVIDADES DE ECOTURISMO
-  SINALIZAÇÃO / PORTAL ACESSO
-  TURISMO RURAL
-  EXPOSIÇÃO
-  VIAS
-  TRILHAS
-  LOCALIDADES



MUSEU / EXPOSIÇÃO INTERPRETATIVA

A criação de um museu etnográfico, com exposição interpretativa sobre os valores naturais, culturais e históricos da AP e região, é relevante para fortalecer a visitação no Parque. Assegurar seu papel como local fundamental de preservação e conservação, símbolo da riqueza de biodiversidade e resiliência, valorizando espécies endêmicas como o Dragoeiro, auxilia a consolidar a imagem do Parque como um significativo atrativo turístico no país. O Plano de Gestão do Parque indica a possibilidade de criação do museu associado ao Centro de Visitantes.



Imagem: Centro Interpretativo. Fonte: Google Imagens

ECOTURISMO

O fortalecimento de atividades de aventura vinculadas ao ecoturismo aproveita o potencial do Parque para oferta de atividades do gênero. Poderão ser estruturadas atividades de diferentes níveis abrangendo um perfil de público diverso: trilhas e trekking, escalada, rapel, arborismo, circuitos de bicicleta, dentre outros. As atividades poderão ser estruturadas por meio de parcerias e deverão acontecer nas zonas em conformidade com o Plano de Gestão do Parque.



Imagem: Circuito de bicicletas em trilhas determinadas compõem as atividades de ecoturismo. Fonte: <https://www.visitutah.com>

SINALIZAÇÃO

Melhorias na sinalização indicativa e interpretativa valorizam os recursos naturais, históricos e culturais do parque e enriquecem a experiência de visitação. Instalação de sinalização nos acessos do Parque.



Imagem: Sinalização indicativa e interpretativa. Fonte: Google Imagens

TURISMO RURAL

O turismo rural oferece oportunidade para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade local e do entorno, além de diversificar e enriquecer a experiência de visitação. Melhorias deverão ser realizadas nas estruturas identificadas associadas às atividades, bem como às destinadas ao alojamento dos visitantes.



P.A2

INCENTIVO E APOIO À CRIAÇÃO DE NOVAS ÁREAS PROTEGIDAS NA ILHA (GESTÃO, VISITAÇÃO)

Grau de prioridade: Alta

Objetivo:

Fomentar a criação de regramentos para uso e ocupação de áreas naturais, culturais e históricas da Ilha de São Nicolau. As Áreas Protegidas oferecem uma gama de bens e serviços ecológicos e ao mesmo tempo em que preservam patrimônio natural e cultural, contribuem para o desenvolvimento socioeconômico na região. Ainda, conformam enorme potencial para o desenvolvimento de atividades e experiências turísticas singulares, sustentáveis e voltadas ao ecoturismo. Nas Ilhas do Norte observa-se a relação intrínseca entre os valores naturais, culturais e históricos, justificando estratégias de conservação integradas para uma gestão sustentável dos recursos. Planos de desenvolvimento do turismo devem estar estritamente coordenados com os planos e estratégias de gestão das áreas protegidas, com a finalidade de conservar, proteger e/ou restaurar elementos e processos naturais e culturais e ao mesmo tempo ordenar atividades e uso público por meio de ferramentas que compatibilizam os diferentes interesses existentes nos espaços naturais.

Proposta:

Promover incentivo para garantir a implementação de novas Áreas Protegidas na Ilha de São Nicolau, definidas pelo EROT, bem como o desenvolvimento de ferramentas de gestão para estes locais, ressaltando a necessidade de interação com os planos de desenvolvimento do turismo uma vez que este setor depende diretamente dos recursos naturais da Ilha.

Responsável pela estruturação do projeto:

Direcção Geral de Turismo e Transportes e Direcção Geral do Ambiente

Modelo de implantação:

Estado, PPP, Terceiro Setor

Modelo de gestão:

Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor

Entidades envolvidas:

Direcção Geral de Turismo e Transportes, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, SN Turismo, Instituto do Patrimônio Cultural, Terceiro Setor

Estimativa orçamentária:

Este item será apresentado no Master Plan Final



MN: Monumento Natural

PP: Paisagem Protegida

RN: Reserva Natural

LIC: Lugar de Interesse Científico



Imagem: Exemplo do Carbeirinho, localizado em uma das regiões definidas como Área a Proteger. O ordenamento das atividades e uso público no local é fundamental para preservação desse geossítio e sua paisagem representativa. Fonte: Acervo Próprio, 2019



4.6. INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS	CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
A.11	Desenvolver mapa com as trilhas e circuitos existentes na ilha , demonstrando, de forma clara, o nível de dificuldade de cada passeio, o tempo e distância do percurso, os atrativos, entre outras informações.	Facilitar o turista na estruturação de sua viagem; Tornar os percursos auto guiados; Deixar mais claro as opções de passeio que o turista tem na ilha.	Curto	Instituto de Turismo de Cabo Verde	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Turismo e Transportes
A.12	Fortalecer os espaços públicos dos núcleos urbanos , com a implantação de parques infantis e a ativação de atividades culturais e recreativas que contribuem para a sua revitalização levando a um maior dinamismo e uso (apresentações da cultura local, grupos musicais e feiras de exposição artesanal).	Diversificar as atividades recreativas na ilha; Valorizar os núcleos urbanos; Implantação de atividades voltadas para públicos diversificados (famílias, crianças, idosos, jovens);	Curto	Câmaras Municipais	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura
A.13	Incentivar a revisão do EROT da ilha e a elaboração dos Planos Especiais de Ordenamento do Território das ZDTIs , quando forem estabelecidas.	Garantir o ordenamento territorial da ilha, prevendo os usos compatíveis o meio ambiente; Minimizar impactos negativos sobre o território	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, SN Turismo, Terceiro Setor, Cabo Verde Trade Invest, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde
A.14	Desenvolver um Selo de Qualidade de Turismo para os estabelecimentos turísticos, focado em certificar a recepção e atendimento, a qualidade dos estabelecimentos, a implantação de soluções sustentáveis, instalações acessíveis, a capacitação dos funcionários, entre outros.	Garantir um padrão qualificado para os turistas; Assegurar a competitividade dos empreendimentos que deverão buscar por uma maior qualidade nos serviços; Reconhecimento e melhoria na visibilidade e posicionamento dos empreendimentos.	Médio	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, SN Turismo, Terceiro Setor, Cabo Verde Trade Invest, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde, Conselho Nacional de Turismo
A.15	Criar incentivos fiscais e econômicos para a implantação de infraestruturas e atividades turísticas . Priorizar os cabo verdianos que não conseguem competir com investidores estrangeiros. Criar condições especiais de financiamento com juros mais baixos.	Ampliar a baixa oferta de equipamentos para hospedagem estando de acordo com o Plano de Ordenamento Territorial, priorizando a sustentabilidade; dinamizar a economia comunitária.	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, SN Turismo, Terceiro Setor, Cabo Verde Trade Invest, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde, Conselho Nacional de Turismo, Pró-Empresa, Setor Privado, Terceiro Setor
A.16	Apoiar as Câmaras Municipais e outras instituições , sejam de caráter público, privado ou do terceiro setor, na implantação dos projetos e dos programas em andamento e que visam o desenvolvimento do turismo.	Implantar projetos previstos e que ainda não conseguiram ser concretizados com a temática do turismo.	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Cabo Verde Trade Invest, Câmaras Municipais, SN Turismo, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Conselho Nacional de Turismo, Setor Privado, Terceiro Setor



COD.	AÇÃO	OBJETIVOS
A.17	Incentivar e criar as condições para o desenvolvimento da pesca como atividade turística (pesca submarina, esportiva e artesanal; mergulho, fotografia, lavas submarinas). Criar as normativas e os parâmetros de segurança para a atividade, além da regulamentação dos pontos de pesca e mergulho	Diversificar os atrativos turísticos; Promover uma segunda fonte de renda aos pescadores locais; Fortalecer o turismo náutico, que também é potencial na ilha.
A.18	Incentivar e criar as condições para o desenvolvimento de Birdwatching , catalogando os pontos para a atividade.	
A.19	Criar incentivos fiscais, econômicos e de financiamento para que os emigrantes invistam na ilha em negócios atrelados ao turismo, comércio e/ou produção local.	Atrair investidores para promoção e desenvolvimento do turismo; Atrair cabo verdianos emigrantes de volta à ilha; Fomentar a criação de novos empregos e incentivar a fixação da população local; Desenvolvimento da economia local.

CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
Médio	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Ministério da Economia Marítima, Câmaras Municipais, SN Turismo, Setor Privado, Terceiro Setor
Médio	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Direcção Geral do Ambiente, Ministério da Economia Marítima, Câmaras Municipais, SN Turismo, Setor Privado, Terceiro Setor
Curto	Cabo Verde Trade Invest	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, SN Turismo, Terceiro Setor, Cabo Verde Trade Invest, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde, Conselho Nacional de Turismo, Pró-Empresa, Setor Privado, Terceiro Setor

PROJETOS



P.11 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS INTERPRETATIVOS E DE ACOLHIMENTO DO VISITANTE E ESPAÇOS DE PROMOÇÃO AO TURISMO

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Divulgar e informar de maneira interativa os produtos turísticos e facilitar a sua comercialização.

Localização: Ribeira Brava, Tarrafal, Preguiça.

Proposta: Implantar um Centro Interpretativo e de Acolhimento ao Visitante na Ilha de São Nicolau, localizado em Ribeira Brava. O Centro deverá ser um espaço de apoio turístico aos visitantes, oferecendo todas as informações e venda dos produtos turísticos. Ele deve conter bilheteria, lanchonete, sanitários, venda de passeios, loja com produtos locais e espaço de exposição, além de estar vinculado à Plataforma Digital da ilha.

Implantação de outros espaços de informação e promoção ao turismo localizados no Aeroporto de Preguiça e no Porto de Tarrafal. Estes espaços devem funcionar como pontos de apoio ao Centro de Acolhimento, com informações e promoções básicas aos turistas após sua chegada à ilha.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, PPP, Terceiro Setor

Modelo de gestão: Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final



Centro de Interpretação Ambiental em Açores, Portugal. Buscou-se a reabilitação de uma edificação de interesse histórico para implantação do Centro e a integração deste à paisagem. O objetivo é oferecer serviços de apoio à visitaçao, e estruturar de forma integrada a venda dos produtos turísticos da ilha.

Imagem: Centro de Interpretação Ambiental na Ilha de São Jorge, em Açores, Portugal.

Fonte: archdaily.com.br/br/781397/centro-de-interpretacao-ambiental-na-ilha-de-sao-jorge-ana-laura-vasconcelos



Expografia no Centro de Visitantes de Arvada, no Colorado, Estados Unidos. O centro de visitantes apresenta expografia interpretativa, com informações sobre a fauna, a flora local e paisagem. A criação de centros de visitantes tem o potencial de prover informações sobre o turismo e a visitaçao local em um mesmo lugar, despertando o interesse dos visitantes para explorar diferentes atrativos.

Imagem: Expografia em Centro de Visitantes de Arvada, nos Estados Unidos.

Fonte: mitchj.info/suggest/arvada-co-arvada-visitors-center-activities-events.html

À parte do Museu da Pesca (atualmente fechado para reformas), não há nenhum tipo de infraestrutura de apoio turístico, de caráter informativo e promocional dos atrativos da ilha, ficando essa tarefa a cargo dos seus poucos guias, em uma ação praticamente individualizada.

Frente a este cenário, estrutura-se a implantação de uma rede de infraestrutura de apoio e informações turísticas, composta por um Centro Interpretativo e de Acolhimento e pontos informativos e de divulgação menores nas localidades. A intenção do Centro Interpretativo e de Acolhimento é oferecer visibilidade aos atrativos histórico-culturais e naturais da ilha, ao mesmo tempo em que valoriza e sensibiliza os visitantes para questões de conservação e preservação ambiental.

O Centro Interpretativo e de Acolhimento deverá ser construído na área central do núcleo urbano de Ribeira Brava, em local a ser definido, podendo aproveitar a reabilitação de edificação de interesse histórico para sua implantação. Abrigará também serviços de apoio como sanitários, lanchonete e loja, além de áreas expográficas para fins educacionais e ambientais. Vale destacar a importância do programa do Centro estar associada a preservação ambiental, a fim de conscientizar tanto turistas quanto a população residente sobre a interferência do homem no ambiente natural e suas consequências. Portanto, nas áreas reservadas a expografia, podem ser explorados temas como o panorama geral da flora e fauna da ilha, ações vinculadas a organizações de projetos socioambientais como também dar visibilidade a eventos e festividades culturais.

Já em relação aos espaços de informações, estes deverão ser implantados em localidades estratégicas para visitaçao da ilha, preliminarmente definindo-se o Aeroporto de Preguiça e o porto de Tarrafal. Dessa forma, articula-se uma rede de apoio turístico que esteja em consonância com o fortalecimento da cultura e identidade local.



P.12 FORTALECIMENTO E APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE TRILHAS

Grau de prioridade: Baixa

Objetivo: Ampliar e fortalecer a execução do Projeto Caminhar; Garantir a segurança dos usuários; Valorizar os principais atrativos naturais da ilha.

Proposta: Apoiar a execução do Projeto Caminhar, operacionalizado pela SN Turismo de São Nicolau. Desenvolver informativos com as trilhas e circuitos existentes, demonstrando, de forma clara, o nível de dificuldade de cada passeio, o tempo e distância do percurso, os atrativos, entre outras informações. Requalificar os caminhos existentes, com identificação e instalação de meios de segurança principalmente nos pontos críticos das trilhas.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, PPP, Setor Priado

Modelo de gestão: Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final



Imagem: Trilha entre a região do Cachaço e Ribeira Brava
 Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Trilha em Queimadas
 Fonte: Projeto Caminhar, 2019.

O Projeto Caminhar tem como principal meta a promoção da ilha de São Nicolau enquanto destino turístico de caminhadas. A SN Turismo - Associação dos Operadores Turísticos de São Nicolau consite na entidade que deverá liderar a operacionalização desta intervenção, contando com o financiamento do Fundo de Sustentabilidade Social de Turismo e das Câmaras Municipais de Ribeira Brava e do Tarrafal.

Em um primeiro momento, o projeto prevê a execução de levantamento cartográfico, digital, fotográfico e de sinalização física de uma rota principal em São Nicolau, denominada "Rota Mãe" e igualmente de rotas complementares, integrando a identificação do patrimônio histórico, etnográfico e natural, as associações comunitárias existentes e a oferta de serviços, bem como a sua divulgação através de um conjunto de comunidades virtuais especializadas sobre caminhadas (trekking), btt e trail running e, ainda, pela implementação de uma estratégia de marketing digital através de plataformas de comunicação online. A capacitação da comunidade local para efetiva participação no processo também consiste uma parte importante do projeto.

Estão sendo identificados além do percurso principal, percursos de ligação e percursos complementares, sendo os primeiros os trajetos que permitem a ligação entre um determinado local e o percurso principal e os segundos, referindo-se a um percurso circular ou linear que em parte poderá coincidir com o percurso principal.

A princípio, os estudos apontaram para a identificação de aproximadamente 110 km de rotas que após uma segunda análise, achou-se necessário complementar com passagens em outros locais de forma a avaliar a sua potencialidade para caminhadas, permitindo que o resultado final dê origem ao produto turístico que possa ser e ter uma forte atratividade, ampliando-se a proposta para 217km.

Dentre as questões que precisam ser resolvidas estão a requalificação de trechos de alguns caminhos, sugerindo-se para melhor estabilização em zonas de maior inclinação, o desimpedimento da trilha de todas as pequenas rochas que foram caindo com o tempo, tornando o piso escorregadio; também a fixação pontual de cabos nas rochas (ferratas) que possam dar garantias de segurança à trilha e a limpeza de vegetação que cresce sobre o caminho.

As propostas para implementação da rede de trilhas, através od Projeto Caminhar, são parte indissociável do Projeto de Sinalização direcional e interpretativa, sendo as trilhas o seu principal expoente.



P.13 ESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE MIRADOUROS

Grau de prioridade: Baixa

Objetivo: Permitir a contemplação da paisagem e dos atrativos naturais e aumentar a atratividade da visitação; Diversificar as atividades turísticas.

Cachaço, Ponta Coruja, Ribeira Prata, Fajã, Baía de Angola e Cruz do Baleeiro

Melhorar os serviços de apoio nos miradouros existentes (Miradouros do Cachaço e Ponta Coruja)

Identificar outros pontos de alto interesse e valor paisagísticos para implantação de novas paragens (a exemplo de Ribeira Prata, Fajã, Baía de Angola e na estrada do Caminho Novo/paragem da Cruz do Baleeiro)

Proposta: Os miradouros devem estar bem integrados à paisagem, conformando cenários únicos. A criação de uma rede de miradouros torna os pontos de parada e contemplação mais definidos e atrativos, criando um circuito tangível para os visitantes.

Os pontos de parada devem proporcionar áreas de contemplação e descanso, sinalização interpretativa e serviços de apoio à visitação.

É importante que a sinalização esteja bem integrada à paisagem e a intervenção. A sinalização deve apresentar um mapa da rede geral dos miradouros, para despertar o interesse dos turistas em visitar os demais pontos.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, PPP, Setor Priado

Modelo de gestão: Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final



Imagem: Miradouro do Cachaço, na estrada do Caminho Novo; ponto de parada com boa estrutura, com necessidade de algumas melhorias para integração à nova rede.

Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Projeto de Miradouro para o Parque Nacional de Aparados da Serra, Projeto Natureza Urbana

Fonte: Acervo próprio, 2018.



Imagem: Miradouro com áreas de estacionamento e apoio em Andøya, Noruega.

Fonte: nasjonaleturistveger.no/en/routes/and%C3%B8ya.

Para a estruturação de uma rede de miradouros em São Nicolau, foi feito o levantamento preliminar dos locais com maior relevância paisagística ou pontos já consolidados para a implantação dos mesmos, com base na visita técnica à ilha, na percepção da equipe de consultoria, nos documentos e propostas existentes e informações reportadas pelos principais atores locais.

Foram identificados dois pontos de parada existente e bastante distintos em São Nicolau. O miradouro do Cachaço, na estrada do Caminho Novo (limite entre os Concelhos de Tarrafal e Ribeira Brava), bem estruturado e oferecendo cenários rurais e de montanhas, e o ponto de parada em Ponta Coruja, na estrada para Juncalinho, sem estrutura e oferecendo a paisagem marinha como cenário.

A rede de miradouros deverá oferecer a possibilidade de paradas ao longo dos circuitos turísticos, proporcionando diferentes perspectivas e paisagens da ilha. Esta deve contar com sinalização direcional e interpretativa, provendo informações sobre a paisagem, atrativos turísticos, fauna e flora, informações históricas, entre outras.

Propõe-se a utilização de materiais e técnicas locais na construção dessas estruturas, como a pedra, garantindo-se a sua integração com a paisagem, sendo este material já amplamente utilizado em construções vernáculas na ilha. O projeto de cada miradouro deve ser elaborado de acordo com cada situação específica, porém mantendo uma linguagem única que dê unidade à rede.

A sugestão da localização dos novos pontos de parada possui caráter preliminar e deverá ser revista para o desenvolvimento e implantação do projeto.



P.14 PROJETO DE SINALIZAÇÃO DIRECIONAL E INTERPRETATIVA

Grau de prioridade: Média

Objetivo: Facilitar a visitação e prover informações aos turistas. A sinalização permite que os turistas se desloquem com mais facilidade nos circuitos turísticos, adquiram conhecimento sobre a ilha, valorizando seus atrativos e áreas de reserva naturais.

Proposta: Implantação de placas de sinalização e de interpretação nos circuitos e atrativos turísticos, de acordo com projeto de identidade visual a ser desenvolvido, e que garanta uma unidade das peças e elementos gráficos para a ilha.

O projeto de sinalização deve contemplar todos os atrativos turísticos, tanto de caráter histórico cultural quanto ambiental.

A SN Turismo - Associação dos Operadores Turísticos de São Nicolau está desenvolvendo, através do Projeto Caminhar, identificação e sinalização das rotas dos trilhos, que deve ser reforçada pelo projeto de sinalização da ilha.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Setor Privado, PPP, Terceiro Setor

Modelo de gestão: Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor

Entidades envolvidas: Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final



Exemplo de sinalização direcional e interpretativa no Centro Histórico de São João del-Rei, em Minas Gerais, no Brasil. A imagem abaixo mostra uma placa base, na qual estão mapeados os principais atrativos turísticos do centro histórico. A placa base permite que o turista se localize e identifique as áreas de interesse histórico para a visitação. A imagem abaixo mostra a sinalização interpretativa de uma Igreja no centro histórico de Congonhas, no qual são dispostas informações sobre a história da Igreja.

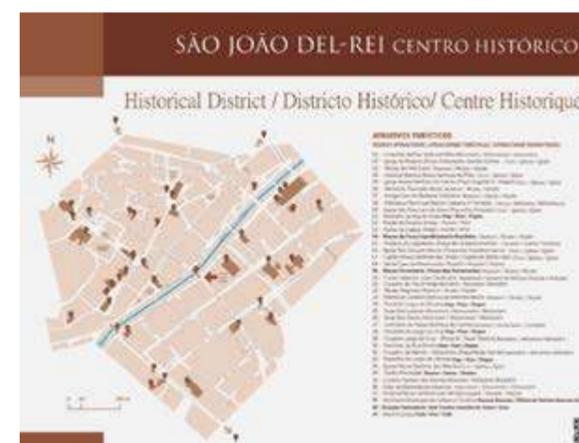


Imagem: Exemplos de sinalização turística no centro histórico de São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil
Fonte: www.moratoarquitectura.com.br

A sinalização interpretativa e direcional deve ser padronizada para toda a ilha e apresentar a informação de maneira clara e acessível. Aquela direcionada aos pedestres deve ser adotada em áreas urbanas e rurais, principalmente naquelas que possuem relevância ambiental ou cultural. Esta contribui para que a população e os turistas valorizem as áreas de conservação e apoiem a sua preservação, além de garantir a segurança dos visitantes.

A sinalização deve ser de dois tipos:

- **Sinalização direcional:** tem como objetivo indicar o percurso;
- **Sinalização interpretativa:** transmite significados e experiências aos visitantes, sobretudo em áreas de preservação ambiental ou cultural, contribuindo para a sensibilização dos turistas e população em relação à conservação do patrimônio.

As placas direcionais são fundamentais no processo de informação e orientação dos turistas, permitindo que estes se localizem com facilidade, em roteiros de visitação estruturados ou em percursos. A implantação da sinalização deve respeitar a realidade local e a preservação do ambiente, sendo necessário que se desenvolva um projeto específico para cada situação. A implantação de sinalização em áreas de conservação deve evitar gerar impacto na paisagem e poluição visual, devido ao excesso de placas. O Projeto de Sinalização está fortemente relacionado à estruturação da rede de trilhos da ilha e ao Projeto Caminhar. Um dos seus objetivos consiste no desenvolvimento de conceito, design, dimensões, tipo de materiais, produção e colocação de um sistema de sinalização física e visual de comunicação normalizada nas trilhas de São Nicolau. O Projeto de Sinalização direcional e interpretativa proposto deverá, pois, se relacionar e levar em consideração tais objetivos.



Imagem: Sinalização das trilhas em área de conservação no Brasil.
Fonte: <http://www.icmbio.gov.br>



Imagem: Sinalização das trilhas em área de conservação no Brasil.
Fonte: <http://www.icmbio.gov.br>



Imagem: Sinalização na Floresta nacional de Brasília, Brasil.
Fonte: icmbio.gov.br

Nos casos de trilhas em área sem delimitação clara do percurso é importante que a sinalização direcional seja contínua e não deixe dúvidas quanto ao percurso que deverá ser seguido. Além disso, ela não deve gerar impactos nocivos ao meio ambiente. Mesmo em situações com pouca disponibilidade de recursos, é possível fazer uma sinalização integrada à natureza e clara para os visitantes, como foi feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Unidades de Conservação no Brasil.

Sinalização direcional de baixo custo e impacto em trilhas em Unidades de Conservação do Brasil, implementada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A sinalização indica o trajeto da trilha, não deixando dúvida para os turistas em relação ao percurso a ser seguido. Esse tipo de iniciativa constitui uma boa referência para São Nicolau devido ao seu baixo custo e fácil implementação.

Sinalização direcional de baixo custo implantada na Floresta Nacional de Brasília, Unidade de Conservação no Brasil. A implantação da sinalização segue o Manual de Sinalização, uma publicação feita pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que oferece uma base comum para que a sinalização de trilhas seja realizada segundo um referencial técnico unificado. Ele tem como objetivo estabelecer uma padronização nacional, mas que também permita uma identidade local, respeitando e valorizando as particularidades de cada Unidade de Conservação.

A sinalização direcional também deve contar com placas base, que contenham mapas com as trilhas disponíveis na área, o nível de dificuldade de cada uma delas, o tempo e distância do percurso, atrativos, entre outras informações de forma clara para os visitantes.

A sinalização interpretativa deve ser utilizada em diversos atrativos, como os miradouros, para que os visitantes consigam obter mais informações sobre o que estão contemplando, a exemplo das encontradas no Parque Natural do Monte Gordo. Além de informações sobre paisagens e atrativos, as placas interpretativas podem prover informações sobre a fauna e a flora existente no local. Por fim, as placas interpretativas contribuem para a imersão dos visitantes no ambiente e a valorização do patrimônio.



Imagem: Placa encontrada no Parque Natural do Monte Gordo.
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Sinalização interpretativa na Dolomitas, cadeia montanhosa no norte da Itália
Fonte: booooooom.com/2011/11/28/photographer-kevin-kunstadt/



Imagem: Sinalização direcional encontrada no Parque Natural do Monte Gordo.
Fonte: Acervo próprio, 2019.


P.15

ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DO NÚCLEO URBANO DE RIBEIRA BRAVA

Grau de prioridade: Média

Objetivo: Estruturar o núcleo urbano de Ribeira Brava, valorizando o seu centro histórico e incentivando usos voltado ao turismo.

 Proposta: Valorização do desenho urbano histórico com a qualificação de praças e ruas principais e sinalização interpretativa;
 Revitalização de edifícios degradados e incentivos a usos voltado a atividades turísticas;
 Desenvolvimento de atividades de fortalecimento do turismo cultural histórico como circuitos e passeios.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Setor Privado, PPP, Terceiro Setor

Modelo de gestão: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais

Entidades envolvidas: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final

A Vila da Ribeira Brava é um dos mais antigos núcleos de Cabo Verde, com data de fundação em 30 de agosto de 1731. Seu traçado formado por ruas estreitas, ladeadas por casas de arquitetura antiga e a presença de importantes marcos nacionais são testemunhos da história de Cabo Verde, reconhecido nacionalmente através da sua classificação como patrimônio histórico nacional (Resolução n.6/2012 do Boletim Oficial de 31 de janeiro de 2012).

Com a compreensão de sua importância histórica para a memória cabo-verdiana, propõe-se este projeto com o intuito de desenvolver o potencial de exploração turística cultural histórica que Ribeira Brava oferece através de propostas que dinamizem e ofereçam atividades que valorize a história e cultura local, respeitando sua preservação enquanto centro histórico.

Deve ser consolidado o perfil viário do tipo compartilhado, já característico do local e compatível com centros históricos com valorização das principais vias com a instalação de mobiliário, canteiros, arborização e sinalização interpretativa (ver projeto próprio "Sinalização interpretativa e de segurança" neste documento). As ruas compartilhadas promovem a relação entre visitantes e lugares históricos, proporcionando passeios mais agradáveis e contemplativos, valorizando a cultura e memória, além de favorecer a vivacidade na cidade e gerar maior fluxo no comércio e serviço local, beneficiando estes mercados. Praças e outros espaços públicos devem complementar este sistema, sendo necessário estudo de usos e estados de conservação destes para serem requalificados quando necessário.

Ressalta-se a presença de edificações importantes como o Seminário-Liceu, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Estátua do Dr. Júlio José Dias, sobrados coloniais, entre outros pontos importantes. Devem ser incentivados atividades já existentes como comerciais, restaurantes e serviços, e principalmente estruturas hoteleiras, devido à baixa oferta de hospedagem na região, desafio presente em toda a Ilha de São Nicolau.

Os edifícios sem uso ou em degradação devem ser mapeados e, se necessário, ser criado instrumentos de incentivos para sua recuperação e reabilitação. É preferível que os usos de locais históricos estejam vinculados ao desenvolvimento do turismo, como hospedagem, restaurantes e comércio.

Além da requalificação dos espaços públicos e edifícios, muitas áreas históricas desenvolvem Cartilhas de Orientação voltada para os moradores, com o objetivo de sensibilizá-los quanto à necessidade de preservação da área e orientá-los quanto a reforma, restauro e conservação.

Complementando a estruturação física do centro histórico, outra estratégia para incentivar a conservação do patrimônio é a sua valorização através do fortalecimento de circuitos turísticos em seu centro histórico, que devem ser voltados a conhecer a história e a cultura local, com passeio passando pelos sobrados, centros culturais e museus, apresentação de expressões tradicionais e degustação da gastronomia local.



Seminário-Liceu, um dos principais edifícios históricos de Ribeira Brava. Atualmente sem uso, é exemplo de edificação que deve ser incentivada a sua reativação com usos voltados a turismo como hotel, centro informativo, entre outras possibilidades. Fonte: Acervo próprio, 2019.



Rua estreita, sinuosa e compartilhada, característica de Ribeira Brava e harmoniosa com centros históricos. Fonte: Acervo próprio, 2019.



Praça da Igreja Matriz em Paraty (Brasil). Exemplo de usos turísticos em sobrados históricos e interação com vias públicas | Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/materias/as-9-atracoes-imperdiveis-do-centro-historico-de-paraty/>



P.16 ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DO NÚCLEO URBANO DE TARRAFAL

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Fortalecer o núcleo urbano deTarrafal, com diferentes estruturas e atividades de apoio aos turistas, culturais e econômicas; Diversificar os atrativos turísticos, aumentando a sua atratividade e o tempo de permanência dos visitantes no local.

Proposta:

- Requalificação da orla de Tarrafal, dotando o espaço de novo calçadão, serviços de apoio à visitação, equipamentos esportivos e quiosques.
- Reordenamento do cais de Tarrafal, com estudos para a viabilidade da implantação de novo terminal de passageiros e marina de pescadores.
- Implantação do Projeto de Sinalização, contemplando os atrativos turísticos, tanto de caráter histórico cultural quanto ambiental, além de placas de segurança nas áreas balneares.
- Incentivar a implantação de atividades recreativas, de aventura e de ecoturismo, diversificando as práticas de lazer.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Privado, PPP

Modelo de gestão: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais

Entidades envolvidas: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final

PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DE TARRAFAL COMO NÚCLEO DE VISITAÇÃO

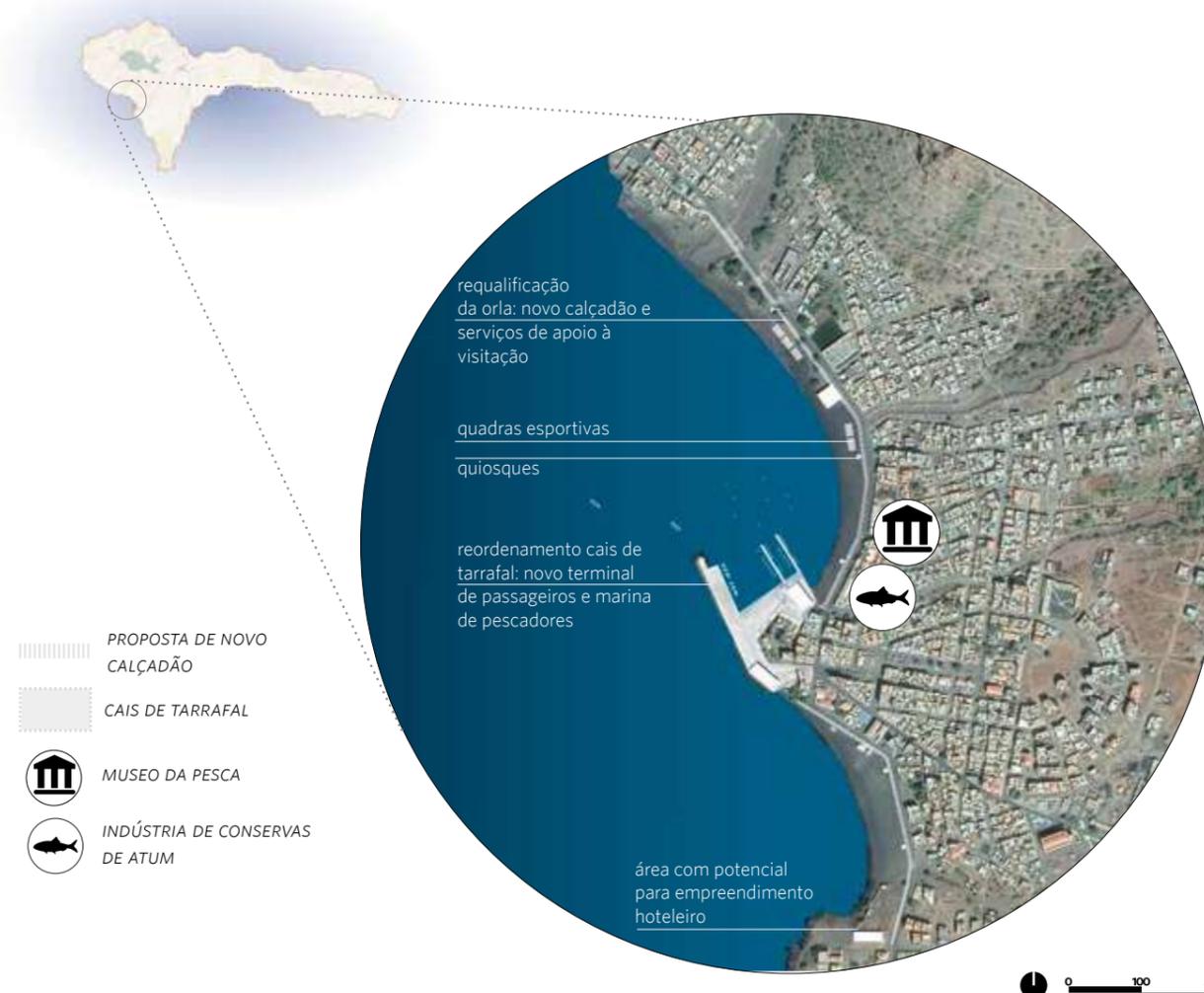


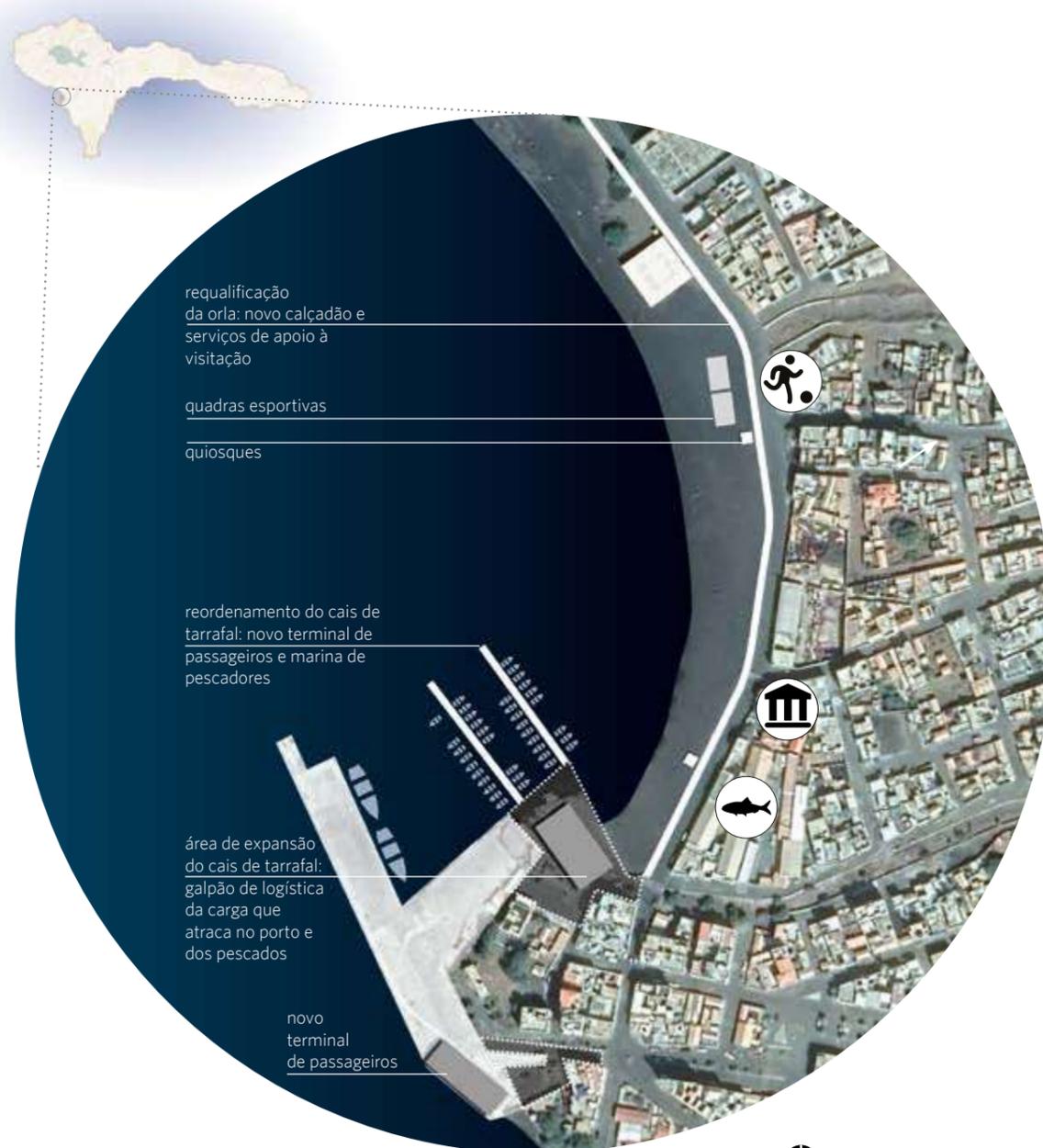
Imagem: Praia de Tarrafal.
Fonte: Acervo próprio, 2019.

A baía de Tarrafal tem grande importância na dinâmica turística de São Nicolau, não apenas por ser o porto de chegada à ilha, mas também pelo potencial que oferece.

Vivendo aqui uma comunidade bem ativa que vive do mar, a vila desponta como um lugar agradável e em pleno desenvolvimento, oferecendo uma boa oferta de pequenos estabelecimentos hoteleiros e de bares e restaurantes. Há também praias de areia negra e apropriadas ao banho, além de ser considerado um dos melhores lugares para pesca esportiva de marlim e agulha azul.



PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DE TARRAFAL COMO NÚCLEO DE VISITAÇÃO



NÚCLEO DE CHEGADA DE TARRAFAL

ÁREAS PASSÍVEIS DE EXPANSÃO DO NÚCLEO DE CHEGADA

PROPOSTA DE NOVO CALÇADÃO

MUSEU DA PESCA

INDÚSTRIA DE CONSERVAS DE ATUM



Sinalização interpretativa



Nova marina de pescadores



Requalificação da orla da praia com calçadão



Quiosques com serviços de alimentação na praia



Imagem: Revitalização do Cais Maua, Fermín Vázquez Arquitectos
Fonte: <https://portoimagem.wordpress.com/2014/05/20/site-do-arquiteto-fermin-vazquez-divulga-novas-imagens-do-cais-maua/>



Imagem: Revitalização do Cais Maua, Fermín Vázquez Arquitectos
Fonte: <https://portoimagem.wordpress.com/2014/05/20/site-do-arquiteto-fermin-vazquez-divulga-novas-imagens-do-cais-maua/>

Apesar de possuir um dos melhores portos de Cabo Verde (enquanto abrigo e navegabilidade), a chegada de passageiros no porto de Tarrafal carece de um ordenamento operacional. Em visita de campo da equipe, foi possível observar que nos momentos de chegada das embarcações o ambiente torna-se confuso e desordenado, situação que poderia ser melhorada com a criação de um terminal exclusivo para passageiros com reformulação das funcionalidades e zoneamento dos fluxos de carga.

Buscando o fortalecimento da vila como um Núcleo Urbano de Visitação, propõe-se a requalificação de toda a orla de Tarrafal, dotando o espaço de novo calçadão, serviços de apoio à visitação, equipamentos esportivos e pontos de comércio.

Corroborando experiências já identificadas e diversificando as práticas de lazer, incentiva-se a implantação de atividades recreativas, de aventura e de ecoturismo.

A estruturação dessa faixa da baía se estenderia até o cais, devendo ser feitos estudos de reordenamento para a viabilidade da implantação de novo terminal de passageiros e marina de pescadores, apontamentos amplamente solicitados pelos ilhéus.

Não atendo-se apenas à orla, o projeto prevê a implantação de sinalização direcional e interpretativa em locais estratégicos da vila, contemplando os atrativos turísticos, tanto de caráter histórico cultural quanto ambiental, além de placas de segurança nas áreas balneares.



P.17 ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DO NÚCLEO DE VISITAÇÃO DE CARBERINHO

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Qualificar a experiência de visitação ao Carbeirinho, proporcionando infraestrutura turística, informações e segurança; Valorizar os atrativos naturais da ilha garantindo a preservação da sua paisagem e do meio ambiente.

Proposta:

- Implantar um Centro Interpretativo e de Acolhimento ao Visitante contando com equipamentos de apoio (lanchonete/café, área de estacionamento, sanitários)
- Incentivar a criação de um Modelo de Gestão que estabeleça critérios para conservação da paisagem e do meio ambiente do Carbeirinho, sugerindo condições para cobrança de ingresso ao atrativo, com possível atuação da Associação de Turismo.
- Definir os melhores caminhos para se chegar ao atrativo, incluindo-os no Projeto de fortalecimento e apoio à implementação da rede de trilhas da ilha.
- Melhorar o acesso direto às falésias, com substituição do guarda-corpo e nivelamento da escadaria, dotando essa aproximação de maior segurança.
- Conceber novo espaço de parada/ miradouro na parte alta das falésias, proporcionando uma área de contemplação e descanso.
- Implantação do Projeto de Sinalização direcional, interpretativa e de segurança em todo o Núcleo de Visitação.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Setor Privado, PPP

Modelo de gestão: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais

Entidades envolvidas: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final



Imagem: Carbeirinho
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Carbeirinho
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Carbeirinho
Fonte: Acervo próprio, 2019.

Considerado uma das paisagens mais emblemáticas de São Nicolau e catalogado como uma das 7 maravilhas de Cabo Verde, Carbeirinho se encontra a aproximadamente 15km de Tarrafal. O interesse que esse lugar desperta nos locais e também nos turistas não se resume apenas a sua beleza cênica, ampliando-se a pesquisas científicas e geológicas.

Há nas ilhas de Cabo Verde outras falésias similares, destacando-se Carbeirinho dentre as demais pela acessibilidade, pois ainda que não ofereça uma estrutura completa para a visitação, é possível acessar às falésias descendo por uma escadaria e chegando-se a uma área relativamente plana e que constitui por si só um admirável mirante natural, de onde pode-se apreciar com calma o pôr do sol.

Qualificar a experiência de visitação ao Carbeirinho e ao mesmo tempo preservar de maneira criteriosa a sua paisagem consistem no principal objetivo da intervenção a ser proposta.

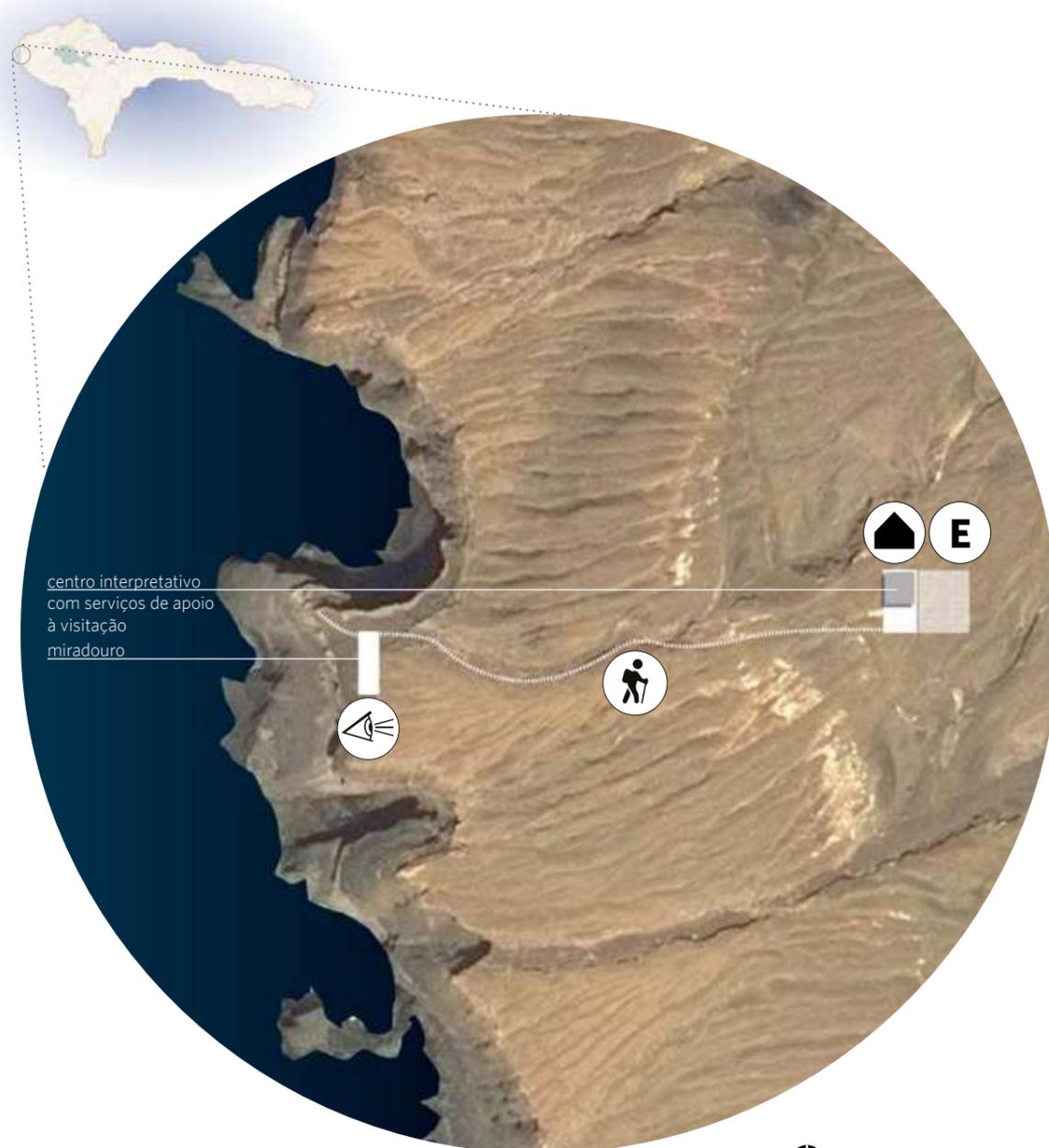
Portanto, propõe-se a implantação de um Centro Interpretativo e de Acolhimento ao Visitante que contará com equipamentos de apoio como lanchonete, café, sanitários, espaço de exposição, além de estar vinculado à Plataforma Digital da ilha. O Centro deverá oferecer ampla informação sobre o lugar, além de situá-lo nas redes de trilhas e miradouros de São Nicolau, sendo executado com princípios sustentáveis e arquitetura integrada à natureza e seu entorno.

Uma área delimitada para estacionamento será oferecida, em conexão com o Centro de Acolhimento ao Visitante e posterior seguimento de uma pequena trilha a ser definida, chegando-se até as falésias.

Neste ponto e antes de aceder diretamente a parte baixa e limitrofe com o mar, propõe-se um novo espaço de pausa, com a implantação de um miradouro na parte alta das falésias, oferecendo aos turistas mais uma área de contemplação e descanso.



PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DA VISITAÇÃO DE CARBEIRINHO



centro interpretativo
com serviços de apoio
à visitação
miradouro



TRILHA



ESTACIONAMENTO



CENTRO
INTERPRETATIVO



MIRADOURO

||||||| TRILHA



Sinalização interpretativa



Arquitetura integrada à natureza



Miradouros



Definição de caminhos para preservação da paisagem

Atualmente esse intervalo entre as partes alta e baixa da falésia é feito através de uma escadaria que apesar de permitir a circulação e acesso, carece de melhoras, propondo-se a substituição do guarda-corpo (que inicia-se ainda na trilha e segue até o final da escadaria, em seu ponto mais baixo) e nivelamento dos degraus, dotando essa aproximação de maior segurança principalmente àqueles que tem a mobilidade reduzida.

É de grande importância que seja criado um Modelo de Gestão do núcleo, estabelecendo critérios para conservação, ordenamento e uso correto do sítio ambiental e da paisagem, sugerindo condições para cobrança de ingresso ao atrativo, com renda a ser revertida para complementar a sua própria manutenção. A gestão do espaço ficaria a cargo da Associação do Turismo, que estaria à frente das atividades e funcionamento do espaço de apoio.

Assim como em outros atrativos da ilha, a implantação do Projeto de Sinalização direcional, interpretativa e de segurança em todo o Núcleo de Visitação se faz necessária.

Conferindo experiências já identificadas e diversificando as práticas de lazer, incentiva-se a implantação de atividades recreativas, de aventura e de ecoturismo, notadamente o mergulho, apresentando a área de Carbeirinho uma das mais ricas paisagens marítimas da ilha.

Sendo um atrativo essencialmente natural, é mister a adoção de medidas restritivas para preservar os valores dos seus recursos paisagísticos, devendo o espaço ser objeto de amplo desfrute, salvaguardando sempre os princípios da sustentabilidade e preservação ambiental.



Imagem: Carbeirinho
Fonte: Acervo próprio, 2019.



P.18 ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DO NÚCLEO DE VISITAÇÃO DA PREGUIÇA

Grau de prioridade: Alta

Objetivo: Apoiar e fortalecer o desenvolvimento e a execução do projeto conhecido como Laboratório da Preguiça, que engloba reabilitação, construção, sustentabilidade e património na Vila da Preguiça, tendo como foco central o bem estar das pessoas.

Proposta: Dar apoio à execução do projeto desenvolvido pelo Laboratório da Preguiça, ação de cooperação entre a Câmara Municipal de Ribeira Brava, o M_EIA - Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, o Atelier Mar (ONG), o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [dARQ] e a Cátedra UNESCO Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa [Patrimónios], também da Universidade de Coimbra, para a elaboração de um programa integrado de intervenções nos quadros físico, sociocultural e económico da Preguiça.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, PPP

Modelo de gestão: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais

Entidades envolvidas: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura, Universidades

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final



Imagem: Preguiça, São Nicolau
 Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Preguiça, São Nicolau
 Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Preguiça, São Nicolau
 Fonte: Acervo próprio, 2019.

Saindo de Ribeira Brava, a pouco menos de 5km encontramos o Aeródromo de Preguiça. Seguindo um pouco mais, chega-se à vila de Preguiça, povoado pesqueiro de grande importância histórica para a ilha de São Nicolau. Se atualmente a Preguiça apresenta-se como uma vila pacata e um pouco distanciada da dinâmica da ilha, nem sempre foi assim.

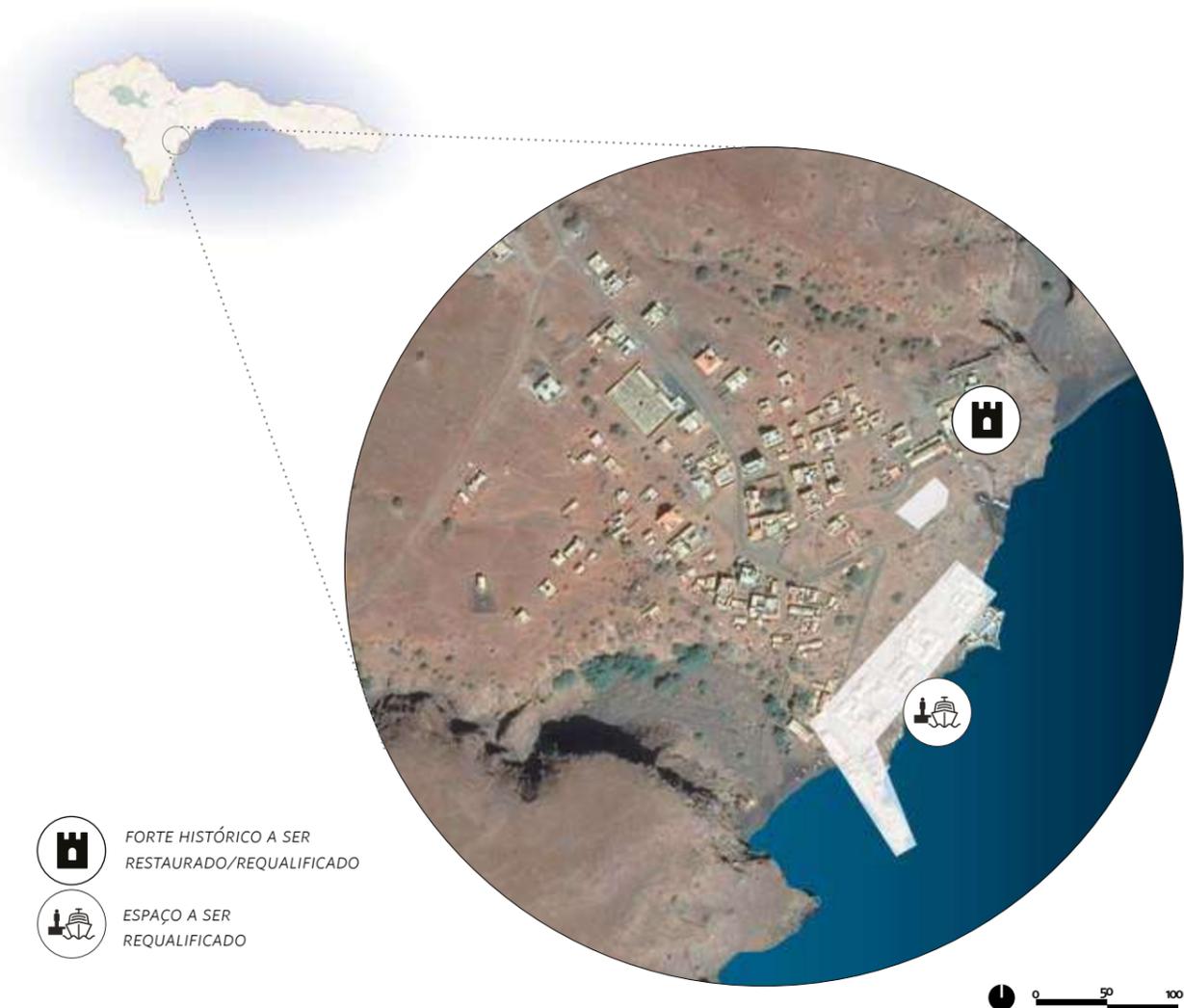
Próximo a atual aldeia da Preguiça, foi instalado em meados do século XVII o Porto da Lapa e uma pequena povoação, sendo abandonado algum tempo depois em razão dos constantes ataques de piratas. Assim teve-se início à povoação da área e instalação do Porto da Preguiça.

No início do século XIX, por causa da sua localização privilegiada, foi erguido um forte com a função de defesa desta parte da ilha. Nas primeiras décadas do século XX, o forte perde suas funções militares e começa a cair em abandono, com suas instalações sendo ocupadas por algumas famílias. Nos anos 1960, as famílias foram realojadas e o espaço desafetado de construções com uma intervenção de restauro ocorrendo no início dos anos 1990.

O local tem sua importância histórica fundada em dois momentos: a passagem e aporte, em 1500, da esquadra de Pedro Álvares Cabral antes de seguir viagem até descobrir o Brasil (na falésia onde existiu o forte do Príncipe Real, existem atualmente dois monumentos em homenagem a passagem da esquadra pelo local) e a época de ouro da baleação, sendo escolhido como parada obrigatória dos grandes baleeiros (ingleses no século XVIII e americanos já no século XIX (CABRAL, 2018)).



PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DE PREGUIÇA COMO NÚCLEO DE VISITAÇÃO



 FORTE HISTÓRICO A SER RESTAURADO/REQUALIFICADO

 ESPAÇO A SER REQUALIFICADO

Buscando o resgate da sua importância histórica, a inclusão e melhoria de vida da população local, aliados ao desenvolvimento económico comunitário, surge a iniciativa globalmente designada de Laboratório da Preguiça, ação de cooperação entre a Câmara Municipal de Ribeira Brava, o M_EIA - Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, o Atelier Mar (ONG), o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra [dARQ] e a Cátedra UNESCO Diálogo Intercultural em Patrimônios de Influência Portuguesa [Patrimônios], também da Universidade de Coimbra, para a elaboração de um programa integrado de intervenções nos quadros físico, sociocultural e económico da Preguiça.



Imagem: Preguiça, São Nicolau
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Preguiça, São Nicolau
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Preguiça, São Nicolau
Fonte: Acervo próprio, 2019.

Além de investigar e buscar desenvolver ações de cooperação com foco nas relações entre patrimônio e ordenamento do território, a iniciativa apresenta 8 eixos de intervenção:

- 1) Um plano de pormenor que tem como objetivo estabelecer a forma e as regras de ocupação do solo;
- 2) O espaço público que será requalificado, num programa de intervenção que incluirá um novo arruamento paralelo à pequena marginal existente;
- 3) A renovação do porto que terá como focos o turismo (principalmente a pesca desportiva) e a pesca artesanal, e que incluirá um guincho de movimentação de embarcações e plataforma elevatória para transportar cargas;
- 4) Uma pequena indústria de secagem e salga de peixe na parte de cima da vila, com o objetivo principal de criar um produto de nicho;
- 5) A piscina atlântica, uma infraestrutura de carácter público para servir os turistas e, principalmente, os habitantes da ilha;
- 6) O Laboratório da Preguiça, que será instalado na antiga alfândega, terá um centro interpretativo, gabinete técnico e terá a recepção e serviço de reservas para o alojamento local;
- 7) O centro multiusos, que sairá da recuperação de dois dos mais relevantes edifícios da zona marginal e que será um espaço de convívio e de oficinas para potencializar a produção local;
- 8) Um projeto habitacional, com uma parte sendo reabilitada e outra construída de raiz.

O Master Plan de São Nicolau deverá fortalecer os estudos que vem sendo desenvolvidos, sugerindo e/ou ampliando as ações propostas, reforçando os aspectos turísticos da ilha.



P.19 ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DO NÚCLEO DE VISITAÇÃO DO JUNCALINHO

Grau de prioridade: Baixa

Objetivo: Qualificar a experiência de visitação ao Juncalinho, proporcionando infraestrutura turística, informações e segurança; Valorizar os atrativos naturais da ilha garantindo a preservação da sua paisagem e do meio ambiente; Incentivar a criação de novos serviços que dinamizem a economia do local; Fortalecer a requalificação da área da Lagoa.

Implantar um Centro Interpretativo e de Acolhimento ao Visitante em área próxima ao vulcão, contando com equipamentos de apoio (lanchonete/café, área de estacionamento, sanitários)

Apoiar projeto da Câmara Municipal de Ribeira Brava de requalificação da área da Lagoa e reabilitação do sítio histórico da aldeia de Juncalinho, como parte do contexto de fortalecimento do núcleo urbano, com vistas a preservar o patrimônio histórico e cultural da ilha, nomeadamente edificações típicas coloniais.

Proposta: Incentivar a criação de um Modelo de Gestão que estabeleça critérios para conservação da paisagem e do meio ambiente do Juncalinho.

Incentivar a criação de serviços ligados ao turismo na aldeia, tais como restaurantes e pousadas, que ajudem a dinamizar a economia local.

Estruturar a rede de trilhas, firmando as existentes e definindo novo percurso com destino ao vulcão, incluindo-os no Projeto de fortalecimento e apoio à implementação da rede de trilhas da ilha.

Implantação do Projeto de Sinalização, contemplando os atrativos turísticos, tanto de caráter histórico cultural quanto ambiental, além de placas de segurança nas áreas balneares.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Setor Privado, PPP

Modelo de gestão: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais

Entidades envolvidas: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final



Imagem: Juncalinho, São Nicolau
 Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Piscina natural de Juncalinho, São Nicolau
 Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Trilha para o Vulcão de Juncalinho, São Nicolau
 Fonte: Acervo próprio, 2019.

Distante aproximadamente 20km de Ribeira Brava, a aldeia de Juncalinho oferece, juntamente com os atrativos do seu entorno, experiências diversas e complementares do ponto de vista turístico.

Qualificar a experiência de visitação do Juncalinho e ao mesmo tempo preservar de maneira criteriosa a sua paisagem consistem no principal objetivo da intervenção a ser proposta.

Atualmente, através da Câmara Municipal de Ribeira Brava, está sendo executada a requalificação da área da Lagoa, dotando a mesma de um espaço que servirá constantemente de apoio à visita à Lagoa e anualmente servindo também como apoio ao Festival de Música realizado no verão no local. O projeto prevê a existência de quiosque, área multiuso, pequeno estacionamento, campo de areia e miradouro, além de uma extensa área para alimentação.

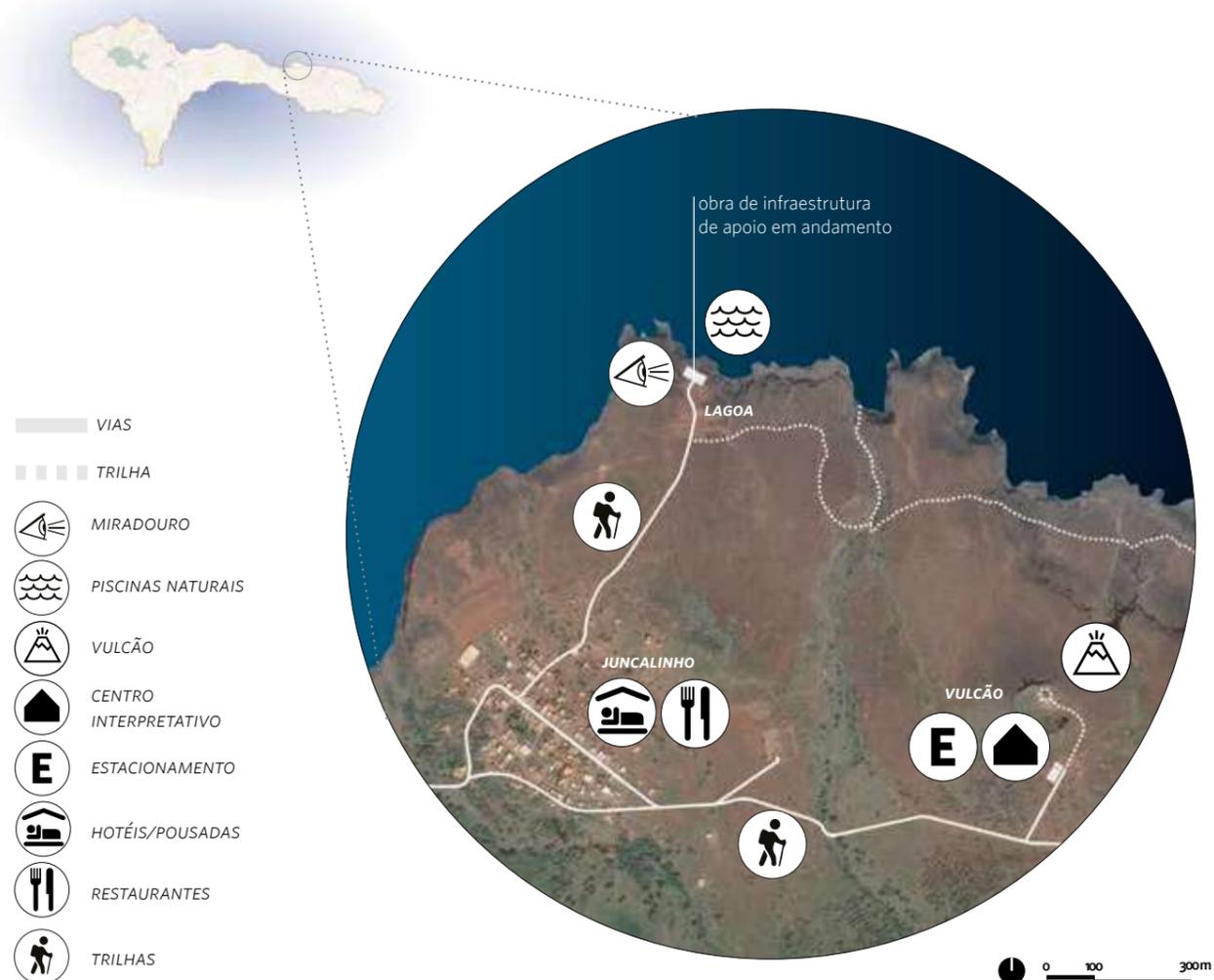
A requalificação da Lagoa é apenas uma parte do que se pretende para Juncalinho, contando também com o desenvolvimento de Plano Urbanístico para a zona e a reabilitação do sítio histórico da aldeia, com vistas a preservar o patrimônio histórico e cultural da ilha, nomeadamente edificações típicas coloniais.

Sendo a Lagoa um atrativo essencialmente natural, é de suma importância a adoção de medidas restritivas para preservar os valores dos seus recursos paisagísticos, podendo o espaço ser objeto de amplo desfrute, garantindo sempre os princípios da sustentabilidade e preservação ambiental.

O Master Plan de São Nicolau deverá fortalecer os estudos que vem sendo desenvolvidos, sugerindo e/ou ampliando as ações propostas, reforçando os aspectos turísticos da ilha.



PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DE JUNCALINHO COMO NÚCLEO DE VISITAÇÃO



Como parte do contexto de fortalecimento do núcleo urbano de Juncalinho, propõe-se a criação de um circuito de visitação que passa pela Lagoa e pelo Vulcão. Este poderá ser realizado a pé ou de carro, a depender do interesse do turista. Juncalinho pode receber incentivos para implantação de serviços para os turistas. Lagoa é um espaço bastante potencial, com área para banho. Está em construção um espaço de apoio, com quadra esportiva, lanchonete e espaço com mesas.

De modo a diversificar os atrativos de Juncalinho propõe-se a implantação de um Centro Interpretativo e de Acolhimento ao Visitante próximo ao vulcão, ampliando a apropriação do núcleo até essa área, que poderá contar com equipamentos de apoio como lanchonete, café, sanitários, espaço de exposição, além de estar vinculado à Plataforma Digital da ilha. O Centro deverá oferecer ampla informação sobre o lugar, além de situá-lo nas redes de trilhas e miradouros de São Nicolau, sendo executado com princípios sustentáveis e arquitetura integrada à natureza e seu entorno.



Imagem: Piscinas - projeto de serviços de apoio à visitação em andamento, São Nicolau
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Piscinas naturais - projeto de serviços de apoio à visitação: obra em andamento, São Nicolau
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Vulcão de Juncalinho, São Nicolau
Fonte: Acervo próprio, 2019.

Uma área delimitada para estacionamento será oferecida, em conexão com o Centro de Acolhimento ao Visitante e posterior seguimento da trilha a ser definida, chegando-se até o vulcão.

Uma queixa constante dos moradores da localidade é a falta de empregos, principalmente para os jovens. O projeto visa incentivar a criação de serviços ligados ao turismo na comunidade, tais como restaurantes e pousadas, que ajudem a dinamizar a economia local e possam proporcionar que a experiência dos turistas que costumam apenas passar por aqui, possa ser estendida, tornando-se uma permanência na estada.

Em consonância com o planejamento urbanístico da área, é de grande importância que seja criado um Modelo de Gestão do núcleo, estabelecendo critérios para conservação, ordenamento e uso correto do meio ambiente e da paisagem.

Assim como em outros atrativos da ilha, a implantação do Projeto de Sinalização direcional, interpretativa e de segurança em todo o Núcleo de Visitação se faz necessária, conectando os três polos atrativos (aldeia, lagoa e vulcão).



P.110 ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE VISITAÇÃO DA PRAIA BAIXO ROCHA

Grau de prioridade: Media

Objetivo: Qualificar a experiência de visitação à praia Baixo Rocha, considerada uma das mais belas de Cabo Verde, proporcionando infraestrutura turística, informações e segurança; Valorizar os atrativos naturais da ilha garantindo a preservação da sua paisagem e do meio ambiente; Diversificar os atrativos turísticos, aumentando a sua atratividade e o tempo de permanência dos visitantes no local.

Proposta: Melhorar a estrada de acesso à praia, em toda sua extensão, partindo de Tarrafal. Definir os melhores caminhos para se chegar ao atrativo, incluindo-os no Projeto de fortalecimento e apoio à implementação da rede de trilhas da ilha.

Conceber novo espaço de parada/ miradouro na parte alta imediatamente antes de se chegar à praia, proporcionando mais uma opção de área de contemplação e descanso.

Melhorar o acesso direto à praia, com escadaria e/ou rampa, dotando essa aproximação de maior segurança.

Implantar área de apoio e acolhimento ao visitante próximo ao miradouro, contando com área para lanche, com deck e mesas para picnic, área de estacionamento e sanitários.

Implantação do Projeto de Sinalização direcional, interpretativa e de segurança em todo o Núcleo de Visitação, principalmente próximo às áreas balneares.

Inserir a área em programa de proteção às tartarugas.

Responsável pela estruturação do projeto: Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação: Estado, Setor Privado, PPP

Modelo de gestão: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais

Entidades envolvidas: Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura

Estimativa orçamentária: Esta item será apresentado no Master Plan Final

Considerada uma das mais belas praias de Cabo Verde, a Baixo Rocha praticamente não recebe visitantes, exceto aos domingos com a presença de pessoas da própria ilha. Sua paisagem que combina o escuro basalto das rochas e o contraste com a areia da praia dá origem a belos cenários, onde a tranquilidade tem lugar de destaque. Além da presença dos depósitos de resíduos, não há nenhum outro equipamento de apoio em toda sua extensão.

Estando a pouco mais de 5km de Tarrafal, a estrada que liga a capital do município até lá é bastante precária, em alguns trechos insegura e sem sinalização alguma. Em visita da equipe ao local, foi possível perceber que mesmo havendo os contentores de lixo, havia certa quantidade de resíduos espalhados por vários trechos da praia, inclusive depositados nas próprias rochas.

A estruturação da experiência de visitação ao Baixo Rocha e a sua preservação de maneira criteriosa consistem nos principais objetivos das intervenções propostas, que busca uma maior inserção do local na oferta de destinos turísticos da ilha, diversificando e aumentando sua atratividade.



Imagem: Caminho para a Praia de Baixo Rocha
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Estacionamento Praia de Baixo Rocha
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Praia de Baixo Rocha
Fonte: Acervo próprio, 2019.



PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DE PRAIA BAIXO ROCHA ENQUANTO NÚCLEO DE VISITAÇÃO



Exemplo de sinalização interpretativa



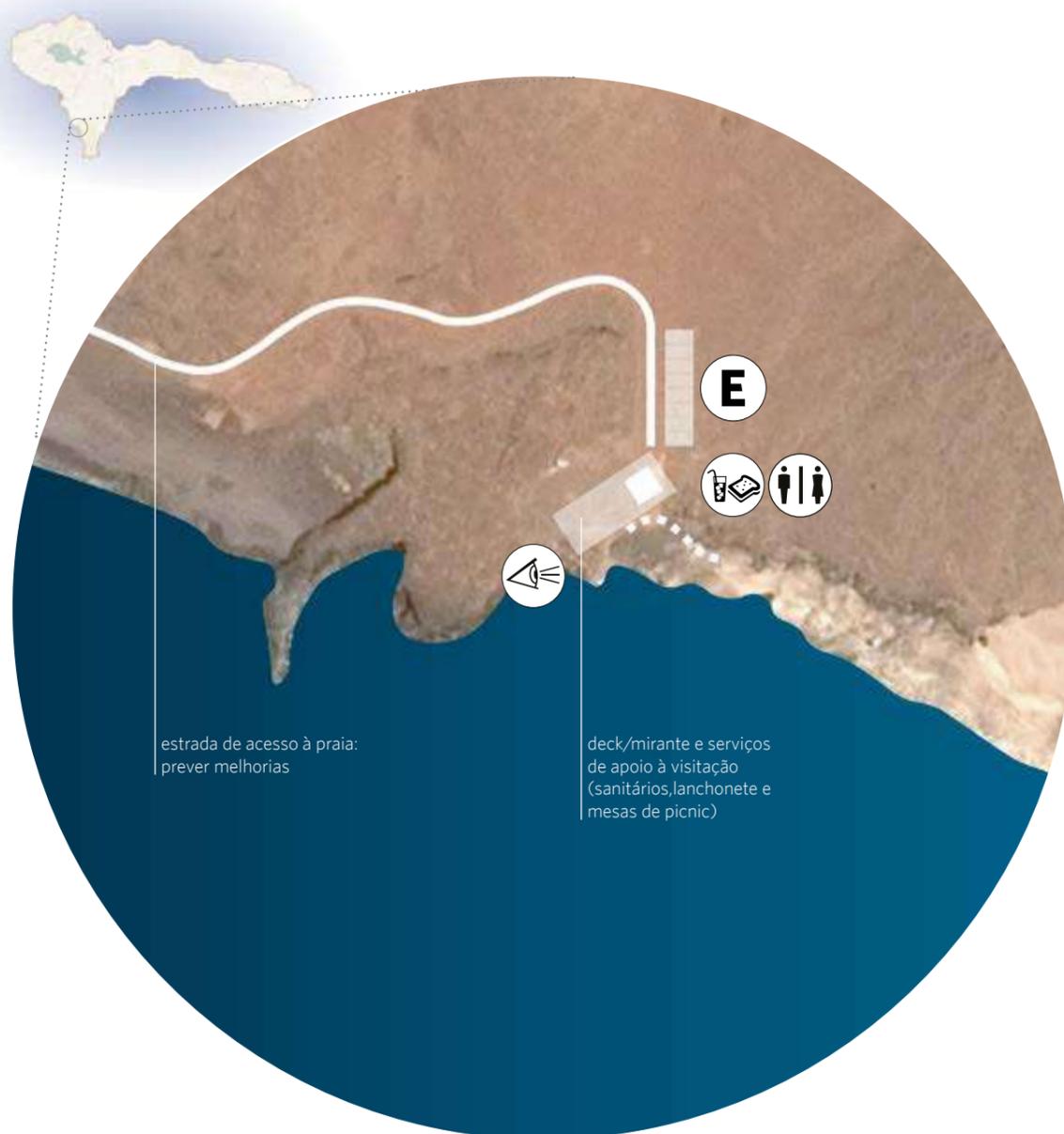
Deck com mesas de picnic e serviços de apoio à visitação



Requalificação do acesso à praia



Quiosque com serviços de apoio à visitação



Frente a esse cenário, propõe-se a melhoria das condições da estrada de penetração ao local, ampliando a qualidade da rede viária atual, através da pavimentação da estrada existente em toda sua extensão desde Tarrafal até o local. A estrada vicinal, que bordeia o mar e oferece belas paisagens, também pode ser explorada como parte do atrativo, incluindo-se no Projeto de fortalecimento e apoio à implementação da rede de trilhas da ilha.

Deverá ser implantada área de apoio e acolhimento ao visitante na parte alta imediatamente antes de se chegar à praia, contando com espaço para lanche, com deck e mesas para picnic e sanitários. Uma área delimitada para estacionamento será oferecida próxima ao apoio.

Neste ponto e antes de aceder diretamente à praia, propõe-se um novo espaço de pausa, com a implantação de um miradouro, oferecendo aos turistas mais uma área de contemplação e descanso.

Atualmente o fluxo entre a parte alta e baixa da praia é feito por entre as rochas ou através de um caminho natural. Propõe-se a estruturação do acesso direto à praia, com implantação de escadaria e/ou rampa, dotando essa aproximação de maior segurança.

O Projeto de Sinalização direcional, interpretativa e de segurança deverá estar presente em todo o Núcleo de Visitação, principalmente próximo às áreas balneares, alertando aos perigos das correntes marítimas em alguns pontos da praia.

Por haver sido identificada no local áreas de nidificação de tartarugas, sugere-se a inserção do núcleo em futuro programa de proteção às tartarugas, com latente conscientização dos cidadãos e tomadores de decisão para a necessidade de proteção da espécie e busca da diminuição da alta taxa de captura.



Imagem: Caminho de acesso à praia, Baixo Rocha
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Foto: Praia de Baixo Rocha, São Nicolau
Fonte: Acervo próprio, 2019.



Imagem: Sinalização na Praia de Baixo Rocha
Fonte: Acervo próprio, 2019



P.I11 PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DE PRAIAS

Grau de prioridade: Baixa

Objetivo:

Diversificar a oferta de destinos turístico na ilha; Aumentar a atratividade para visitação às praias; Facilitar a visitação e prover informações aos turistas.

Fortalecer a visitação das Praias de Barril, Boca Ribeira, Ribeira Funda/ Estância de Brás, Ponta Coruja, Carriç al e Francês.

Proposta:

Facilitar o acesso aos atrativos através da indicação de trilhas e caminhos seguros.

Instalação de sinalização interpretativa e de seguranç a, que alerte sobre o perigo de correntezas e demonstre os locais apropriados para banho.

Proporcionar serviç os mínimos de apoio   visitação nas praias próximas às aldeias (Barril, Carriç al e Ribeira Funda/ Estância de Brás), tais como sanitário, pequeno comércio e mobiliário.

Responsável pela estruturação do projeto:

Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais

Modelo de implantação:

Estado, Setor Privado, PPP, Terceiro Setor

Modelo de gestão:

Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais

Entidades envolvidas:

Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura

Estimativa orçamentária:

Esta item será apresentado no Master Plan Final



Imagem: Ponta Coruja e seu acesso atual

Fonte: Acervo próprio, 2019.

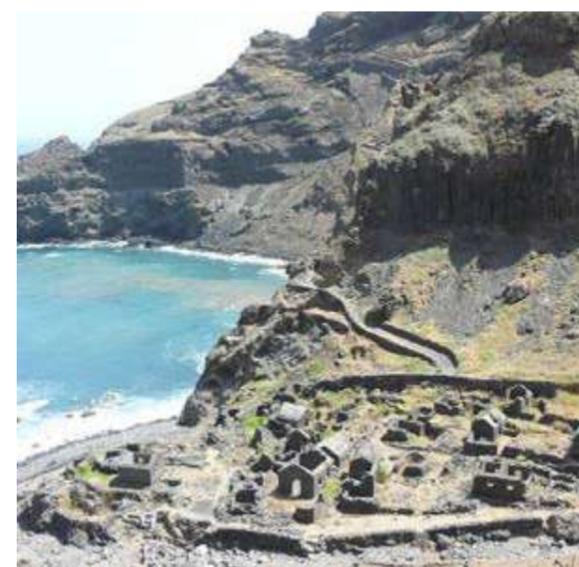


Imagem: Ribeira Funda

Fonte: <https://mapio.net/a/114368228/?lang=sv>



Imagem: Sinalização indicando caminho   Ribeira Funda

Fonte: Azubi111 em <https://es.wikiloc.com/>

Algumas praias de São Nicolau são comumente conhecidas por serem preteridas pelos turistas apesar de possuirem um grande potencial atrativo. O objetivo do Programa de estruturação das praias é, pois, uma maior inserção desses locais na oferta de destinos turísticos da ilha, diversificando e aumentando sua atratividade.

Atualmente o acesso a estas praias   precário, muitas vezes inseguro e sem sinalização alguma. Deverão ser instaladas escadarias seguras e indicações que facilitem a aproximação às praias, além da instalação de sinalização direcional, interpretativa e de seguranç a, que alerte sobre o perigo de correntezas e demonstre os locais apropriados para banho, guiando através da indicação de trilhas e caminhos seguros. As praias indicadas e também as aldeias contínuas a elas deverão estar contempladas no Projeto de Sinalização.

Nas praias/ aldeias de Barril, Carriç al e Ribeira Funda/ Estância de Brás, deverão ser oferecidos serviç os mínimos de apoio   visitação, tais como sanitário e pequeno comércio, em local a ser definido. Sempre que possível, deve ser considerada a possibilidade de instalação de mobiliários de apoio em pontos estratégicos.

A conservação ambiental deverá nortear as intervenções propostas, garantindo sobretudo a preservação do entorno, evitando gerar impactos e poluição visual. A ordenação e uso do solo nesses locais devem também resguardar a essência de suas paisagens.



Imagem: Carriç al

Fonte: Revista Sempre Viva em <https://lifestyle.sapo.cv/>



4.7. TRANSPORTE

AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS
Sistema viário		
A.T1	Melhorar as condições nas estradas de penetração das localidades e ampliar a rede viária	Facilitar o deslocamento interno da ilha tanto para população como para turistas; diminuir distâncias.
A.T2	Realizar a manutenção e o incremento da sinalização viária	Garantir rotas autoguiadas e a segurança; Orientação para os motoristas e pedestres
Transporte marítimo		
A.T3	Fortalecer e melhorar o Transporte Marítimo entre ilhas: garantir um trajeto com segurança e embarcações apropriadas para uma viagem mais agradável, previsibilidade de horários, aumento do número de barcos em operação, melhor articulação entre modais (aéreo e marítimo), passar vídeo turístico durante percurso. Incentivar a operação de outras companhias marítimas.	Melhorar a conectividade entre as ilhas.
A.T4	Requalificar o Porto de Tarrafal para abarcar o crescimento do turismo e melhorar a operação dos embarques e desembarques do transporte marítimo de passageiros (melhor ordenamento do território, sinalização, implantação de terminal, entre outros). O porto deve ser preparado e ampliado, se necessário, para acolher atividades pesqueiras e desportivas, contando com instalações de conservação das capturas e admitir usos de caráter recreativo.	Melhorar a estrutura para recepção de passageiros.
A.T5	Desenvolver e implantar rede de portos náuticos previstos no EROT e propostos pela ENAPOR , para atividades aquáticas, náuticas, de lazer e de pesca com marina, deck, suporte turístico e se possível, clube náutico. Revisar os critérios da licença de transporte de passageiros e pesca esportiva, além de Incentivar tipos alternativos de embarcação para o turismo.	Criação de novos pontos de acesso na ilha; Facilitar o acesso ao mar e a realização de atividades aquáticas; Implantar suporte às atividades náuticas; Incentivar o turismo no mar.

CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
Curto	Câmaras Municipais	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Direcção Geral de Infraestrutura
Curto	Câmaras Municipais	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Direcção Geral de Infraestrutura, Terceiro Setor
Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, ENAPOR, CVTI, CNT, CVFF, Instituto Marítimo Portuário
Médio	ENAPOR	Instituto de Turismo de Cabo Verde, CVTI, CNT, CVFF, Instituto Marítimo Portuário, Setor Privado
Longo	ENAPOR	Instituto de Turismo de Cabo Verde, CVTI, CNT, CVFF, Instituto Marítimo Portuário



COD.	AÇÃO	OBJETIVOS	CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
Transporte aéreo					
A.T6	<p>Melhorar o Transporte aéreo interno do país: Incentivar a operação de outras companhias aéreas; Reduzir o preço das passagens; Aumentar o número de voos; e incentivar a criação de voos diretos (charter) das outras ilhas;</p>	Melhorar a conectividade entre as ilhas.	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Setor privado /Agência de Aviação Civil (AAC), ASA S.A., CVTI, CNT, Instituto de Turismo de Cabo Verde
A.T7	<p>Requalificar o Aeródromo de São Nicolau para promover mais conforto e segurança aos usuários e garantir a integração viária da ilha: iluminação da pista para receber voos em diferentes horários; e ampliação e reforma do terminal de passageiros para proporcionar mais conforto aos visitantes.</p>	Melhorar a conexão aérea de São Nicolau que hoje apresenta várias limitações. A melhoria da infraestrutura do aeroporto é crucial para a integração da Ilha ao circuito de turismo internacional e para o aumento da capacidade de atração de turistas.	Curto	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Setor privado /Agência de Aviação Civil (AAC), ASA S.A., CVTI, CNT, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado
Transporte público					
A.T8	<p>Melhorar o sistema de transporte público (taxis / vans) que faz a conexão entre os núcleos urbanos e os principais atrativos da ilha. Importante que seja eficiente, prevendo frequência mínima durante o dia, que esteja integrado a um sistema de informações que conte com sinalização nos pontos de parada e mapa das rotas com horário e custo.</p>	Facilitar o deslocamento interno da ilha tanto para população como para turistas; Garantir alternativas de transporte ao turista	Curto	Câmaras Municipais	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Direcção Geral de Infraestrutura, Setor Privado



4.8. INFRAESTRUTURA BÁSICA

AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS
Abastecimento de Água		
A.B1	Desenvolver e implantar sistema integrado de captação e armazenamento de água , expandir experiências de sucesso da ilha.	Desenvolver um abastecimento de água sustentável; garantir o acesso à água em todo o território; reforçar as infraestruturas existentes; minimizar as perdas de água.
A.B2	Apoiar estudos para ampliação de sistema de irrigação (a exemplo de Ribeira Prata)	
A.B3	Incentivar a implantação de estratégias de poupança, tratamento e reciclagem de água nos empreendimentos de turismo	Desenvolver conscientização sobre economia de água; Garantir a aplicação de soluções sustentáveis
Saneamento		
A.B4	Implantar sistema integrado de saneamento que permita o tratamento das águas pluviais (águas cinzas) e das águas residuais (esgoto) em coletores.	Implantar um sistema de saneamento mais sustentável para a ilha.
Resíduos Sólidos		
A.B5	Efetivar e monitorar a implantação do Plano Operacional de Gestão de Resíduos Sólidos com horizonte do ano 2035.	Controlar os riscos potenciais ao território e aos habitantes; incentivar a coleta seletiva e a reciclagem do lixo; incentivar a criação de indústrias transformadoras de resíduos; incentivar a compostagem.
A.B6	Melhorar sistema de coleta de lixo e a limpeza nos núcleos urbanos e nos atrativos.	Garantir a qualidade dos atrativos, livres de lixo, preservando a paisagem; assegurar a preservação ambiental dos atrativos; manter os atrativos limpos de lixo.
A.B7	Incentivar a coleta seletiva e a criação de indústria de reciclagem , que podem desenvolver artesanatos e produtos locais diferenciados e sustentáveis	Incentivar a produção criativa; Desenvolver meios sustentáveis para os resíduos

CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
Longo	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado
Médio	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado
Curto	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado
Longo	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado
Médio	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado
Curto	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado, SN Turismo
Médio	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado



COD.	AÇÃO	OBJETIVOS
Energia		
A.B8	Incentivar e fortalecer a ampliação de sistema de energia que contribua para um melhor desempenho da rede geral da ilha e que use fontes sustentáveis e renováveis , como a energia solar e a eólica.	Reduzir a dependência de combustíveis fósseis; atender a toda a demanda de energia de maneira sustentável; no futuro, tornar a ilha autossuficiente.
A.B9	Incentivar a ativação de estratégias de economia de energia e promoção de eficiência energética .	Desenvolver conscientização sobre economia de energia; Garantir a aplicação de soluções sustentáveis

CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
Médio	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, ELECTRA, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado
Curto	Câmaras Municipais e Direcção Geral de Infraestrutura	Instituto de Turismo de Cabo Verde, ELECTRA, Cabo Verde Trade Invest, Direcção Geral de Turismo e Transportes, Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde, Terceiro Setor, Setor Privado

4.9. SEGURANÇA



AÇÕES

COD.	AÇÃO	OBJETIVOS
A.S1	Implantar placas de segurança nas áreas balneares , que alerte sobre o perigo de correntezas e demonstre os locais apropriados para banho.	Prezar pela segurança dos turistas e da população local; Diminuir risco de acidentes nas áreas balneares
A.S2	Elaborar Plano Integrado de Emergência , capaz de proporcionar respostas organizadas e rápidas aos acidentes que podem acontecer com turistas e habitantes. O Plano deverá contar com a estruturação da rede de transportes e de bases para atendimentos médicos em locais estratégicos. Implantar as infraestruturas de evacuação, dotadas de heliporto com sinalização adequada em local a ser definido, para facilitar as evacuações de emergência.	Possibilitar a implantação de novas atividades na ilha, como as de aventura, recreação e aquáticas. Garantir a assistência dos turistas e dos habitantes em caso de emergências.
A.S3	Capacitar e contratar salva-vidas , pelo menos durante a alta estação, para vigilância balnear das áreas de banho e atividades aquáticas . Será necessário a elaboração de normativas específicas para salvaguardar os turistas da ilha. A ação pode contar com a parceria dos bombeiros.	Garantir a segurança dos turistas nas áreas com atividades aquáticas; Melhorar a qualidade do turismo na ilha;

CENÁRIO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	ENTIDADES ENVOLVIDAS
Curto	Câmaras Municipais	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Instituto Marítimo Portuário, Setor Privado, Terceiro Setor
Médio	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Instituto de Turismo de Cabo Verde, ASA S.A., CVTI, CNT, Instituto Marítimo Portuário, ENAPOR
Médio	Câmaras Municipais	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Instituto de Turismo de Cabo Verde, SN Turismo, Instituto Marítimo Portuário, Setor Privado, Terceiro Setor

5. PLANO DE IMPLANTAÇÃO

O Master Plan de Turismo vem constituir um instrumento de extrema importância na articulação dos anseios, visões e objetivos para o desenvolvimento do setor, funcionando como uma plataforma para orientar a atuação de todos os que intervêm direta e indiretamente na indústria do turismo. Sendo assim, é essencial a assimilação do plano por parte de todos os atores envolvidos, tanto no que diz respeito aos objetivos conceituais que se deseja aplicar ao turismo da ilha, quanto na execução e implementação das propostas. A participação de todos é necessária para que as propostas saiam do papel e que se alcance um turismo de qualidade e atrativo na ilha.

Destaca-se que o presente documento não esgota, e nem é sua intenção, todas as ações de planeamento que devem ser efetuadas para o bom desenvolvimento e gestão do turismo na ilha, sendo necessário, sempre que houver necessidade, sua revisão e complementação com as demandas que forem surgindo ao longo do tempo. Além disso, vale ressaltar a importância de apoiar os projetos e os programas voltados ao desenvolvimento do turismo na ilha, que têm gerado impactos positivos para a comunidade local.

Nos capítulos anteriores do Master Plan foram apresentadas propostas para o desenvolvimento do turismo na Ilha de São Nicolau, categorizadas entre Ações e Projetos, sendo este último item, a apresentação do detalhamento das atividades que devem nortear a execução deste Plano.

Este capítulo, denominado Plano de Implantação, trata do planeamento dos projetos propostos, a fim de que se tenha uma visão geral dos responsáveis por sua implementação, além da indicação de como e quando devem ser implantados na ilha. Sendo assim, primeiramente é abordada uma proposta para a estrutura de coordenação e execução do Master Plan, estabelecendo os responsáveis por sua implementação e acompanhamento; em seguida aborda-se os modelos de implantação, trazendo recomendações sobre fontes de recursos e possibilidade de parcerias entre distintos setores para a execução e gestão dos projetos; ao final apresenta-se uma matriz de priorização que sugere quando os projetos devem ser implantados, dado em função de uma série de critérios, como a urgência em se implantar, sua complexidade, viabilidade e sustentabilidade.

Estruturação do Plano de Implantação



5.1. RESPONSABILIDADE PELA COORDENAÇÃO DO MASTER PLAN

O Master Plan de Turismo apresenta uma natureza transversal e multidisciplinar e por conta disso a responsabilidade por sua implementação foi definida em dois níveis: a nível de coordenação do Master Plan, e a nível da execução dos projetos do Master Plan.

A **NÍVEL DE COORDENAÇÃO** do Master Plan, é necessário criar uma estrutura que se responsabilize pelo acompanhamento e integração global da execução do plano específico para a ilha de São Nicolau, bem como pela sua monitorização, avaliação de resultados e eventuais ajustamentos. Para tanto, propõe-se que seja desenhado um arcabouço organizacional para a gestão do turismo da ilha, de forma articulada, uniforme e eficiente, com as competências e os recursos necessários para a execução da política do Governo para o setor, além de reforçar a articulação institucional com todas as estruturas do Estado, o setor privado e demais stakeholders da indústria turística.

Considerando o caráter multidisciplinar e multiescalar deste plano, foram definidos 3 níveis de coordenação, todas sobre a tutela e responsabilidade central do Ministério do Turismo e Transportes, a saber:

PRIMEIRO NÍVEL

Propõe-se a criação de um Comitê de Trabalho Regional para a coordenação e o monitoramento dos Master Plans de Turismo das ilhas do Norte, tendo o entendimento que as ilhas fazem parte de uma mesma região e que devem ser tratadas em conjunto no que tange o desenvolvimento turístico. Esta instituição tratará da relação entre o Governo, os Municípios, o Setor Privado e a Sociedade Civil e terá como principal atribuição apoiar a estrutura central do turismo na definição das estratégias para o turismo a nível regional, além de acompanhar e gerenciar a execução dos projetos dos Master Plans de Turismo junto dos atores responsáveis por cada um deles.

É interessante formar o Comitê de Trabalho com representantes regionais dos organismos desconcentrados do Estado, das Câmaras Municipais, das associações dos operadores e profissionais do setor de turismo e membros da sociedade civil. É importante que se reúnam periodicamente (ou sempre que se mostrar necessário) para avaliar o desempenho do setor e acompanhar a implementação do Master Plan, recolhendo e sistematizando as informações relacionadas ao desenvolvimento dos projetos.

Analisando a legislação de Cabo Verde, observou-se sobre as Sociedades de Desenvolvimento Turístico, que são instituições financeiras sob a alçada do Banco de Cabo Verde com objetivo de conceber, elaborar e executar planos de negócio de desenvolvimento integrado em suas respetivas regiões e garantir o seu financiamento através das operações ativas e não ativas, bem como a prestação de serviços complementares, garantindo investimentos e apoio ao desenvolvimento econômico e social no setor do turismo. De acordo com o Decreto-Legislativo nº 1/2005 de 31 de Janeiro, as Sociedades de Desenvolvimento Turísticas devem ser atribuídas às Zonas de Desenvolvimento Turísticas.

Já existe a Sociedades de Desenvolvimento Turístico das ilhas de Boa Vista e Maio e poderia ser criada uma para as ilhas do norte, mas não necessariamente vinculado apenas às Zonas de Desenvolvimento Turístico, mas a toda ilha. Esta poderia auxiliar a delegação norte do IP na elaboração dos planos de negócio dos projetos, na definição das áreas de intervenção prioritárias e no mapeamento dos investimentos necessários a partir do que foi proposto no Master Plan de Turismo. Assim, poderia abrir seu capital (via Bolsa e/ou negociação direta) para atrair investidores privados para co-financiar a implantação dos projetos previstos.



SEGUNDO NÍVEL

No quadro do presente Master Plan de Turismo, apresenta-se a Direcção Geral do Turismo no segundo nível de coordenação, reforçando sua estrutura central no setor. Será responsável por coordenar com os restantes organismos do Governo, a execução integrada dos projetos previstos.

O Instituto do Turismo de Cabo Verde (IP), instituição recém criada, dará apoio à DGTT na coordenação do Master Plan de Turismo. Segundo o Decreto-lei nº 37/2019 o IP tem por objetivo *“a regulação e a fiscalização do setor turístico, o estudo e análise de tendências nacionais e internacionais no setor do turismo, o desenvolvimento de programas e produtos turísticos, a promoção de infraestruturas de apoio turístico, incluindo postos de informação turística e sinalética, o licenciamento de atividades turísticas, a promoção e supervisão interna e externa de Cabo Verde como destino turístico e o apoio ao investimento no setor do turismo”*.

Por exemplo, as áreas de promoção e marketing do destino São Nicolau poderão contar com apoio da esfera de competências da Cabo Verde TradelInvest, devendo as iniciativas serem coordenadas e fomentadas pela DGTT com apoio da IP no que toca as tendências no setor do turismo, entre outros.

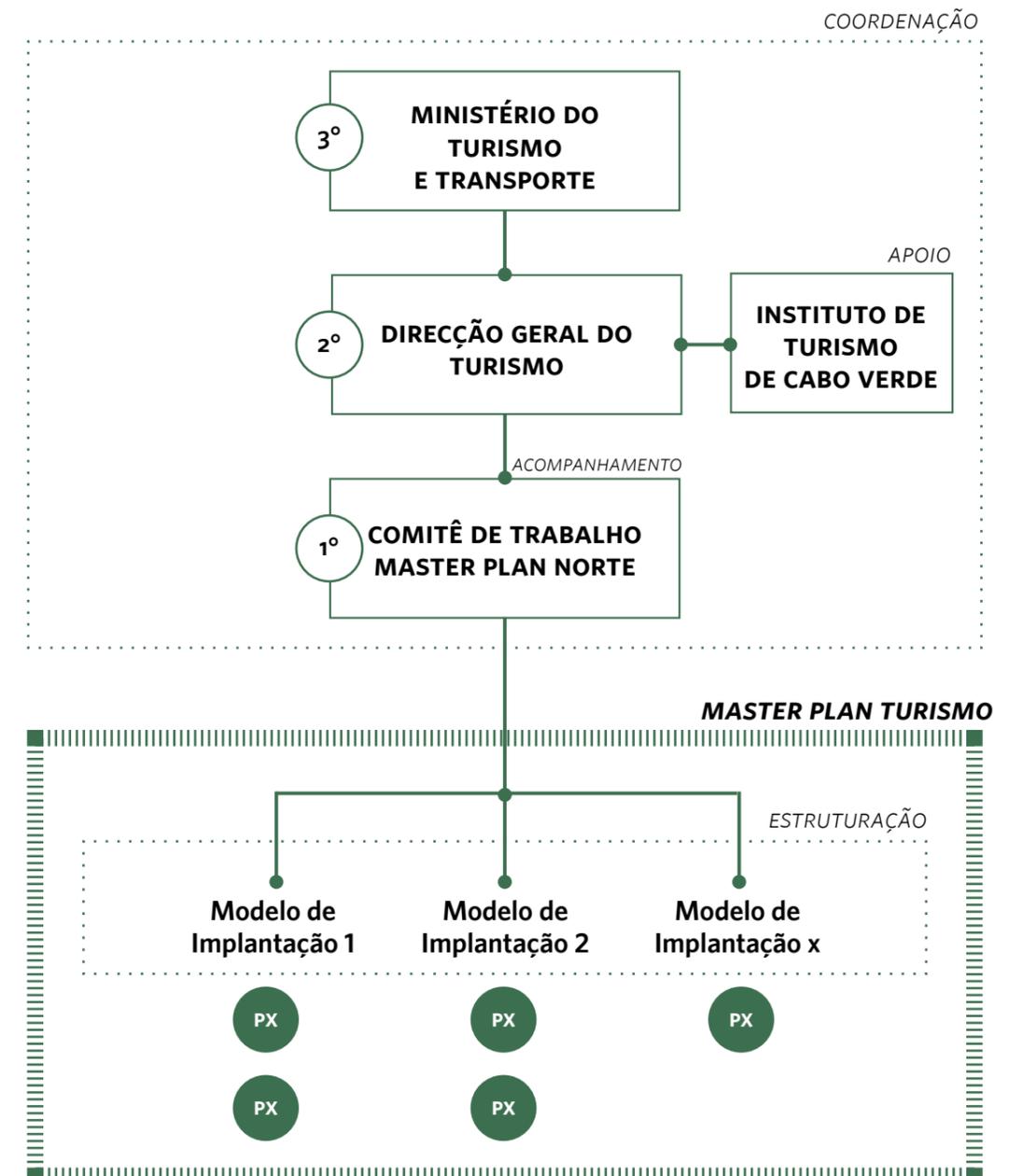
TERCEIRO NÍVEL

O terceiro nível de coordenação deverá estar com o titular da pasta do setor, o Ministério do Turismo e Transportes, que será responsável por avaliar periodicamente a implementação de todo o Master Plan de Turismo, contando com o apoio dos demais ministros envolvidos, conforme a necessidade dos projetos.

Destaca-se a importância, neste sentido, de mobilizar consensos entre os principais atores políticos envolvidos no desenvolvimento da indústria do turismo, especialmente no diz respeito ao fomento de incentivos e políticas fiscais para o setor. Além disso, será fundamental a articulação política de modo que todos se sintam responsáveis pela execução do Master Plan, de forma a se criar um compromisso amplo e generalizado para elevar a qualidade e a competitividade do destino.

O **NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO** do Master Plan de Turismo está relacionado diretamente com a implementação dos projetos, cuja responsabilidade de cada um deles será atribuída a um Ator, de acordo com sua área de atuação e com os recursos necessários para esta finalidade, tema melhor detalhado no próximo item “Modelo de Implantação”.

Coordenação e execução do Master Plan





5.2. MODELO DE IMPLANTAÇÃO

Os projetos propostos pelo Master Plan de Turismo da ilha de São Nicolau envolvem intervenções de diversas escalas, tanto de melhoria de acessos e infraestruturas básicas, onde a intervenção do Estado é naturalmente solicitada por conta do volume de investimentos e instituições, quanto de fomento em setores estratégicos – formação profissional, proteção ambiental, área social – de forma a garantir o desenvolvimento do turismo em moldes sustentáveis, como de implantação de infraestrutura turística, ligadas a atividades de lazer, hotéis e restaurantes, investimentos que podem ser por meio da iniciativa privada, por exemplo.

Com intuito de auxiliar a real implementação do Master Plan de Turismo, esse item do documento organizou os Modelos de Implantação que podem ser seguidos para materialização dos projetos, que requer indicações de como estruturar e arrecadar os recursos financeiros, institucionais e humanos necessários para cada um deles. Neste sentido, foram identificados os atores que podem se envolver com a implementação dos projetos, tratados da seguinte maneira:

Atores responsáveis pela estruturação do projeto: são encarregados de fomentar a implementação dos projetos, articulando os atores envolvidos e, quando necessário, elaborando os planos de negócio / ação preliminar para atrair o interesse de outros. Os responsáveis pelos projetos deverão estar em estreita colaboração com a Direção Geral do Turismo, repassando, sempre que for solicitado, o status de cada projeto. Além disso se responsabilizará por garantir a interação entre as partes relacionadas na implementação do projeto.

Atores responsáveis pela implantação do projeto, de acordo com o modelo sugerido: são propostos modelos de implantação com atribuições ao Estado, Setor Privado, Parceria Público Privada e Terceiro Setor.

Atores responsáveis pela gestão: são os atores que poderão atuar na fase operacional do território ou espaço criado por meio do projeto, depois que as intervenções previstas forem de fato implementadas. Eles também podem ser os parceiros que atuarão na implantação dos projetos, por meio da criação de parcerias público privadas. Estes, quando necessário deverão elaborar o plano de implantação detalhado (incluindo responsabilidades específicas, orçamentos, detalhamento das atividades, cronogramas de execução e outros) do projeto, estando em constante colaboração com os “atores responsáveis pela estruturação do projeto”.

Atores de apoio: como alguns projetos são multidisciplinares, requerem a intervenção e o apoio de diversos ministérios e instituições. Por conta disso, foram definidos os atores de apoio, que poderão apoiar a implementação dos projetos por conta de suas características e atribuições.

Os Modelos de Implantação foram elaborados com intuito de nortear como o Comitê de Trabalho dos Master Plans de Turismo e a Direção Geral do Turismo podem coordenar, junto com os atores envolvidos, a execução dos projetos.

A seguir são apresentados alguns atores que poderão se envolver na implementação dos projetos, seja como responsável, dar apoio ou até mesmo na gestão. Poderão surgir outros atores conforme a necessidade dos projetos, na fase em que forem aprofundados.

Lista dos possíveis atores envolvidos na implementação dos projetos do Master Plan de Turismo

Direção Geral de Turismo e Transportes (DGTT)	Concepção e avaliação da política de turismo, o planeamento estratégico, a legislação e regulamentação dos setores turísticos e dos transportes aéreos, a coordenação do setor e a cooperação internacional.
Instituto de Turismo de Cabo Verde (IP)	Regulação e a fiscalização do setor turístico, a implantação da política no setor do turismo, o estudo e análise de tendências nacionais e internacionais no setor do turismo, a promoção de infraestruturas de apoio turístico, incluindo postos de informação turística e sinalética, o licenciamento de atividades turísticas, a promoção e supervisão interna e externa de Cabo Verde como destino turístico e o apoio ao investimento no setor do turismo.
Cabo Verde Trade Invest (CVTI)	Responsável por promover uma nova política de atração de investimento estrangeiro direto e privado, uma nova forma relativamente mais agressiva de promoção da imagem de Cabo Verde e uma administração do turismo muito mais eficaz e incisiva.
Ministério da Agricultura e Ambiente	Responsável pela promoção das condições de existência da população através da produção e valorização dos recursos agrícolas, pecuários, florestais, haliêuticos e não agrícolas com assento numa abordagem integrada de desenvolvimento e na gestão sustentável dos recursos naturais.
Direção Geral do Ambiente (DGA)	Responsável por planejar e proteger o uso integrado dos recursos naturais, a política nacional do ambiente, coordenar os sistemas transversais com impacto na sustentabilidade ecológica e proteção da biodiversidade natural, gestão dos resíduos urbanos e a prevenção de riscos e controle integrado da poluição e da educação ambiental.
Direção Geral de Infraestrutura	Departamento governamental encarregado de propor, coordenar e executar as políticas do Governo em matéria de infraestruturas.
Câmaras Municipais	Órgão executivo responsável pela administração dos municípios de Cabo Verde.
SN Turismo	Associação sem fins lucrativos dos operadores turísticos de São Nicolau, cuja missão é a promoção da actividade turística em São Nicolau e a defesa dos interesses dos seus associados.
Instituto do Patrimônio Cultural (IPC)	Tem a finalidade de identificar, inventariar, investigar, salvaguardar, defender e divulgar os valores da cultura, o patrimônio móvel e imóvel, material e imaterial do povo de Cabo Verde.
Câmara de Turismo de Cabo Verde / Federação das Associações de Turismo de Cabo Verde	Entidade organizada da sociedade civil, formada por empresários e agentes do setor turístico, responsável por defender os interesses do setor turístico no país. Observa-se que a Câmara de Turismo tem desempenhado papel atuante para dinamizar negócios e atividades diretamente ligadas com o desenvolvimento do setor turístico em Cabo Verde.
Associação das Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde (AAVT)	A Associação é formada por 22 agências, sendo que 01 está localizada em Santo Antão. Visam, dentre outras atribuições, apoiar nos estudos e projectos do sector do turismo, a promoção e o incremento das relações entre as Agências de Viagens e turismo e o fomento da formação profissional.



Lista dos possíveis atores envolvidos na implementação dos projetos do Master Plan de Turismo (continuação)

Conselho Nacional de Turismo (CNT)	Seu objetivo é garantir o desenvolvimento e a coordenação das políticas do setor turístico.
Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design	Instituição nacional responsável pela preservação da herança histórica e cultural de Cabo Verde, tendo um papel fundamental no desenvolvimento e gestão do turismo sustentável.
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	Serviço público de emprego nacional, cuja missão é promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.
Escola de Hotelaria e Turismo (EHTV)	Qualificação de recursos humanos para a melhoria da qualidade da oferta turística. Vinculada ao Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP).
Agência de Aviação Civil (AAC)	Entidade reguladora do setor da aviação civil do país. É responsável pela regulação técnica e económica e supervisão do setor da aviação civil.
ENAPOR - Portos de cabo Verdes	Concessionária geral dos portos, cujo objetivo é administrar, gerir e explorar economicamente os portos de Cabo Verde.
Instituto Marítimo Portuário (IMP)	Desempenho de atividades administrativas de regulação técnica, supervisão e regulamentação do sector marítimo e portuário, e em apoiar o Governo nas suas consultas, elaboração e implementação das políticas governamentais para o sector marítimo portuário.
CV Interilhas	Concessionária para o serviço público de transporte marítimo inter-ilhas de passageiros e carga (20 anos).
Aeroportos e Segurança Aérea - ASA, S.A.	Empresa de Sociedade Anónima cuja missão é gerir os aeroportos e aeródromos de Cabo Verde e a Região de Informação de Voo do Sal, e contribuir para a modernização do sistema de transportes aéreos. Propõe um programa de investimentos para melhorar o sistema aeroportuário e apoiar o setor do turismo, como por exemplo, a iluminação/sinalização nas pistas dos aeroportos da Boa Vista, São Vicente e Fogo.
Pró-Empresa	Tem como objetivo promover a competitividade e o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas em Cabo Verde, além de promover a inovação e o desenvolvimento da capacidade empreendedora nacional. Presta assistência técnica, elabora e avalia estudos e investigações, desenvolve e executa programas e projetos, realiza treinamentos empresariais e iniciativas de acesso a mercados, além de promover ações para a criação ou melhoria de infraestrutura e serviços de apoio para a atividade empresarial, entre outras atividades.
Setor Privado	Organizações constituídas sem participação do setor público. Podem ser de pequeno, médio e grande porte e estarem associadas, ou não, a Associações Empresarias.
Terceiro Setor	Conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativos, conservados pela ênfase na participação voluntária em âmbito não-governamental.

Os **MODELOS DE IMPLANTAÇÃO** visam demonstrar onde obter os recursos necessários para suprir as necessidades dos projetos. As fontes de recursos podem ser nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas.

Os modelos de implantação foram organizados da seguinte maneira:

- **Estado:** modelo de implantação que atribui a responsabilidade pelos recursos financeiros ao Estado, podendo ser mobilizados através do Orçamento do Estado, por meio de financiamentos externos para projetos específicos, especialmente os relacionados com acessos e infraestruturas básicas; e com participação de receitas do turismo, canalizadas no Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo.
- **Privado:** implantação com investimentos e gestão a cargo do setor privado, estimulado através das políticas e instrumentos atualmente em vigor que promovem o investimento no setor de turismo, incluindo intervenções como infraestruturas turísticas, transportes, atividades de lazer, entre outras.
- **Parceria Público Privada:** modelo de implantação que fomenta a implementação dos projetos por meio de criação de parcerias público privadas;
- **Terceiro setor:** a implantação dos projetos pode ser executada pelo Terceiro Setor.

A seguir os modelos serão melhor apresentados, com detalhamento dos itens mais relevantes para a execução dos projetos.

Vale ressaltar que um projeto pode ser implementado por mais de um tipo de Modelo de Implantação e que o Master Plan indica quais são eles de maneira sugestiva. Será fundamental, na fase de estruturação dos projetos, a realização de estudos de viabilidade econômico e técnico a fim de se escolher o melhor modelo para cada situação.

O Comitê de Trabalho dos Master Plans de Turismo das ilhas do Norte e a DGTT deverão coordenar junto com o Ministério do Turismo, o Ministério das Finanças e as Câmaras Municipais os meios para implementação dos projetos.



5.2.1. ESTADO

O Modelo de Implantação do Estado define que a implementação dos projetos será de responsabilidade dos órgãos governamentais Cabo Verdianos, que podem ser municipais, ou setoriais através da implementação direta dos ministérios, e de governos internacionais. Sendo assim, os recursos financeiros poderão ser mobilizados através:



ORÇAMENTO DO ESTADO

Principal instrumento da política econômica e financeira do país, onde consta o nível de receitas a obter e os limites de despesas autorizados, em cada ano fiscal, para todos os serviços, institutos públicos, fundos autônomos, segurança social e autarquias locais. O Orçamento é aprovado no final do ano anterior por meio de Lei.

Para que os projetos definidos no Master Plan de Turismo esteja previsto no Orçamento do Estado é necessário o desenvolvimento dos Planos de Negócio para saber o valor do investimento com antecedência. Assim, será possível prevê-los no Orçamento do Estado, nos programas e recursos específicos.

Câmaras Municipais

As Câmaras Municipais da ilha também podem auxiliar na implantação dos projetos, devendo estar previstos nos Planos de Atividades e Orçamento anual do Município. É através deste instrumento que são definidas as prioridades do município, que transforma os projetos em ações e metas que deverão ser seguidas pela administração municipal e aprovadas pelas Câmara e Assembleia Municipal.

O orçamento municipal possui três instrumentos que visam o planeamento das ações do poder público: (i) o Plano Plurianual (PPA) que prevê as despesas com programas, obras e serviços decorrentes, que durem mais de um ano; (ii) a Lei de Diretrizes Orçamentais (LDO) que a partir do PPA, define as metas e prioridades para o ano seguinte e também as regras sobre mudanças nas leis de impostos, finanças e pessoal, além de estabelecer orientações de como elaborar o orçamento anual; (iii) a Lei Orçamental Anual que consiste no orçamento propriamente dito. Contém os programas, projetos e atividades que contemplam as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentais (LDO), juntamente com os recursos necessários para o seu cumprimento. Define as fontes de receita e autoriza as despesas públicas, expressas em valores.

FINANCIAMENTOS EXTERNOS PARA PROJETOS ESPECÍFICOS

O financiamento prevê a captação de recursos externos para projetos específicos e de grande valor agregado, como obras de infraestrutura básica, transporte, entre outros. Compete ao Ministério das Finanças autorizar a preparação de projetos e de programas do setor público que contarão com apoio de natureza financeira de fontes externas.

Os principais organismos internacionais financiadores são os bancos de Exportação/Importação, Organismos Multilaterais de Crédito, bancos privados, agências governamentais internacionais, e fundações. Dentre eles, destacam-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), entre outros, dependendo do tipo e características de projeto a ser executado.

A captação de recursos externos para projetos cofinanciados tem um processo, que apesar de complexo e que demanda muita atenção dos gestores, pode ser dividido em algumas etapas básicas a serem cumpridas, tais como: (i) planeamento prévio para a organização de um projeto bem estruturado; (ii) identificação do organismo ideal para o pleito de financiamento; e (iii) acompanhamento minucioso e eficiente na demonstração dos resultados e contrapartidas alcançadas. Cada instituição tem políticas próprias e diferentes procedimentos e contrapartidas para a viabilização dos projetos.

FUNDO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO TURISMO (FUNDO DE TURISMO):

Fundo para financiamento da atividade turística, criado pela Resolução nº 94/2013 de 14 de Agosto, que tem como objetivo o fomento de atividades ligadas ao setor do turismo através do financiamento de ações de promoção, desenvolvimento e manutenção de serviços ligados diretamente ao bem-estar da população residente, dos turistas, bem como na capacitação e qualificação dos recursos humanos para o setor.

Os recursos do Fundo podem ser destinados a:

- Infra-estruturação, que seja necessária à melhoria do produto turístico do país e diversidade territorial;
- Desenvolvimento e fomento de atividades de promoção de Cabo Verde, enquanto destino turístico de alto valor agregado e para o investimento direto estrangeiro;
- Desenvolvimento de atividades que promovam a inclusão do tecido produtivo nacional no mercado turístico, designadamente através de fomento dos Transportes interilhas;
- Financiamento de Programas que conduzam ao desenvolvimento das indústrias culturais e esportivas como elemento diferenciador do produto turístico nacional;
- Capacitação e formação de recursos humanos para o setor do turismo;
- Outras ações que vierem a ser aprovadas pelo Conselho de Administração e submetidas à tutela para a competente homologação;
- 10% das receitas do Fundo são destinadas diretamente ao Fundo da Promoção do Emprego e da Formação.

Foi ressaltado que a sociedade civil também pode ter acesso aos financiamentos do fundo do turismo, em parceria com as Câmaras Municipais, ou com os Ministérios.

A Resolução nº 123/2019, de 22 de outubro, define as prioridades de investimentos municipais a serem financiadas pelo Fundo de Turismo, tendo como base as Diretivas de Investimentos Turísticas para 2017-2021. A intenção é harmonizar as intervenções do Estado, dos municípios e do setor privado.

Está previsto um investimento de 3.167.248.933 escudos para todas as ilhas. Destes, 37% (1.172.064.500 escudos) são destinados à ilha do Sal, principal destino turístico do país, com projetos que envolvem requalificação de bairros, implantação de ciclovia e requalificação de frente marítima. Para São Nicolau é destinado apenas 2% do fundo (73.115.025 escudos) com projetos que envolvem o desenvolvimento do turismo, implantação de posto de informação, caminhos vicinais, entre outros.



5.2.2. PRIVADO

O Modelo de Implantação do Privado sugere que a implementação dos projetos seja através da iniciativa privada, impulsionada através do fomento ao empreendedorismo, de incentivos fiscais e por meio do desenvolvimento de um programa que facilite o acesso a financiamentos de projetos que se enquadrem ao turismo.

Os recursos advindos do privado estão associados sobretudo à empresas. Antes de solicitar recursos para determinada empresa é imprescindível conhecer seu ramo de atuação e a área de responsabilidade social em que atua.

INCENTIVOS FISCAIS A NÍVEL DO SETOR TURÍSTICO

A legislação de Cabo Verde dispõe de um importante quadro de incentivos fiscais ao investimento no setor do turismo. Destacam-se aqueles destinados aos investidores externos, instrumentos que podem ser fundamentais para o desenvolvimento de São Nicolau. Os incentivos fiscais têm o objetivo de diversificar e estimular investimentos em áreas emergentes em que o operador privado não gravita normalmente, potencializando um desenvolvimento mais equilibrado no setor.

Dentro do setor de turismo, existe o Estatuto de Utilidade Turística, que oferece aos investidores locais e estrangeiros alguns incentivos fiscais e aduaneiros para o investimento (estabelecimento, funcionamento e renovação) em hotéis, restaurantes, operadores turísticos, promoção turística e outros estabelecimentos. O critério para adquirir o estatuto de utilidade turística, através da concessão de uma licença, é que a atividade seja compatível com o plano nacional de turismo, a preservação do meio ambiente e a cultura local, além de contribuir para a promoção do emprego local.

O regime de investimento para o setor hoteleiro inclui, entre outros, a Lei de 2014 sobre estabelecimentos hoteleiros, o Estatuto de Utilidade Turística de 2004, alterada em 2013, e a Lei sobre as Zonas Turísticas Especiais (ZTE). A Lei sobre os estabelecimentos hoteleiros estabelece os requisitos e padrões mínimos, e os ficam sujeitos a uma licença anual atribuído pelo Ministério competente.

A lei de investimentos e o Código de Benefícios Fiscais (CBF) dão um “tratamento especial” e “incentivos excepcionais” para certos investimentos de grande porte. Além disso, oferece incentivos fiscais específicos para investimentos em atividades relacionadas com a promoção, desde que estejam de acordo com a Lei de Investimentos. Eles também estão relacionados com o imposto sobre as sociedades (IRPC), Imposto Único sobre o Patrimônio (IUP), Imposto do Selo (IS) e Imposto sobre Direitos Aduaneiros (IDA). Além disso, o investidor tem acesso a outros incentivos fiscais (não exclusivamente no setor de turismo), como por exemplo o regime contratual para projetos de investimento, criação de empregos ou regime de doação.

As leis que aprovam o Orçamento do Estado anual também estabelecem incentivos. Dentre os estabelecidos em 2019, destacam-se aqueles voltados à importação de veículos de transporte para turistas, importação de táxis e à criação de start up jovens.

A seguir é apresentada tabela com os principais incentivos fiscais relacionados com o setor turístico (Galileu, 2019).

Lista dos principais incentivos relacionados com o setor turístico

IR - crédito tributário de investimento	Para as entidades que desejam investir no turismo e na promoção do setor, existe um crédito tributário, correspondente a 50% do valor do investimento, desde que efetuado de acordo com a Lei do investimento.
Investimentos com critérios	São considerados elegíveis para crédito de investimento: a) novos ativos físicos fixos adquiridos para serem utilizados em projetos de investimento no território caboverdiano; b) aquisição de patentes e licenças de tecnologias devidamente certificadas.
Investimentos sem critérios	a) Edifícios e outras construções não diretamente relacionadas com o objetivo principal do investimento do projeto ou destinados à venda; b) Móveis, artigos de conforto e decoração, veículos de passageiros e equipamento administrativo.
Isenções do IUP	Na compra de propriedades, se devidamente autorizada pelo Município competente.
Isenção do Imposto de Selo (IS)	As operações financeiras contratuais para investimento de projetos, realizados nos termos da Lei de Investimentos, estão isentas do Imposto do Selo.
Isenção de direitos aduaneiros	Na importação de materiais e equipamentos relacionados com projetos de investimento, entre outros: 1. Móveis, equipamentos e utensílios utilizados para a instalação, ampliação e remodelação de projetos com estatuto de utilidade turística. 2. Materiais e equipamentos utilizados diretamente na construção, ampliação ou remodelação de projetos turísticos que não se destinam à venda, 3. Transporte de veículos destinados exclusivamente ao transporte de turistas e bagagem, iates e outros equipamentos para atividades desportivas e animação cultural. 4. Veículos e equipamentos importados não podem ter mais de 5 anos de uso.
Outros benefícios - criação de emprego	Para cada posto de trabalho criado, os contribuintes deverão deduzir dos seus impostos, os seguintes montantes: 1. CVE 26,000/EUR 236 por cada posto de trabalho criado nos Municípios da Boa Vista, Praia e Sal; 2. CVE 30,000/EUR 272 por cada posto de trabalho criado noutros Municípios; 3. CVE 35,000/EUR 317 por cada posto de trabalho criado para as pessoas com deficiência.
Práticas	Pode ser feita uma dedução adicional de 50% dos custos suportados com estágios e bolsas de estudo.
Benefícios tributários contratuais (contratos de investimento)	Investimentos que (i) excedam os 10 milhões de escudos (90 milhões de euros), (ii) que criem pelo menos 100 empregos diretos no período de três anos e (iii) que sejam considerados relevantes para o desenvolvimento da economia nacional na linha do Programa do Governo. Quando os investimentos são feitos fora das cidades de Praia, Sal e Boa Vista, os requisitos para a criação de emprego e o montante de investimento e criação de empregos são reduzidos para 50%.
Doações	Dedução adicional de 30% dos custos suportados com doações ao Estado ou às autoridades locais, entidades de direito público, bem como às entidades cuja atividade principal consista na execução de iniciativas no desenvolvimento social e cultural e áreas científicas ou tecnológicas.
Incentivos para a internacionalização	Os investidores nacionais que pretendam internacionalizar o seu projeto de investimento empresarial podem optar por solicitar certos incentivos fiscais mediante um contrato com o Governo de Cabo Verde
Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde	Redução da taxa de imposto aplicável no Centro Industrial Internacional, atingindo entre 2,5% e 5% de redução, além de outros incentivos fiscais relacionados com o Imposto de Selo, IVA, IUP e impostos alfandegários.

* IR - Imposto sobre os rendimentos; IUP - Imposto único sobre o Patrimônio; IVA - Imposto sobre o valor acrescentado.

** Fonte - Relatório do Sector Turístico em Cabo Verde.

Fonte: Análise preliminar, cenários possíveis de um futuro - Plano de Desenvolvimento Turístico da ilha do Maio, Galileu. (Galileu, 2019)



5.2.3. PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

O presente Modelo de Implantação sugere a criação de Parcerias Público Privadas, que podem estar relacionadas tanto a implementação de projetos que requerem grandes investimentos, quanto projetos que envolvem o desenvolvimento de atividades de uso público e turismo em áreas protegidas e espaços públicos das ilhas.

De acordo com a Cabo Verde Trad Invest, o Governo de Cabo Verde encontra-se disponível para negociar Parcerias Público Privada nas áreas de gestão de aeroportos, portos, transportes marítimos e infraestruturas públicas (energias, saúde, educação, agricultura).

Através da resolução 87/17 de 3 de agosto de 2017, o Governo estabeleceu a lista de empresas e participações do estado passíveis de serem privatizadas, reestruturadas, concessionadas ou exploradas em regime de PPP. Dentre as empresas da lista, algumas já foram privatizadas e destacam-se, a ASA – Aeroportos e Segurança Aérea, a CV Interilhas, S.A, a ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. e a TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A. ligadas ao setor do transporte. Desse modo, o Governo de Cabo Verde pretende atrair o investimento privado, aumentar a produtividade e os níveis de eficiência das empresas, reduzindo ao máximo os níveis do risco fiscal, na prestação de serviços públicos e promoção de projetos de infraestruturas.

As Parcerias Público-Privadas (PPP) em Cabo Verde são definidas como regimes jurídicos que recaem sobre alguns dos modelos de contratos públicos existentes no ordenamento jurídico do país. Sendo assim, o regime pode ser aplicado para contribuir para a satisfação de um interesse ou serviço público que contemple os seguintes elementos: os capitais necessários à implantação do projeto são provenientes do parceiro privado, que recebe do parceiro público, em troca dos investimentos (construção), e da prestação dos serviços e manutenção dos ativos construídos (operação), pagamentos periódicos durante o prazo de vigência do contrato; há transparência dos riscos do parceiro público para o parceiro privado; e que envolvam atividades de difícil execução via modelos tradicionais de contratação pública, em função do elevado grau de especialização e complexidade técnica (Cabo Verde Trade Invest, 2016).

Os tipos de contrato em que é possível aplicação do regime de PPP em Cabo Verde são os seguintes (Cabo Verde Trade Invest, 2016):

- Concessão de exploração dos institutos públicos, empresas públicas, meios de produção e outros meios públicos (Decreto-Lei nº 34/2005, de 30 de Maio);
- Concessão de **obras públicas ou de exploração de bens públicos** (Decreto-Lei nº 35/2005, de 30 de Maio);
- Subconcessão;
- **Aquisição de serviços** desde que haja uma etapa necessária e prévia de investimento de responsabilidade de parceiro privado; e
- Outros contratos públicos que venham a integrar o ordenamento jurídico e que sejam compatíveis com o regime das PPPs.

Sendo assim, nota-se uma abertura para modelos em regime de PPPs no país, que além de grandes projetos, também poderiam ser utilizados para o desenvolvimento das áreas protegidas do país, como o Parque Natural do Fogo, ou espaços públicos relevantes, envolvendo a implantação de infraestruturas e de atividades voltadas ao turismo (lazer, recreação, interpretação, aventura, alimentação, comércio, transporte, hospedagem, entre outros). Este tipo de iniciativa tem sido utilizado em diversos países, que buscam os recursos do capital privado para a implantação e administração de serviços de qualidade nos espaços públicos para atender a população e os turistas.

RECEBIMENTO DE IDEIA DA INICIATIVA PRIVADA – MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA INICIATIVA PRIVADA (MIP)

A legislação de Cabo Verde prevê o instrumento da Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP), que, em linhas gerais, possibilita que empresas submetam ideias de PPPs para o Ministério Público em janelas que podem ser periodicamente abertas com essa finalidade.

Dessa maneira, o Poder Público consegue ter um entendimento sobre quais são os projetos de interesse público. Segundo Cabo Verde Trade Invest (2016), este mecanismo “oxigena” a decisão do Estado sobre os projetos que deve priorizar, pois não existem PPPs sem que hajam empresas que assumam os riscos associados a projetos de interesse público.

INSTRUMENTOS DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS PARA A IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS – ALTERNATIVAS DE ESTRUTURAÇÃO JURÍDICA NO CASO DO BRASIL

O Brasil vem experimentando novos modelos de parcerias nas áreas protegidas e nos espaços públicos. Estes envolvem a terceirização de serviços, atraindo parceiros da iniciativa privada que, além de possuírem a capacidade operacional e técnica, têm condições e experiência para oferecer serviços de qualidade. Nesse contexto, o setor público assume um papel primordial de regulador, responsável pela fiscalização e monitoramento das entregas de bens e serviços públicos para os usuários do espaço.

Terceirização é definida como a prática de repassar a terceiros a execução de atividades e serviços não essenciais ou “atividades meio” de uma empresa ou entidade, entendendo que “atividade meio” é aquela que não representa o objetivo primordial da mesma, configurando-se como um serviço ou atividade necessária, mas não essencial. Com relação ao setor público, o conceito surgiu para facilitar a execução de atividades que não são de responsabilidade direta do Estado.

Embora a aplicação destes instrumentos levante polêmica em boa parte da população, por entender erradamente que o espaço público, bem como áreas ambientalmente protegidas, está sendo privatizado observa-se que no mundo inteiro este tipo de contrato tem se mostrado uma importante saída para arrecadação de recursos e conservação da natureza, principalmente nos casos de parques nacionais. É o caso de países como Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália, Quênia, Tanzânia, Botswana, Zâmbia, Austrália, Chile e África do Sul, por exemplo. Algumas unidades de conservação no Brasil já trabalham com o sistema de concessões e outros tipos de terceirização, como acontecem com os Parques Nacionais do Iguazu, Tijuca, Itatiaia, Fernando de Noronha, por exemplo, além de algumas áreas estaduais. Existem também modelos sendo aplicados em parques e praças urbanas de grande relevância turística, como o Parque Ibirapuera em São Paulo (contrato de concessão de uso do bem público) e quiosques de serviços nas orlas de praias e avenidas (contrato de permissão de uso de bem público).

A ideia é trazer a eficiência de operadores, empresariais ou não empresariais, para a realização de atividades específicas nos espaços públicos, e assim, maximizar a manutenção e preservação desses locais por meio de contrapartidas.

A título exemplificativo e referencial, são apresentados alguns instrumentos jurídicos envolvendo parcerias público privadas no Brasil. No caso de Cabo Verde, é necessário analisar com atenção a legislação existente, observando o que se enquadraria na implementação dos projetos do Master Plan de Turismo da ilha de São Nicolau. A aplicação do melhor modelo depende das características das atividades a serem implementadas, além da realização de estudos de viabilidade econômico e técnico.



Principais instrumentos jurídicos de parceria público privada existentes no Brasil (benchmarking)

Permissão de Uso de Bem Público	Instrumento jurídico unilateral, que viabiliza a transferência, usualmente outorgada com exclusividade, do uso de bem público por interessado na sua exploração econômica de utilidade coletiva, revestido, portanto, de justificado interesse público. É utilizado nas hipóteses em que a concessão de uso não seja conveniente em razão de sua estabilidade. O serviço permitido é realizado em nome do permissionário, por sua conta e risco, mas sempre de acordo com as condições e requisitos preestabelecidos pelo poder público, que o controla em toda a execução. O pagamento pelo serviço é através do usuário, que paga diretamente ao permissionário.
Concessão de Uso de Bem Público	Contrato administrativo celebrado entre poder público e particular, usualmente precedido de licitação, por meio do qual a Administração transfere o uso de um bem seu a interessado em sua exploração econômica, a título oneroso.
Concessão Comum (de serviços públicos/de interesse público)	Contrato por meio do qual se delega a uma pessoa jurídica de direito privado, ou, então, a um consórcio de empresas, a execução remunerada de serviços públicos, para que o eventual concessionário os explore por sua conta e risco, por prazo e sob condições contratualmente determinadas.
Parceria Público-Privada (Concessão Patrocinada)	Contratos de Concessão, que objetivam a mútua colaboração entre a Administração Pública e entes privados, com a transferência da prestação de serviços públicos. Contratação que depende de subsídio financeiro, por parte da Administração Pública, em relação a parte do serviço a ser prestado e/ou da obra pública a ser executada, cabendo ao particular arcar com o restante dos custos, mediante a cobrança de tarifa dos usuários dos serviços/obras
Parceria Público-Privada (Concessão Administrativa)	Modalidade de PPP em que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta do serviço delegado, ainda que o contrato envolva a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens. É o que ocorre, por exemplo, em contratos que tenham por objeto a construção/manutenção/gestão de hospitais e de presídios, já que, nestes casos, o usuário (Administração Pública) arca integralmente com a remuneração do Concessionário.
Parcerias com terceiro setor	Também é possível que a gestão de espaços e parques públicos urbanos seja realizada por entidades do terceiro setor, isto é, fundações privadas e associações civis sem fins lucrativos, com ou sem transferência de recursos públicos, para a execução de atividades de interesse das partes. Além das possibilidades de geração de receita por parte das atividades desenvolvidas no território, que deverão ser revertidas para o espaço público, entidades do terceiro setor podem angariar recursos por meio de doações da iniciativa privada.
Adoção	Trata de um acordo para custeio da implementação, operação e/ou manutenção de um equipamento ou espaço público por uma entidade privada de forma gratuita, sem contrapartida institucional. Ou seja, uma pessoa jurídica pode se comprometer a doar os recursos e se responsabilizar pela instalação e pela manutenção de determinados equipamentos públicos no espaço urbano, tais como canteiros paisagísticos e mobiliário urbano.

5.2.4. TERCEIRO SETOR

O Modelo de Implantação vinculado ao Terceiro Setor sugere que a implementação de alguns projetos propostos no Master Plan de Turismo pode ser executada por meio de fundações, institutos, associações e organizações não-governamentais de caráter privado com objetivos sociais e públicos.

Dentre as instituições, destacam-se:

- **Associações religiosas:** nacionais ou estrangeiras, têm desempenhado papel importante na trajetória de fortalecimento dos movimentos sociais, e na formação e consolidação de muitas organizações da sociedade civil dirigidas para a transformação social. Algumas associações religiosas têm seus próprios projetos; outras realizam doações ou financiam projetos na área de direitos humanos, desenvolvimento social, violência, geração de renda e meio ambiente..
- **Fundações:** são instituições de origem empresarial, ou de outras entidades privadas, criadas com a finalidade de executar ou financiar projetos sociais, ambientais e culturais voltados para o desenvolvimento e o bem-estar social. Podem ser nacionais ou estrangeiras e quando financiam projetos geralmente possuem linhas de financiamento bem definidas e modelos específicos de elaboração de projetos. Inúmeras fundações têm páginas na internet. Recomenda-se consultar essas páginas e verificar informações mais detalhadas, como: missão da entidade, área de atuação, linhas de financiamento, projetos apoiados e desenvolvidos, entidades parceiras, e outras.
- **Organizações não Governamentais:** são organizações sem fins lucrativos, que exercem atividades que auxiliam os governos, desempenhando um papel social importante ao oferecer projetos e serviços culturais, educativos, de saúde, qualidade de vida, capacitação e contribuição à sociedade. Por vezes acabam desempenhando obrigações e papéis que caberiam ao Estado.

Já existem diversas instituições do Terceiro Setor atuando em Cabo Verde que, em todos os concelhos e ilhas, vêm participando, de forma significativa, para o desenvolvimento do país,

A seguir é apresentada uma tabela com a indicação do Modelo de Implantação proposto para cada projeto do Master Plan de Turismo da Ilha de São Nicolau.

Destaca-se que um projeto pode ser implementado por meio de vários modelos. A escolha do melhor dependerá dos estudos de viabilidade de cada projeto e da decisão da Direção Geral do Turismo.



Modelos de Implantação dos Projeto 1/4

COD	PROJETO	MODELO DE IMPLANTAÇÃO E FINANCIAMENTO					RESPONSÁVEL PELA ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO	ATORES DE APOIO	
		Estado			Privado	PPP				Terceiro Setor
		Orçamento	Fin. Externo	Fundo de Turismo						
Governança										
P.G1	Fortalecimento da Governança Local – SN Turismo	X	X	X			Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	
P.G2	Monitoramento da sustentabilidade e da competitividade do turismo no destino turístico	X	X	X			Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	
Promoção do Turismo										
P.P1	Confecção de material promocional – impresso e digital	X		X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo / Empresários / Associações de Turismo	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo / Empresários / Associações de Turismo	
P.P2	Implantação e gestão de redes sociais	X		X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo / Empresários / Associações de Turismo	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo / Empresários / Associações de Turismo	
P.P3	Realização de famtours, press trips	X		X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo / Empresários / Associações de Turismo	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo / Empresários / Associações de Turismo	
P.P4	Realização de road shows em destinos prioritários	X		X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo / Empresários / Associações de Turismo	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Instituto Nacional de Turismo / Empresários / Associações de Turismo	
Capacitação										
P.C1	Capacitação em Planeamento e Gestão do Turismo Sustentável e Competitivo		X	X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	
P.C2	Programa de Empreendedorismo e Capacitação em Turismo de Aventura		X	X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Associações e Projetos Locais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	



Modelos de Implantação dos Projeto 2/4

COD	PROJETO	MODELO DE IMPLANTAÇÃO E FINANCIAMENTO					RESPONSÁVEL PELA ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO	ATORES DE APOIO	
		Estado			Privado	PPP				Terceiro Setor
		Orçamento	Fin. Externo	Fundo de Turismo						
P.C3	Programa de Empreendedorismo e Capacitação em Turismo Histórico, Cultural e Etno		X	X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Associações e Projetos Locais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	
P.C4	Programa de Empreendedorismo e Capacitação em Experiências Gastronômicas		X	X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	
P.C5	Programa de Empreendedorismo e Capacitação em Turismo de Pesca		X	X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	
P.C6	Programa de Educação para o Turismo: identidade, valorização patrimonial e hospitalidade		X	X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	
P.C7	Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais ligado ao turismo		X	X	X		Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais	Setor Público / Setor Privado / Terceiro Setor	Ministério do Turismo e Transportes / Câmaras Municipais / Empresários / Associações / Entidades do 3º Setor ligadas ao turismo / Organismos de Financiamento Multilaterais	
Cultura & Identidade										
P.C11	Fortalecimento da cultura e identidade local	X		X			Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais		Câmaras Municipais, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Património Cultural, Terceiro Setor, Associação de Turismo, Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design	
P.C12	Fortalecimento e promoção do Carnaval	X		X	X		Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais		Câmaras Municipais, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Património Cultural, Terceiro Setor, Associação de Turismo, Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design	
P.C13	Fortalecimento e promoção do artesanato local	X		X	X		Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais		Câmaras Municipais, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Património Cultural, Terceiro Setor, Associação de Turismo, Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Escola de Hotelaria e Turismo	
P.C14	Fortalecimento da gastronomia	X		X	X		Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais		Câmaras Municipais, Instituto de Turismo de Cabo Verde, Instituto do Património Cultural, Terceiro Setor, Associação de Turismo, Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design, Instituto do Emprego e da Formação Profissional, Escola de Hotelaria e Turismo	



Modelos de Implantação dos Projeto 3/4

COD	PROJETO	MODELO DE IMPLANTAÇÃO E FINANCIAMENTO					RESPONSÁVEL PELA ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO	ATORES DE APOIO	
		Estado			Privado	PPP				Terceiro Setor
		Orçamento	Fin. Externo	Fundo de Turismo						
Conservação Ambiental										
P.A1	Fortalecimento, proteção e conservação do Parque Natural do Monte Gordo	X		X		X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes e Direcção Geral do Ambiente	Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, SN Turismo, Instituto do Património Cultural, Terceiro Setor
P.A2	Apoio à criação de novas áreas protegidas (gestão, visitaçao)	X	X	X		X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes e Direcção Geral do Ambiente	Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Câmaras Municipais, SN Turismo, Instituto do Património Cultural, Terceiro Setor
Infraestrutura Turística										
P.11	Implantação de Centros Interpretativos e de acolhimento do visitante e espaços de promoção do turismo	X		X		X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo
P.12	Fortalecimento e apoio à implementação da rede de trilhas	X		X		X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo
P.13	Estruturação e ampliação da rede de miradouros	X		X		X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo
P.14	Sinalização interpretativa e de segurança	X		X	X	X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes	Direcção Geral do Ambiente, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor	Direcção Geral de Turismo e Transportes, Setor Privado, Terceiro Setor, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo
P.15	Estruturação e fortalecimento do núcleo urbano de Ribeira Brava	X		X	X	X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura
P.16	Estruturação e fortalecimento do núcleo urbano de Tarrafal	X	X	X	X	X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura
P.17	Estruturação e fortalecimento do núcleo de visitaçao de Carbeirinho	X		X	X	X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura
P.18	Estruturação e fortalecimento do núcleo de visitaçao da Preguiça	X	X	X		X	X	Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura



Modelos de Implantação dos Projeto 4/4

COD	PROJETO	MODELO DE IMPLANTAÇÃO E FINANCIAMENTO					
		Estado			Privado	PPP	Terceiro Setor
		Orçamento	Fin. Externo	Fundo de Turismo			
P.19	Estruturação e fortalecimento do núcleo de visitação do Juncalinho	X		X	X	X	
P.110	Estruturação e fortalecimento do núcleo de visitação de Praia Branca	X		X		X	
P.111	Estruturação do núcleo de visitação da Praia Baixo Rocha	X		X	X	X	
P.112	Programa de estruturação das praias (usos, apoio, acessos, sinalização)	X		X	X	X	

RESPONSÁVEL PELA ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO	RESPONSÁVEL PELA GESTÃO	ATORES DE APOIO
Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura
Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura
Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura
Direcção Geral de Turismo e Transportes e Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Setor Privado, SN Turismo, Terceiro Setor, Câmaras Municipais	Instituto de Turismo de Cabo Verde, Câmaras Municipais, Ministério da Agricultura e Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, SN Turismo, Terceiro Setor, Direcção Geral de Infraestrutura



5.3. PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS

Os projetos apresentados no Master Plan de Turismo foram classificados de acordo com seu grau de prioridade com intuito de auxiliar a Direcção Geral de Turismo e Transportes na tomada de decisão quanto a implantação dos projetos a curto (0 a 3 anos), médio (3 a 5 anos) e longo (6 a 10 anos) prazos. Para tanto foi utilizada uma matriz de priorização com base nos seguintes critérios:

- **Melhoria da conservação e proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural:** Avalia o quanto o projeto contribui para a conservação e proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, bem como para a valorização destes ativos pelos turistas e pela comunidade receptora.
- **Benefícios sociais:** Avalia a contribuição do projeto na melhoria da qualidade de vida da população local - saúde, lazer, educação, emprego, segurança, transporte, acesso ao saneamento ambiental básico, entre outros serviços básicos.
- **Impactos econômicos:** Avalia o impacto do projeto sobre o desenvolvimento econômico local como o empreendedorismo, o fortalecimento de negócios, a contribuição para geração de receitas e manutenção de custos de modo sustentável, o fortalecimento de cadeias produtivas, entre outros.
- **Melhoria da competitividade do destino turístico:** Avalia a melhoria que o projeto trará para o desenvolvimento da competitividade da ilha em termos de qualidade, inovação e singularidade nos serviços prestados e experiências fornecidas aos turistas.
- **Nível de urgência do projeto:** Avalia o quanto a execução do projeto deve ser rápida, tendo em vista os impactos negativos que podem ser gerados.
- **Facilidade de execução: viabilidade técnica e financeira:** Avalia a facilidade de implantação do projetos. Considera os elementos que podem favorecer ou prejudicar tecnicamente e financeiramente sua execução. Assim, são avaliados a necessidade de recursos, a disponibilidade de financiamentos/parcerias, fatores de risco como questões fundiárias e legais, nível de dependência de terceiros e de outro projetos, entre outros.

Os projetos foram avaliados segundo estes critérios, recebendo, para cada um deles, uma pontuação 1 (baixa), 2 (média) e 3 (alta), conforme especificado na tabela a seguir. Todos os critérios possuem um mesmo peso. Após a avaliação dos critérios, as pontuações são somadas, gerando uma pontuação global para cada projeto. Esta indica a prioridade do projeto, que pode ser baixa, média ou alta conforme a pontuação que recebeu.

A prioridade do projeto faz a indicação de quando o projeto deverá ser executado, considerando os cenários de curto, médio e longo prazos. Destaca-se, no entanto, que o grau de prioridade pode sofrer alteração conforme as necessidades e oportunidades que surgirem na ilha. Por exemplo, um projeto que recebe grau de prioridade médio está previsto para ser implantado a médio prazo, mas caso seja viável sua execução com antecedência, deve-se fazê-lo. O importante é cumprir com o planejado no Master Plan, implementando todos os projetos previstos de modo a fortalecer a ilha como destino turístico.



Matriz de priorização

CRITÉRIO DE ANÁLISE	PONTUAÇÃO		
	1 BAIXA	2 MÉDIA	3 ALTA
Melhoria da conservação e proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural	O projeto gera melhorias pontuais e/ou de baixo impacto na conservação, proteção e valorização do meio ambiente / patrimônio histórico e cultural	O projeto gera melhorias de média escala e/ou de médio impacto na conservação, proteção e valorização do meio ambiente / patrimônio histórico e cultural	O projeto gera melhorias de grande escala e/ou de grande impacto na conservação, proteção e valorização do meio ambiente / patrimônio histórico e cultural
Benefícios sociais	O projeto contribui de modo pontual e/ou possui impacto social positivo de baixa escala	O projeto contribuiu para melhorias de média escala na qualidade de vida da população local.	O projeto gera impactos sociais positivos de alta escala, contribuindo de modo significativo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade receptora.
Impactos econômicos	O projeto estimula pouco o desenvolvimento econômico local	O projeto contribui para a geração de impactos positivos de média escala no desenvolvimento econômico local	O projeto gera impactos positivos de alta escala no desenvolvimento econômico local
Melhoria da competitividade do destino turístico	O projeto contribui de modo pontual e/ou em baixa escala para a competitividade do destino turístico	O projeto contribui em média escala para a melhoria da competitividade do destino turístico no mercado turístico	O projeto contribui de modo altamente significativo para a competitividade do destino turístico, melhorando seu posicionamento no mercado
Nível de urgência do projeto	A implantação do projeto pode esperar, não causando prejuízos significativos em um longo período de tempo	O projeto deve ser implantado no médio prazo, sob o risco de sua não execução trazer prejuízos significativos	O projeto deve ser implementado o quanto antes, sob o risco de sua não execução trazer prejuízos significativos
Facilidade de execução: viabilidade técnica e financeira	O projeto possui baixa viabilidade técnica e financeira	O projeto possui média viabilidade técnica e financeira	O projeto possui alta viabilidade técnica e financeira

A seguir é apresentada a tabela com a priorização dos projetos conforme a metodologia apresentada.



Priorização dos projetos 1/2

COD	PROJETO	PRIORIZAÇÃO	PONTUAÇÃO TOTAL
Governança			
P.G1	Fortalecimento da Governança Local - SN Turismo	Alta	15
P.G2	Monitoramento da sustentabilidade e da competitividade do turismo no destino turístico	Alta	15
Promoção do Turismo			
P.P1	Confecção de material promocional - impresso e digital	Média	11
P.P2	Implantação e gestão de redes sociais	Média	13
P.P3	Realização de famtours, press trips	Média	11
P.P4	Realização de road shows em destinos prioritários	Média	11
Capacitação			
P.C1	Capacitação em Planeamento e Gestão do Turismo Sustentável e Competitivo	Alta	17
P.C2	Programa de Empreendedorismo e Capacitação em Turismo de Aventura	Alta	17
P.C3	Programa de Empreendedorismo e Capacitação em Turismo Histórico, Cultural e Etno	Alta	17
P.C4	Programa de Empreendedorismo e Capacitação em Experiências Gastronômicas	Alta	17
P.C5	Programa de Empreendedorismo e Capacitação em Turismo de Pesca	Alta	17
P.C6	Programa de Educação para o Turismo: identidade, valorização patrimonial e hospitalidade	Alta	18
P.C7	Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais ligado ao turismo	Alta	18
Cultura & Identidade			
P.CI1	Fortalecimento da cultura e identidade local	Alta	16
P.CI2	Fortalecimento e promoção do Carnaval	Alta	15
P.CI3	Fortalecimento e promoção do artesanato local	Média	10
P.CI4	Fortalecimento da gastronomia	Baixa	9

MELHORIA DA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO	BENEFÍCIOS SOCIAIS	IMPACTOS ECONÔMICOS	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DO DESTINO TURÍSTICO	NÍVEL DE URGÊNCIA DO PROJETO	FACILIDADE DE EXECUÇÃO: VIABILIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA
2	2	2	3	3	3
2	2	2	3	3	3
1	1	1	3	2	3
1	1	2	3	3	3
1	1	2	3	2	2
1	1	2	3	2	2
3	2	3	3	3	3
3	2	3	3	3	3
3	2	3	3	3	3
3	2	3	3	3	3
3	3	3	3	3	3
3	3	2	3	2	3
3	3	2	2	2	3
3	2	1	1	1	2
2	2	1	1	1	2



Priorização dos projetos 2/2

COD	PROJETO	PRIORIZAÇÃO	PONTUAÇÃO TOTAL
Conservação Ambiental			
P.A1	Fortalecimento, proteção e conservação do Parque Natural do Monte Gordo	Média	12
P.A2	Apoio à criação de novas áreas protegidas (gestão, visitação)	Alta	14
Infraestrutura Turística			
P.I1	Implantação de Centros Interpretativos e de acolhimento do visitante e espaços de promoção do turismo	Alta	14
P.I2	Fortalecimento e apoio à implementação da rede de trilhas	Baixa	9
P.I3	Estruturação e ampliação da rede de miradouros	Baixa	9
P.I4	Sinalização interpretativa e de segurança	Média	11
P.I5	Estruturação e fortalecimento do núcleo urbano de Ribeira Brava	Média	12
P.I6	Estruturação e fortalecimento do núcleo urbano de Tarrafal	Alta	14
P.I7	Estruturação e fortalecimento do núcleo de visitação de Carbeirinho	Alta	15
P.I8	Estruturação e fortalecimento do núcleo de visitação da Preguiça	Alta	15
P.I9	Estruturação e fortalecimento do núcleo de visitação do Juncalinho	Baixa	9
P.I10	Estruturação e fortalecimento do núcleo de visitação de Praia Branca	Média	13
P.I11	Estruturação do núcleo de visitação da Praia Baixo Rocha	Baixa	9
P.I12	Programa de estruturação das praias (usos, apoio, acessos, sinalização)	Média	12

MELHORIA DA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO	BENEFÍCIOS SOCIAIS	IMPACTOS ECONÔMICOS	MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DO DESTINO TURÍSTICO	NÍVEL DE URGÊNCIA DO PROJETO	FACILIDADE DE EXECUÇÃO: VIABILIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA
3	2	2	3	1	1
3	2	2	3	3	1
2	2	2	2	3	3
2	1	1	1	1	3
2	1	1	1	1	3
3	2	1	1	2	2
3	2	2	3	1	1
2	3	2	3	2	2
3	2	2	3	3	2
3	3	2	3	3	1
2	2	1	2	1	1
3	2	1	3	2	2
2	1	1	2	1	2
3	2	1	2	2	2